

VINÍCIUS FERNANDES PORTUGAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ

VINÍCIUS FERNANDES PORTUGAL

SIGILO, CAPITAL E REPRESSÃO:
O segredo oficial nas transições políticas de Brasil, Argentina e Chile

Rio de Janeiro
2026

VINÍCIUS FERNANDES PORTUGAL

SIGILO, CAPITAL E REPRESSÃO
O segredo oficial nas transições políticas de Brasil, Argentina e Chile

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de Pesquisa: Arquivo, Arquivologia e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Kushnir

Rio de Janeiro
2026

VINÍCIUS FERNANDES PORTUGAL

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

P839 Portugal, Vinícius Fernandes
Sigilo, capital e repressão: O segredo oficial nas transições políticas de Brasil, Argentina e Chile / Vinícius Fernandes Portugal. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2026.
176

Orientador: João Marcus Figueiredo Assis.
Coorientadora: Beatriz Kushnir.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, 2026.

1. Arquivologia. 2. Acesso à informação. 3. Sigilo. I. Assis, João Marcus Figueiredo, orient. II. Kushnir, Beatriz, coorient. III. Título.

VINÍCIUS FERNANDES PORTUGAL

**SIGILO, CAPITAL E REPRESSÃO:
O segredo oficial nas transições políticas de Brasil, Argentina e Chile**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovação em: 23/03/2026

Banca Examinadora

Orientador:

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

Coorientadora:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Kushnir
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

Examinador
Externo:

Dr. Rodrigo de Sá Netto
Arquivo Nacional do Brasil

Examinador
Suplente Externo:

Prof. Dr. Wagner Miquéias Damasceno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

Examinador
Interno:

Prof. Dr. Renato Crivelli Duarte
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

Examinador
Suplente Interno:

Prof. Dr. Bruno Ferreira Leite
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO

AGRADECIMENTOS

Sou grato à Waina, minha mãe, por todo suporte, amor e apoio ao longo de toda vida. À minha noiva, amiga e confidente Ana pelo cuidado e compreensão bem como a minhas irmãs Vanessa e Clarice por toda paciência e suporte. À minha *Ìyálórìṣà* Odileia de *Oyá* e a meu *Bàbálórìṣà* Robson de *Omolu* pelos ensinamentos, conselhos, cuidado e socorro de sempre. Aos irmãos de axé e demais familiares fundamentais que não pude citar aqui bem como à Omolu, Yemoja e à falange da esquerda. Grato pelo esforço de João Marcus Assis e Beatriz Kushnir, a todos os integrantes desta banca avaliadora e a Victoria Basualdo, Emma de Ramón e Marco Enriquez pela contribuição durante a pesquisa. Sou grato aos amigos de vida, luta e “rubronegrismo”. A todos estes dedico meu mais sincero agradecimento.

Este trabalho, no entanto, se deve em especial a meu falecido pai, Sérgio Portugal. Boêmio, sambista, rubro-negro, portelense e tantas outras coisas como eu, mas principalmente o grande farol de minha formação política. Este esforço é consequência das conversas sobre os recortes de fotografias, jornais e revistas dos anos 1970 e 1980, dos comentários e discussões sobre as notícias do rádio pela manhã e da televisão à noite e, principalmente, do exemplo de um homem, contraditório como qualquer outro, que sofreu com a repressão política, como outros tantos, enquanto ativista do movimento estudantil no CEFET-RJ, nos anos 1970-1980, e que esteve nas ruas, praças, esquinas, mesas de botequim e urnas, sem se omitir nas décadas seguintes, em uma luta para que não se repetisse a tragédia. Obrigado por me ensinar a enrijecer sem perder ternura e por tanto mais.

*“Ai, mas que saudade
Mas eu sei que lá no céu o velho tem
vaidade
E orgulho de seu filho ser igual seu pai
Pois me beijaram a boca e me tornei poeta
Mas tão habituado com o adverso
Eu temo se um dia me machuca o verso
E o meu medo maior é o espelho se
quebrar”*

João Nogueira

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo debater o papel do sigilo no contexto das transições de Brasil, Argentina e Chile à luz de uma análise que toma o caso brasileiro como fio condutor de comparações. Para essa finalidade realizou-se um levantamento bibliográfico extenso em portais diversos e em três línguas (Português, Inglês e Espanhol) bem como a análise documental da legislação sobre acesso à informação dos países como fonte primária. Recorrem-se a textos de áreas correlatas das ciências humanas como sociologia, ciência política, história e direito bem como recorre-se esporadicamente a publicações jornalísticas. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e qualitativa. O tema debatido tem apresentado grande relevo social dadas as recentes mudanças no panorama político a nível nacional, subcontinental (América-Latina) e global. Neste sentido, no contexto latino-americano o sigilo serviu como ferramenta indispensável ao funcionamento do aparato repressivo, à garantia de impunidade de perpetradores, ao funcionamento das reconfiguradas burocracias estatais e, em última instância, para a manutenção do capitalismo.

Palavras-chave: Arquivologia; Sigilo; Acesso à informação; América Latina; Brasil; Argentina; Chile.

SUMMARY

The present study aims to debate the role of secrecy in the context of the transitions of Brazil, Argentina, and Chile, in light of an analysis that takes the Brazilian case as the guiding thread for comparisons. For this purpose, an extensive bibliographic survey was carried out across various portals and in three languages (Portuguese, English, and Spanish), as well as a documentary analysis of the countries' access to information legislation as a primary source. Texts from related areas of the human sciences such as sociology, political science, history, and law are used, as well as occasional journalistic publications. This work is characterized as exploratory and qualitative research. The topic discussed has shown great social relevance given the recent changes in the political landscape at the national, subcontinental (Latin America), and global levels. In this sense, in the Latin American context, secrecy served as an indispensable tool for the functioning of the repressive apparatus, for guaranteeing the impunity of perpetrators, for the operation of reconfigured state bureaucracies, and, ultimately, for the maintenance of capitalism.

Keywords: Archivística; Secrecy; Access to information; Latin America; Brazil; Argentina; Chile.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo debatir el papel del secreto en el contexto de las transiciones de Brasil, Argentina y Chile, a la luz de un análisis que toma el caso brasileño como hilo conductor de las comparaciones. Para tal fin, se realizó un amplio levantamiento bibliográfico en diversos portales y en tres lenguas (portugués, inglés y español), así como el análisis documental de la legislación sobre acceso a la información de los países como fuente primaria. Se recurre a textos de áreas afines de las ciencias humanas como la sociología, la ciencia política, la historia y el derecho, así como ocasionalmente a publicaciones periodísticas. Este trabajo se caracteriza como una investigación exploratoria y cualitativa. El tema debatido ha presentado gran relevancia social dadas las recientes transformaciones en el panorama político a nivel nacional, subcontinental (América Latina) y global. En este sentido, en el contexto latinoamericano, el secreto sirvió como herramienta indispensable para el funcionamiento del aparato represivo, para garantizar la impunidad de los perpetradores, para el funcionamiento de las burocracias estatales reconfiguradas y, en última instancia, para el mantenimiento del capitalismo.

Palabras clave: Archival Science; Secreto; Acceso a la información; América Latina; Brasil; Argentina; Chile.

SUMÁRIO

1.	112.162.1	A	teoria	marxista	da	dependência	
	16						
	2.2	O caso brasileiro					42
	2.3	O caso argentino					57
	2.4	O caso chileno					73
	2.5	Inteligência e repressão: agências de informação					86
	3.1003.1	As	comissões	da	verdade	no	Chile
							102
	3.2	Desclassificação de documentos, justiça e memória na Argentina					114
	3.3	Opacidade e sigilo na atualidade brasileira					128
4.	157						

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral debater o papel do sigilo no contexto das transições políticas de Brasil, Argentina e Chile à luz de uma análise que toma o caso brasileiro como fio condutor. Como objetivos específicos proponho: identificar e comparar as políticas, práticas e marcos legais relacionados ao sigilo e ao acesso à informação em Brasil, Argentina e Chile no período pós-ditatorial, mapear a produção acadêmica arquivística e interdisciplinar sobre transparência, repressão, arquivos e ditaduras no contexto latino-americano, refletir sobre o potencial transformador das políticas de acesso à informação e das práticas de sigilo no contexto das democracias latino-americanas e investigar as relações entre a regulação e uso do sigilo e o funcionamento do Estado enquanto instituição de domínio burguês no contexto de transições políticas sem rupturas econômicas.

Almejo ainda contribuir para o debate que tange possíveis pontos comuns e diferenças nas experiências de Argentina, Brasil e Chile após o fim dos processos ditatoriais¹ assim auxiliando esforços futuros que tenham a herança ditatorial e a transição democrática como objeto. Espero que esse estudo possa colaborar para a valorização da arquivologia em seu aspecto mais social e em sua forma mais interdisciplinar. Proponho também aproximar a arquivologia dos debates sobre a realidade socioeconômica do Brasil e do subcontinente latino-americano, partindo do entrelace entre a teoria marxista da dependência com as produções e discussões sobre acesso à informação do campo da arquivologia. Busco, assim, reforçar a importância da interdisciplinaridade para o avanço deste campo.

Outras contribuições estão relacionadas à compreensão do uso do sigilo no contexto das disputas políticas relacionadas ao acesso à informação no Brasil e suas relações com o passado ditatorial (1964-1985) do país. Busco ainda contribuir com a construção de conhecimento acerca do potencial de transformação social que possuem tanto a promoção do acesso quanto do “segredismo”.

Parto aqui de duas premissas básicas. A primeira é a compreensão de que o processo de instauração de ditaduras na América Latina no século XX se deu como uma “onda” contra revolucionária fomentada pelo imperialismo e viabilizada pela aliança das burguesias locais com o grande capital estrangeiro (questão que irei expor com mais profundidade em outro momento ao tratar da Teoria Marxista da dependência e mesmo outros autores como Jorge

¹ Há um extenso debate terminológico-conceitual acerca da categorização destes “regimes” políticos como ditaduras militares, ditaduras civil-militares, ditaduras empresarial-militares entre outras. Aqui irei me ater ao termo Ditaduras Militares sem, no entanto, descartar a coerência e relevância das demais propostas. Ademais, não aprofundarei este debate conceitual da historiografia.

Abelardo Ramos). A segunda é a apreensão da integração entre os governos civil-militares de cunho autoritário e com fins repressivos. Por estes motivos abordo aqui o objeto da pesquisa a partir de uma perspectiva integrada entre diferentes países. Dadas as limitações de tempo deste trabalho, realizei uma seleção entre os países latino-americanos optando por incluir as experiências de Brasil, Chile e Argentina em virtude da expressão e da violência da ditadura Pinochetista bem como do destaque da transição argentina e do interesse maior pela experiência brasileira. Este trabalho, portanto, se caracteriza como uma pesquisa básica de caráter exploratório e qualitativa.

Para dar cabo desse esforço recorri à comparação dos casos dos diferentes países acima citados. Albuquerque e Dorneles (2020, p.42) afirmam que o método comparativo “[...] busca realizar comparações com a finalidade de verificar as semelhanças e diferenças, bem como explicar as divergências do objeto pesquisado. [...]”. A opção por uma pesquisa comparativa foi feita pois como explica Hopkin “a observação de como os problemas políticos são tratados em diferentes contextos fornece oportunidades valiosas para o aprendizado de políticas e a exposição a novas ideias e perspectivas.” (Hopkin, 2010, p. 285 apud Gomes; Paulino; Farranha, 2021, p. 118).

O método comparativo é utilizado em diferentes áreas das ciências humanas. Jardim (2011, p.201) aponta que além da incidência deste método em áreas como Antropologia, Ciência política e História o método comparativo estaria no cerne da sociologia. Ainda segundo Jardim (2011, p. 201), a comparação é um momento do método comparativo e não o método em si. O autor aponta que é necessária "a construção de unidades de comparação a serem observadas, situação que implica recortes sobre uma dada realidade. Trata-se de estabelecer o que é ou não comparável. [...]". A comparação realizada na forma do método comparativo deve ser consciente, construída como parte integrante de um método controlado (Woortman, 2008, p.9 apud Jardim, 2011, p. 201). Já Franco (2000) defende que a busca por conhecer as soluções que outros países e povos dão a seus problemas e instituições sempre foi um meio de desenvolvimento e enriquecimento. O autor ressalta a importância, para os latino-americanos em particular, da análise crítica sobre o processo de interpretação de nossa produção econômica, histórica e cultural uma vez que “estamos envolvidos em um amplo processo de globalização econômica e cultural e que fomos colonizados pela cultura ocidental europeia” (Franco, 2000, p.198).

Os autores convergem em relação a dois tópicos: a necessidade de haver semelhanças entre os fenômenos comparados e de análise dos contextos nos quais os objetos estão inseridos.

Jardim (2011, p.202) ao citar a obra de Ketelaar (2001) reforça a visão de que os fenômenos comparados devem possuir algum nível de semelhança entre si e devem ser analisados "à luz do contexto social". Este também é um ponto de compatibilidade entre o pensamento de Ketelaar, apresentado por Jardim, e de Franco (2000). No entanto, Jardim (1999a, p. 202) ressalta que a maior parte dos estudos arquivísticos "[...] não tem examinado tais diferenças levando em conta o contexto sociocultural e a história na qual se inserem esses sistemas arquivísticos". Outra semelhança entre o pensamento dos autores é a defesa da opção pela análise prioritária das diferenças e não das similaridades dos objetos. Fica clara também a necessidade de se realizar uma pesquisa que não se esgote por este método em si, isto é, um trabalho que conte com uma análise de contexto histórico e que ultrapasse os limites da superficialidade da comparação mal situada.

Metodologicamente a comparação realizada é assimétrica tendo o Brasil maior destaque em relação as demais experiências e toma como dimensões comparativas e critérios respectivamente: a dimensão das políticas e práticas recorrentes em relação a classificação e desclassificação de documentos; A dimensão a dimensão das instituições arquivísticas, sua posição institucional, grau de participação e autonomia na elaboração e implementação de políticas e leis de acesso à informação; A dimensão dos marcos legais, se existem, quais são, sua elaboração, objetivos, estrutura e cumprimento; A dimensão das políticas em torno do sigilo e do acesso: conflitos entre sociedade e Estado e entre diferentes grupos políticos bem como as relações de poder político-econômicas que delimitam o contexto do Estado.

A articulação dos materiais foi realizada de maneira destacada em cada uma das subseções dedicadas aos países presentes na seção 3 “O SIGILO NAS TRANSIÇÕES DE ARGENTINA BRASIL E CHILE”. Desta forma nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 encontram-se as principais reflexões acerca das fontes primárias e das dimensões citadas no parágrafo acima com base nas discussões expostas na seção 2 “DITADURAS NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS APONTAMENTOS”.

Em relação aos procedimentos metodológicos parto aqui de uma busca em três línguas (Inglês, Português e Espanhol) pelas seguintes palavras chave e combinações: Arquivos; Transparência, Arquivologia; Repressão, Ditadura Militar, Ditadura Civil-Militar, Espionagem, Transição, Dependência e Fascismo nos seguintes portais e repositórios: Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES (Acesso CAFÉ), BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação, Scielo, *Biblioteca Electrónica de Ciencia y Tecnología (BECyT)* e *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile (BCN)* além dos sites dos Arquivos Nacionais de cada país e das publicações

da Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA. O recorte temporal é extenso, mas conta principalmente com publicações dos últimos 35 anos². Esta revisão tem como objetivos encontrar produções sobre o histórico do sigilo na legislação de cada um dos países, o processo de elaboração dos instrumentos legais sobre sigilo nos países selecionados, os usos do sigilo pelas respectivas ditaduras militares e a presença do sigilo no contexto de transição após o fim das ditaduras.

Outra etapa é a análise documental que visa a compreensão mais aprofundada das leis e decretos sobre sigilo e acesso de cada país utilizando assim a legislação como fonte primária. Esta leitura será qualitativa interpretativa, centrada na regulação sobre sigilo, mas levará em consideração também as instituições e órgãos operacionalizadores e fiscalizadores do direito de acesso, autoridades de classificação e direcionamentos legais acerca da promoção de transparência ativa e passiva. Sobretudo esta análise busca identificar os matizes políticos que marcam a definição de prazos e categorias de sigilo e a definição e criação destas instituições e autoridades responsáveis.

Isto posto, optei por uma organização textual que abarca introdução, considerações finais e duas seções divididas em subseções particulares. A primeira delas intitulada “Ditaduras na América Latina: alguns apontamentos” se trata de uma apresentação ao leitor das bases teóricas de sustentação às demais reflexões do trabalho. Isto é, expor os guias de compreensão sobre os acontecimentos históricos em perspectiva ampla (continental) e específica (de cada país). Para isso divido as subseções entre “A teoria marxista da dependência” (introdução à TMD e seus conceitos mais caros) que serve de base para as discussões desenvolvidas nas subseções seguintes “O caso brasileiro”, “O caso argentino”, “O caso chileno” e “inteligência e repressão: as agências de espionagem”.

Já a segunda seção, intitulada “O sigilo nas transições de Argentina, Brasil e Chile”, concentra o debate acerca do objeto central da pesquisa. Trata-se de uma abordagem de casos marcantes de uso do sigilo dos três países, além de contar com um debate acerca de aspectos políticos que circundam este objeto para que possamos dar fim ao esforço de pesquisa. Para tal, divido as subseções entre “As comissões da verdade no Chile”, “Desclassificação de documentos, justiça e memória na Argentina” e “Opacidade e sigilo na atualidade brasileira”.

Este trabalho se faz relevante frente à ascensão política da extrema direita à nível global. Isto é, da crescente de forças políticas que em muitos casos, como buscarei expor, estão vinculadas às ditaduras militares estabelecidas na América Latina ao longo do século XX.

² Obras de publicação anterior a esse recorte foram lidas, em maioria, através de edições mais recentes.

Como é notório os arquivos constituem peça-chave nas transições ocorridas após o fim dos períodos de violação sistemática de direitos humanos, seja tendo grande valor associado à pesquisa histórica, à judicialização dos casos de sequestro, assassinato e tortura bem como ao trabalho das comissões da verdade. Nas palavras de Quintana:

Feita esta afirmação geral sobre a intensa relação entre arquivos e direitos humanos, é necessário reconhecer, contudo, que o maior protagonismo dos arquivos chegou à sociedade no momento de enfrentar, nas transições políticas, a violação sistemática dos direitos humanos no passado recente. Como manejar os testemunhos dessas violações de direitos humanos é e tem sido o grande desafio a ser enfrentado na construção das novas sociedades democráticas. Memória, Justiça e Verdade passam a ser parte fundamental da agenda do que poderíamos denominar arquivística de transição ou arquivística transicional, em analogia aos termos da justiça transicional. (Quintana, 2023, p.68)

Além disso, essa produção se enquadra como singela contribuição para o extenso debate em torno do aspecto social da arquivologia e do valor de seu objeto para a sociedade. Por fim, o próprio contexto de gestão dos arquivos e a não garantia do direito de acesso à informação no Brasil adicionam contornos de relevância a estas reflexões.

2. DITADURAS NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS APONTAMENTOS

Na presente seção busco apresentar alguns apontamentos que considero basilares para a interpretação acerca do processo histórico de instauração e desenvolvimento das ditaduras militares latino-americanas no século XX. Trata-se de um esforço para introduzir e desenvolver com profundidade obras, conceitos e debates acerca desse processo histórico que servirão de base para reflexões contidas em seções seguintes. Isto é, apresentar um ponto de ancoragem para as discussões acerca das permanências e disputas dadas após o fim destas ditaduras e sustentar apontamentos futuros sobre nosso principal objeto: o sigilo.

A teorização dependentista, portanto, ocupa neste trabalho o posto de base teórica especialmente para a percepção dos efeitos e objetivos duradouros das ditaduras, bem como, para sua caracterização político-ideológica. Isto é, especialmente as perspectivas que defendem a longa duração das transformações promovidas pelas ditaduras e a sua caracterização como movimentos de conteúdo fascista, contrarrevolucionário e antipopular. Estas forças políticas e estruturas permanecem vigentes após o início dos chamados regimes democráticos. Este aspecto de continuidade se conforma em movimentos e estruturas políticas que influenciam fortemente as disputas em torno do acesso à informação e suas exceções no Brasil. Essas considerações decorrem de um debate mais amplo acerca da economia política que buscamos introduzir nesta seção. Aqui não tratarei com tanta profundidade destes debates uma vez que o foco reside em demonstrar através da apresentação breve da obra destes autores que:

- 1 - O uso do conceito de fascismo ao tratar da política latino-americana não só é plausível como pertinente;
- 2 - As ditaduras militares promoveram um projeto de longo prazo de transformação do Estado e da sociedade com base em rumos de fascistização.
- 3 - Defender que esses projetos de longa duração foram bem sucedidos na medida que as forças fascistas seguem sendo identificadas e a organização do Estado segue em bases autoritárias e repressivas.

2.1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Na presente subseção buscarei apresentar e debater o conjunto de produções científicas e principais conceitos oriundos da Economia e da Sociologia que compõem a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD). Em virtude de uma intervenção política, os debates sobre a

TMD possuem pouca capilaridade entre pesquisadores e acadêmicos brasileiros. Obras de Ruy Mauro Marini (1974; 1976; 2000, 2013), Theotônio dos Santos (1998; 2018; 2020), Vânia Bambirra (2013) e outros penetraram muito mais a academia e a militância em países como Chile e México muito em virtude do exílio destes autores nestes países. Bem como pela barreira linguística imposta pela publicação original de suas principais obras em espanhol/castelhano.

Outro ponto relevante é que o debate sobre o fenômeno da dependência também não é uma exclusividade dos marxistas, pelo contrário, autores liberais e neoliberais lograram maior alcance em suas publicações sobre o tema e dominaram as discussões acadêmicas brasileiras. O protagonismo de figuras como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra (1978)³ na seara dos debates sobre a dependência distanciou, em virtude de questões majoritariamente políticas, uma série de pesquisadores, mesmo os marxistas, da discussão em torno deste objeto. Por isso, se faz fundamental não só uma introdução aos autores marxistas e suas principais produções como também a apresentação de suas conceituações que me são mais caras neste trabalho. Por fim, apresentarei uma exposição sobre autores como Florestan Fernandes (1973; 1979; 2015), Virgínia Fontes (2010; 2019) e Armando Boito Júnior (2020; 2021), que, embora não estejam diretamente vinculados à TMD, oferecem contribuições profundas aos debates em virtude de aproximações teóricas que permitem utilizar suas obras para ampliar nossos horizontes teóricos.

Portanto, há uma divisão entre os pesquisadores da dependência ainda que a classificação desses grupos não seja pacificada. Theotônio dos Santos (1998, p.17) realiza uma extensa revisão de literatura sobre a trajetória histórica da Teoria da Dependência e as muitas tentativas de enquadramento dos autores "dependentistas" em diferentes grupos. O autor aponta que os autores da TMD se percebem (e também o faço) como Marxistas, no entanto, existem esforços historiográficos que tentam dividir os "dependentistas" entre os neo-marxistas e marxistas além de outros grupos. Essas definições não são aceitas pelos próprios pensadores da TMD como fica claro quando Santos (1998, p.18) rechaça a proposta de Magnus Blomstrom, Bjorn Hettne bem como a de André Gunder Frank. Ou seja, as definições acerca de quem seriam os "dependentistas" e quais seriam as principais escolas e pensamento da Teoria da Dependência não estão amplamente estabelecidas. Essa ampla discussão ocorre por um lado

³ Enzo Faletto foi um sociólogo chileno coautor de algumas obras influentes sobre o tema. No entanto, a obra desses autores será trabalhada com mais profundidade mais à frente, mas vale mencionar aqui que sua relevância não se reduz à produção acadêmica. José Serra, além de economista, ocupou cargos de ministro, senador, prefeito e governador de São Paulo, além de ter sido candidato à presidência e um dos principais nomes do PSDB; Fernando Henrique Cardoso além de sociólogo foi eleito e reeleito presidente do Brasil também pelo PSDB.

por serem numerosos os “dependentistas” e por outro por ser uma teoria de objetivo geral ambicioso. Nas palavras de Santos se trata de uma tentativa de “[...] explicar as novas características do desenvolvimento sócio-econômico da região, iniciado de fato em 1930-45.” (Santos, 1998, p.17).

Entre os autores da TMD, Ruy Mauro Marini certamente ocupa um posto de grande destaque. Administrador de formação, Marini participou da criação da Organização Marxista Revolucionária Política Operária (POLOP), em 1961, bem como da criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962. A partir de 1964, Marini foi forçado pela ditadura à clandestinidade, sendo preso e torturado no Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR) e posteriormente forçado ao exílio no Chile e no México além de fazer parte, junto de outros professores da UnB, do primeiro grupo condenado pela ditadura a 15 anos de prisão (Marini, 2000).

As principais publicações de Marini são: *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), *Dialética da dependência* (1973) e *Reformismo y contrarrevolución: Estudios sobre o Chile* (1976). Após o fim de seu exílio, publicou alguns artigos sobre temas relacionados à globalização e novas dinâmicas da dependência até seu falecimento em 1997. Apesar de certa difusão em outros países da América Latina, Marini permanecia em um quase “anonimato” no Brasil. Em 2000 a Editora Vozes, em colaboração com o Conselho Latino-Americano de Ciência Sociais (CLACSO) e o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), publicou um livro cujo objetivo é apresentar uma antologia do pensamento de Marini. Este livro, intitulado “Dialética da dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini”, organizado por Emir Sader e Roberta Hang, será aqui nossa principal base para tratar de suas ideias (Marini, 2000). Alguns dos principais esforços de Marini residem na conceituação de subimperialismo, compreensão das dinâmicas de acúmulo de capital, desenvolvimento do capitalismo dependente e das relações dialéticas que definem o fenômeno da dependência.

Outro nome de grande relevância da TMD é a socióloga, cientista política e economista Vânia Bambirra. Sem sombra de dúvidas sua principal obra é o livro “O capitalismo dependente latino-americano”, publicado em 1972, originalmente em castelhano, no Chile, durante o primeiro exílio ocorrido após sua expulsão do cargo de professora da UnB que sucedeu o golpe de 1964. Após o golpe de Pinochet em 1973, a edição original foi perdida sendo o livro republicado no México em 1974, durante o segundo exílio de Bambirra. O livro seguiu sendo editado regularmente pela editora *Siglo XXI* sendo até mesmo publicado em italiano. Alcançaria novas publicações e edições relevantes em Chile, México, Venezuela, Argentina, Portugal e

Japão. Esse processo fez com que grande parte do reconhecimento à Bamberger viesse de países hispânicos. A publicação de uma edição no Brasil em 2013, nos oferece essas informações já em sua apresentação redigida por Fernando Correa Prado⁴ (Prado, 2013).

Outros títulos de destaque produzidos por Bamberger são: *Os erros da teoria do foco* (1967), *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin* (1981) em conjunto com Theotônio dos Santos, *La revolución cubana: una reinterpretación* (1973) e *Diez años de insurrección en América Latina* (1973). No entanto, aqui nossa principal fonte será “O capitalismo dependente latino-americano”. Bamberger nos apresenta neste livro esforços, em torno da conceituação tipológica dos estados-nação latino-americanos com base nas características de suas formas de desenvolvimento capitalista. Ou seja, uma caracterização tipológica do desenvolvimento capitalista dependente. Outro ponto central de sua reflexão é a análise crítica e dialética sobre a relação do desenvolvimento capitalista dos países dependentes à luz do desenvolvimento das metrópoles. A pesquisadora se dedicou em seus estudos sobre estes e muitos outros temas até seu falecimento em 2015.

Theotônio dos Santos é economista e também professor da UnB. Enquanto mestrando, Santos foi orientado por Ruy Mauro Marini durante a pós-graduação e, à posteriori, se casou com Vânia Bamberger, além de também exilar-se no Chile e no México. No primeiro comandou o Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Faculdade de Economia da Universidade do Chile (CESO) e no segundo foi professor titular da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM). Santos possui uma densa obra contando com títulos como *Socialismo ou Fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema Latino-Americano* (1965), *Dependência Econômica e Mudança Revolucionária* (1969), *O Conceito de Classe Social na Análise Marxista* (1970), *Imperialismo e Dependência* (1978) e *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas* (1998). Neste trabalho irei me ater principalmente ao primeiro destes títulos⁵.

Na edição mais recente de “*Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*”, Santos (2020) debate aspectos político-econômicos fundamentais do desenvolvimento capitalista latino-americano e do caráter da dependência. Especialmente sua

⁴ Essa edição compõem a coleção *Pátria Grande* que, entre outras publicações, resgata obras clássicas da TMD nunca publicadas no Brasil, e assim editando em português. A coleção está vinculada à editora Insular, que por sua vez está diretamente relacionada com o Instituto de estudos latino-americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo o integrante mais relevante provavelmente é Nildo Ouriques.

⁵ Tal qual seus pares teóricos, Santos sofreu um distanciamento da academia brasileira em virtude do exílio e da língua de suas publicações originais. A publicação deste título em português só ocorreu em 2020, pela Editora Insular vinculada ao projeto “*Coleção Pátria Grande*” do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

conceituação de fascismo dependente e seus debates acerca da progressão do radicalismo político diante da crise política na América Latina do século XX nos são aqui muito caros. Outra perspectiva prioritária de sua obra é o apontamento da tendência de duração de longo prazo das ditaduras militares desde sua gênese. A nível de exemplificação, para Santos (2020, “Um agregado em 1977”) “[...] a instauração da ditadura militar não é o fim, mas o começo do processo de fascistização nas condições específicas do capitalismo dependente”. Ou seja, das ditaduras como projetos de longa duração para uma reformulação do Estado sob um viés autoritário radicalizado à direita com fins de garantir interesses das classes dominantes sob um regime de força.

Apresentados estes expoentes é necessário nos direcionarmos ao debate sobre a definição de Teoria Marxista da dependência e suas diferentes oposições a outras abordagens sobre a própria dependência. Também chamados de teóricos da superexploração, os intelectuais oriundos do grupo de Brasília⁶ têm obras vinculadas por premissas comuns em suas reflexões. Para Marini, apenas trabalhos com a seguinte compreensão poderiam compor a TMD:

Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada. (Marini, 2000, p.160)

Isto é, a TMD se embasa principalmente na perspectiva da desigualdade de rumos do desenvolvimento capitalista em diferentes contextos. A exploração obedece a outras leis e se dá em diferentes dinâmicas a depender da posição do Estado-nação dentro do sistema capitalista mundial. Por exemplo, em países tidos como subdesenvolvidos a compensação produtiva se dá pela superexploração da força de trabalho e não com base no aumento da capacidade produtiva em um processo marcado em grande medida pelo avanço da monopolização das economias locais por multinacionais. Ao buscar a explicação para este processo em Marini (2000, p.123) percebo que se trata do repasse da perda de mais-valia da burguesia diante do grande capital estrangeiro ao trabalhador. Isto é, diante da desvalorização da produção das economias dependentes se dá uma resposta burguesa para garantir rentabilidade, não através do aumento

⁶ Como bem explica Silva (2020), a TMD surge com base em um grupo de estudos sobre Marx composto no contexto da criação da UnB especialmente pelo contato destes intelectuais com Gunder Frank. A produção intelectual decorrente desse encontro se torna uma das linhas de interpretação do Brasil que permeiam grandes discussões sobre o desenvolvimento nacional nos anos 1950 e 1960. Outros componentes desse debate são o grupo de estudos sobre Marx vinculado à USP e outros estudiosos, marxistas ou não, oriundos dos uspianos, ISEB, CEPAL e PCB.

da produtividade do trabalhador, mas pelo aumento de sua exploração com menores salários e maiores jornadas de trabalho. Nas palavras da historiadora Virgínia Fontes:

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira estrutural do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. (Fontes, 2010, p.352)

Em uma exposição mais direta a autora reafirma que para Marini a superexploração está baseada em grande medida em uma manutenção do latifúndio. A ausência de uma reforma agrária radical produz uma migração contínua para as grandes cidades, deteriorando os salários. Está posto então o quadro de dupla exploração ou superexploração onde a defasada remuneração do trabalhador serve para garantir uma parcela de mais-valor (sobretabalho) a ser extraída pela burguesia nacional e outra a ser enviada aos grandes centros capitalistas (Fontes, 2010, p.352).

A TMD, portanto, é a abordagem sobre a dependência que aponta a vinculação do desenvolvimento capitalista nas metrópoles e na periferia e identifica a relação de causalidade e dominância que um possui sobre o outro. Nas palavras de apontamentos de Marini "A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial." (Marini, 2013, p.272). Outro ponto fundamental que diferencia os teóricos da superexploração é a descrença completa em uma burguesia como classe condutora de um desenvolvimento nacional autônomo e consistente além da defesa de que a dependência é superável. Nesse sentido, Marini (2000), Bambirra (2013), Santos (2020) defendem que a única alternativa para o fim da dependência na América Latina é a revolução socialista.

Diante dessa breve exposição de características fica a questão: o que é a dependência? Uma característica fundamental da dependência é seu caráter plural e mutável sendo seus mecanismos e dinâmicas alterados de acordo com as necessidades de momento do grande capital monopolista. É nesse sentido que Santos (2020) aponta para um novo caráter da dependência em seus escritos buscando compreender as novas formas que esse fenômeno assume a partir da industrialização dos países latino-americanos a partir dos anos 1930 e das tensões e transformações políticas a partir, especialmente, da Revolução Cubana. Ainda nessa direção, sobre a complexidade do capitalismo dependente, Florestan Fernandes (1975, p.55) explica que este é mutável, se transformando no compasso das transformações das economias

centrais hegemônicas⁷ sem conseguir superar o padrão de relações, ou seja, alternando entre padrões dependentes ou relativamente autônomos. O autor ressalta que este fenômeno se dá por uma questão de características do sistema econômico que afeta de forma estrutural as sociedades em condições estruturais, institucionais e funcionais de sua forma.

Ainda nessa perspectiva de adaptabilidade é possível retomar a reflexão de Bambirra sobre as diferentes formas de dependência. A autora conceitua dependência política como uma forma que, junto aos fatores de dependência econômica, compõem e preservam o quadro de dependência estrutural dos países latino-americanos. Isto é, a dependência política como parte de uma situação mais ampla de dependência que torna dependente também o processo político de tomada de decisões pelas classes dominantes (Bambirra, 2013, p.143-144).

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes em função dos interesses políticos "nacionais" internos - seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes. (Bambirra, 2013, p.144)

Trata-se, portanto, de um fenômeno mutável, multifacetado e estruturante das relações político-econômicas das nações capitalistas em uma hierarquização dentro do sistema capitalista mundial. Reconfiguram-se assim não só as dinâmicas de exploração, mas as formas de governo para que se alinhem aos interesses do grande capital.

Fato é que a dependência apresenta enquanto objeto da economia política e da sociologia uma complexidade ímpar. Não por acaso se observa na literatura uma pluralidade de abordagens sobre o tema, sendo as mais notórias aquelas antagônicas ao arcabouço teórico apresentado neste trabalho até então. Se faz necessário então não só apresentar brevemente essas diferentes perspectivas como também as críticas dos autores da TMD que justificam a exclusão deliberada dessas obras deste trabalho.

⁷ Tratamos aqui do conceito de hegemonia para Gramsci. Portanto, hegemonia se define através das formas de dominação burguesa nos países capitalistas. Nesse sentido a luta operária e comunista assumem a posição de contra-hegemonia (Fontes, 2010, p.123). Essa demonstração pode ser observada com mais ênfase e dinamismo na seguinte exposição de Fontes sobre a conceituação de “sociedade civil” pelo autor italiano. Para Gramsci “O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) [...] (Fontes, 2010, p.133).

Bambirra (2013, p.43) elabora profundas críticas às tentativas de estabelecimento de tipologias dos países latino-americanos por linhas empiristas e estruturalistas. Para a pesquisadora "[...] a maioria delas apresenta limitações substanciais derivadas de seus pressupostos e da metodologia empirista utilizada." (Bambirra, 2013, p.43). Para a autora os equívocos em pressupostos permeiam grande parte dos autores como Gino Germani, Jacques Lambert, Roger Vekemans e L. Segundo:

Esses autores não compreendem que o "atraso" dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros. (Bambirra, 2013, p.44)

Por este motivo, defende Bambirra, não é possível que essas "[...] tentativas de desenvolvimento de uma tipologia sejam capazes de explicar fatores fundamentais que condicionaram estruturas com características tão diferentes." (Bambirra, 2013, p.44). Para além disso, é questionado também o uso instrumental e descritivo dessas tipologias uma vez que muitos indicadores utilizados possuem viés indiscutivelmente ideológicos a exemplo dos indicadores étnicos em Lambert e Vekemans (Bambirra, 2013, p.45).

Nesse contexto se apresentam também outras propostas, entre as quais uma das mais relevantes é a tipologia proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto definida como "histórico-estrutural" em *"Dependencia y desarrollo en América Latina"* publicado em 1969 (Bambirra, 2013, p.45). Para Bambirra esse esforço merece maior atenção uma vez que os autores buscam "[...] realizar uma análise integrada do desenvolvimento através de uma valiosa discussão metodológica, que parte de uma crítica aos enfoques empiristas e estruturalistas. (Bambirra, 2013, p.45).

Para Cardoso e Faletto explicação para as diferenças de condições para o desenvolvimento entre os países latino-americanos seria uma decorrência da "[...] forma em que as colônias se incorporam aos centros metropolitanos. Esta incorporação, por sua vez, encontrava-se condicionada pela base econômica da produção implantada." (Bambirra, 2013, p.45). Nesse sentido, ao fim do pacto colonial, as colônias que serviram como base agrícola e que passaram por ocupação extensiva de território por conta da atividade pecuária tiveram as melhores condições para seu desenvolvimento.

Além disso, para Bambirra (2013) há um problema metodológico na obra de Cardoso e Faletto. Essa seria a análise do âmbito econômico como um marco muito geral cujo a

funcionalidade reside em definir parâmetros muito estruturais. A autora descreve da seguinte maneira os motivos para que classifique isso como um erro:

Pois bem, o âmbito econômico, ao ser considerado apenas como um marco estrutural em sentido genérico, não permite revelar, em toda sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e classes sociais que atuam em função de interesses econômicos objetivos, cuja imposição exige a luta pela hegemonia política. Somente a existência desses interesses pode revelar o sentido da ação política e sociológica dos atores, que se manifesta muitas vezes em movimentos sociais aparentemente difusos e incoerentes.

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes. (Bambirra, 2013, p.49)

A autora não nega a possibilidade de que sejam realizadas análises exclusivamente sociológicas sobre determinados objetos, mas entende que isso só é possível a partir de uma maior especificidade e delimitação. Dessa forma, este tipo de análise não cabe a um objeto tão complexo e vasto quanto a problemática da dependência.

A segunda crítica de Bambirra à obra de Cardoso e Faletto diz respeito à incongruência com os fatos históricos quando conceituam os tipos. Segundo a autora, o trabalho carece de uma reflexão mais aprofundada sobre a relação entre o processo de mudanças estruturais das sociedades dependentes da América Latina ao fim do século XIX e começo do século XX para com as profundas transformações ocorridas nos países desenvolvidos. Assim a origem dos tipos básicos propostos se explica apenas porque assim estava dado no processo colonial em suas relações com Espanha ou Portugal e daí emanam os limites e possibilidades de desenvolvimento após o fim do "pacto colonial" (Bambirra 2013, p.50). Dessa lacuna conceitual surge a impossibilidade dessa perspectiva em explicar alguns processos históricos, por exemplo:

Essa interpretação é insuficiente, pois não revela como, após a ruptura do "pacto colonial", colônias que funcionavam como base agrícola da metrópole - Guatemala e Chile, por exemplo - transformaram-se em economias de enclave. Tampouco explica como, no caso do Chile, por exemplo, apesar deste país se constituir como uma economia de enclave, ocorre um desenvolvimento industrial controlado por empresários nacionais que, embora limitado, tende a se expandir desde o início do século. Também não explica como países que, enquanto colônias, funcionavam como base fundamental de exploração de recursos naturais por parte da metrópole - como, por exemplo, o caso do México -, também conseguiram obter, já no final do século XIX, um certo controle nacional, suficiente ao menos para começar a industrialização. (Bambirra, 2013, p.51)

Isto é, para a autora ainda que existam sim elementos herdados do período colonial que influenciam a evolução das relações de produção, essas são sobretudo fruto do processo de mudanças nas estruturas dependentes de funcionamento do capitalismo.

Marini (2000) segue a mesma direção das críticas de Bambirra mesmo sendo outra publicação o objeto de sua análise. Sua crítica toma mais de 70 páginas e se direciona ao neo-desenvolvimentismo apresentado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra em sua publicação "As desventuras da dialética da dependência", livro destinado à crítica sobre as análises de Marini acerca do capitalismo brasileiro. Isto é, uma tréplica em um debate extremamente extenso que por uma questão de cronograma e pertinência ao trabalho aqui não pode ser analisado com grande profundidade (Cardoso; Serra, 1978 apud Marini, 2000).

A primeira crítica compartilhada por Bambirra e Marini é que enquanto Cardoso entende a superexploração como um fenômeno acidental do desenvolvimento capitalista dependente, para abordagem marxista a dependência só pode ser vista como uma necessidade para esse desenvolvimento (Marini, 2000, p.159). De modo geral, as demais críticas à obra de Cardoso e Serra se dão sobre metodologia, escrita, análises econômicas e no direcionamento da obra. Marini as constrói sempre de maneira firme o que denota a intensidade da discussão e da oposição entre os autores:

Em seu conjunto, constitui um texto desalinhado e truculento, que deforma quase sempre minhas análises para poder criticá-las, manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e que brilha pela falta de rigor, pela torpeza e inclusive pelo descuido no manejo de fatos e conceitos. O leitor o entenderá melhor se levar em conta que é dirigido fundamentalmente à jovem geração brasileira, que conhece pouco ou quase nada do que eu escrevi. Isto é o que leva aos autores não só a "expor" meu pensamento, como também a permitir-se adaptá-lo livremente aos fins que se propuseram. Seguramente, teriam procedido de outra maneira se fossem dirigidos a um público mais familiarizado com as teses em questão. (Marini, 2000, p.159)

Marini segue a estrutura estabelecida na obra de Cardoso e Serra e responde respectivamente aos apontamentos sobre: Objeto de análise e viés de pesquisa, diferenças conceituais de crise e estagnação, tendências de desenvolvimento capitalista e a questão do emprego (superexploração do trabalho). Marini (2000, p.231), assim como Bambirra, também aponta um viés político na análise de Cardoso e Serra, além de buscar esclarecer pontos equívocos de interpretação dos autores sobre o marxismo e explicitar o viés "sociologista" de sua metodologia.

Por estes motivos entendo que seria sem sentido qualquer esforço de nossa parte para buscar aproximações entre os pensadores da TMD para com os demais debates sobre

dependência. Dessa forma seguirei apresentando os autores que acredito possuem sim consistentes similaridades teórico-metodológicas com os intelectuais da superexploração.

Prosseguindo com a abordagem sobre a TMD ressalto que não é possível aplicar de maneira mecânica todos os princípios e interpretações da TMD ao se debruçar sobre períodos posteriores às publicações das obras que compõem seu arcabouço. Não possuo tal objetivo aqui, mesmo por que, ampliando horizontes de interpretação, logro evitar equívocos teóricos tais como abordagens economicistas da realidade em decorrência de um reducionismo teórico-conceitual. Com isto em mente, argumento em favor da atualidade de uma série de reflexões e conceituações propostas pelos autores da superexploração. A pertinência destas reflexões se comprova nas aproximações teóricas das obras citadas com diferentes autores do marxismo como Florestan Fernandes, Virgínia Fontes e Armando Boito Junior.

O sociólogo Florestan Fernandes é um dos principais nomes do marxismo no Brasil. Com uma extensa produção acadêmica e uma consistente trajetória docente bem como lastro de militância, Fernandes nos oferta reflexões diversas para compreender o Brasil que abordam desde as questões raciais (no começo de sua carreira acadêmica) até os debates sobre a formação econômica e o desenvolvimento do capitalismo e das classes sociais brasileiras. De acordo com a apresentação da edição, escrita por Adelar Pizetta, em "Poder e contrapoder na América Latina", Fernandes busca "[...] explicitar a formação histórica da América Latina, seus dilemas, impasses e, fundamentalmente, as tarefas que competem às classes trabalhadoras na sua luta para realizar as verdadeiras rupturas com as condições históricas atuais.". Além disso, irei recorrer ao livro "Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina" (1973) que debate com mais ênfase a formação econômica e, conseqüentemente, de classes no subcontinente. Ademais, "O Estado sob o capitalismo recente" (1979), especialmente o capítulo "Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo" complementa essa discussão.

As obras de Fernandes aqui analisadas possuem grande enfoque em suas reflexões sobre a formação latino-americana. Para além dos horizontes econômicos, Fernandes encara debates políticos e antropológicos sobre a sociedade brasileira e em suas reflexões apresenta uma série de afinidades teórico-conceituais com a TMD, especialmente com Santos, mesmo que não se enquadre como um intelectual da superexploração (Silva, 2020). Como esclarece o sociólogo Itamá Silva (2020), a diferença primária de Fernandes para os autores da chamada superexploração se encontra no foco de seus estudos. Enquanto Fernandes enfatiza suas reflexões no Brasil, os autores da TMD percebem um processo subcontinental: "A principal diferença é que as análises de Fernandes se debruçam, especificamente, sobre a realidade

brasileira, enquanto os teóricos da Teoria Marxista da Dependência buscam uma perspectiva latino-americana do mesmo processo" (Silva, 2020, p.53).

Vale mencionar aqui que assim como no caso de Brasília mencionado acima, a USP (Universidade de São Paulo, instituição em que Fernandes trilhou a maior parte de sua trajetória acadêmica especialmente na cadeira de Sociologia I) também contava com um grupo de leitura sobre Marx. Este grupo era composto por alguns sociólogos de renome como Gianotti, Cardoso, Ianni e Weffort, no entanto Fernandes nunca integrou os “uspianos” (Wasserman, 2017 apud Silva, 2020, p.48). Este grupo e o grupo de Brasília protagonizaram uma grande divergência intelectual, como exposto, mas nenhum pôde contar com Fernandes como integrante. Sua produção seguiu um viés de autonomia em certa medida, mas de nenhuma maneira esteve isolada ou desconectada.

Segundo Silva (2020) se observamos a obra de Vânia Bambirra percebe-se uma aproximação da visão de Fernandes com a vertente da superexploração. Fernandes aponta para uma diferenciação de Brasil e México dos demais países apontando para uma maior complexidade em seu capitalismo dependente enquanto Bambirra divide os países latino-americanos em dois grupos com base em seu modelo: os que contam com um processo de industrialização e expansão e os que se mantinham ainda primário-exportadores (Silva, 2020, p. 53). Ambos objetivam uma caracterização tipológica das nações latino-americanas com base na forma do desenvolvimento capitalista apresentado mesmo com uma diferença de profundidade entre as análises.

Silva aponta ainda outras similaridades entre Fernandes e Bambirra no que diz respeito à compreensão de que a "[...] relação contínua entre arcaico/desenvolvido é parte estrutural do capitalismo dependente." (Silva, 2020, p. 54). Isto é, ambos exprimem que:

[...] apesar da industrialização (intensificada graças ao período que vai do início da Primeira Guerra Mundial ao final da Segunda Guerra Mundial, onde existiram as condições propícias para a substituição das importações) existente nessas sociedades, o setor exportador não perdeu força; desenvolvendo desta forma uma burguesia aliada e atrelada aos interesses desse setor (Silva, 2020, p.54)

Outro ponto de encontro entre os pesquisadores da TMD e Fernandes é a compreensão de que não houve no Brasil uma revolução burguesa em “moldes” tradicionais. Nesse ponto, além de Bambirra, Marini também se assemelha a Fernandes (Silva, 2020, p. 55). Outro alinhamento se dá na descrença de uma burguesia ativa e condutora de um processo de desenvolvimento econômico emancipado. Por essa razão, Fernandes cria o conceito de “[...] modelo autocrático-burguês” para designar a manutenção de privilégios de uma burguesia sem

quaisquer pretensões utópicas de emancipação, a exemplo dos países europeus. E o golpe de 1964 reforça essa visão do autor (Silva, 2020, p. 53). Assim, para Fernandes, a burguesia nacional se trata de uma plutocracia:

Para se ir além, seria necessário fazer-se uma análise da formação e transformação da burguesia nas sociedades latino-americanas: como a oligarquia tradicional desintegrou-se, cedendo lugar a uma plutocracia na qual os "parceiros externos" estão diretamente representados (não apenas por seus interesses ou sócios menores locais). Essa plutocracia constitui uma burguesia compósita, que nunca foi descrita e interpretada sociologicamente como ela realmente é. Está sempre pronta para incentivar decisões que dão prioridade ao crescimento econômico induzido, aceleram a modernização dependente e fazem abortar mesmo a "revolução dentro da ordem". (Fernandes, 1975, p. 57)

A partir desta base se constrói mais uma noção compartilhada por estes autores: a única saída é revolucionária. Isso fica mais claro quando se coloca em cena a obra de Santos. Para Silva (2020, p. 50) a aproximação entre as ideias de Santos e Fernandes se dá calcada em dois eventos históricos vivenciados pelos autores: A Revolução Cubana e o golpe militar de 1964 no Brasil. Daí desenrolam-se duas lições presentes em ambos:

Esses dois acontecimentos históricos, vivenciados diretamente pelos autores, ensinaram duas lições: a) a subordinação das classes dominantes locais aos interesses imperialistas, abdicando de um projeto nacional de desenvolvimento, alimentado pelos nacionais-desenvolvimentistas; b) a percepção de que somente através de uma ruptura revolucionária, representada pela revolução socialista, seria possível livrar-se das amarras do capitalismo dependente que pode até gerar desenvolvimento econômico, mas não será capaz de superar mazelas sociais de natureza estrutural. (Silva, 2020, p. 50)

Isso se confirma quando visito Fernandes (2015, p. 34) e este entende que a Revolução Cubana foi o momento mais decisivo no que diz respeito à transformação da "ameaça" do socialismo como algo impreciso e distante em uma realidade histórica e continental. E ao retomar Santos (2020, "Um balanço histórico"), o mesmo entende a Revolução Cubana como o estopim para a onda contra-revolucionária que varreu a América Latina no século XX. Além disso, vale mencionar que o argumento de "dupla exploração" (superexploração) está presente tanto em Marini quanto em Fernandes (Fontes, 2010, p.353).

Santos é outro autor da Teoria Marxista da Dependência que se encontra em consonância com as ideias de Fernandes sobre o capitalismo dependente. Assim como o sociólogo paulista, Santos enxergou o capitalismo dependente como um desenvolvimento capitalista particular e condicionado que em sua expansão pode gerar ainda mais dependência, em outras palavras: "Outrossim, Fernandes e Santos também entram em conexão com relação à dualidade arcaico/desenvolvido e ao imobilismo que ele gera nas sociedades dependentes[...]"

(Silva, 2020, p.56). Silva defende que estes autores entram em concordância em três pontos principais:

Entretanto, acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento voltado para dentro; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em burguesias dependentes que por sua formação não estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais. (Silva, 2020, p.56)

Outro ponto de congruência entre os autores diz respeito a sua interpretação do fascismo como um movimento atual de potência que busca a garantia e o desenvolvimento do sistema capitalista e se manifesta de maneiras mais "impuras" na periferia⁸. Para ambos autores o fascismo surge e ganha forma na América Latina com o objetivo de manter o capitalismo dependente em bases seguras bem como é a Revolução Cubana um marco determinante para o fortalecimento fascista a partir da coalização da burguesia local com os interesses imperialistas das nações centrais (Silva, 2020, p.60), nas palavras de Silva:

O primeiro ponto de convergência entre esses dois autores, ao tratarem do fascismo, é enxergá-lo como um movimento político atual e com vitalidade.[...] Além do mais, tratando o fascismo de um modo geral, ambos o enxergam como um fenômeno que combate o avanço do movimento socialista e que também se configura por sua ligação direta com as grandes empresas (Silva, 2020, p. 59).

Ainda para Fernandes (2015), sob a prerrogativa de "evitar novas Cubas" mas de fato buscando estabilizar e trazer segurança para as ações do capitalismo monopolista na periferia estabeleceram-se ditaduras marcadas por uma clara "[...] intensificação das tendências à fascistização do Estado, apoiadas em assessoria policial-militar e política, em recursos materiais ou humanos e em estratégias vindas de fora (como parte da “modernização global”)." (Fernandes, 2015, p.47). Fernandes compartilha ainda com Santos a compreensão de que os rumos indicados para a história neste período não seriam de curta duração.

Recorrendo novamente à obra dos autores nota-se que Fernandes (2015, p.33) também defende que o fascismo não havia sido derrotado como realidade histórica, muito menos havia sido superado seu significado político e influência ativa. Para o autor, o fascismo seguiu como ideologia e utopia e persistiu na realidade após a derrota do nazifascismo no campo de batalha:

⁸ Neste quesito os dois autores em questão entram em mais uma concordância: a expressão fascista na realidade latino-americana sofre, intrinsecamente, de uma debilidade ideológica (Silva, 2020, p. 63).

Não só ainda existem regimes explicitamente fascistas em vários países; uma nova manifestação do fascismo tende a tomar corpo: através de traços e mesmo de tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, a versão industrialista “forte” da democracia pluralista contém estruturas e dinamismos fascistas. (Fernandes, 2015, p.33).

Enquanto Santos (2020, Cap. 3 da Primeira Parte) defende não só a atualidade do fascismo como sua modernidade ao assumir diferentes formas no contexto latino-americano, Fernandes (2015, p. 36) aponta o fascismo como uma força moderna e defende que seus propósitos estão ligados com a perspectiva de desenvolvimento com segurança, ou seja, "[...] um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas e das empresas multinacionais com vistas a garantir a estabilidade política na periferia.". O autor percebe uma compatibilidade entre os interesses conservadores, contra revolucionários e reacionários das burguesias da periferia com essa evolução. Os burgueses da periferia do capitalismo "[...] preferem a capitulação política ao imperialismo a lutar pelas bandeiras tradicionais (ou “clássicas”) de um nacionalismo burguês revolucionário.”.

Para Santos (2020, “As alternativas: Socialismo ou Fascismo”.) a reconfiguração do fascismo se dá em uma forma dependente/colonial que representou a vitória de forças mais bárbaras e retrógradas se materializou com pioneirismo no Brasil e na Guatemala sendo definido como:

[...] um movimento de massas pequeno-burguês com o apoio de setores marginalizados da população e do latifúndio decadente, e sustentado em uma ideologia profundamente irracionalista que fundamentasse tal carga de barbárie e atraso (Santos, 2020, “As alternativas: Socialismo ou Fascismo”).

O autor compreende que o fascismo dependente diferencia-se do fascismo clássico por formar um Estado que se impõe em uma dinâmica hierárquica e desigual (De cima para baixo), que opta pelo fortalecimento do capital internacional em detrimento do nacional e pela repressão ao invés da mobilização das massas. Outro ponto de diferenciação é a coexistência de um movimento fascista relativamente independente e frágil e de um Estado dominado pela elite empresarial, tecnocrática e por militares. Por fim, as ditaduras fascistas dependentes mostram-se mais frágeis que aqueles com moldes clássicos isto porque suas contradições internas impossibilitam o fim da insatisfação de diferentes grupos pequeno-burgueses e proletários e abre brechas para a existência de movimentos populares o que causa uma necessidade de repressão continuada.

Assim como Santos, Fernandes percebe uma mudança de caráter e orientação do fascismo. A luta contra o avanço do socialismo e a crescente militarização do Estado são aspectos fundamentais trazidos por essa mudança que se manifestam na “[...] rigidez política do

padrão de hegemonia burguesa, no uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo, na “tecnocratização” e militarização das “funções normais” do Estado capitalista [...]" (Fernandes, 2015, p. 33).

Fernandes (2015, p. 35) aponta ainda que na América Latina o fascismo "[...] pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa.". O autor aponta para uma substância contra revolucionária no movimento que empregaria uma guerra civil, seja essa potencial ou real, em dois níveis:

1º) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder), ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a “revolução dentro da ordem”; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália) (Fernandes, 2015, p.35).

No entanto, Fernandes percebe novos elementos e fontes para a criação do fascismo. O autor entende que empiricamente é possível notar tanto um enfraquecimento do campo político como o uso estratégico do espaço político. O primeiro movimento cessou as possibilidades do campo de servir como fonte para dinamização social ou comunitária em torno da formação da integração e da revolução nacional. O segundo adequa o Estado a concepções totalitárias de uso do poder. Uma vez imobilizado o campo político e adequado o Estado cria-se um processo de fascistização intenso e permanente em todos os níveis de organização do Estado. Surge então uma nova forma de fascismo produzida pelo totalitarismo de classe, um fascismo difuso, fluido, e com nexos especialmente político dentro do Estado, do governo e que impregna as estruturas de poder da sociedade.

Na medida em que o uso estratégico do espaço político é organizado e dirigido conforme uma concepção totalitária da utilização do poder, o Estado e o governo, na prática, são projetados em uma tendência intensa e permanente de fascistização (em todos os níveis das funções e dos processos de decisão em que o Estado e o governo se achem envolvidos). Portanto, um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso (e não sistemático), que é fluido (e não concentrado), em suma, um fascismo que tem seu nexo especificamente político dentro do Estado e do governo, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder no seio da sociedade (Fernandes, 2015, p. 39).

Santos (2020) defende, ao tratar da teoria do fascismo, que é necessário realizar uma distinção entre dois fenômenos do fascismo ocorridos ao longo da história: o fascismo como movimento político e a formação dos Estados fascistas, aliados e colaboradores. Pode-se defender assim que existam Estados fascistas que não tenham sido criados por movimentos fascistas, mas sim por golpes militares e admite-se também a chegada ao poder de um

movimento fascista de maneira subordinada que não é capaz de instaurar um Estado fascista, mas formas parciais deste. Isto é, uma forma de fascismo que permeia o estado estrategicamente com seu conteúdo político.

Para Fernandes (2015, p. 40) essa nova forma particular de fascismo se dá através da falta de elaboração ideológica e de uma tecnologia organizatória. Os requisitos de fascistização das estruturas de poder não demandam forte desenvolvimento ideológico ou tecnologia organizatória própria. Assim o modelo fascista que se manifesta nas ditaduras militares é distinto do populismo predecessor. Sem que haja necessidade da figura de um líder personificado, carismático e despótico ou da manipulação de massas:

Pois nos últimos casos o poder está investido ou em uma oligarquia ou em uma plutocracia, prevalecendo condições que reduzem ou anulam o despotismo pessoal (inclusive, que excluem a vinculação entre fascismo, manipulação demagógica das massas e absorção dos proventos políticos pelo “líder carismático”) (Fernandes, 2015, p.40).

Fernandes (2015, p. 43) aponta ainda o fascismo latino-americano como uma articulação entre o totalitarismo de classe e a plutocracia moderna. O totalitarismo de classe é o domínio cultural estabelecido por setores da classe dominante que constroem uma universalização cultural em que a cultura de classes mais baixas é reduzida a formas como folclore e cultura popular e quando os representantes dessa classe transpassam as barreiras sociais impostas passam a carregar consigo traços culturais "civilizados" e hegemônicos. A plutocracia é por sua vez o sistema político e social comandado por uma minoria que constrói seus privilégios com base no poder econômico.

Para Fernandes, a Plutocracia latino-americana incluiria a dominação externa imperialista e seus aliados burgueses locais. A sustentação dessa articulação demanda segundo o autor "[...] um alto nível não só de militarização, mas também de “tecnocratização” das estruturas e funções do Estado". Aqui é possível retomarmos as reflexões sobre o controle informacional exercido pelo governo através da hipertrofia da burocracia que age através de órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Reafirma-se a realidade de que a salvaguarda e o controle do fluxo informacional são peças intransponíveis para a manutenção da ditadura. O controle estabelecido sobre as massas é invariavelmente embasado no controle dos setores ditos técnicos que atuam sobre objetos de valor como a informação e, inevitavelmente, a informação orgânica registrada.

"Entretanto, a articulação do totalitarismo de classe com a plutocracia moderna (na qual entram burguesias locais pró-imperialistas e dominação externa imperialista) requer um alto nível não só de militarização, mas também de tecnocratização das

estruturas e funções do Estado. Não importa quem seja o “presidente” – um civil, como no Equador; ou um militar, como no Brasil e na Argentina –, o essencial é como controlar uma “sociedade de massas” (seria melhor dizer: uma sociedade de classes em expansão e muito desequilibrada) relativamente diferenciada e politicizada. Aquilo que Friedrich e Brzezinski chamam, graças a um eufemismo grosseiro, de “visão técnica” da ditadura moderna, dominada e gerida por uma plutocracia, pressupõe um “mínimo de fascismo”, numa escala que suplanta o que existiu e se fez necessário na Espanha de Franco e em Portugal de Salazar” (Fernandes, 2015, p. 43).

Fernandes (2015, p. 46) apresenta novamente uma visão congruente com a de Santos (2020) ao tratar do processo histórico que levou ao estabelecimento do fascismo na América Latina. Medidas contra revolucionárias estabelecidas pelo imperialismo norte-americano e impulsionadas pelo temor pela anarquia e o anticomunismo que assolava as classes dominantes da periferia:

De um lado, nos períodos de crises e tensões, nos quais os diferentes sistemas políticos mencionados exigiam mudanças políticas estruturais, os “interesses estrangeiros” inclinaram-se para a direita e a contrarrevolução, reforçando as tendências naturais das elites no poder a sufocarem as “ameaças de anarquia” com mão de ferro (o anseio de “combate ao comunismo” fazia com que qualquer preço fosse aceitável e com que várias ondas de fascistização do poder estatal recebessem acolhida simpática ou calorosa). (Fernandes, 2015, p. 46).

Outro alinhamento fundamental é a compreensão de que com a fascistização do Estado serão priorizadas funções estratégicas para repressão no processo: “[...] estruturas e funções do Estado que podem servir com maior rapidez, especificidade e eficácia quer para controlar a “revolução pelos costumes” e a “transformação da ordem”, quer para impedir ou congelar a “revolução contra a ordem”.” (Fernandes, 2015, p. 49).

O autor aponta alguns aspectos recorrentes na rotina das nações comandadas por Estados fascistas na América Latina no século XX. Entre esses constam a repressão, a perseguição e a repressão de opositores, a instituição de um simulacro democrático e as intervenções econômicas:

O controle da comunicação de massa, eleições rituais, parlamentos simbólicos, opressão e neutralização da oposição, extinção dos dissidentes etc. constituem uma rotina supervisionada pelo aparato repressivo do Estado. Também o controle central da economia, da educação, do movimento operário e dos sindicatos, das greves operárias e estudantis, da desobediência civil etc., com a aplicação calculada da polícia, das forças armadas e do aparelho judiciário, são feitos nos limites necessários –, e com notável flexibilidade – com vistas à reprodução das orientações totalitárias das classes dominantes e à capitulação ou à submissão dos opositores renitentes às imposições fascistas do governo (Fernandes, 2015, p. 42).

Para Fernandes, o monopólio político, econômico e social exercido pelo Estado junto ao domínio das funções estratégicas do Estado pela classe dominante faz com que se torne

obscura a separação, se existente, entre Estado e sociedade⁹. Essas mudanças profundas na esfera estatal não ocorrem ao acaso ou por simples necessidade de repressão. Como bem explica Santos, "não existe contra revolução ou revolução vitoriosa que se submeta aos instrumentos jurídicos e às instituições políticas pré-revolucionárias" (Santos, 2020, "O governo Castelo Branco").

Por fim se dá um alinhamento no panorama da luta contra o fascismo dependente apontando o socialismo como o único sistema político, econômico e social capaz de dar cabo desse processo (Silva, 2020, p. 65). Este cenário se confirma de tal forma que após o fim da ditadura a chamada democracia liberal brasileira foi incapaz de coibir os avanços de uma forma de fascismo extremamente similar que culminaria nos anos de governo de Jair Messias Bolsonaro finalizados com uma fracassada tentativa golpista. Essa nova ascensão se dá como resposta a diferentes fatores como a busca por desvelar e produzir justiça sobre o passado ditatorial e, em termos econômicos, está atrelada a ascensão da chamada "nova esquerda" no continente e os tímidos enfrentamentos aos interesses imperialistas especialmente nas reservas de petróleo bem como à uma série de fatores complexos ainda em amplo debate público e acadêmico distante de uma pacificação que por este motivo aqui não serão abordados. Sobre a questão da nova ascensão fascista diante dos avanços do nacional desenvolvimentismo Silva considera:

O estudo dessa aproximação se faz necessário, diante da permanência das mazelas sociais oriundas do capitalismo dependente e do recente avanço do fascismo na região. No início do século XXI, vários governos populares chegaram ao poder na América Latina, como foi o caso de Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador etc. Uma nova onda desenvolvimentista, assim como ocorrida no século XX, varreu o continente que tinha recentemente superado ditaduras militares de tendências fascistas. Porém, assim como visto no século passado, a crença de um projeto nacional de desenvolvimento, sem uma perspectiva de rompimento com as classes dominantes locais, dificultou o avanço desses governos populares que acabaram caindo em seus países ou sobrevivendo sob forte pressão internacional, como é o caso particular da Venezuela. O avanço do conservadorismo e do fascismo em vários países latino-americanos mostra, mais uma vez, que ainda se apresenta como atual a tese, defendida por nossos autores, de que as classes dominantes locais estão comprometidas na manutenção do capitalismo dependente. O aprofundamento do estudo dos autores trabalhados, podem servir de reflexão do ponto de vista político (Silva, 2020, p. 66).

Ao buscar por obras mais recentes que abordassem o tema do fascismo no Brasil e que possuísem possíveis aproximações teóricas com as reflexões da TMD me deparei com a

⁹ Aqui não me aprofundarei neste tema, mas cabe a menção à teorização de Gramsci sobre o Estado ampliado. Isto é, em síntese brevíssima, a compreensão de que não há separação entre Estado e sociedade civil, sendo ambas dimensões de uma mesma totalidade, reflexão apresentada nos Cadernos do Cárcere especialmente no sexto caderno do terceiro volume.

produção recente do sociólogo Armando Boito Junior. O autor desenvolve uma análise aprofundada da crise política brasileira após o golpe de estado de 2016 ao longo de artigos publicados nos últimos 10 anos. Vou me ater aqui especialmente às publicações mais recentes do autor que tem como principal objeto a caracterização do governo Bolsonaro como neo-fascista¹⁰.

"O fascismo, em geral, é um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. [...]" (Boito Junior, 2021, p.5). Com essa definição é possível vislumbrar a posição de Boito Júnior no debate sobre o uso do conceito de fascismo nas reflexões acerca, especialmente, do Brasil. O ponto aqui levantado pelo autor é de que o governo Bolsonaro se caracteriza como neo-fascista.

Note o leitor que estou falando de um movimento e de um governo neo-fascistas, e não de uma ditadura fascista. Alguns observadores e analistas da política brasileira têm argumentado que não cabe caracterizar o bolsonarismo como fascismo em geral ou como uma das variantes desse fenômeno político porque no Brasil ainda há eleições e também outros componentes caracterizadores da democracia. Sim, no Brasil ainda nos encontramos numa democracia burguesa, ainda que deteriorada, porém, é evidente que é possível formar-se um movimento social fascista num regime democrático e – talvez isso seja menos evidente – que é possível a constituição de um governo fascista sem que ocorra a passagem para uma ditadura fascista. (Boito Junior, 2020a, p. 111)

Mas como é notável o autor, assim como Santos, ao abordar a teoria do fascismo, defende uma diferenciação entre uma ditadura fascista e o movimento fascista. Além disso aponta a possibilidade do apoio fascista às ditaduras militares, ainda que estas próprias não sejam fascistas. É com base principalmente em Palmiro Togliatti, Daniel Guérin e Nicos Poulantzas que Boito Júnior afirma:

O fascismo, enquanto forma de organização do aparelho e do poder de Estado, é uma variante da forma ditatorial do Estado capitalista, ou seja, é um tipo de ditadura distinto, por exemplo, da ditadura militar. Porém, o fascismo é também, como já indicamos, a ideologia que justifica essa ditadura e o movimento que, coesionado por essa ideologia, pode lutar para implantar tal tipo de ditadura ou para mantê-la. (Boito Junior, 2020a, p. 114-115)

No entanto, acredito que a maior semelhança entre o que percebem os autores citados anteriormente e Armando Boito Jr está no ímpeto teórico conceitual em torno da visão sobre o fascismo. Enquanto Santos (2020), como exposto defende uma existência de forma mais difusa de fascismo no século XX que classifica como dependente ou colonial, Boito Júnior aponta que

¹⁰ Por questões de funcionamento do site onde está disponibilizado não pude acessar o texto “Political divisions and neo-fascism in Brazil” de 2022.

a mudança no caráter de classe e na forma de organização transformam o avanço conservador no Brasil do século XXI em um neo-fascismo. É a percepção sobre o caráter adaptável do fascismo a novos contextos que os aproximam.

Boito Junior (2020, p. 112) defende que o movimento fascista embasa o governo neofascista de Bolsonaro dentro de uma democracia burguesa deteriorada cujas instituições pereceram ante a tutela dos militares e avanços contra a liberdade política. Estes dois últimos aspectos por sua vez se refletem na política do governo. "Trata-se, então, de um movimento neofascista e de um governo predominantemente neofascista, mas não, pelo menos até aqui, de uma ditadura fascista." (Boito Júnior, 2020a, p. 112)

Não pense o leitor que essa conceituação seja sem propósito ou construído sem que se leve em conta outras abordagens. Mesmo porque a aplicação do conceito de fascismo fora de seu contexto original bem como a própria definição de fascismo não são pontos pacíficos entre sociólogos, cientistas políticos e historiadores. Por estes motivos, tratarei aqui das fundamentações de Boito Júnior para sua posição que nos ajudam também a responder algumas questões que possam surgir ao leitor: "[...] por que podemos falar em fascismo ou neofascismo no século XXI e num país localizado na periferia do capitalismo internacional? O fascismo não seria um fenômeno político típico do século XX e dos países imperialistas?" (Boito Junior, 2020a, p.112).

Boito Junior (2020a, p.113) então antagoniza com o que chama de "visão restritiva" e "radicalmente historicista" da abordagem sobre o fascismo tomando como exemplo Emilio Gentile (2019). A atribuição de um fascismo como um movimento restrito a sua própria história, isto é, um movimento que define-se na Itália entre 1919 e 1945 e na Alemanha do mesmo período se torna equivocada na visão do autor. Nesse sentido, defende-se que

"[...] do mesmo modo que generalizamos quando elaboramos e utilizamos o conceito de democracia, ditadura, monarquia, república e outros conceitos da Ciência Política, devemos também generalizar quando elaboramos e utilizamos o conceito de fascismo, que é um movimento político reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa." (Boito Junior, 2020a, p. 113)

Outra crítica de Boito Júnior (2020a, p.114) é à abordagem "empiricista" e "descritiva" de Umberto Eco (2018) e Paxton (2004) em "Anatomia do Fascismo" e "*livro II Fascismo eterno*". Segundo o autor o apego às evidências empíricas como capazes de dar cabo das definições empobrece a fundamentação teórica em torno do conceito. Além disso, defende que ao elencar as 14 características que definem o fascismo o autor não deixa claro os diferentes graus de relevância ou apontam caminhos para responder ao avanço fascista.

Esse tipo de definição deve ser denominado descritivo porque os seus autores não explicitam os critérios teóricos a partir dos quais selecionam os atributos do fascismo; acreditam, num enfoque empiricista radical, partir exclusiva e diretamente dos fatos empíricos para criar o conceito; não nos dizem o que é principal e o que é secundário; não qualificam as relações existentes entre um e outro atributo, isto é, se formam ou não um todo organizado e tampouco nos dizem como proceder diante de um determinado fenômeno histórico que, eventualmente, apresente apenas uma parte da lista de características arroladas para caracterizar o conceito. (Boito Junior, 2020a, p.114)

Boito Junior (2020a, p. 113) aponta ainda que mesmo dentro do marxismo o uso do conceito de fascismo vinculado a Bolsonaro não é pacificado. Ao citar a obra de Borón (2019) o autor aponta o que considera outro equívoco: compreender uma uniformidade de poderes dentro de regimes políticos buscando estabelecer uma lógica determinista entre bloco de poder e regime político, neste caso entre classe dominante e ditadura. Sem entrar em aprofundamentos sobre a base para o argumento de Borón (a compreensão de que as burguesias nacionais se dissolveram e se tornaram uma grande burguesia mundial) Boito coloca sua posição:

Um mesmo regime político comporta diversas forças hegemônicas e, o que não é necessariamente um mero reverso da medalha, uma mesma fração burguesa pode exercer sua hegemonia em diferentes regimes. De um lado, a democracia burguesa serviu para a organização da hegemonia do médio capital na época do capitalismo concorrencial e para a organização da hegemonia do grande capital monopolista a partir do século XX. De outro lado, enquanto na Itália e na Alemanha o grande capital instaurou a sua hegemonia por intermédio do fascismo, essa mesma fração burguesa chegou ao posto hegemônico na Inglaterra e nos Estados Unidos por intermédio da democracia burguesa. A relação entre bloco no poder e regime político, embora não seja aleatória, não é unívoca. (Boito Júnior, 2020a, p.113)

Portanto, Boito Júnior defende uma definição teórica de fascismo como um esforço muito mais produtivo do que a abordagem empirista. A defesa pelo uso do fascismo como conceito geral se sustenta na noção de que a conceituação teórica partindo de fatos históricos e da teoria geral da política e do Estado deve localizar aqui de mais essencial do fascismo e assim ofertar um caminho para as análises históricas (Boito Júnior, 2020a, p.114).

Faço também menção à compreensão do autor, ao retomar a obra de Gramsci, de que a violência se faz um traço predominante do pensamento, da estrutura e da história brasileira. Traços de autoritarismo e centralização política em grandes mudanças calçam o caminho que culmina na crise conjuntural a partir de 2014 que se agrava com o golpe de 2016 e leva ao governo neo-fascista de Bolsonaro. Para Boito Júnior (2021, p. 9) o fascismo não emerge apenas em decorrência de uma crise conjuntural. Para o autor o neofascismo brasileiro vem de um quadro histórico favorável formado pelos seguintes fatores:

[...] passado escravista, as mudanças políticas efetuadas pelo alto, como em 1930 e 1985, a instabilidade do regime democrático, a tradição do pensamento autoritário e a significativa presença da classe média como força social distinta – ora progressista, ora conservadora – na história política nacional Gramsci destaca um elemento social de longa duração e importante para a explicação do surgimento do fascismo na Itália: a violência entranhada na sociedade italiana. Como hipótese, podemos supor que seja mais fácil surgir e crescer um movimento que elege a violência como objeto de culto numa sociedade que já pratica regularmente a violência em forma extremada. Nossa análise, contudo, se restringirá à conjuntura na qual o neofascismo se originou. (Boito Júnior, 2021, p.9)

Por fim, vale mencionar a inserção de Boito Júnior (2020b, p.136) em debates sobre o uso do conceito de bonapartismo para caracterização de governos recentes da América latina. Em específico, o autor visa antagonizar o uso dessa caracterização destinada ao Lulismo enquanto defende o uso do conceito de populismo. Ainda que em determinados momentos não estejam em mesmas posições, a perspectiva de continuidade anterior e as reflexões sobre o bonapartismo aproximam teoricamente Boito Júnior de Santos (2020). Para o autor da TMD, existem traços marcantes da história brasileira que se prolongam até o período ditatorial. O primeiro é a tendência intervencionista e “guardiã” da ordem vigente que os militares apresentavam:

Da abolição da escravidão até a instalação da República, e desde a República até 1930, as Forças Armadas tiveram um papel preponderante na solução das crises políticas do país. [...] Recorrer às Forças Armadas como árbitro das disputas internas da classe dominante é uma constante em nossa história. (Santos, 2020, “O golpe de abril”)

O segundo traço apontado por Santos está relacionado ao conceito de Bonapartismo cunhado por Marx em seu livro “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”. Santos (2020, cap.2 da Quinta Parte) caracteriza o conceito de Marx de bonapartismo, usado ao longo da história para tratar de diferentes regimes de força, da seguinte maneira:

O bonapartismo pode ser caracterizado, em um modelo abstrato, como um regime de força, aparentemente acima das classes sociais, dominado por um “chefe” militar ou civil e por uma burocracia que goza de uma independência relativa e conta com o apoio da classe dominante. Seu principal objetivo é a conservação da ordem existente, anteriormente ameaçada. Representa uma situação provisória de equilíbrio de forças entre as classes em conflito. Nesse regime, as forças dessas classes se acumulam até que o equilíbrio se rompa em favor de uma delas. (Santos, 2020, cap. 2 da Quinta Parte)

O autor ressalta que apesar de cunhado por Marx no 18 de Brumário para tratar do contexto da Revolução Francesa, o conceito de bonapartismo seria aplicado em análises sobre o governo de Kerensky na Rússia bem como sobre os regimes fascistas e nazistas (exemplos do bonapartismo na fase imperialista do capitalismo).

Para o pesquisador brasileiro o bonapartismo pode ser identificado em dois modelos básicos: um progressista e outro de caráter conservador. O modelo progressista é visto em governos autoritários que têm como base um movimento popular controlado. Governos que através da oferta de concessões aos mais moderados e repressão aos revolucionários garantem "[...] o domínio burguês sobre o movimento popular e as medidas progressistas da burguesia contra os setores mais atrasados da classe dominante" (Santos, 2020, "O conceito de bonapartismo"). Cita-se como exemplo o período ditatorial comandado por Getúlio Vargas, o Estado Novo.

O modelo conservador por sua vez é também marcado pelo autoritarismo, mas tem como principais suportes a repressão e as concessões aos dirigentes de massas, o que lhe possibilita a garantia da dominação de classe. Tendo como principal objetivo a manutenção da ordem vigente, esse modelo se embasa sempre em um aparato conservador como as forças armadas, por exemplo.

Santos (2020, "As causas do fracasso do bonapartismo "progressista"") ressalta ainda que o período de bonapartismo de esquerda, praticado inicialmente por Getúlio Vargas e posteriormente almejado por Jânio Quadros e João Goulart é uma "epopeia bonapartista". Segundo o autor, o bonapartismo progressista fracassou no Brasil em virtude de uma contradição interna do próprio fenômeno: "Ao mesmo tempo que este bonapartismo é uma tendência latente, como única solução progressista da burguesia é, por outro lado, a expressão da necessidade de conter o movimento de massas" (Santos, 2020, "As causas do fracasso do bonapartismo "progressista"").

Outra relevante pesquisadora, já citada, que dedicou fôlego mais recente aos debates teóricos relacionados à dependência é a historiadora Virgínia Fontes, especialmente em sua publicação "O Brasil e o capital-imperialismo" de 2010. O livro apresenta principalmente um debate em torno da proposta conceitual de "capital-imperialismo", isto é, uma conceituação que se trata de um esforço teórico para que, ao recuperar a conceituação de "Imperialismo" em Lenin, se possa aplicar o conceito em análises sobre a atualidade ante as muitas transformações sociais ocorridas ao longo dos quase 100 anos que separam as obras dos autores:

O capital-imperialismo não nega sua origem conceitual e alerta para o fato de que a já secular duração temporal do imperialismo não implicou seu congelamento; ao contrário, envolveu modificações profundas na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política. As lutas de classes, ora mais evidentes, ora mais sub-reptícias, também sofreram importantes inflexões, permanecendo, porém, o fulcro da contradição essencial da dinâmica capitalista, a que opõe a concentração da propriedade à socialização expandida e internacionalizada da produção. (Fontes, 2010, p.13)

Ou seja, uma tentativa de atualizar o léxico conceitual marxista às novas dinâmicas de expansão das grandes capitais ocorridas em especial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1945). Uma forma de capitalismo derivada do imperialismo cuja expansão é pautada em consórcios de capitais concorrentes e marcada por uma complementação da dominação interna pela expansão externa. Essa expansão supera as formas tradicionais mercantis e de exportação de bens e capitais “[...] impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. [...]” (Fontes, 2010, p.149).

Fontes (2010, p.152), ao tratar do conceito de capital-imperialismo, aponta que a expansão do capital produziu um crescimento de tensões nos elos mais fracos das estruturas imperialistas. Essas tensões reverberam também nos centros, fator que leva à imposição de ajustes violentos ou tortuosos que atingiam toda cadeia imperialista. Esse seria o motivo pelo qual se deu a adesão incondicional a modelos de conduta para lidar com as lutas sociais. Surge assim o desafio das classes dominantes locais de “[...] aprofundar a acumulação de capital evitando a emergência de lutas similares” (Fontes, 2010, p.152). Nesse sentido, a autora retoma a ideia de contrarrevolução preventiva de Florestan Fernandes defendendo que esse processo seria a condição primeira para garantir a acumulação e, conseqüentemente, a manutenção da ordem capital-imperialista. E, ainda que com ressalvas e divergências teóricas a Marini, a pesquisadora também percebe a expansão do “capital-imperialismo ” no século XX se implantou em sociedades “secundárias” com base em “fortes condições de dependência (Fontes, 2010, p.216).

Notam-se aqui traços de semelhança entre as ideias de Fontes e as bases da TMD. A autora é fortemente influenciada por essas ideias, em especial por Marini a quem chama de “mestre”. Ainda assim, Fontes guarda divergências com o dependentista, ainda que não tão profundas, mas divergências. E a essas discordâncias dedica um capítulo de seu livro. Fontes (2010) apresenta algumas divergências teóricas com Marini que não estão no escopo deste trabalho, mas cabem aqui menções. Tratam-se da escassez de mercado interno, da concepção de superexploração como traço estrutural excepcionalmente periférico e do conceito de subimperialismo. Boa parte das críticas ou, como expõe a autora, “polêmicas” em torno da obra de Marini pairam sobre debates de cerne econômico e percepções sobre a formação econômica do Brasil bem como a própria transformação da dinâmica da economia e suas nuances em compasso com o surgimento e avanço do capitalismo financeiro. No entanto, Fontes não nega os traços gerais que conduzem o pensamento do dependentista.

A obra da autora por si só reafirma a pertinência e atualidade das reflexões dos autores da TMD. Além dos fatores supracitados menciono ainda suas reflexões sobre o fascismo apresentadas no texto “O protofascismo - arranjo institucional e policialização da existência” de 2019, texto que aborda com mais ênfase o, até então inicial, governo Bolsonaro. Apesar de ressaltar que era necessária atenção aos traços de fascistização que ocorriam a partir das mudanças no Estado realizadas pelo governo Bolsonaro logo em sua largada a autora faz clara distinção entre presidente eleito com discurso fascista, práticas de cunho fascista e institucionalização de um regime fascista sem que haja necessidade de causa entre estes, isto é, um não leva ao outro necessariamente (Fontes, 2019).

Tampouco é sensato não debruçar-se sobre os sinais que indicam traços de fascistização que já vem ocorrendo, pois parece haver gravidade suficiente no que se pode observar, desde o ponto de vista do reordenamento do Estado brasileiro pelo governo Bolsonaro. Está em curso um redesenho constitucional e institucional, realizado tanto por meio de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis, além de subterfúgios administrativos." (Fontes, 2019)

Outro ponto relevante é que Fontes (2019, Janus macrocéfala) defende ser de grande relevância observar a relação entre ultra-neoliberalismo e fascismo na atualidade. Ao tratar do tema aponta para uma caracterização do governo Bolsonaro como bifronte sendo uma das faces a ideológica marcada pelo apologismo proto-nazista, pela posição anti-sistema e pelo anticomunismo que se manifesta na forma da luta contra o espantalho do "Marxismo Cultural" (Acusações infundadas de doutrinação em escolas e universidades por exemplo). A segunda face diz respeito ao ultra-neoliberalismo pregado, em especial, pelo então ministro da economia Paulo Guedes. Segundo a autora, essa pregação remonta naturalmente à experiência de Guedes no Chile de Pinochet¹¹. Para além deste vínculo ainda existem mais características e medidas de governo que, na visão da autora, remonta à Ditadura militar no Brasil como a centralização política no poder executivo, ponto que retornarei ao tratar das permanências.

Apresentados os autores, conceitos e ideias centrais que embasam o debate que proponho neste trabalho, partirei agora para tratar de algumas particularidades das trajetórias dos países selecionados revisitando alguns dos autores e acrescentando algumas novas leituras. Isto é, debater os temas centrais dessa produção à luz da compreensão de que as ditaduras

¹¹ Como notícia a jornalista chilena Rocío Montes ao Jornal *El País* em 31 de outubro de 2018, Guedes realizou seus estudos de pós-graduação na ultra-neoliberal Universidade de Chicago sob a forte influência de Milton Friedman, o grande autor basilar dos *Chicago Boys*, grupo que posteriormente desempenhou papel fundamental nas reformas promovidas pelos regimes ditatoriais no Cone Sul e especialmente durante a era Pinochet no Chile. Guedes viria a compor o quadro de pesquisadores da Universidade do Chile durante a Ditadura Militar à convite de umas *Chicago Boys* com quem havia desenvolvido maior afinidade. Segundo o ex-ministro brasileiro a ida ao Chile se deu apenas por motivações financeiras.

militares transformaram, em bases fascistas, também a burocracia estatal e, conseqüentemente, os arquivos e o controle sobre o acesso

2.2 O CASO BRASILEIRO

"Este golpe militar se explica pela superação das formas tradicionais de dominação política provocada pelo desenvolvimento do grande capital."

(Theotônio dos Santos)

A presente subseção busca tratar brevemente da experiência brasileira durante a ditadura militar, ou seja, das particularidades e características do processo autoritário que transformou a sociedade brasileira a partir de 1964. Os frutos dos 21 anos de opressão impetrada por civis e militares caracterizam-se como permanências e se estendem aos dias atuais moldando o político e o social. Além disso, como irei observar mais à frente, a experiência brasileira ocupa um posto de protagonismo na América Latina servindo como base de pioneirismo das intervenções imperialistas. Por estes motivos faz-se necessária a compreensão, ainda que mais superficial, sobre esse período tão determinante para os outros dois casos analisados neste trabalho.

Tendo em vista as exposições anteriores relacionadas aos traços gerais que caracterizam o movimento contra revolucionário, debatarei nesta subseção as particularidades do caso brasileiro contida em uma reflexão histórica embasada pela literatura levantada.

O fascismo, como defende Boito Junior (2021), é também fruto de uma crise conjuntural. Faz-se então necessário retroceder aos “preparativos” para o golpe e mencionar de maneira reduzida as condições políticas, econômicas e ideológicas que levaram à derrubada de João Goulart em 1964. Isto é, remontar brevemente as conjecturas, em especial, do período 1961-1964.

Retomo aqui a obra de Theotônio dos Santos (2018, p. 2). O economista entende que a partir do intento golpista de 1961 o Brasil passa a experimentar um agravamento da luta de classes que culmina, em 1964, no enfrentamento entre as forças populares e a mobilização dos setores de direita. O primeiro grupo era composto por aqueles que apoiavam o presidente João Goulart e o segundo por militares e parlamentares anticomunistas endossados pelo movimento de massas "pela família, por Deus e pela propriedade".

O autor defende que o golpe de 1964 resultou da unificação de toda a classe dominante contra o movimento popular. Dessa forma, dando fim aos meios tradicionais de domínio do movimento popular e submetendo este movimento a uma repressão generalizada. Este processo

culmina no surgimento da resistência organizada e clandestina de autodefesa. O golpe teria produzido ainda, segundo o autor, manifestações e movimentos isolados contrários à instauração do regime, além de guerrilhas organizadas. O pesquisador defende que nesse processo a radicalização política do país se expressou de três formas: "[...] na mobilização de massas, no aspecto militar e no campo ideológico." (Santos, 2020, "Mudança do caráter da radicalização a partir do golpe de 1964").

Como se apresentou, Santos (2020, "Algumas lições gerais") aponta que o surgimento das ditaduras militares não tende a produzir um fenômeno passageiro. Nesse sentido, no caso brasileiro, ao entender a necessidade de limpar da vida política os riscos que levaram ao avanço popular anterior, as forças autoritárias e conservadoras de então buscam criar uma situação de "[...] terror contrarrevolucionário dominante" (Santos, 2018, p.7). Esse terror serve de fio condutor para o estabelecimento e a manutenção do que Santos (2018, p.9) define como um conjunto de elementos políticos, jurídicos, econômicos e ideológicos que indicam os regimes ditatoriais latino americanos como a "primeira fase de um processo de fascistização a longo prazo".

Outro demonstrativo do aspecto de longo prazo das transformações que promoveu o regime é apontado pelo historiador Carlos Fico. Trata-se da criação da Escola Nacional de Informações (EsNI) subordinada ao Serviço Nacional de Informações (SNI) com fins de formar uma massa de trabalhadores qualificados a atuar no órgão uma vez que se projetava o funcionamento do SNI como uma agência de civis nos moldes da *Central Intelligence Agency* (CIA), por exemplo. A criação da escola se deu durante o governo Médici (1969-74) com base em exemplos de agências de outros países do centro do capitalismo (Fico, 2001, p. 82).

Carlos Fico (2001, p. 104) também percebe a força do terror contra revolucionário durante o período. Segundo o historiador, uma parcela significativa do esforço da(s) comunidade(s) de informação era pautado na tentativa articulada de propagar a ideia de que se vivia no país uma guerra revolucionária. Esta percepção produzia em parte da população a ideia de que a outra era inimiga e causadora de danos às "vítimas" militares e seus familiares. Essa construção do real deveria legitimar os piores esforços do regime em termos de repressão violenta. Esforço que se assemelha muito ao da "*teoria de los dos demonios*" produzido pelos militares na Argentina e que irei explorar com maior profundidade mais à frente.

Existem também fatores econômicos e sociais que foram determinantes para o contexto que culmina no golpe. Para Santos (2020, "A crise brasileira e a crise latino-americana"), dois componentes apresentam-se como fundamentais para a crise no Brasil e ambos se enraízam no

próprio perfil da sociedade brasileira. Segundo o autor, o Brasil possuía em meados do século XX uma "estrutura capitalista industrial muito avançada" determinante dos rumos da economia nacional que foi criada com base no processo de substituição de importações, emergindo de um quadro de economia agrário-exportadora do período colonial bem como de uma aliança política e econômica com as elites coloniais.

Nesse contexto, a continuidade do grande setor pré-capitalista industrial se torna um limite para o desenvolvimento da economia nacional. Este é representado na forma do latifúndio improdutivo, das relações "semiservis" no campo, da burocracia estatal hipertrofiada e irracional além da burguesia ligada à especulação agrário-exportadora. Para o pesquisador, foi a soma das crises destes distintos setores que produziu a complexidade da situação social brasileira (Santos, 2020, "A crise do setor tradicional").

Ao tratar da formação do capitalismo no Brasil dentro de uma perspectiva transitória de dinâmicas coloniais e neocoloniais para aquelas de sobre-apropriação e dependência, Florestan Fernandes (1973, p.54) conclui que a dependência não pode ser compreendida como mera condição ou fruto do acaso. Este é, para o autor, o resultado de um processo de articulação estrutural e dinamismos econômicos externos e internos.

Assim como Santos (2020), Fernandes já compreendia o Brasil no período ditatorial militar como um país que enfrenta dilemas do capitalismo dependente em um período de avanço industrial. Um momento de impasses marcado pela incorporação às economias centrais e de tensão diante da incapacidade burguesa de "[...] preencher todos os seus papéis históricos como agentes de uma revolução nacional." (Fernandes, 2015, p.37).

Diante desse impasse, Santos percebe no governo de Goulart (1961-4) uma busca pela conciliação de interesses que teria produzido seu fim. Era necessário o apoio do movimento de massas para a reforma, mas a estabilização monetária almejada necessitava do apoio da direita, assim um governo bonapartista reformista e estabilizador não poderia haver. A vitória do bonapartismo progressista apoiado pelo movimento de massas assim "[...] converte-se em um contrassenso" (Santos, 2020, "As causas do fracasso do bonapartismo "progressista").

A crise decorrente dos governos bonapartistas progressistas demonstrava a incapacidade de conciliação dos interesses de classe. O reformismo reivindicado e apoiado pelo movimento popular e a estabilização monetária almejada pela burguesia não poderiam ser postos em prática simultaneamente. Escancara-se então a ineficiência dessa forma de governo abrindo caminho para o estabelecimento de um regime de força, bonapartista e conservador.

Para Santos, diante da incapacidade de mobilização social para tal impacto nas estruturas políticas e econômicas a burguesia se defronta com uma alternativa única e estabelece "[...] um capitalismo subsidiário, dependente do imperialismo e incapaz, portanto, de responder às necessidades de um povo repleto de possibilidades históricas e que passa por um processo de profundo amadurecimento político." (Santos, 2020, "A crise brasileira e a crise latino-americana") A consolidação dessa alternativa demanda um governo muito mais forte e policial, é então que o fascismo se estabelece como uma solução de longo prazo.

Já para Fernandes (2015, p.48), o contexto predecessor do regime militar apresentava uma orientação pré-fascista que permitiria o uso de "medidas de exceção" mesmo sem que houvesse um Estado assim caracterizado. Fernandes defende que havia uma polarização entre grupos que atuam no espaço político e canalizam forças políticas com fins de apoio ou oposição à ordem política e legal. Diante do impasse e da não solução dessa oposição na forma de acordos, se dá a predisposição burguesa para converter tendências pré-fascistas em uma fascistização do Estado.

Extrai-se dessas considerações que internamente o Brasil percorreu um trajeto marcado pela aliança da elite agrária exportadora colonial com a burguesia industrial emergente. Do processo de industrialização ocorreram crises em ambos setores que, somadas à pressão externa, levaram a classe dominante a buscar alternativas de governo que viabilizassem uma estabilização monetária. Uma vez que o modelo conciliatório progressista não supre essas necessidades burguesas, as tensões aumentam. Apresenta-se uma crescente radicalização política em virtude da oposição de forças revolucionárias e contra revolucionárias imperialistas. Além disso, provoca por parte da burguesia a escolha pela fascistização do Estado, processo este possibilitado pelo domínio burguês sobre as funções estatais estratégicas.

Isto é, diante de uma crise em que estava o capitalismo potencialmente ameaçado, a burguesia recorre ao fascismo como cão de guarda, como bem aponta Daniel Aarão Reis "[...] A ditadura era a garantia do capitalismo. Como irmãos xifópagos. A destruição de um significaria a morte do outro. O resto eram ilusões de classe, para retomar um jargão da época" (Reis, 2010, p. 175).

Para Santos (2020, "Um balanço histórico"), o regime militar que se instaurou no Brasil pode ser entendido como a instauração da ideologia fascista no poder "combinada ou subordinada a forças conservadoras de matiz liberal-autoritário." Sendo a fascistização do Estado a saída da burguesia para garantir seus interesses, considero duas questões fundamentais para meu esforço de pesquisa. Primeira, como se constrói o fascismo no Estado brasileiro? E

segundo quais os efeitos práticos da fascistização na organização do Estado considerando o aspecto de longa duração desse regime?

O autor ressalta ainda que a força do movimento de massas que se manifestou a partir dos anos de 1950 fez com que a classe dominante compromettesse o aparato militar de maneira distinta até a instauração do regime militar:

Progressivamente, as Forças Armadas têm sido convocadas a defender o regime vigente contra o “perigo do comunismo”, expresso no avanço e radicalização do movimento popular. Cada vez mais, participa da vida nacional como baluarte de um governo forte, capaz de conter o movimento de massas e apresentar-se à nação como um salvador nacional situado acima das classes (Santos, 2020, “O golpe de abril”).

Dessa maneira a força do aparato passa a ser substancialmente minada em virtude da injeção do embrião da política na oficialidade e das aspirações bonapartistas manifestadas pelos oficiais. As forças armadas tornam-se então um solo cada vez mais fértil para o crescimento do fascismo.

Havia ainda características ideológicas que produziam uma maioria de sustentação para o regime, Santos (2020) aponta que a doutrina de segurança nacional sustentou ideologicamente a unificação política da maioria dos militares. Segundo o autor, o conteúdo fascista presente nessa base das Forças Armadas diferencia-se em grande medida do fascismo clássico visto em Alemanha e Itália, mas ainda assim é evidente:

[...] esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão e da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. (Santos, 2020, “Sobre o fascismo dependente”)

O fascismo presente entre os militares alcançaria toda estrutura estatal. A contra revolução violenta seria pautada institucionalmente por um movimento fascista mais ou menos permeado na cúpula de poder e sustentada por parte da sociedade civil, pela burguesia nacional e pelo grande capital estrangeiro. Esse processo de contaminação das estruturas burocráticas se dá de maneira mais ou menos vertical contando com enrijecimento ou afrouxamento das amarras autoritárias a depender da conjuntura.

Sob a prerrogativa de estabilizadora, mesmo que o objetivo fosse a garantia dessas para a classe dominante, o golpe de abril de 1964, na figura de seu primeiro representante em governo (Humberto Castelo Branco), adotou de imediato medidas repressivas sem grandes efeitos de longo prazo (Santos, 2020, “O governo Castelo Branco”). Esse objetivo fez com que o governo se caracterizasse em seu surgimento como um intermediário das forças que compuseram o movimento que culminou no golpe militar.

A base para a política de força do governo era a estabilização almejada na política econômica. O abandono da perspectiva reformista era realizado almejando a estabilidade e a manutenção do regime econômico (Santos, 2020, “O governo Castelo Branco”). A continuidade da política econômica de estabilização atira o país em uma profunda depressão, movimento vantajoso para muitos. O aumento de impostos, a carência de investimentos em busca do controle da inflação e a redução salarial agravam o declínio econômico.

Pedra de toque das possibilidades de sobrevivência do regime econômico, a política econômica do governo correspondia à dinâmica das forças num contexto em que “[...] movimento violento de massas foi contido provisoriamente e a classe dominante uniu-se para defender seus interesses.” (Santos, 2020, “A política econômica”) e se apresentava como única alternativa válida para a burguesia, uma vez que se deu como “[...] um todo sistemático, adequado às necessidades do regime econômico e social do país: significava a única garantia possível de sobrevivência da classe dominante atual.” (Santos, 2020, “A política econômica”).

Enquanto a mobilização de estudantes, trabalhadores da cidade e do campo seguia firme, o temor pela impopularidade do governo, a insatisfação pelo regime de discriminação nas forças armadas e o aumento do custo de vida tornam crescente a insatisfação entre burgueses, pequeno-burgueses e militares de baixa patente produzindo forte instabilidade no governo. Além disso, grupos fascistas insatisfeitos com os mecanismos de repressão que classificam como muito brandos (Santos, 2020, “Limites do bonapartismo de direita”). O governo falha em gerir o cenário de crise política e econômica produzindo um aumento na impopularidade que somado à incapacidade de gerir os conflitos com os diferentes setores da classe dominante compõem os fatores definitivos que levaram à articulação e à criação de uma oposição política por parte da classe dominante contra o governo Castelo Branco (Santos, 2020, “O governo Castelo Branco”).

A revolta dos setores políticos e dos oficiais militares levou então ao governo Artur Costa e Silva. “Este governo tentou atribuir-se uma base constitucional, que foi promulgada por Castelo Branco, tentou abrir alguns caminhos reformistas e criar um clima de simpatia popular ao redor de seus objetivos.” (Santos, 2020, “O governo Costa e Silva”). O resultado desse processo foi, a curto prazo, uma distensão política seguida de uma tensão ainda maior que a anterior, culminando no fracasso do governo.

Costa e Silva se manteve no posto por apenas dois anos em virtude de diferentes fatores políticos. Santos (2020, “Costa e Silva”) elenca as principais causas para o fracasso do governo atribuindo aos econômicos o posto de principais: o fracasso da política de reformas, a

persistência da insatisfação popular, a impossibilidade de abandono da política monetária (ainda que sua aplicação tenha sido menos regular) e a nova disparada da inflação apesar do tímido avanço da economia, a persistência da insatisfação sindical, a manutenção da política salarial e a incapacidade do governo de pôr em prática de maneira eficaz a abertura política bem como a consolidação institucional esperadas em virtude do regime constitucional e do fim dos atos institucionais.

Apesar de haver um certo grau de diminuição do medo do aparato de repressão e um crescimento da mobilização popular, essa mesma mobilização sempre foi tratada como "[...] ilegal, anticonstitucional e anti-institucional" (Santos, 2020, "O governo Costa e Silva"). Segundo o autor, a mobilização em torno do ímpeto democrático ocorre a partir das bases, "de baixo pra cima", o que produz na crescente impotência do governo em relação ao movimento de massas. Simultaneamente ocorre "[...] o desenvolvimento de setores do poder e da pequena burguesia que assumem para si o exercício da “justiça” que eles denominam “revolução”, isto é, a “justiça” da contrarrevolução." (Santos, 2020, "O governo Costa e Silva"). O resultado final dessa situação é o estabelecimento de uma desconfiança generalizada no governo por parte tanto da esquerda quanto da direita.

Diante deste panorama a decisão pelo socialismo ou pelo fascismo se torna ainda mais iminente. São essas condições que levam ao chamado “golpe de 1968”, via o AI-5, que suspendia a constituição promulgada no governo Castelo Branco. O Ato Institucional número 5 produziu "[...] um processo de repressão ao movimento popular (que atingiu o auge em 1968) e ao movimento armado que cresceu à sua sombra" (Santos, 2020, "O governo Garrastazu Médici"). Essa repressão estava sustentada estrategicamente em três principais pilares:

1. suprimir as relações entre os liberais e o movimento popular através da supressão dos meios de expressão dos primeiros e aterrorizando-os; 2. romper as relações entre o movimento popular e o movimento armado, atacando violentamente o movimento estudantil e as vanguardas do movimento operário; aterrorizando-os e intervindo diretamente; 3. isolado o movimento armado, golpeá-lo violentamente através da tortura, da prisão e do extermínio físico (Santos, 2020, "O governo Garrastazu Médici")

Tortura, desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias, sequestros e assassinatos se tornaram práticas, não inauguradas em 1964, rotineiras dos agentes de Estado contra uma gama ainda mais ampla de setores da sociedade. Qualquer pessoa tida como subversiva pelo regime estava condenada à perseguição em suas formas mais cruéis. Estudantes, militantes, indivíduos acusados de associação com subversivos e aqueles que supostamente poderiam apresentar

comportamentos cotidianos que ferissem a “moral e os bons costumes” passaram a sofrer com a intensificação da repressão ao limite.

Entre muitos casos de tortura e prisões arbitrárias destaco o caso do Frei dominicano Tito Alencar. Preso e torturado por envolvimento com a UNE e posteriormente com a Aliança Libertadora Nacional comandada por Carlos Marighela. Tito foi torturado por Albenaz e Fleury (conhecido como o “diabo do DOPS”) em diferentes períodos durante sua segunda prisão (Almeida; Assis, 2017, p. 123). As sequelas físicas, psicológicas e sociais deixadas pela tortura conduziram Tito ao suicídio.

Carlos Fico aponta que entre os alvos da perseguição estavam também aqueles que apresentavam algum “desvio sexual” seja no que diz respeito à orientação sexual ou mesmo a questões relacionadas a relacionamentos extraconjugais.

A acusação infundada de “desvio” sexual também era usada para “confirmar” a inculpação de comunista, de subversivo ou de corrupto. Deste modo, para a comunidade de informações, agravava a situação de um suspeito supô-lo envolvido em atividades sexuais não usuais. Medidas duras de repressão foram recomendadas a um brasileiro acusado de comunismo, pois, como sugeria imprudentemente uma informação, o suspeito também seria um “pederasta passivo”. Nessa mesma linha, uma professora universitária acusada de “esquerdista” era também “incriminada” por ser levemente identificada pelo agente de informações como “amante” de outro professor. (Fico, 2001, p.102)

Este tipo de perseguição permaneceu vigente no ideário conservador sendo a perseguição, em muitos casos violenta, à comunidade LGBTQIA+ e a vigilância aos comportamentos atribuídos de maneira preconceituosa a este grupo um traço recorrente dos discursos e ações de conservadores e reacionários expressos sendo ainda marcante no chamado “senso comum”¹². Se trata, portanto, de uma expressa continuidade ideológica que culmina em diferentes formas de violência amplamente difundida.

Ainda sobre a perseguição voltada a aqueles que rompiam, ou que se suspeitava romperem, com o comportamento padrão comportamental “cisheterossexista”, Castro (2019) afirma que eram esses comportamentos desviantes do padrão tidos como parte do “plano do comunismo internacional”. O “desvio” sexual era também um agente ameaçador do capitalismo e por isso perseguido veementemente.

Para dar um exemplo que interessa diretamente à presente investigação, ao que tudo indica, qualquer comportamento ou expressão identitária fora da óptica cisheterossexista, era tida pelos agentes da censura como mais um plano do

¹² Para fins de ilustração desse fenômeno menciono aqui a publicação de 13/05/2025 de Lucas Altino no jornal “O Globo” repercutindo o resultado do levantamento realizado pelo Atlas da violência que apontou que entre 2014 e 2023 os casos de violência cresceram 1.193% contra homossexuais e bissexuais, 1.111% contra mulheres trans, de 1.607% contra homens trans e 2.340% contra travestis.

comunismo internacional para solapar as bases cristãs da democracia que os militares restabeleceram no Brasil desde que retiraram Jango e seu governo de cunho populista/trabalhista do poder. Em outras palavras, pessoas LGBTI+ – sigla que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo —+l – eram considerados ao mesmo tempo imorais e subversivos. (Castro, 2019, p. 85).

As pressões fascistas seriam reduzidas após o AI-5. Santos (2020, “O crescimento do fascismo”) entende o ato institucional como a adoção por parte do governo militar do programa fascista (Que notadamente seja possível observar hoje que essa adoção tenha sido temporária). Para o autor, diferentes fatores foram determinantes para a entrada do fascismo na institucionalidade, todos ligados às formas de repressão que se aprimoraram durante os primeiros anos de regime. São estes:

A restrição à liberdade de imprensa e editorial levada às últimas consequências; a suspensão total dos direitos individuais; a intervenção violenta nas organizações de massa; a repressão violenta aos revolucionários e sua extinção física nas ruas e nas prisões; a utilização de um aparato policial que unifica as Forças Armadas, a polícia e os grupos de direita para realizar tais tarefas com plena liberdade de movimento [...] (Santos, 2020, “O crescimento do fascismo”).

Nesse contexto, o governo busca ainda uma outra via para a perpetuação e estabilização do poder. Costa e Silva, adoecido, é substituído por Garrastazu Médici. Buscava-se a partir deste momento tirar proveito da recuperação econômica tanto comprando estratos mais altos da pequena burguesia como projetando-a em aumentos salariais gerando assim a adesão de setores deslumbrados que confundiam esses aumentos com desenvolvimento econômico. Como principais resultados dessa estratégia Santos elenca:

A oposição liberal, que buscava uma desculpa para retirar-se do turbilhão em que estava metida, aceitou tranquilamente as medidas repressivas. Os setores populares, que não encontravam um caminho para levar até o fim o enfrentamento à ditadura, retrocederam de forma desordenada. A oposição militar, que desconhece os ciclos da luta política e confiava no poder das vanguardas armadas, permaneceu contemplando a luta e permitiu que a repressão a alcançasse em cheio, sobretudo devido ao seu isolamento do movimento de massas, construído por ela mesma em função de suas concepções foquistas e militaristas (Santos, 2020, “O governo Garrastazu Médici”).

O economista ressalta que apesar disso o governo conseguiu apenas falsos triunfos. A oposição ao regime seguia forte entre o povo e mesmo entre a pequena-burguesia. São significativos aspectos políticos econômicos que levam o autor a defender essa visão: o movimento de massas dava início a sua reorganização a partir das bases com mais solidez e determinação, o movimento armado atingiu apenas parcialmente as vanguardas (majoritariamente pequeno-burguesas). As taxas de crescimento econômico eram elevadas e

apenas mascaravam um resultado bastante fraco após quase meia década em crise. Mesmo com o crescimento, a classe trabalhadora vivencia uma queda de 50% em sua renda, a inflação (mesmo a admitida em público) supera os 20% e o desemprego aumenta (especialmente para os trabalhadores rurais).

A reação à esse quadro se dá com o início do debate sobre o modelo político do país iniciado por Roberto Campos, cinco anos depois, em 1972, na Escola Superior de Guerra que evidencia que os economistas aliados à burguesia e os militares notaram - mesmo que de maneira intuitiva - as limitações do chamado "milagre econômico" (Santos, 2020, "O governo Ernesto Geisel"). O autor entendia que o "milagre" era evidentemente insustentável e mesmo diante das taxas de crescimento apresentadas não havia qualquer sinal de melhoria para os setores populares muito menos indicativos do estabelecimento de uma economia nacional forte e independente, além disso o governo Médici apresentava um forte desgaste político mesmo munido das "benesses milagrosas".

É constatado assim que, diante desse contexto, as partes das Forças Armadas tornaram-se convictas da necessidade de seguir um rumo pautado pela "descompressão" política. Essa mudança teria fins de garantir a segurança do mínimo de legitimidade ao regime ditatorial como forma de prevenir-se do retorno da crise econômica que poderia se tornar um agravante ao quadro político. Por essas razões constrói-se o governo Geisel (Santos, 2020, "O governo Ernesto Geisel").

Santos (2020, "O governo Ernesto Geisel") entende que Geisel esbarrara, no entanto, em empecilhos impostos pela própria condição de crise econômica, política e social que se apresentava no Brasil. A abertura levou às eleições parlamentares de 1974 e a permissão do "mínimo de liberdades democráticas" fazendo com que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) realizasse críticas mais profundas ao regime. Esse movimento teve como reflexo uma expressiva votação favorável ao MDB que os garantiu cerca de 40% de representação parlamentar. O movimento parte então para uma ofensiva política mais agressiva marcada pela "[...] pressão de jovens deputados e senadores recém-eleitos, em uma demonstração forte e decidida da vontade popular." (Santos, 2020, "O governo Ernesto Geisel").

O governo ditatorial reagiu com repressão às intencionalidades do MDB. Os alvos prioritários foram os membros da direção do PCB, na sequência foram atingidos os deputados mais combativos do MDB caçando-os e retirando seus direitos políticos com base em acusações de serem apoiados por comunistas. Após as vitórias massivas do MDB nas principais capitais do país, mesmo sem poder realizar campanha eleitoral em jornais, rádios e canais de televisão, a

soma dos votos recebidos pelo MDB, juntamente com os votos nulos e brancos, expressava a maioria nacional, mesmo que o partido não tivesse concorrido em grande parte dos municípios do país. A resposta governamental se deu na forma de uma repressão ainda mais intensificada.

A resposta da oposição veio através da ocupação das ruas das principais capitais do país. Formou-se uma frente ampla composta por intelectuais, jornalistas, empresários, banqueiros e estudantes sob a bandeira das liberdades democráticas e mesmo da criação de uma Constituinte visando o restabelecimento da democracia. O governo contra-ataca o movimento por meio de "[...] suspensões de deputados e novas ameaças que comprometem gravemente a imagem liberal que Ernesto Geisel tentou construir em torno a seu governo" (Santos, 2020, "O governo Ernesto Geisel").

Em notas complementares de 1977, Santos afirma que as iniciativas políticas, ideológicas e repressivas do fascismo enfrentaram retrocessos durante o governo Geisel e o grupo liderado por Castelo Branco retornou ao poder. A abertura proposta pelo grupo, no entanto, demonstrou o descontentamento da população quanto ao regime nas eleições de 1974 e 1976 sendo a consequência direta desse movimento a intensificação das medidas repressivas.

Em consonância, o historiador Geovanni Rocha Júnior afirma que a preocupação com temas ligados a desigualdades marcantes do tecido social brasileiro esteve na ordem do dia a partir da segunda metade da década de 1970. A ditadura militar buscava promover a chamada "distensão social". Isto é, uma "[...] tentativa de manter o controle sobre as contradições de um país que crescia economicamente e concentrava renda, reproduzindo os desajustes sociais que afetavam, principalmente, os setores desfavorecidos da população." (Carvalho, 2015 apud Rocha Junior, 2022, p. 5). Ou seja, uma tentativa de construir um caminho para promover a chamada "transição lenta gradual e segura".

Ainda nessa direção, Leite (2019) aponta que o processo de distensão foi também marcado pelo crescimento da miséria além das tensões provocadas pela concentração de renda decorrente do governo Médici. Fome, crescimento da dívida externa e inflação galopante dão o tom do cenário econômico brasileiro a partir do governo Geisel se agravando com Figueiredo.

Com base em um debruçar sobre publicações jornalísticas e nos documentos do extinto SNI disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) do Arquivo Nacional, Leite (2019) entende que Geisel incorpora a distensão social como princípio para a reabertura diante da crise econômica que provocava o mal funcionamento dos mecanismos de propaganda utilizados durante o governo Médici. Além da crise econômica, um repertório de mobilização

social em torno de pautas pungentes no debate público pressionaria os dois últimos governos militares rumo à transição política¹³.

A partir de 1974, em particular, o ritmo de crescimento econômico do “milagre brasileiro” sofreu os impactos do contexto internacional puxado pela crise do petróleo. A vitória da oposição nas eleições daquele ano e a abertura “lenta, gradual e segura” do governo Geisel, foram fatores que alteraram as peças no tabuleiro. Na segunda metade da década de 1970, o governo ditatorial não conseguiu mais esconder do debate público os dilemas de um país sustentado pelo descaso com a pobreza. Em discurso proferido no ano de 1975, Geisel incorporou ao princípio de abertura política a chamada “distensão social”, pois “os objetivos do governo, de institucionalizar o poder em bases democráticas, seriam impossíveis de alcançar caso se agravassem as tensões sociais”. A “linguagem utilizada no governo Médici para demonstrar o desenvolvimento do país (PIB, PNB, indicadores econômicos, renda per capita etc.) não surtia mais efeito”, já que “as filas do INPS, a deterioração salarial, os problemas urbanos” falavam “mais alto” (FSP, 08/01/1976, p. 4). (FSP, 1976, p.4 apud Rocha Junior, 2022, p. 6)

A distensão foi amplamente debatida como conceito e prática ao longo dos governos Geisel e Figueiredo e a posteriori por historiadores e sociólogos¹⁴. Seguirei aqui com a perspectiva que acredito mais se adequar às bases de meu debate, recorrerei então a citação de Florestan Fernandes (apud Hoeveler) sobre a distensão. A distensão seria para o sociólogo mais uma etapa do processo de contrarrevolução de longo prazo no Brasil.

[...] busca gradual de uma alternativa: uma almejada democracia forte, que não faria outra coisa que prolongar a ditadura de classes concentrada e a contrarrevolução de modo menos aberto e menos visível, ‘institucionalizando’ e por aí legitimando a própria contrarrevolução. [...] Na medida em que a pressão direta das classes trabalhadoras e das massas populares não é o fator principal dessa transição ela é determinada, regulada e contida pelos interesses das classes e frações de classes dominantes. (Fernandes, 2011, p.160 apud Hoeveler, 2012)

Outros fatores também são considerados centrais para o avanço da reabertura. Com base na obra de Eliezer Rizzo e Suzely Mathias, a historiadora Rejane Hoeveler aponta que uma das grandes razões para o processo de distensão eram as contradições internas que a manutenção prolongada no poder provocava nas forças. Estas contradições poderiam gerar fissões e imprevisibilidade, características absolutamente opostas às premissas militares. Além disso, a autora reforça a compreensão de que o regime era regido pelos objetivos estabelecidos com base nos interesses da classe dominante e dos setores que com ela conspiraram em favor do golpe de 1964.

¹³ Destaca-se como exemplo as greves sindicais no ABC paulista.

¹⁴ A nível de exemplificação Daniel Aarão Reis dedicou-se a tratar do tema em “Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade” de 2000 e Carlos Fico o faz em “Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar” de 2004.

Isto é, o projeto ditatorial nunca foi, a despeito dos interesses específicos dos setores da Comunidade de Segurança, manter-se no controle do Estado indefinidamente. Na interpretação aqui seguida, a manutenção das Forças Armadas (FFAA) no domínio do Estado durou enquanto foi necessária para atingir aquelas metas almejadas pelos setores que conspiraram pela derrubada do regime existente no pré-1964, e deixou de ser necessária no momento mesmo da consolidação destas metas. (Hoeveler, 2012)

A pesquisadora tem como base para suas digressões uma pressuposição teórica calcada na compreensão de que enquanto instituição central do Estado, as Forças Armadas são aparelhos de dominação de classe que fazem uso tanto da formação de consenso quanto do monopólio da força. Essas instituições ainda que invariavelmente estejam pautadas pela unidade e coesão são também atravessadas por disputas diversas de natureza política e social (Hoeveler, 2012).

Nesse sentido, ressalta-se que a facção militar que retorna ao poder representada por Geisel almejava principalmente “[...] a restauração da disciplina interna das FFAA e a manutenção da segurança do regime e do próprio Estado” (Hoeveler, 2012). para a autora, este objetivo de caráter corporativo teria se somado à pressão política e social com grande peso como motivação para a distensão.

Ainda que a articulação da alta cúpula militar rumo à distensão e abertura estivesse avançando nos governos Geisel e Figueiredo, havia aqueles generais que se opunham veementemente ao fim do regime (Leite, 2019, p. 1050)¹⁵. Para os componentes dessa oposição a vitória sangrenta sobre a resistência armada e as guerrilhas não era suficiente. Se fazia necessária ainda uma extensão do regime para que houvesse também o saneamento ideológico do país. O contexto de permanência sem sinais de abertura das ditaduras vizinhas no cone sul e a emergência de atores sociais antagonistas ao regime fomentam a compreensão de que a decisão pela reabertura era precipitada e que a impunidade ainda não estava garantida. Sentindo-se acuados, os componentes da comunidade de informações que compunham também estes setores militares passam a agir ainda mais na clandestinidade elevando a violência a níveis maiores de terrorismo.

[...] O caso Herzog os provou o suficiente que a sociedade civil estava mais alerta e atuante. Com a mídia tendo mais liberdade, as denúncias poderiam se tornar um problema direto. Portanto, agora o modo de ação deveria ser meticuloso o bastante para que não fossem descobertos e punidos – fosse ainda durante o regime ou a posteriori com o retorno do Estado de Direito. Panfletos secretos circulavam pelos quartéis com protestos contra a abertura.

¹⁵ É justo mencionar que existe extensa literatura sobre essa temática que aqui não coube ser aprofundada em virtude das limitações de tempo e escopo deste trabalho.

Iniciados já em 1976, no meio do governo Geisel, os ataques terroristas dos militares tornam-se cada vez mais comuns. No referido ano, 14 atentados acontecem e o grupo responsável por esses atos extremistas e radicais já mantinha esta prática de longa data – desde 1962, quando explodiram uma bomba no pavilhão de uma exposição comercial soviética no Rio de Janeiro, com participação de oficiais (Leite, 2019, p.1051).

Os atentados se multiplicam até o famoso caso da bomba no Rio Centro em 1981. Esse atentado provoca o pedido de demissão de Golbery, idealizador e realizador da distensão junto de Geisel, da Casa Civil (Leite, 2019, p. 1055). O processo de reabertura seguiria marcado por prisões arbitrárias como no caso da prisão de 84 membros do PCB em 1982 e de três militantes do PCR em 1985 pela colagem de cartazes contra as eleições indiretas.

Para Leite há uma sofisticação das formas de repressão e violência atrelada ao avanço do "arrefecimento do regime". Segundo o autor, se dividem as formas de violência e repressão em duas: primeira aquela ligada ao núcleo opositor da distensão que agia mais distante do centro do governo militar através, principalmente, de atentados. Já a segunda seria aquela forma mais alinhada ao núcleo do ditatorial cujo objetivo central ainda era garantir a abertura ordenada. Nessa segunda forma se buscou especialmente garantir a perseguição à oposição política, especialmente aos comunistas, que permaneciam na clandestinidade se opondo à condução do processo de reabertura.

Após essa breve imersão em uma versão da trajetória da ditadura militar no Brasil, percebe-se que se trata de um processo repleto de mudanças, sendo uma das poucas constantes uniformes o aprimoramento dos métodos de repressão. O fim do regime esteve atrelado a crise econômica, a pressão política, questões relacionadas ao tecido social e de natureza corporativa das Forças Armadas.

O movimento da distensão promovido por Geisel e Figueiredo viabiliza não só a impunidade dos perpetradores, mas a manutenção de estruturas construídas ou reformadas durante o regime militar no Estado e na sociedade. A fascistização avançou sobre as estruturas e agentes de estado que permanecem operantes após a reabertura conduzida pelos militares. Órgãos, agências e tradições administrativas que remontavam ao regime continuam compondo o panorama político e social do Brasil após 1985.

O Estado foi reformado aos moldes autoritários, os militares saem do poder a tempo de garantir sua coesão e unidade, a aliança do grande capital estrangeiro com a burguesia nacional alcançara seus objetivos econômicos, os opositores são esmagados e assim é iniciada a chamada reabertura política. Sob as bases da vitória contra-revolucionária do imperialismo se inicia a construção de um modelo que se pretende democrático. Essa forma de transição conduzida

produziu uma ampla insatisfação, Oliveira e Silva (2019, p.24) entendem que a Lei de Anistia gerou um sentimento de impunidade e revolta na sociedade por conceder o perdão político a oprimidos e opressores. A mobilização das vítimas, familiares e organizações de direitos humanos continua na forma da busca por justiça e pela revelação da verdade impactando o cenário político e consequentemente a legislação sobre acesso à informação, como será exposto mais à frente.

Como foi possível observar, o estabelecimento de ditaduras militares na América Latina no século XX esteve condicionado por uma série de fatores ligados especialmente à contrarrevolução, ao temor da reverberação revolucionária de Cuba e as intervenções imperialistas estadunidenses. No entanto, existem fatores particulares do contexto político do subcontinente (em especial no Cone Sul) que impulsionam e viabilizam esses golpes e regimes. Entre esses fatores está a influência brasileira nos países vizinhos.

Santos (2020 “Exposição do problema”) defende que o caso brasileiro pode ser analisado como "paradigma do desenvolvimento das formas de integração econômica ao capital internacional nas novas condições da divisão internacional do trabalho e do capital imperialista", o autor entende que este caso apresenta as linhas gerais do processo econômico e social que se apresentou na América Latina a partir dos anos 50 e culminou no estabelecimento de regimes militares pelo imperialismo dos EUA. Nesse sentido, o caso brasileiro era um "[...] presságio de novos acontecimentos que indicariam uma tendência histórica" (Santos, 2018, p.3) além de servir como "[...] base de apoio continental de uma corrente política autoritária" (Santos, 2018, p.3)¹⁶.

O pesquisador brasileiro considera o caso nacional como o modelo, em grande medida, mais avançado do processo econômico-político-social que se apresenta na América Latina a partir dos anos de 1950. Santos defende que o Brasil é um modelo excepcional para as transformações ocorridas na América Latina (Santos, 2020, “O caso brasileiro como modelo”) por dois motivos. Primeiro por ser o país que mais recebeu investimentos dos EUA nos anos de 1950 e 1960 e segundo por ser o país em que ocorreu a maior integração industrial neste mesmo período. Além disso, para Santos (2020, “A crise brasileira e a crise latino-americana”) a

¹⁶ Esse método de análise é embasado na obra de Marx, mais especificamente no estudo desenvolvido pelo pensador alemão em “O Capital”. Segundo o autor, Marx fundamenta sua análise sobre as linhas gerais do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo, no caso Inglês. É através da percepção da Inglaterra como paradigma de desenvolvimento econômico capitalista, da Alemanha como exemplo de luta ideológica e da França como paradigma das relações de classes que Marx constrói sua obra. Para Santos (2020, “O caso brasileiro como modelo”), "a vantagem deste método é permitir a combinação da análise teórica abstrata com o estudo dos processos empíricos em sua forma mais pura."

primeira fase da radicalização política no subcontinente latino americano é o ponto culminante da crise do "Janguismo" após a tentativa de instauração do estado de sítio.

Em consonância, para Enrique Padrós (2009, p. 17) o golpe contra João Goulart desencadeou uma onda contra-insurgente no continente. O historiador aponta que o Brasil viria a se tornar então o "[...] laboratório de práticas repressivas e foco disseminador das mesmas" (Padrós, 2009, p.17). Para o autor, é a partir da experiência brasileira que se desencadeiam os sucessivos golpes em "[...] Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (1976)" (Padrós, 2009, p. 17).

Para além disso, o Brasil esteve presente na criação da Operação Condor, a qual abordarei melhor mais a frente, na categoria de membro observador. Representado por dois generais, o Brasil corroborou a oficialização da articulação das agências de inteligência para fins repressivos na América Latina durante a I Reunião de Inteligência Internacional ocorrida em Santiago em 1975, evento que ficou marcado pela confirmação da permissão de troca de prisioneiros entre serviços de inteligência e a indicação dos adidos militares como elementos de ligação (Calloni apud Padrós, 2009, p. 21).

Nesse processo o Brasil se apresenta, portanto, como "[...] base de apoio continental de uma corrente política autoritária" (Santos, 2018, p. 3) seja através da influência política e econômica, seja através do papel de modelo ou mesmo através do apoio ao que Padrós (2009) chama de "articulações repressivas e anti subversivas". Esse protagonismo e essa influência refletem-se na célebre fala do ex-presidente americano Richard Nixon em seu encontro com Médici em 1971: "Para onde for o Brasil irá a América Latina" (Nixon, 1971).

2.3 O CASO ARGENTINO

Na presente subseção se abordou a experiência argentina quanto à ditadura militar (1976-1983) revisitando brevemente o histórico de instabilidade política do país no século XX. O objetivo central é apontar aspectos políticos, ideológicos e práticas recorrentes que reverberam quando findada a chamada "Guerra Suja". De antemão, como já mencionado, nos interessa mais neste trabalho a experiência transicional argentina e seus efeitos que serão abordados mais à frente. Por este motivo, serei breve e evitarei o aprofundamento maior em alguns dos temas e momentos aqui abordados.

Ao observar a trajetória política da Argentina no século XX percebe-se uma série de abruptas transformações com motivações, dimensões e consequências plurais. Para Fernandes (2015, p.45) o caso argentino é marcado por "crises convulsivas" decorrentes da tentativa de

estabelecimento de uma democracia representativa burguesa bem como de um processo de industrialização que esbarra na incapacidade e na ineficiência da burguesia nacional. Em meio às tensões ocorre o fim da prescrição do peronismo (fenômeno político e ideológico sobre o qual nos debruçaremos mais à frente) em virtude da pressão social advinda dos fracassos de governos civis e militares. Perón retorna após 18 anos de exílio e assume a presidência. Perón faleceu em 1974 o que leva ao poder sua “Isabelita” Perón (María Estela Martínez Cartas) que, incapaz de gerenciar o quadro de crise, é deposta pelo golpe militar de 1976 levando à Guerra Suja que dura até 1983, golpe que contava com forte corrente fascista em seu interior (Santos, 2020, “Um balanço histórico”).

Tratar do caminho até o golpe liderado pelo General Videla demanda remontar aos grandes acontecimentos do que o historiador argentino Jorge Abelardo Ramos chama de “Era do peronismo”¹⁷. Em análises mais recentes o autor é tido como o mais célebre representante da tradição política classificada como “*izquierda nacional*” (Eidelman, 2000) ou “nacionalismo marxista” (Ribadero, 2018). Essa tradição é definida por Eidelman (2000, p.1) como fruto do desenvolvimento de um enfrentamento teórico interno que se dá a partir dos anos 30 entre as pequenas correntes trotskistas e os nacionalistas argentinos¹⁸.

Nossa breve reconstrução se inicia em 1930 após o fim do período de domínio político de Hipólito Yrigoyen através do golpe militar-oligárquico liderado pelo General José Félix Uriburu, estopim da chamada “Década infame”. O período foi caracterizado pela incapacidade das estruturas oligárquicas de poder em gerir a economia diante da grave crise do capitalismo mundial, além de ter sido marcado por instabilidade política e recorrentes fraudes eleitorais. Foi em junho de 1943, através do movimento a que Ramos (2006, p.16, tradução nossa) chama de “Revolução Palaciana”, que se romperam essas estruturas levando ao poder o Grupo de Oficiais Unidos (GOU).

Para o historiador e jornalista Rodolfo Puiggrós (2019, “*Del 4 de junio al 17 de octubre*”) há uma fissão nítida que se desenha a partir do golpe militar de 1943 na Argentina. Um desdobramento da luta de classes cuja solução reside em uma única possibilidade: a saída

¹⁷ Definição que dá nome ao mais célebre volume/tomo de sua grande obra “*Revolución y Contrarrevolución en Argentina*”. Essa coleção de livros buscava, em esforço extenso, reconstruir e debater a história nacional argentina a partir de 1810. A primeira publicação remonta à 1957 e o tomo ao qual irei me ater foi publicado em 2006, em segunda edição.

¹⁸ Ribadero (2018, p.175) adiciona ainda ao bloco de autores que podem ser classificados como “nacionalistas marxistas” Arturo Jauretche (o mais contestável entre os elencados por não fazer uso direto do léxico conceitual marxista), Juan José Hernández Arregui e Rodolfo Puiggrós. Alguns desses autores aparecerão em diálogo com Ramos nessa análise.

revolucionária. O contexto contava também com a influência imperialista através de "[...] uma agressão sistemática, em escala continental, do imperialismo." (Ramos, 2006, p. 54, tradução nossa) realizada pelos EUA. Tratava-se de um severo bloqueio econômico visando alterar a neutralidade diplomática argentina em meio a Segunda Guerra Mundial que levou a Argentina a romper, em 1944, relações diplomáticas com os países do Eixo.

A crise diplomática-comercial produz uma crise no governo levando à renúncia de vários ministros e ao pedido de afastamento do General Pedro Pablo Ramírez, então presidente do país. Uma vez no poder o General Edelmiro Farrell decide pelo Coronel Juan Domingo Perón como Ministro da Guerra. Após um curto período de licença, Ramírez se retira permanentemente e Perón se torna Vice-Presidente, Ministro da Guerra e Secretário do Trabalho e Previdência do governo (Ramos, 2006, p.55). Intensificam-se pressões norte-americanas para que os países latino-americanos não reconheçam o governo de Farrell, cessam as relações comerciais dos EUA com a Argentina e seguem tentativas norte-americanas de angariar apoio britânico contra o governo platense. A Grã Bretanha, no entanto, se via presa ao mercado pecuário argentino em meio às dificuldades impostas pela guerra (Ramos, 2006, p.55).

Já em 1945, em vésperas do fim da guerra, os EUA se deparam com o fracasso de sua política de embargos. Após algumas reuniões entre Perón e um chanceler dos EUA fica decidido que o fim das hostilidades diplomáticas caso a Argentina seguisse as recomendações da conferência do Rio 1942¹⁹ levando Farrell a declarar guerra aos países do Eixo em março de 1945 (Ramos, 2006, p.58). Ramos (2006, p.58) defende que essa conjuntura deu aos militares argentinos toda sorte de vantagens políticas possíveis de se extrair em meio a uma guerra "simbólica" ocorrida enquanto se tirava proveito de uma "neutralidade próspera".

Para Puiggrós (2019, "*El líder y la sociedad*") em 1943 a conjuntura de forças políticas apontava para duas alternativas que concorrem numa farsa em forma de eleições. Em contrapartida, a luta das esquerdas de "fascismo-antifascismo" ocultava, taticamente, e impossibilitava o enfrentamento do imperialismo. Além disso, o autor entende que o peronismo encontra em sua gênese dois fios condutores: o primeiro seria o acaso do alinhamento de forças e conjunturas favoráveis a partir de 1943 e o segundo a junção, tida como impossível durante a década infame, do exército com o povo. No que diz respeito ao segundo fio retomo a tese de

¹⁹ Originalmente "III Reunião de consulta entre o Ministro das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas" a conferência diplomática ocorrida em janeiro de 1942 no Rio de Janeiro com fins de discutir as relações diplomáticas e econômicas com os países do Eixo. Participaram do evento na então capital do Brasil além de representantes do governo brasileiro também representantes da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Cuba, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, México e evidentemente Estados Unidos.

Jauretche (1958, p.204) de que o exército é inquestionavelmente peça central na vida política argentina, isto é, as grandes vitórias nacionalistas e do povo ocorreram apenas quando os interesses do povo e do exército se alinharam. O autor complementa, na mesma direção da primeira afirmação deste parágrafo, que, em 1943, existia uma "Partidocracia" que engessava a política, a economia e a sociedade argentinas em uma dinâmica de bases similares. Essa dinâmica era caracterizada pelo ordenamento e o desenvolvimento da sociedade argentina em viés liberal. Seus pilares eram a submissão do poder militar ao poder civil e a sujeição do povo às normas ditadas por este. Isto é, um sistema de dominação de classe que castra e decide sobre as ações das duas principais forças de transformação da política nacional historicamente.

Na visão de Ramos, em torno das lutas por libertação contra as enfraquecidas colônias, da descrença no capitalismo se cria um contexto favorável a mudanças políticas que, no contexto argentino, se manifestava através do exército e da agitação política que orbitava Perón. Por isso, ainda que sob acusações de alinhamento ao nazifascismo²⁰ Perón crescia sob as bases de acordos bem amarrados com grupos políticos heterogêneos dado que "[...] as massas populares argentinas não conheciam o nazismo. Em contrapartida, conheciam o imperialismo, que era anglosaxão" (Ramos, 2006, p.64).

Nesse cenário, não bastava a adequação diplomática, o imperialismo exigia a readequação da política social do governo em direção à uma nova dinâmica de reversão das conquistas dos trabalhadores. Somam-se a estes fatores e atores pressões internas como de professores e estudantes pelo fim do regime que levam à dissolução do estado de sítio. Os grupos opositores organizam a "*Marcha de la Constitución y la Libertad* " cujo principal objetivo era unir forças a fim de derrubar Perón. Opositores militares dão um ultimato a Farrell que retira Perón de todos os cargos e o envia à prisão (Ramos, 2006, p.78). O governo falha em lidar com as fissões internas do exército e a iniciativa pelo poder das forças ligadas à oligarquia (Ramos, 2006, p.84).

Protestos em todo país reivindicavam a volta de Perón ante a diminuição de salários decorrente de sua queda. Em outubro de 1945 a ebulição chega ao limite quando no dia 14 eclode a greve geral encabeçada pela *Confederación General del Trabajo* (CGT). Para Puiggrós (2019, "*Perón y Braden*") outro desfecho que não a violência era improvável.

²⁰ Vale mencionar que as acusações de alinhamento ao nazifascismo não eram escassas dado o momento histórico e tampouco eram destinadas só a Perón, sendo muito incidentes ao menos desde o golpe de 1943. Puiggrós (2019, "*El gobierno militar*") classifica como "esquizofrenia reacionária" a tentativa de enquadrar o governo militar em 1943 como nazifascista.

Os protestos se dirigiam a *Plaza de Mayo* e a *Casa de Gobierno* durante o "Dia da lealdade", com base na mobilização dos trabalhadores se iniciava um novo capítulo na história da Argentina. Perón é libertado e convoca eleições controladas pelo exército. Era a primeira vitória da aliança entre exército e povo que duraria uma década (Ramos, 2006, p.88-89). Puiggrós (2019, "*El 17 de octubre*"), no entanto, critica a falta de teoria revolucionária para guiar os atos do peronismo e seus apoiadores após a vitória e romper com as estruturas liberais de poder:

A liberação de Perón foi o triunfo da autoconsciência político-social da classe trabalhadora, triunfo que por falta de teoria revolucionária cedeu quanto ao compromisso de levar a luta ao terreno eleitoral e assumir o poder dentro do jogo da partidocracia e do condicionamento as instituições liberais" (Puiggrós, 2019, "*El 17 de octubre*", tradução nossa)

Os militares argentinos haviam passado por um período de forte politização. É da descrença no discurso anacronista dos antigos partidos bem como o sequestro de suas pautas pelo imperialismo que emerge uma nova geração de jovens militares que compreende a necessidade de um movimento político nacionalista, aliado ao exército, de bases populares. A construção de uma verdadeira defesa nacional, a defesa contra as pressões estrangeiras e a autossuficiência econômica estariam, portanto, ligados diretamente ao vínculo do exército com o movimento de massas. Esse é um dos principais fatores pelos quais os atos do dia da lealdade não foram suprimidos por ações militares (Ramos, 2006, p.101). Nesse sentido, Puiggrós sinaliza que:

Era antiga a preocupação nas fileiras do Exército com um programa de nacionalizações e industrialização que rompesse sua dependência, e a do país como um todo, das fontes estrangeiras de abastecimento bélico. A integração econômica e política da nação sobre bases nacionais é o fundamento indispensável de sua defesa. (Puiggrós, 2019, "*El ejercito y el nacionalismo*", tradução nossa)

Nessa direção, Jauretche (1958) defende que a história argentina está calcada em um embate entre a "pátria grande" e a "pátria pequena" (*chica*). Esse enfrentamento tem como base fundamental uma questão que para o autor transpõe a dicotomia entre governos civis ou militares e até mesmo o ordenamento jurídico vigente. Trata-se de uma questão de orientação política do projeto de governo em defesa do interesse nacional. Ou seja, o respeito ao que o autor chama de "leis gerais da política argentina", isto é, o respeito ao nacionalismo, o viés de luta contra a orientação colonial que é a base da tomada de consciência do povo. Este embate entre o projeto nacionalista e anti-colonial, que em algum momento se transformaria por necessidade também em anti-imperialista e o projeto colonial-imperialista perpassa todas as

instituições do país tendo como fruto por exemplo as crises nas FA (Jauretche, 1958, p.127-128)²¹.

Perón triunfou no pleito de 1946 dando desfecho definitivo à década infame em um movimento marcado pelo ingresso do povo na política argentina, não sozinhos, mas como parte de uma frente ampla anti-imperialista (Ramos, 2006, p.103-105). Para Ramos (2006, p.140) compreender o peronismo com plenitude exige que se observe o movimento para além das suas três principais bases de apoio (*Partido Laborista*, *Los independientes* e *Unión Cívica Radical*). O anti-imperialismo é o elemento que garante coesão ao movimento. Toma-se como exemplo a entrada de dirigentes partidários de longa data dos partidos da chamada “esquerda tradicional”, leia-se socialistas e comunistas, nas fileiras do *Partido Laborista* por não aceitarem caminhar lado a lado com o imperialismo que se apresentava especialmente na figura do embaixador Braden dos EUA.

Durante seu governo, Perón demonstrou suas grandes virtudes como líder dos trabalhadores, mas também sua face mais autoritária como político. Doutrinário, tentava aplicar uma pedagogia militar ao invés de promover transparência e propor soluções para os problemas fundamentais de um país que lutava por independência (Ramos, 2006, p.147), ou seja, romper com os grilhões imperialistas e com as dinâmicas de dependência política e econômica. Dessa maneira, passa a ser cada vez menos tolerante com opositores, inicia ataques e posteriormente sufoca a oposição.

A "Grande Década" caminhava para rumos turbulentos. Se os sonhos que permeavam a Revolução popular de 1945 eram a participação ampliada do povo e controle do país para realização das mudanças necessárias o que se apresentava era um líder cada vez mais impotente e incapaz de justificar teoricamente a origem e o destino de seu movimento (Ramos, 2006, p.153). Era uma revolução sem ideologia própria que agonizaria permanentemente caso não houvesse uma devida democratização (Ramos, 2006, p.153).

A relação de Perón com a Igreja Católica seria nesse contexto fator chave nos rumos de seu governo. Ainda que aliada em um primeiro momento, a Igreja e Perón rapidamente entram em rota de colisão. As realizações de caráter popular, a luta de Eva Perón pela reconfiguração do papel da mulher argentina e a crescente influência peronista entre os jovens eram intoleráveis para o conservadorismo tradicional dos católicos (Ramos, 2006, p.160). Por outro lado, a Igreja ansiava maior influência no movimento dos trabalhadores através da "Federação Internacional

²¹ Por este motivo, qualquer tentativa de enquadrar os governos militares, intentonas e golpes ocorridos na Argentina em uma mesma categoria tem forte tendência ao equívoco.

de Sindicatos Católicos". Perón entendia se tratar de uma disputa por influência e, temendo perder seu poder de mobilização, ação e convencimento "contra-ataca" a igreja de maneira surpreendente e abrupta (Ramos, 2006, p.160). Dali em diante Perón acusaria os mais diversos clérigos de conspiração em discursos e reuniões²² (Ramos, 2006, p.163).

Em muitas igrejas e escolas católicas uma militância, especialmente na forma de panfletagem, se estabeleceu a partir de 1954. A oposição rapidamente se alia aos novos inimigos do peronismo e no dia de *Corpus Christi* religiosos, defensores da antiga oligarquia e antigos apoiadores do peronismo descrentes (especialmente Radicais Cívicos) e mobilizam marchas e protestos no centro de Buenos Aires.

Há uma tentativa de golpe militar em junho de 1955 (Ramos, 2006, p.168) respondida através de manifestações de trabalhadores que contam com ataques às igrejas²³. Perón renunciou da presidência do Partido Peronista (Ramos, 2006, p.169) e são adotadas medidas de distensão e conciliação que não surtem qualquer efeito positivo (Ramos, 2006, p.170). É chegada a “Revolução Libertadora” através do golpe liderado por Eduardo Lonardi. A incapacidade de gerir a crise militar e sustentar uma coalizão oligárquica bem como a ausência de nacionalismo e o alinhamento liberal-democrata do governo levaram à sua rápida substituição por Aramburu (Ramos, 2006, p.180-182). O novo governo se consolidou com a ação da repressão. Os sindicatos e a CGT sofrem forte intervenção, líderes peronistas são presos e avança a campanha de “desperonização”, marcada pela clandestinidade (proscrição) do peronismo.

Se inicia um processo de depuração das forças armadas exitoso em "limpar" o peronismo das fileiras enquanto defendiam-se os "gerentes estrangeiros" e "produtores de gado". Era a vitória da aliança da pequena burguesia liberal, da oligarquia subserviente e do imperialismo (Ramos, 2006, p.183). O desgaste do regime cresce em virtude da repressão e reabre a fissão entre Exército e Marinha cujo desdobramento é divisão da UCR da qual emerge a candidatura de Frondizi, com o apoio indireto de Perón em troca de concessões políticas e sindicais (Ramos, 2006, p.183-199). A vitória da UCRI (Frondizi) em 1958 foi ainda a vitória

²² Resumem-se assim as medidas mais relevantes de Perón contra a Igreja: mudança no código civil para permitir o divórcio, mudança nas formas de registro civil, proibição da discriminação entre os filhos legítimos e ilegítimos dos casamentos, leis de Profilaxia Social e a criação das casas de tolerância sob vigilância sanitária supressão ao ensino religioso e do poder da igreja sobre o ensino e no Estado, fim dos subsídios destinados aos colégios católicos, diminuição dos feriados nacionais (Especialmente feriados religiosos), retirada da saudação a Deus no juramento de ocupantes de cargos legislativos e fim da isenção de impostos de qualquer natureza das instituições religiosas (Ramos, 2006, p.163).

²³ A Cúria Metropolitana é invadida e depredada, perdendo-se cerca de 80.000 documentos do arquivo eclesiástico que remonta ao século XVII bem como da biblioteca e ateia-se fogo ainda em diversas igrejas, capelas e templos católicos. Um mês depois estava claro que a derrota golpista não era necessariamente uma vitória peronista.

de uma coalizão política heterogênea, mas que sem o apoio do Exército nasceu fadada ao fracasso (Ramos, 2006, p.199). Diante da pressão militar e do avanço do imperialismo, o governo abandona a estratégia conciliatória (*Realpolitik*), assume uma orientação oligárquica, fracassa na política externa, permite o retorno eleitoral do peronismo e é deposto em 1962 (Ramos, 2006, p.199-212).

Após o governo provisório de Guido, as eleições conduzem à vitória de Arturo Illia que ao longo de três anos converte o governo em um viés vinculado aos interesses oligárquicos caracterizando-se como defensivo, anacrônico e alinhando-se cada vez mais a uma concepção de país ligada ao “mercado mundial” sob a perspectiva de uma “república agroexportadora”. Foi deposto pelo golpe liderado pelo General Onganía, de caráter antiperonista velado pelas falsas premissas de transformação e modernização (Ramos, 2006, p.213-217).

O governo Onganía consolidou a influência do capital estrangeiro no aparelho estatal sustentada por um arranjo institucional repressivo que neutralizou a oposição política (Ramos, 2006, p.219). O aprofundamento da repressão e do arrocho sobre a classe trabalhadora desencadeia uma crise marcada pelos levantes populares (*Puebladas*) das províncias do interior cujo maior símbolo é o “*Cordobazo*” (1969)²⁴ (Ramos, 2006, p.227-229). A erosão do governo e a ebulição social levam à substituição de Onganía por Lanusse e à negociação com Perón por meio do chamado Grande Acordo Nacional, uma tentativa de recomposição institucional sem ruptura com a repressão (Ramos, 2006, p.219-252).

É neste ponto que Ramos toma parte em um debate importante envolvendo a luta armada na Argentina. O autor propõe uma análise acerca das guerrilhas armadas responsáveis por assaltos a caminhões, assassinatos e sequestros de militares, policiais e empresários. Para o autor, se tratam de organizações de origem diversa, ideologicamente oriundas das esquerdas ou do conservadorismo católico que romperam com organizações maiores e rumaram à clandestinidade e à ação armada. Montoneros, *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) e *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) são alguns exemplos de grupos que “[...] conservavam uma reminiscência terminológica do marxismo ou do nacionalismo. Mas, na prática, rompiam categoricamente com o passado.” (Ramos, 2006, p.252). A questão é analisada pelo autor a partir de uma ótica de classe. A pequena-burguesia

²⁴ O *Cordobazo* é um movimento popular contra o regime de Onganía que surpreende o empresariado, os militares e parte da sociedade argentina. Um levante de grande magnitude, de quase impossível repressão violenta e que dissipa faúlhas de revolta por diversas províncias do país. estudantes, trabalhadores do campo e das fábricas bem como outros grupos se mobilizam em torno de um dos mais marcantes episódios de revolta das massas na América Latina

e a classe média, que compunham estes grupos em maioria, haviam perdido a confiança na oligarquia e eram sufocadas pela repressão do exército, o que despertou esta "cólera" destrutiva. (Ramos, 2006, p.253).

Para Ramos, os guerrilheiros falavam em "guerra popular", faziam uso de termos militares e bradavam uma ilusão revolucionária. Ilusão por que "Não se pode considerar seriamente como trabalho de massas dos grupos armados a filantrópica repartição de leite ou os discursos para trabalhadores em fábricas sobre a proteção de metralhadoras" (Ramos, 2006, p.253, tradução nossa). Desconectados das questões políticas e econômicas da realidade concreta esses movimentos apenas conseguiriam se ater ao terrorismo (Ramos, 2006, p.253). O chamado "terrorismo", Segundo Ramos, estaria vinculado a uma ideologia mística que buscava superar a sociedade material e resultou em um "[...] ideal aristocrático elevado à uma fase heróica" (Ramos, 2006, p.254, tradução nossa), sua atuação junto as massas se resume aos levantes de 1969 quando "[...] desmoralizaram as fileiras revolucionárias" se caracterizam, portanto, como "[...] sintoma incoerente e trágico da sociedade oligárquica moribunda." (Ramos, 2006, p.254).

A classificação como terroristas está distante da unanimidade. Pode-se tomar como exemplo disso a publicação da cientista social Mora Canosa (2017) em estudo realizado sobre as *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR). Ao tratar do tema apresenta ainda premissas extremamente similares com o pensamento de Ramos:

Em relação a eles, 3 hipóteses são fundamentadas. 1) Que os fundadores das FAR passaram por um processo de dupla ruptura (política e ideológica) em relação aos seus partidos políticos de origem. 2) Que, no entanto, as novas posturas preservaram certos vestígios de origem que proporcionaram às FAR seu perfil distintivo. E 3) Que, em 1972, tal perfil sofreu grandes variações que explicam sua aproximação com Montoneros (Canosa, 2017, p.2)

Não há, no entanto qualquer menção no corpo do texto a termos como "terror", "terrorismo" ou "terroristas". Ainda na seara dos debates sobre a classificação terrorista aos guerrilheiros, Ribeiro (2019, p.7) afirma que é preciso observar primeiro a trajetória histórica de uso do termo que ganha novos contornos à partir da Operação Condor e da doutrina de segurança nacional fortemente influenciados pelo imperialismo estadunidense. O termo foi instrumentalizado por militares, burguesias nacionais e agentes do imperialismo que a ele atribuíram todos os grupos tidos como subversivos, revolucionários e afins que integraram a luta armada na periferia capitalista. Isto é, a definição de Ramos que remonta a publicação original de seu livro em 1959 pode ser tida como datada. A autora ressalta ainda que o termo

“terrorismo de Estado” ganharia força após o fim das ditaduras militares no subcontinente o que adiciona ainda mais camadas a este debate.

Mesmo entre os autores do chamado “Revisionismo histórico” e “*Izquierda Nacional*”, entre os quais as críticas aos grupos de orientação marxista-revolucionária são comuns, o termo tem uso escasso. Juareche (2006, p.51) faz duras críticas aos comunistas e socialistas argentinos especialmente no que diz respeito à uma falta de compreensão dos problemas nacionais e a um generalismo teórico-conceitual que tornaria os seus discursos consideravelmente abstratos. As assim chamadas “esquerdas” traduziriam um comportamento de adesão acrítica ao internacionalismo negando a luta nacional e as particularidades da Argentina e, equivocadamente, em tentativas pouco esclarecidas de combater a burguesia nacional e o grande capital estrangeiro, se aliam a forças conservadoras anti nacionalistas que se opõem à classe trabalhadora. No entanto, não há qualquer sorte de taxação a estes grupos como terroristas.

Já para Puiggrós (2019, “*Poder militar y poder civil*”) a rápida ascensão de Perón à liderança do movimento dos trabalhadores, tradicionalmente dirigido por socialistas e comunistas, é um demonstrativo da fragilidade das esquerdas nacionais em mobilizar as massas. O é mais ainda a própria incapacidade das esquerdas em compreender o fenômeno peronista e a insistência em reduzir Perón à um demagogo e fascista e a classe trabalhadora como ingênua. Em outro ponto o autor volta a criticar os marxistas argentinos os classificando como “pseudomarxistas”, ainda assim sem fazer uso da classificação das mesmas como terroristas. Por fim, tomo a liberdade de questionar a abrangência do termo, questão que não pretendo responder, mas que me parece de grande pertinência: É válida a classificação de “terrorista” que engloba grupos cujo antagonismo se expressava à tiros e que ideologicamente estiveram diametralmente opostos como no caso de *Montoneros e Triple A*?

Retomando o cerne da análise. A sinalização positiva de Perón produz certa inquietação entre os grupos de esquerda que articulavam a resistência e integravam bases de apoio ao peronismo, especialmente os de esquerda radical. As FAR, como aponta Canosa (2015, p.202), consideravam que a medida caminhava no sentido de reafirmar um viés conciliatório e reduzir o enfrentamento social reforçando a imagem que o havia caracterizado anos antes. Com o fracasso do acordo se desencadeia uma grande crise que leva os militares a convocarem eleições. Perón retornou para a Argentina, mas abandona a ideia de uma candidatura e retorna

a Madri deixando o seu apoio à candidatura de Héctor Cámpora que vence o pleito²⁵ (Ramos, 2006, p.257-258).

Os níveis de polarização política modificaram o cenário de um país muito diferente do de 1945. A população, os votantes e a dívida pública haviam crescido abruptamente. Os golpes haviam se sucedido e o peronismo ganhou o apoio da pequena-burguesia universitária admiradora da luta armada e socialista (Ramos, 2006, p.258). O próprio peronismo havia se transformado em um novo caráter de classe, mas se não era anteriormente tão reacionário quanto defendiam algumas esquerdas agora seria tão pouco tão revolucionário²⁶.

Neste ponto vale retomar as reflexões de José Fernandes (2020) ao analisar a obra de Santiago Farrell acerca do peronismo. Fernandes aponta que mesmo em publicações mais recentes encontram-se dificuldades entre os especialistas para pacificar uma definição sobre o peronismo. A complexidade desse movimento político reside justamente na sua mutabilidade característica. Uma capacidade de adaptação ímpar às necessidades de seu tempo ao longo das décadas (Fernandes, 2020, p.256).

Perón planeja seu novo retorno "nos braços do povo", mas em 1973 sua chegada foi ofuscada pelo "Massacre de Ezeiza" em decorrência do conflito de grupos armados que vitimou cerca de 70 pessoas nos arredores do aeroporto e serviu como estopim para uma forte crise de governo que levou à renúncia de Cámpora. Em relação ao caso argentino Santos (2020) entende que em 1966, após diversos confrontos entre setores militares conservadores e civis liberais, os militares tentaram instaurar um regime comandado por Onganía que reproduziria o "exitoso modelo" brasileiro limitado pela mobilização dos movimentos populares que pressiona a vida política de tal maneira que culmina na eclosão do *Cordobazo*. O cenário se transformaria em 1971 quando segundo o autor:

[...] a vida política argentina estará marcada por um auge de movimentação de massas, principalmente operário, entre os mais significativos do continente, aliado ou paralelo a um movimento guerrilheiro de grande fôlego e a um ataque violento da direita peronista (por exemplo, o massacre de Ezeiza, a formação da AAA (Aliança Anticomunista Argentina ou Triple A) e hegemonia do aparato estatal pelo fascista declarado López Rega) e do aparato militar. (Santos, 2020, "Um balanço histórico").

²⁵ Perón calculava que a proximidade entre os dois faria com que Lanusse vetasse a candidatura, gesto de grande simbolismo que endossaria o discurso de Perón contra a legitimidade do pleito. Surpreendentemente a candidatura foi permitida e vencedora.

²⁶ A posse de Cámpora foi marcada pela presença de forte simbolismo dos presidentes socialistas de Chile e Cuba Salvador Allende e Dorticós (Ramos, 2006, p.260).

O deputado López Rega assume provisoriamente até as novas eleições vencidas por Perón em um contexto marcado pela violência decorrente da crescente radicalização política (Ramos, 2006, p.264-267). Perón sustenta seu governo em duas premissas fadadas ao fracasso. A primeira é a crença que somente a conciliação entre os argentinos poderia levar o país ao crescimento. Por isso se aproxima de representantes da classe média e do radicalismo cívico. A segunda era a compreensão de que a Argentina não necessitava do mercado europeu para escoamento de sua produção agropecuária, especialmente a de grãos. Erros de cálculo político e econômico derradeiros quando somadas à crise do petróleo (Ramos, 2006, p.268). Restava a esperança de um novo alinhamento com o continente europeu, a Europa já explorava novos mercados e o capital imperialista estadunidense invadia a Argentina (Ramos, 2006, p.268-269). Era o retrato de uma nova dinâmica de dependência.

Soma-se a isso a instabilidade oriunda dos conflitos de Perón com os universitários e grupos de luta armada que compunham as fileiras do peronismo e, consequentemente, com grande parcela da juventude peronista que guardava significativa identificação com esses grupos (Ramos, 2006, p.270). Simultaneamente a condução econômica se orientava na contramão do que se construiu a partir de 1955, isto é, intervenções estatais profundas sobre setores estratégicos, tangenciamento da questão agrária e reconfiguração do imposto de renda. A aprovação do governo despenca, os setores mais abastados da sociedade não poderiam aceitar um programa econômico que privilegia a qualidade de vida das massas (Ramos, 2006, p.277).

Duzentos e sessenta dias depois de assumir o governo, Juan Perón faleceu. Isabel Perón assume frente à imediata e forte mobilização da oposição (Ramos, 2006, p.282). A presidente direciona o governo cada vez mais à direita aumentando a oposição nas bases do peronismo²⁷. Definido por Ramos como o "ano da peste" 1974 é marcado pelo começo da escalada ao ápice das tensões envolvendo a luta de classes e o imperialismo na Argentina. Importantes figuras da política e do militarismo no país morrem ou são assassinadas, ocorrem entraves em torno de uma reforma agrária e da nacionalização de terras da coroa inglesa, Isabel faz elogios públicos às multinacionais (Ramos, 2006, p.285). Nas Forças Armadas as crises internas levam Isabel a nomear o general Numa Laplane como chefe do Exército, decisão rechaçada por todo alto

²⁷ José Lopez Rega vinculado à Extrema Direita com grande passibilidade junto à *Triple A* (AAA) se transforma no mais confiante apoiador de Isabel e passa a ter enorme influência e poder (Ramos, 2006, p.282). Isabel determina a ilegalidade dos Montoneros que respondem declarando guerra ao governo e denunciando o caráter intervencionista e imperialista de muitas de suas medidas. O ERP, o movimento estudantil e as juventudes partidárias passam a endossar a oposição ao governo (Ramos, 2006, p.283).

comando que indica o General Videla ao cargo. Pressionada por López Rega, Isabel cede na disputa dando início a derrocada definitiva do mandato (Ramos, 2006, p.285).

Em 1975 o congresso vota a lei de segurança nacional que deixaria sob incumbência dos militares o uso de recursos irrestritos para o combate aos diversos grupos "terroristas" que se espalharam pelo país. Lideranças de praticamente todos os partidos temendo um novo golpe militar assinam um manifesto em defesa do presidencialismo. Em resposta aos novos apoios a presidente desfaz laços com representantes do fascismo como López Rega e convocam-se atos na Praça de Maio. Três ministros da economia se sucedem em pouquíssimo tempo. (Ramos, 2006, p.286-287). Na busca de estabilizar a conjuntura política em ebulição, Isabel convoca eleições para 1976 e confirma que não iria tentar a reeleição. Mesmo com as tentativas de negociação a Junta Militar toma o poder após a prisão de Isabel Perón. Era o fim do governo, mas sobretudo o fim de um ciclo histórico da política argentina e a abertura de um novo (Ramos, 2006, p.291). Isto é, chegava ao fim a “Era do Peronismo” e iniciava-se a “Guerra suja”²⁸. A revolução popular iniciada em 1945 havia sido finalmente vencida pelo imperialismo.

O peronismo é a manifestação máxima do movimento de massas na Argentina. Era, no entanto, um movimento de bases muito fortes sem que houvesse de fato profunda participação popular dentro da estrutura fortemente verticalizada. Nesse sentido, mesmo com o aparato estatal sob seu comando não era possível que, ainda que com algum viés revolucionário, o peronismo pudesse de fato dar cabo da conjuntura "semicolonial" (Ramos, 2006, p.289). Nesta direção, Puiggrós (2019, “*El ejercito y el nacionalismo*”) defende que mesmo tendo como base a busca por soberania política, independência econômica e justiça social, o peronismo, pela ausência de um viés revolucionário, não pôde romper com o sistema capitalista e tão pouco com as barreiras do liberalismo o que produziu grande debilidade ao movimento mesmo frente às suas vitórias. Puiggrós (2019, “*El ejercito y el nacionalismo*”) afirma ainda que o peronismo herda uma das características das lideranças dos movimentos de massas na Argentina: a pobreza teórica e as conceituações abstratas. Ou seja, trata-se de uma ideologia nacionalista sem teoria revolucionária o que a deixava suscetível às influências que distorcem, desviam atenção e entorpecem.

²⁸ A principal obra de Ramos, que faleceria em 1994, sobre a mais brutal das ditaduras argentinas, a “Guerra suja” (1976-1983), é “*Adíos al Coronel*”, que trata da Argentina pós-peronismo. No entanto, este livro se configura muito mais como romance histórico o que o afasta do rigor científico de “*Revolución y Contrarrevolución*” que talvez seja a mais robusta obra do chamado “revisonismo histórico” argentino. Por este motivo recorro neste ponto a outros autores sem mais mencioná-lo.

O golpe da Junta Militar em 1976 foi a sexta grande mudança abrupta (golpista ou Revolucionária) em um país que chegaria ao fim da “Guerra suja” com 14 presidentes militares em pouco mais de três décadas. Mas existe uma série de razões que impõe a este período de domínio militar um grau de maior gravidade e compatibilidade com a escalada contrarrevolucionária da América Latina: terrorismo de Estado, agravamento da repressão, aprofundamento da crise econômica, sucesso anticomunista e política econômica voltada ao interesse do grande capital estrangeiro.

As juntas elevam a repressão a níveis sem precedentes na história do país. Padrós (2009, p.27) ressalta que no Cone Sul a Argentina foi afligida com os maiores índices de extermínios físicos, sequestro e apropriação de crianças, bem como de assassinatos por parte de agentes da Condor. A historiadora Victoria Basualdo aborda o tema da seguinte maneira:

A ditadura que comandou a Argentina entre 24 de março de 1976 e 10 de dezembro de 1983 ficou conhecida mundialmente pelo seu histórico de violações de direitos humanos em massa. As estatísticas sobre o legado repressivo das Juntas militares falam por si só: estimam-se 30 mil pessoas desaparecidas, milhares de presos políticos foram torturados, assassinados ou exilados, centenas de crianças foram abduzidas após o desaparecimento forçado de seus familiares. Houve ainda um sistemático roubo de propriedade e imóveis. Esses são alguns dos crimes denunciados pelas organizações de direitos humanos. [...] (Basualdo, 2018, p.8, tradução nossa)

O conflito entre os militares e os guerrilheiros se tornou a pedra de toque do regime sufocando no período, e em posteriores análises, tópicos como a perseguição às lideranças sindicais (Basualdo, 2018, p.9). Classificando aqueles que disputavam o monopólio legítimo da violência com Estado (Canosa, 2017, p.366) como terroristas, o governo consolidou a fundamentação para a violência repressiva: a *Teoria de los dos demônios*, isto é, o argumento de que o país vivenciava um estado similar a uma guerra civil que justificava os assassinatos e desaparecimentos em massa.

Como expus através de Ramos, os grupos de luta armada organizada não contavam com amplo apoio das massas ou mesmo possuíam domínio sobre grandes áreas do território argentino. O relatório “*Nunca más*” da Comissão Nacional de Desaparecidos (CONADEP) expõe a existência de uma ampla gama de vítimas que possuíam pouca ou nenhuma vinculação com os guerrilheiros. O segundo volume do relatório é dedicado às vítimas do período e suas seções são dedicadas aos grandes grupos de vitimados: crianças desaparecidas e “abduzidas” por famílias militares, adolescentes, familiares de vítimas, exilados (alguns atacados mesmo no exílio), religiosos, militares de baixa patente (conscritos) que se opuseram internamente, jornalistas e sindicalistas. Basualdo (2018, p.10) expõe a grande dimensão da repressão aos trabalhadores, lideranças sindicais e atividade sindical que figuravam entre os alvos prioritários

dos militares. Portanto, a teoria se tratava de um artifício utilizado para sustentar o governo, sua desastrosa gestão econômica e violência repressiva.

As ações do "chão de fábrica", no entanto, não estão restritas ao sindicalismo "oficial". Durante os anos 1980 e 1990 algumas publicações adicionaram grandes contribuições percebendo os contornos de ação "subterrânea" entre operários. Essa organização teria sido decisiva para a falha do regime em alcançar seus objetivos em relação aos trabalhadores (Basualdo, 2018, p.10). Os anos de luta, especialmente as vitórias peronistas, serviram como uma grande pedagogia das massas que já não poderiam aquietar-se frente ao terror (Pozzi, 2013 apud Basualdo, 2018, p.11).

A ditadura foi marcada ainda pela falta de legitimidade e popularidade em virtude da redução de direitos e da gestão econômica. Esses fatores são extremamente decisivos dentro e fora da institucionalidade, provocando não só uma crise com as massas como fissões internas nos órgãos e instituições do Estado. Dando enfoque ao Ministério do Bem-Estar Social, Osuna (2015, p.101) aborda qualitativamente alguns aspectos que envolvem a relação entre "[...] o projeto político, econômico, social e cultural" de cada ditadura militar (Onganía (1966-973) e Guerra Suja (1976-1983)). A historiadora defende que durante a guerra suja o ministério de Bem-Estar Social teve de lidar com a política "liberal tecnocrata" de tendências favoráveis ao avanço das privatizações que dificultou o desenvolvimento das atividades do MBS (Osuna, 2015, p.102).

Osuna (2015, p.102) expõe com clareza que apesar de guardar algumas similaridades com os anos de Onganía o funcionamento do MBS sob Videla, Viola e Galtieri foi categoricamente distinto da ditadura anterior. A luta anti subversiva e a busca pela implementação de um novo modelo econômico neoliberal ditavam o ritmo e o rumo das ações do governo e, ainda que alinhado na luta anti subversiva ao restante dos órgãos e instituições do Estado, o MBS guardava certa oposição frontal à tecnocracia que imperava no campo econômico além de tornar a própria existência do ministério periférica na dinâmica de organização do Estado. O ministério passou por uma reformulação baseada na orientação política antiperonista e anticomunista da ditadura. Os militares categorizam o Peronismo como populista, demagogo e assistencialista e nesse sentido, o Ministério do Bem-estar Social seria um fornecedor de esmolas ao povo. Aliada a isto estaria a corrupção, inerente ao peronismo, fatores que teriam aberto caminho para o "inimigo subversivo". Inicia-se assim uma campanha conservadora profunda com base na valorização da "Família nuclear" que seria a principal ferramenta no combate ao espectro vermelho.

O caso do MBS nos serve como demonstrativo das cisões internas do governo. A autora esclarece que a disparidade de perspectivas no campo econômico produziu um "[...] "faccionalismo" interno na política social" (Osuna, 2015, p.115). Esse processo é retratado no embate entre assistencialistas e o ministro da economia envolvendo a previdência social. A partir de 1979, em movimento similar ao ocorrido no Chile durante a ditadura Pinochetista, o ministro da economia tentava privatizar a previdência social à convertendo em um sistema de capitalização e seguro. O BMS, no entanto, era responsável pelo desenvolvimento das políticas sobre o tema e conseguiu produzir um "[...] crescimento dos recursos econômicos e um significativo aumento do valor das aposentadorias em um contexto de redistribuição negativa da renda. Isso quer dizer que a ditadura tinha conseguido estabilizar com bastante sucesso um sistema que se encontrava em crise." (Osuna, 2015, p.115). Sem se dar por vencido no ano seguinte, o ministro revogou a obrigatoriedade de contribuição tributária dos empresários, provocando uma grande crise no sistema previdenciário. A saúde também foi duramente atacada tendo, entre outras coisas, o sistema integrado que existia na estrutura do MBS dissolvido e taxaço imposta a usuários que não comprovarem situação de pobreza (Osuna, 2015, p.117).

Nesse contexto de instabilidade do regime, a Guerra das Malvinas surge como uma última possibilidade de manutenção de poder, bem como um episódio de busca pela legitimidade e popularidade. Um conflito sustentado pelo argumento nacionalista de defesa do território argentino, dessa vez contra um inimigo externo. Originalmente as Malvinas integravam as colônias espanholas na América, com o processo de independência da Argentina em 1916 passaram a integrar o território do país até uma nova invasão imperialista inglesa em 1833. As ilhas se destacam pelo valor geográfico que possuem em virtude da proximidade com o continente americano e com a Antártida bem como pelas bacias petrolíferas. A ocupação argentina das Malvinas ordenadas por Galtieri é um movimento de cálculo torpe. A Inglaterra possuía poderio militar muito superior à Argentina. Especula-se que Galtieri tenha considerado que as pequenas ilhas não seriam dignas de grande reação inglesa (Vilarino, 2010, p.142).

Os EUA não hesitaram em apoiar a Inglaterra, o mais claro sinal de maior valorização da OTAN em detrimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (Vilarino, 2010, p.143). O cenário de tragédia estava posto, um país periférico do Cone Sul em enfrentamento bélico contra as duas principais potências imperialistas. A Argentina teve seu direito às ilhas reconhecido pontualmente, como pela ditadura militar brasileira, e enfrentou um

massacre militar. Era a derrota derradeira dos militares de Buenos Aires. Galtieri anuncia o fim do regime que meses depois se concretiza. (Vilarino, 2010, p.142).

Através dessa breve exposição busquei esclarecer primeiro que a política institucional do país no século XX esteve profundamente marcada pela instabilidade com sucessivos golpes e tentativas de golpes além do esgotamento de uma série de modelos autoritários liderados por militares ou de forte vinculação com o militarismo. Segundo que a intervenção imperialista no país é determinante para as grandes mudanças políticas e econômicas. E por fim, que o fascismo foi incidente no país na forma de organizações paraestatais armadas levando à construção e crescimento gradativo da violência contra revolucionária adotada e aprimorada pelo Estado durante a Guerra Suja. Esse processo de incorporação de práticas anticomunistas e anti-peronistas reverbera sobre os dias atuais como será exposto adiante.

2.4 O CASO CHILENO

Como mencionado, a situação-limite que leva ao golpe no Chile se dá de maneira ímpar sendo o regime militar perpetrado no país notabilizado pela sanguinária repressão que se destacou mesmo entre as brutais ditaduras latino-americanas do século XX. Na presente seção busco apresentar um debate sobre a experiência chilena e suas principais características. Para isso irei recorrer principalmente a Ruy Mauro Marini, mas sem tirar de cena publicações relevantes de outros autores encontradas em revisão de literatura. É da compreensão da importância do golpe militar, da forma como se mantém o regime Pinochetista (1973-1990) que se pode extrair as bases para a reflexão sobre o período pós-ditatorial chileno.

Em sua participação no livro *“Revolución y contrarrevolución en Chile”* de 1974, o filósofo franco-alemão Arno Münster aponta que o golpe de 11 de setembro foi comandado por Generais fascistas visando implementar uma ditadura militar que seguiria o modelo brasileiro. O golpe é marcado pelo assassinato do líder socialista Salvador Allende e de seus principais aliados além de ter como uma das principais consequências a forte repressão de milhares de trabalhadores que se opuseram à derrubada do governo legalmente eleito da Unidade Popular (UP). A chamada "reação chilena" aliada ao imperialismo buscou "[...] impor uma derrota ao movimento operário internacional e conter a força da onda de movimentos emancipadores no continente sul-americano" (Münster, 1974, p.5).

Entre os fatores externos que pavimentaram o caminho para o golpe estão as intervenções imperialistas na economia, a crise diplomática e a influência do contexto político dos países vizinhos. Todos esses têm em comum a luta pela garantia de um desenvolvimento

econômico dependente e do domínio do grande capital estrangeiro sobre a economia chilena. Em outras palavras, apresentam um viés anticomunista e contrarrevolucionário. Isto porque, o Chile, liderado pelo socialista Allende, representava não só uma vitória lograda pelos "revolucionários" como o último foco de resistência na América do Sul em 1973 por se tratar do único país ainda não comandado por uma ditadura militar (Münster, 1974, p.6) .

Durante o governo Allende realizou-se o confisco da propriedade das grandes multinacionais norte-americanas da mineração (em especial de cobre) e fez-se uso deste confisco para fins de propaganda política. Diplomáticamente ataram-se laços com a Coreia Popular ("do norte"), o Vietnã socialista ("do norte") e com a República Democrática Alemã ("Alemanha Oriental"). Como resposta se dá a hostilidade diplomática dos EUA ao Chile (Münster, 1974, p.6).

À semelhança do caso argentino, as tensões diplomáticas também geraram impactos econômicos significativos, configurando uma "guerra econômica" promovida pelos EUA contra o governo da UP. Para Münster (1974, p. 10) o desenvolvimento dessa "guerra" se deu em três frentes principais. A primeira foi o boicote ao Chile por parte do Banco Mundial, que suspendeu todos os créditos ao país. A segunda foi o boicote do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que impediu o acesso chileno aos incentivos ao desenvolvimento concedidos aos países do "Terceiro Mundo" e por fim, artificialmente, provocou-se uma brusca queda do valor do cobre no mercado internacional. A exportação deste minério representava 85% das reservas chilenas. Consequentemente, houve uma queda no valor da moeda chilena e um aumento vertiginoso da inflação em 1972²⁹.

Outra medida foi a cobrança prematura da dívida externa chilena, além da exigência de indenização de 90 milhões de dólares pelas propriedades confiscadas das multinacionais. (Münster, 1974, p.10). Complementarmente, tentou-se impor um embargo ao envio de cobre com base na reivindicação das empresas sobre formalidade legal das suas propriedades, especialmente minas, nos tribunais de Paris. Os portuários, no entanto, tomaram partido pelos trabalhadores e a decisão dos tribunais, favorável às empresas, foi anulada.

Além da ofensiva diplomático-econômica houve forte articulação da CIA e foram notáveis ameaças de intervenção militar estrangeira direta sob o território chileno. Assim como no caso brasileiro, o Chile enfrentou a presença de navios de guerra da Marinha estadunidense em sua costa durante o movimento golpista (Münster, 1974, p.7). Esses movimentos avançam

²⁹ Para Marini e Sepúlveda (1974, p.84) existe uma relação de interdependência entre o fenômeno inflacionário e a crise de abastecimento no Chile durante o governo da UP.

a Marinha Chilena que em 1973 "[...] se tornou um posto do serviço secreto da Marinha de guerra norte-americana" (Münster, 1974, p.7).

O caso chileno é ilustrativo também em relação ao protagonismo da ditadura brasileira no Cone Sul. No contexto da conspiração entre as forças armadas do Chile e a inteligência militar dos EUA em 1973 os "agregados" da embaixada brasileira em Santiago desempenham papel fundamental ao auxiliarem a elaboração do plano do serviço de informações e a rede de comunicação dos oficiais além de participarem dos levantes de junho e setembro de 1974 (Münster, 1974, p.7). Marini (1976) reforça tanto a influência do imperialismo norte-americano quanto o papel central da Ditadura brasileira e do conteúdo fascista deste golpe:

A alavanca fundamental utilizada para minar a estabilidade do governo de Salvador Allende e destruir as bases mesmas do regime político vigente foi o desenvolvimento no país de um movimento de corte fascista, que unificou as forças burguesas, atraiu ao seu campo amplos setores da pequena burguesia e desorganizou as massas trabalhadoras. [...] O que cabe assinalar aqui é que os métodos e instrumentos empregados pelo grande capital revelaram um conciso aproveitamento da experiência adquirida em casos similares ocorridos no Brasil, Uruguai, Bolívia e outros países latino-americanos; para tal, a reação chilena contou com um eficiente assessoramento da CIA, como revelou essa instituição ao Senado dos Estados Unidos, assim como com a colaboração dos regimes reacionários instalados nos ditos países, particularmente no do Brasil. Mas sobretudo cabe pôr em evidência um fato que se constituiu em um elemento característico da contrarrevolução burguesa na última década na América Latina: a utilização de métodos fascistas ao estilo clássico, tais como os que se empregavam na Itália e na Alemanha entre as duas grandes guerras, com o objetivo de criar as condições propícias para o serviço do que é um instrumento básico de dominação: as forças armadas. (Marini, 1976, p.108-109, tradução nossa)

Desde o princípio esteve às claras as conexões do governo de Allende com países socialistas, em especial, URSS e Cuba. Para os EUA esse contexto caracterizava uma ameaça e denota "caos político e social" em um país "punido pelo marxismo". Nessas condições o povo chileno só poderia ser salvo a partir de uma "imprescindível intervenção dos Estados Unidos da América" (Münster, 1974, p.8).

A ala golpista das FA era composta por oficiais alinhados ao imperialismo, majoritariamente formados nos EUA, como também por uma boa parte do exército que se via influenciada pelos ideais da Democracia Cristã e do fascismo após as eleições de 1970 (Münster, 1974, p.28). Em contrapartida, a UP não apresentava qualquer estratégia para angariar o apoio dos extratos mais baixos das FA além de ter apoiado a "Campanha de Desobediência nas Forças Armadas" com o objetivo de garantir um cenário de maior segurança para um possível quadro de guerra civil. Estava assim pavimentado o caminho de fascistização das forças (Münster, 1974, p.28-29).

Pode-se afirmar que a política econômica do imperialismo estadunidense se manifestava ainda através dos investimentos ideológicos como o financiamento na consolidação de

ideologias tecnocráticas (Programa Camelot: Investigación Sociológica Chilena) por parte de instituições norte-americanas que acompanham os investimentos econômicos como a "Aliança para o Progresso"³⁰.

Um bloqueio imperialista é imposto pelos EUA e internamente a burguesia chilena investe no incentivo à desordem econômica com base em uma sabotagem realizada através do aumento dos preços, do fechamento de empresas em intervalos irregulares, da organização de greves patronais e sabotagem de meios de comunicação e fábricas (Münster, 1974, p.12).

O "bloqueio interno" da burguesia visava criar uma crise no abastecimento que fosse suficiente para derrubar o governo. O marco inicial dessa mobilização burguesa foi a "*marcha de las cacerolas*" de 1971 quando representantes de bairros ricos de Santiago, especialmente mulheres, ocuparam as ruas batendo em panelas vazias em protesto contra um pequeno desabastecimento no setor de carne (Münster, 1974, p.12). Segundo Ruy Mauro Marini (1976, p.111) durante o governo de Allende a burguesia tirou proveito da escassez em uma bem sucedida tentativa de angariar apoio como se observa na "*Marcha de las Ollas Vacías*" de 1971 composta em suma maioria por representantes da pequena-burguesia e do lumpemproletariado. Posteriormente as forças burguesas intensificam sua campanha não só se aproveitando da escassez, mas promovendo seu agravamento.

Ainda em outubro de 1971 ocorreu a manifestação das forças de direita unificadas na forma da "*Confederación Democrática*" contando com cerca de 300.000 pessoas. Os discursos defendiam a ilegalidade do governo de Allende, a ação direta e intervenção (Münster, 1974, p.13). O governo reagiu declarando situação de emergência em Santiago, mas o plano de sabotagem seguia se tornando mais eficiente. Descubrem-se, em 1972, os depósitos clandestinos de diversos itens de consumo retirados de circulação pela iniciativa privada. Posteriormente mesmo os alimentos mais básicos seriam afetados pelo boicote. Visando dar garantias aos proletários adotam-se medidas como congelamento de preços que surtem efeito parcial (Münster, 1974, p.12).

Neste ponto, divide-se em dois blocos o povo chileno: um primeiro direitista composto pela burguesia nacional e pela classe média (especialmente os comerciantes) e um segundo de esquerda composto pelos intelectuais progressistas e pela classe trabalhadora. O bloco direitista começa a organizar-se e agir de maneira cada vez mais significativa como na "*huelga patronal*"

³⁰ O programa "*Alianza para el Progreso*" tinha como finalidade apartar os povos da América Latina do cumprimento de sua missão histórica, quer dizer: a liberação da dominação imperialista e a constituição de um sistema de vida socialista, como fez o povo cubano. (Strassen, 1974, p.41)

(greve dos patrões) do transporte em 1972 (Münster, 1974, p.13) e no "*paro patronal*" (Bloqueio dos patrões), o último causador das mais sérias consequências econômicas e da crítica situação do abastecimento de alimentos. A greve dos transportes tinha como base política o controle exercido pela Democracia Cristã, alinhada ao bloco direitista, sobre os chamados "grêmios"³¹ que seriam instrumentalizados pela extrema direita e dissolvidos em 1972 e 1973 (Münster, 1974, p.14).

Marini (1976, p.111) aponta que em tempos de crise a burguesia tende a trocar o capital produtivo pelo especulativo levando à uma agudização da luta de classes. A especulação serve como viabilizadora de sucesso aos esforços irrestritos de defesa do capital. Com base na degeneração profunda do sistema econômico que se atingem as condições básicas para a fascistização. A especulação somada à escassez teve como resultado a alta dos preços no mercado de bens de consumo. Ganha força o mercado paralelo de bens de consumo e alimentos, as massas populares passam a ter de lidar com o difícil acesso e crescentes filas. Essas filas se tornaram espaços onde se cultivava o sentimento de hostilidade aos burgueses, mas rapidamente esse sentimento de desamparo, foi capturado pela burguesia em seu favor, assim "A especulação se converteu em arma, por excelência, do fascismo" (Marini, 1976, p.112).

Münster (1974, p.15) defende que o bloqueio interno tratava-se de um movimento corporativista rapidamente transformado ao expandir o conteúdo político bem como a infiltração fascista e as exigências dos grevistas. A resposta da UP se deu com base no uso do aparato militar (Forças Armadas e Polícia - Carabineiros) para declarar Estado de Sítio, tornar o trabalho dos caminhoneiros compulsório além de requisitar meios de transporte e escolta para burlar a greve. A principal consequência foi a reestruturação dos bairros operários, dos órgãos de autoadministração e da organização de controle de preços e distribuição (JAP) além do fortalecimento da "Frente de Trabalhadores Revolucionários (FTR)"³².

A reação do governo surte profundo efeito e provoca o fracasso do movimento burguês sem que, no entanto, isso se converta em uma vitória proletária. Isso se dá por alguns motivos. Primeiro, a entrada dos militares no governo em novembro de 1972, especialmente na figura de Carlos Prats como Ministro do Interior, tida pela burguesia como uma medida que possibilita o controle da esquerda por dentro levando à repressão das alas mais revolucionárias das esquerdas. Após o fim da greve dos transportes os militares passam a ter o direito de realizarem buscas em fábricas estatizadas, centros de esquerda, bairros operários e centros de reforma

³¹ Sindicatos e associações de trabalhadores e comerciantes.

³² Movimento de trabalhadores de inspiração soviética.

agrária com a justificativa da busca por armas o que serviu de pretexto para as forças realizarem um encarceramento de lideranças políticas do movimento dos trabalhadores e de esquerda. A partir do amedrontamento da classe trabalhadora os militares perceberam seu papel dentro do governo como uma porta para que, alinhados ao ímpeto burguês, dessem cabo da perspectiva revolucionária no país. O segundo motivo é que a distribuição da produção nacional seguia sob o controle do setor privado o que permitiria repetições da greve (Münster, 1974, p.16-17).

Ainda nessa seara, no mesmo livro, Carmen Strassen defende que o episódio da entrada dos militares no governo, condição imposta pela burguesia para retomada da artificial/momentânea paz social, foi um forte elemento desmobilizador da luta das massas e somada a outras medidas voltadas à mediação dos conflitos caracterizou uma política cada vez menos apoiada nas massas populares (Strassen, 1974, p.45). O novo gabinete civil-militar denota um enfraquecimento das massas após as lutas e um viés conciliatório do governo. Rapidamente a insatisfação com este quadro se converte em pressão.

O acordo entre governo e as bases foi de que o governo não reprimiria em nenhuma instância as ações do movimento dos trabalhadores e, em contrapartida, a classe trabalhadora não agiria como oposição em nenhuma frente ao governo (Strassen, 1974, p.47).

As forças da direita se reorganizaram então em duas frentes para lidar com os militares sendo inseridos no governo: evitar uma aproximação das Forças Armadas com a UP e utilizar-se desses postos estratégicos para bombardear o governo visando as eleições parlamentares de 1973. Simultaneamente crescia assim a bancada "legalista" com base nas acusações de inconstitucionalidade das medidas do governo (Münster, 1974, p.19). Tentava-se criar um contexto em que a instabilidade econômica e política somadas às intervenções imperialistas pudessem dar à direita as ferramentas necessárias para um golpe "legal". Os militares passaram a personificar uma oposição de direita interna que passa a ser capaz de emperrar o desenvolvimento do programa da UP como ao atrasarem o processo de estatização de empresas locais (Münster, 1974, p.17).

Apesar do forte aporte financeiro da grande gama de grupos políticos alinhados, esse plano não foi possível, a unidade popular cresceu em 8% seus votantes em 1973. Estava posta a derrota em vias "legais" quando mesmo após a recontagem dos votos a direita não conseguiu maioria entre os terços do congresso (Münster, 1974, p.20). O resultado da derrota nas urnas foi o endurecimento geral do bloco de direita simbolizado na substituição de Tomic pelo conservador direitista Patricio Alwyn e companhia no comando da Democracia Cristã (Münster, 1974, p.22).

O argumento dos grevistas patronais de 1972 já se encontrava em alguma medida pautado na questão da legalidade. O governo percebe a falta de legitimidade do movimento burguês e o declara ilegal. É na dialética do uso e dos significados de legítimo e legal que surge uma das grandes razões para radicalização ainda maior do movimento operário e da classe trabalhadora: a percepção de que os conceitos burgueses de legalidade, legitimidade democracia e afins eram incompatíveis com uma mudança de conteúdo proletário na sociedade chilena (Strassen, 1974, p.49).

A mudança rumo à maior radicalidade começa a ganhar forma e se apresenta, segundo Strassen (1974, p.49), no Congresso para a Defesa dos Direitos Humanos com as discussões sobre o papel inicial de uma justiça popular. A assembleia popular de Conceição e a ocupação da cidade de Constituição em 1973 podem ser exemplos de tentativas de construção de alternativas ao parlamentarismo-burguês e, mais significativamente, as ocupações às fábricas promovidas pelo movimento operário não tinha mais caráter temporário ou visavam a estatização simplesmente mas buscavam o controle total das mesmas pelos trabalhadores (Strassen, 1974, p.50).

A direita ataca Allende e a UP de todas as formas com alegações de imoralidade política enquanto organizações ligadas ao Partido Nacional incitavam sistematicamente o golpe militar (Münster, 1974, p.22). Isso se deve principalmente ao avanço do projeto da UP com a crescente estatização de grandes empresas nacionais (que já chegavam a 47) e a reforma do sistema educacional que atacava frontalmente o privilégio burguês à educação (Münster, 1974, p.22-23). Ante a possibilidade de perder seu posto de classe dominante os burgueses, através das mais diferentes forças da direita, partem em ofensiva contra o governo de Allende em três frentes: legal-parlamentarista, econômica e “extra político-parlamentar” (Münster, 1974, p.24)

A frente legal-parlamentar emperrou as atividades políticas do governo. A frente econômica seguiu o boicote e retomou as greves constantes além de conseguir captar para si o ímpeto oriundo da indignação de setores dos trabalhadores com o quadro inflacionário (Münster, 1974, p.25). Os caminhoneiros pró-fascistas entravam em conflito com aqueles que não aderiram às greves, os funcionários pró-fascistas travavam embates com a polícia nas ruas e as milícias fascistas instauram um verdadeiro estado de terror com ataques constantes às sedes, aos dirigentes e meios de comunicação dos partidos de esquerda bem como contra os grandes estoques de suprimentos e outros meios de comunicação (Münster, 1974, p.26).

Nos meses seguintes essa tentativa foi exitosa e o corpo de oficiais das três forças se engajaram em rebelião contra Allende através do "chamado ao cumprimento dos deveres

patrióticos". Um conjunto de fatores acelera a transmutação das Forças Armadas, antes leais ao governo, em forças de um golpe fascista iminente, o principal destes: o caráter de classe do alto oficialato majoritariamente composto por representantes da alta classe média do país e a influência norte-americana através da infiltração da CIA no ambiente militar chileno (Münster, 1974, p.27).

Simultaneamente a burguesia buscava maior poder político junto às Forças Armadas para isolar cada vez mais os poucos oficiais de alto escalão ainda leais ao governo. Em junho de 1973 um levante militar cercou o *Palácio de la Moneda* com tanques, mas rapidamente foi desfigurado por intermédio da ainda remanescente ala das FA leal à constituição, especialmente na figura de Carlos Prats. A resposta dos militares em favor do governo foi a forte mobilização de trabalhadores com a ocupação de fábricas e espontâneas manifestações compostas por milhares de pessoas no centro de Santiago (Münster, 1974, p.29). Com a transformação do governo a partir da fracassada tentativa de golpe estava posta a máxima radicalização política do continente latino-americano (Strassen, 1974, p.52).

A violência atingiu níveis sem precedentes. Militantes da UP, redes de telecomunicações, estações de rádio e televisão, estações de energia e cabeamento de alta tensão, ataques aos jornais e atos terroristas de grupos fascistas marcaram o período: "Os fascistas dominavam nas ruas: atentados políticos, incêndios provocados em lugares e objetos políticos ou civis de importância estratégica. Nas ruas o que reinava era a lei da selva" (Strassen, 1974, p.53)

Ante a falta de iniciativa da esquerda as Forças Armadas passaram por um processo ainda mais radical de expurgo dos oficiais leais às instituições e ao governo chegando ao ponto do general Carlos Prats (Chefe do Exército) ser compulsoriamente enviado à aposentadoria e começaram a elaborar um plano ainda mais letal e sofisticado que pudesse superar qualquer tipo de resistência das massas (Münster, 1974, p.30)

Estava assim pavimentado o caminho para a terceira e última etapa da contrarrevolução no Chile. Com uma nova greve geral de empresários dos transportes oferecendo instabilidade suficiente para abrir o caminho para a intervenção conjunta de Exército, Marinha e Aeronáutica (Münster, 1974, p.30). O *Palácio de La Moneda*, sede do governo, era bombardeado, Allende estava morto e o país entregue ao regime do general Augusto Pinochet (Münster, 1974, p.32).

O golpe de 1973 não se explica unicamente pela ação da burguesia e pela interferência imperialista, é também o momento limite de um processo que remonta aos anos 1930 e a questões estruturais do próprio sistema de dominação chileno. Para Marini (1976, p.8) o

"despertar" de massas que atinge o ápice junto com a luta de classes durante o governo da UP no Chile remonta seu início ao governo de Eduardo Frei (1964-1970).

Nas eleições de 1964, a Democracia cristã logra vitória sob a liderança de Eduardo Frei por ser o partido com a maior capacidade de captação do descontentamento das massas sob o lema da "Revolução na liberdade"³³. Mas as massas mobilizadas e descontentes não se satisfizeram com a falsa perspectiva revolucionária levando o governo a uma tentativa de contenção com base no uso demagógico da bandeira de "participação popular" através de organizações que respondiam diretamente ao partido e tinham como objetivo a desmobilização popular como "sindicatos amarelos", associações de moradores e de mães (Strassen, 1974, p.42). A resposta popular se deu com base nas ocupações nas cidades e no campo, diversas manifestações nas ruas e intensa mobilização paralela ao controle sindical e associativo, todas reprimidas pela violência policial (Strassen, 1974, p.42).

O governo dividiu-se, em uma dinâmica contraditória, em esforços pró-burguesia industrial nas cidades e favoráveis ao avanço capitalista no campo. Frei realiza uma reforma agrária excludente compatível com o interesse norte-americanos fazendo com que os camponeses passassem a lutar por seus direitos através de ocupação e tomadas de terra, enquanto o movimento dos trabalhadores lutava contra o arrocho salarial. Estava posta uma crise no sistema capitalista chileno iniciado nos anos 1930 (Marini, 1976, p.8).

Estava em crise um dos mitos basilares para o funcionamento do Estado burguês chileno: a efetividade da democracia liberal (Strassen, 1974, p.42). A crise produz um racha na Democracia Cristã dando origem ao Movimento Popular Unidos e à Esquerda Cristã que juntos compunham o MAPU. Esses grupos se aliam aos principais partidos de trabalhadores, com o partido socialista e o comunista constituindo assim a Unidade Popular (UP) que viria a concorrer e vencer as eleições de 1970³⁴ (Strassen, 1974, p.42).

Existem também fatores que remetem à própria conformação da luta de classes e do sistema de dominação no Chile que nos ajudam a compreender esse processo. Para Strassen (1974, p.43), as condições socioeconômicas chilenas faziam do país aquele com maiores tendências para a implementação de um programa socialista. A autora elenca uma série de fatores determinantes dessa natureza: a força do movimento dos trabalhadores do país expressa

³³ Eduardo Frei se elegeu derrotando Allende cuja candidatura era sustentada pela *Frente de Acción Popular*, uma coalizão entre os partidos comunistas e socialistas.

³⁴ Marini (1976, p.7) reforça que a vitória nas eleições de 1970 se deu graças à manutenção da porcentagem de votos em relação à eleição anterior em um contexto em que a oposição esteve mais desunida do que em outros momentos, movimento tido como um erro de cálculo político da burguesia.

nas greves ocorridas entre 1954 e 1956 e na criação da *Frente de Acción Popular*, o partido Democrata Cristão - que através de sua estrutura financiada pelos EUA e por seu semelhante alemão - oferecia bases ideológicas e seria veículo do imperialismo e, por fim, a postura crítica e mobilizadora dos extratos mais desfavorecidos da sociedade chilena (1958-1964).

Para Marini (1976, p.8) o sistema de dominação burguês que se apresentava durante o governo Frei remonta aos anos 1930 e sofreu algumas adaptações nos anos 1950. Este se resume através do desenvolvimento industrial dependente, em uma combinação dos interesses dos burgueses industriais, da classe detentora de terras e da burguesia financeira, com base em benefícios e participações mútuas em torno do mercado de cobre controlado pelo capital estrangeiro. Por fim, esse sistema destinava parte de seu excedente à pequena-burguesia urbana para que essa compusesse uma classe fundamental de apoio.

É preciso entender a distinção entre sistema e dominação e aparelho de dominação e coerção. O Estado enquanto instituição se caracteriza como o segundo, mas, apesar de fundamental na luta de classes, não compõe em plenitude o primeiro. Para melhor compreensão, Marini (1976, p.44) retoma a obra de Lênin para afirmar que a tomada do aparato estatal implicaria apenas em melhores condições para a progressão na luta de classes, mas não em uma vitória definitiva.

Uma das principais particularidades do sistema de dominação que se apresentou na realidade chilena desenvolve privilégios e vantagens a partir dos anos 1930 com a ocupação de postos do Estado se tornando uma "tropa de choque" em defesa de interesses econômicos e de seus aliados. Ou seja, a burocracia chilena esteve composta em maioria (assim como no Brasil e no México) por uma parcela pequeno-burguesa interessada em garantir melhor remuneração para seus cargos e expansão do setor privado. Esse extrato assume um viés consolidador de sua posição social em uma relação classe-classe voltada para ampliação dos cargos públicos, manutenção parlamentarista, ampliação da mobilidade social verticalizada para o conjunto da classe e expansão do monopólio (Marini, 1976, p.47). Isto é, tratava-se de "uma capa política dirigente" um "conjunto de classe de apoio ativo ao sistema de dominação vigente." (Marini, 1976, p.48).

Vale ressaltar aqui que apesar deste impulso ser definitivo à contradição e ao compromisso institucional de transição gradual já no surgimento a UP apresenta aspectos conciliatórios uma vez que foi fruto da conciliação de partidos marxistas e sociais-democratas. No entanto, suas almeçadas reformas políticas e econômicas visavam pavimentar a estrada rumo

ao socialismo (Marini, 1976, p.24)³⁵. Pode-se definir a chamada “via chilena ao socialismo” como:

É assim que a necessidade de forjar uma determinada aliança de classes se expressa programaticamente no que virá a ser chamado depois de "via chilena para o socialismo": a conquista gradual e pacífica do poder político, sem ruptura brusca da ordem burguesa, acompanhada da liquidação das bases da dominação imperialista, latifundiária e monopolista, através de medidas propostas na perspectiva da construção do socialismo. (Marini, 1976, p.49)

Para Strassen (1974, p.39) a frente popular encabeçada pela UP que visava ocupar o poder executivo é composta pelos partidos burgueses e pelo movimento dos trabalhadores configurando-se como uma continuidade histórico-lógica do movimento operário uma vez que seria fruto do amadurecimento das relações políticas e das contradições próprias do Estado chileno. Isto é, resultado de uma intensa e extensa luta política cuja estratégia se tornou flexível e adaptável levando à aliança com os partidos burgueses visando dar cabo das contradições de natureza político-econômica não resolvidas desde a independência do país como a transformação política e administrativa do Estado como defensor da burguesia. No entanto, a eleição não era sinônimo de vitória definitiva da classe trabalhadora, pelo contrário, a autora retoma Allende: "Recebemos o governo, mas não o poder". O equilíbrio entre os anseios e objetivos das massas e a permanência na legalidade fizeram com que a UP caminhasse rumo a contradições em sua atuação (Strassen, 1974, p.43).

Nessa seara, Marini e Sepúlveda (1974, p.64) apontam que o governo da UP assumiu o Chile em meio a uma depressão econômica que remontava à 1967 e atingiria seu pior momento em 1970. O governo centrou seus esforços em retomar os bons índices de produção da indústria com base na criação de demanda com a liberação de crédito e o aumento das contas públicas especialmente voltados aos reajustes salariais (Marini, Sepúlveda, 1974, p.65). De início havia certo otimismo da equipe econômica, mas a realidade ofereceria muitos obstáculos. Uma vez que fatores como a inflação e o desabastecimento passam a influenciar fortemente e tornar crítico o panorama, realizam-se mudanças de direção na condução econômica que culminam na criação da uma "Economia de Guerra" (Marini; Sepúlveda, 1974, p.63).

Marini (1976, p.52) aponta ainda um problema em torno da legitimidade que caracteriza o governo da UP. Para o autor o que se dá é a incapacidade de abandonar a fonte de legitimidade emanada dos votos e do sistema eleitoral do Estado burguês que a levaram ao poder para passar

³⁵ Em crítica ríspida à essa tática política Strassen (1974, p.53-54) defende que a tática conciliatória ou via do diálogo proposta pela UP não foge à perspectiva de "via pacífica até o socialismo" que nada mais seria do que uma perspectiva anticientífica fadada ao fracasso, mas fortemente presente entre as esquerdas.

a basear-se em uma verdadeira legitimidade de classe a partir da organização do movimento de massas. Nesse sentido, toma-se a dissolução dos comitês populares, as juntas de abastecimento e preços, a reforma burocrática vertical e outras medidas como parte de um processo que tentava submeter as organizações e mobilizações populares ao aparato do Estado convertendo-se assim, cada vez mais, em um governo refém das estruturas do Estado burguês.

Existem ainda questões que perpassam a comum definição que caracteriza a UP como “Via chilena para o socialismo”. Marini se opõe à definição de “via chilena ao socialismo” afirmando se tratar de uma tentativa de reconstrução utópica oposta à realidade viva. Realidade esta que apontava que a luta de classes no Chile estabelecia condições pré-revolucionárias e não de necessidades transitórias e graduais (Marini, 1976, p.54). Da relação contraditória entre o programa de reformas estruturais com o programa de curto prazo se extrai a caracterização do projeto da UP. Ou seja, o antagonismo natural entre uma perspectiva de dirigismo estatal e outra de economia de mercado expressa através da “[...] negativa em transferir para a iniciativa das massas a solução dos problemas que plantava a transformação dos esquemas de produção e consumo no Chile” medida que confinou a UP em estruturas burguesas (Marini; Sepúlveda, 1974, p.63).

O turbilhão de instabilidade política e econômica provocada pelo imperialismo deu a vitória à burguesia local e ao grande capital internacional. Mas nem a violência da contrarrevolução nem as transformações políticas e econômicas no Chile acabaram ali. Münster (1974, p.6) expõe algumas das principais medidas de violência dos militares fascistas chilenos. O autor reforça que a conexão entre os muitos crimes da sangrenta ditadura liderada por Pinochet, ainda em seu primeiro ano, e seu caráter contrarrevolucionário. É a radicalização máxima da barbárie que se torna a alternativa escolhida pela classe dominante e seus aliados contra a “ameaça socialista”:

Centenas, senão milhares, de fuzilamentos oficiais; o bombardeio de fábricas e bairros operários, muitos dos quais foram devastados; o encarceramento, a tortura e a deportação de milhares de partidários da Unidade Popular; a proibição de todos os partidos políticos; as queimas de livros ao estilo nazista; a detenção em massa de dirigentes sindicais, quadros operários e intelectuais progressistas; o fechamento e desmantelamento de todas as instituições de esquerda — em uma palavra, o terror sistemático e bárbaro que os generais fascistas instauraram para ‘a extirpação do câncer marxista’ e a ‘restauração da honra nacional do Chile’ [...] (Münster, 1974, p.6)

De início, a ditadura realizou uma conversão da política econômica que remontava ao fascismo clássico: obtenção de maiores parcelas de mais-valia a partir da superexploração do trabalho. No entanto, como aponta Marini, mais do que apenas uma reprodução generalista do fascismo clássico, o que se observa neste processo é a adequação política, econômica e

repressiva do mote fascista às próprias necessidades da burguesia chilena (Marini, 1976, p.109). Além disso, a política praticada pelos militares quanto à exploração dos trabalhadores nos serve ainda como forte evidência de seu viés de classe. Aumentam-se as jornadas de trabalho sem contrapartida salarial, o reajuste dos salários em 1973 chega apenas à metade da inflação, os trabalhadores de minas de carvão são inseridos em um sistema de trabalho forçado e devolvem-se todas as fábricas estatizadas ou ocupadas a seus antigos donos (Marini, 1976, p.110).

Zárate (2015) defende que os primeiros anos do regime pinochetista estiveram marcados por uma guerra social de duas frentes anticomunistas. A primeira, e mais literal, se caracterizava pela repressão sendo a segunda uma ampla disputa pelo apoio popular através de muito tímidas, mas muito precisas, medidas assistencialistas. Por um lado, buscou-se desarticular as bases operárias de mobilização social da UP culpabilizando os marxistas pela pobreza, desemprego, fome e demais problemas sociais. Por outro lado, usou-se da distribuição de alimentos, da política de combate ao desemprego e do projeto de extinção das favelas para alavancar a popularidade do governo.

De início essas medidas apresentavam caráter "paternalista" mas rapidamente cresce o viés neoliberal e a ampla influência do mercado. As novas políticas habitacionais de combate a favelização se dão com base em subsídios para população e participação ativa do mercado e, a partir de 1979, começam a ser aprovadas as "modernizações" que permitem uma expansão do individualismo e da lógica de mercado sobre os direitos antes tratados como universais, leia-se previdência, saúde, educação e relações trabalhistas (Zárate, 2015, p.137). Ocorre a mudança na legislação trabalhista (1979) visando a atomização da força dos trabalhadores através da flexibilização da força de trabalho e da possibilidade de mais de um sindicato por empresa. Além disso, extingue-se o modelo de repartição simples para privatizar a previdência. Criam-se institutos privados para saúde e previdência (ISAPREs) estando a cobrança por qualquer serviço definida em planos estabelecidos pelo próprio ISAPRE com base na cota mensal de contribuição, ou seja, quem possuía os mais altos salários teria direito a melhor atendimento. A alternativa para aqueles que não fossem aos ISAPREs era a busca pela sucateada saúde pública. A educação por sua vez passou a se tornar um impeditivo ainda maior de mobilidade social sendo seus recursos adequados de acordo com a região e sua gestão desvinculada do governo central, além de dar-se fim ao cargo de funcionários públicos dos professores (Zárate, 2015, p.137).

Para Zárate (2015, p. 120) o regime pinochetista é uma refundação neoliberal-autoritária do Estado chileno. Essa refundação apresenta diversas particularidades. Focarei aqui no

pinochetismo como fenômeno político. Diferentemente dos muitos generais das Forças Armadas no Brasil ou das Juntas Militares na Argentina, o Chile vivenciou 16 anos (1973-1990) de um regime centrado na figura de um único homem: o General Augusto Pinochet. Para Zárate (2015, p. 121-122) a Ditadura Militar no Chile converteu-se em um caráter personalista em torno da figura de Pinochet como o único homem entre os militares a ser capaz de converter a "guerra social" (anti-comunista) em um regime que respondesse aos objetivos de um projeto imperialista através do estabelecimento de uma nova dinâmica política, ideológica e econômica. Aglutinam-se assim os poderes partidários em torno de Pinochet e viabiliza-se um regime cuja reprodução de suas bases após o desaparecimento do líder fosse possível. Nesse sentido, entende-se que entre as ditaduras militares do cone sul a que mais se projetou no período pós-ditatorial foi a chilena. A derrota no plebiscito de 1988 não produziu a dissolução das heranças do regime pinochetista, mas esteve marcada pela continuidade do projeto político-econômico ditatorial através das limitações à soberania popular e da refundação capitalista neoliberal (Zárate, 2015, p. 120).

O que busquei expor nesta subseção é que a situação limite sem paralelo em termos de acirramento da luta de classes ocorrida no Chile produziu também um nível de continuidade ímpar após o fim do regime pinochetista. A intervenção imperialista, a ação direta e coordenada da burguesia nacional, a tomada violenta do poder pelos militares e a tentativa da construção do socialismo pela ocupação do Estado burguês configuram um contexto que reverbera com força destoante após o fim do jugo fascista seja na esfera política, econômica ou burocrática. Mais do que o controle do Estado o que se deu foi a reconfiguração neoliberal-fascista das bases da sociedade chilena.

2.5 INTELIGÊNCIA E REPRESSÃO: AGÊNCIAS DE INFORMAÇÃO

Na presente subseção buscarei debater brevemente a produção e uso dos documentos e sua gestão/controle na seara da repressão política ocorrida durante as ditaduras militares dos casos selecionados. Trata-se de uma breve exposição acerca das necessidades de criação, produção, uso e controle de acesso da informação registrada. Em outras palavras, um olhar acerca da estrutura burocrática sobre a qual se viabilizou a repressão. Vale tornar ciente o leitor de que apesar de já haver mencionado certas instituições, organizações e operações a serem abordadas aqui em outras sessões, irei novamente trazer definições sobre estas como forma de reforçar a compreensão.

As agências de informação desempenharam um papel essencial na engrenagem repressiva do Cone Sul. Por meio de investigações minuciosas sobre grupos e indivíduos, vigilância constante e articulação entre diferentes órgãos, as ditaduras militares conseguiram não apenas desarticular a luta armada e seus colaboradores, mas também instaurar um ambiente de controle e terror. A operação destas agências era embasada no profundo levantamento, registro, gestão e controle de informações, o que levou à produção de vastos acervos documentais que, posteriormente, serviram de fonte para comissões da verdade, pesquisadores e tribunais.

Esses documentos compõem o que se classifica como arquivos da repressão. Os arquivos da repressão constituem forte fonte para os estudos da história e construção da memória e justiça social. Por estes motivos, se formam disputas políticas ferrenhas em torno de seu acesso ou salvaguarda, bem como de sua destruição ou preservação. Como bem expõem Konrad e Lopes:

Assim, esses acervos passaram a ser vistos como “arquivos vivos” e alvo de disputas, tanto pelos algozes (agentes do estado que atuaram ou auxiliaram na repressão), como pelas vítimas e as famílias dos desaparecidos e mortos políticos. O primeiro deseja a sua destruição como uma forma de interdição do passado ou como uma política de esquecimento, enquanto o segundo deseja que a informação conservada nesses arquivos traga à tona o passado de sangue, auxiliando assim, no fortalecimento da democracia. (Konrad; Lopes, 2013, p.12)

A noção de que os documentos de arquivo são partes importantes do funcionamento da repressão está diretamente vinculada à burocracia estabelecida na atuação de instituições como agências de inteligência e polícias políticas. Konrad e Lopes, ao revisitarem a obra de Bauer (2012), abordam o tema com precisão. Segundo as autoras, a burocratização da repressão definia o funcionamento dos órgãos e agências voltados para a repressão durante as ditaduras militares. Nesse contexto, os documentos produzidos carregam um valor auxiliar na manutenção do sistema repressivo extremamente burocratizado (Konrad; Lopes, 2013, p.10)

A repressão ascendeu a níveis continentais conforme avançavam os golpes na América Latina. A articulação entre as agências de inteligência das ditaduras militares chegaria a seu ápice com a criação e o desenvolvimento da Operação Condor. A Condor foi uma operação que caracterizou-se pela coordenação e coalizão de órgãos de inteligência, perseguição política e instâncias militares para realizar sequestros, assassinatos e desarticular ações de qualquer sorte tidas como contrárias às Ditaduras do Cone Sul. Nas palavras de Enrique Padrós:

A Operação Condor é percebida como articulação clandestina e repressiva dos países do Cone Sul visando a perseguir e eliminar dissidentes políticos e organizações de

resistência que desde o exílio denunciavam a opressão e o clima de medo existente na região. O esquema Condor funcionou como organização criminosa que agiu além-fronteiras realizando operativos que variaram do seguimento e vigilância até sequestro, assassinato e desaparecimento de pessoas. (Padrós, 2009, p.15).

Padrós (2009, p.19) define a Condor como uma resposta à necessidade de colaboração entre os serviços de inteligência dos regimes ditatoriais.

A Condor surge com base no êxito das articulações repressivas e anti-subversivas que se dão no momento em que a Argentina, última democracia do subcontinente em 1974, passa a ser palco de mobilizações impulsionadas pela chegada de exilados. Os regimes vizinhos solicitam então que seja construída uma rede de inteligência composta por agentes que circulassem por diferentes países levando consigo as informações colhidas a fim de eliminar os focos "subversivos" que surgiam (Padrós, 2009, p.19). Padrós (2009) ressalta que dois principais eventos estimulam o nascimento da Condor:

A primeira, o assassinato, em Buenos Aires, do ex-ministro de Allende, o general Carlos Prats (1974). A segunda, a frustrada Operación Colombo, ação binacional que pretendia tornar pública a morte de 119 militantes chilenos desaparecidos pela *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), mas como se tivessem sido mortos em território argentino em confronto entre grupos de exilados ou em ações militares ocorridas neste país. (Padrós, 2009, p.19)

Ainda nessa seara, o imperialismo estadunidense apresenta forte influência na criação e no funcionamento da operação. Os EUA oferecem um “[...] enorme arcabouço de metodologia, ferramentas, informações, treinamentos e suporte de inteligência a ser propagado por todos os países por onde voou o Condor” (Padrós, 2009, p.24). Padrós aponta ainda a influência dos interesses dos EUA entre os três eixos principais para a questão da conexão repressiva no subcontinente:

[...] a vinculação histórica entre os setores dominantes locais e a dos países centrais; os interesses dos EUA na região e sua ascendência doutrinária sobre os exércitos nacionais; a multiplicação de focos de consternação e a irrupção de governos de esquerda e centro-esquerda e o consequente temor de uma cubanização na América Latina. (Padrós, 2009, p.17)

Apesar de fortemente vinculada à CIA a Condor possuiu certo grau de autonomia em sua atuação realizando até mesmo o assassinato do ex-ministro de Allende, Orlando Letelier, nos EUA em 1976. Ainda assim, sua expansão estava muito conectada ao suporte e aos interesses da inteligência estadunidense. Essa expansão alcançou o Equador, o Peru e a América Central. A articulação repressiva passou a contar com maior grau de complexidade a partir da adesão de grupos de extrema direita para alcançar comunidades de exilados na América do Norte e na Europa (Padrós, 2009, p.22).

A clandestinidade da Condor dificultou as investigações sobre a operação. No que diz respeito às provas documentais, seus integrantes, agentes e financiadores realizaram um grande esforço visando o ocultamento, a destruição e o impedimento de acesso através, em especial, da destruição e da classificação de documentos como sigilosos. Nesse contexto, a desclassificação de documentos sigilosos adiciona grande clareza sobre o tema. Como exemplo é possível observar que a atuação imperialista direta dos EUA torna-se cada vez mais desvelada através de momentos como a desclassificação de milhares de documentos na Argentina em 2001³⁶ (Padrós, 2009, p.25).

No entanto, o momento mais emblemático envolvendo os documentos de arquivo produzidos durante as atividades das instituições vinculadas à Condor foi a descoberta dos "Arquivos do Horror" paraguaios:

Em 1992 ocorreu um fato de transcendental importância para elucidar o funcionamento do esquema Condor. Martín Almada, professor e ex-presos político paraguaio encontrou, em Lambaré, subúrbio de Assunção, um enorme arquivo policial com documentação sobre décadas de atuação da polícia daquele país, particularmente do período Strossner, bem como ao respeito das outras ditaduras do Cone Sul e da cooperação dos EUA com as mesmas. (Padrós, 2009, p.32)

Padrós aponta que os milhares de documentos encontrados foram tornados públicos possibilitando assim a divulgação de eventos e atos antes desconhecidos ou pouco conhecidos além de desvelar ainda mais o funcionamento da Condor e servirem como fator pedagógico pelo caráter conscientizador de sua divulgação. Outro movimento desencadeado pela publicização dessa documentação foi o desentranque de diversos processos judiciais paralisados, fazendo assim com que muitos perpetradores fossem levados à justiça (Boccia Paz; Palau; Salerno, 2007, p.76 apud Padrós, 2009, p.33). Por fim, Padrós (2009, p.33) expõe que o "Arquivo do horror" permitiu a ampliação do conhecimento sobre a estrutura repressiva e a lógica associativa da Condor por fomentar pesquisas jornalísticas e acadêmicas sobre questões antes encobertas.

No caso brasileiro, tratar da repressão passa necessariamente por analisar o Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI, componente de maior destaque do Sistema Nacional de Informações e Contra-Inteligência (SISNI³⁷), foi criado em 1964 cerca de dois meses após o

³⁶ Após iniciativas da justiça europeia e Estadunidense foi a vez da Argentina em 2001 a se pronunciar através da justiça diante de uma petição de vítimas da Condor. Com base em provas, inclusive provas documentais, apresentadas pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) foi publicado.

³⁷ Fico (2001, p.100) ressalta que o SISNI era também um sistema de imputação de culpa que, com base em crenças conspiracionistas, produzia culpados em proporção compatível com o sentimento anti-comunista.

golpe militar através da Lei nº 4.341 para "[...] supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior." (Souza, 2019, p.66).

Para Jacqueline Cabral (2019, p.83) o SNI era um aparato repressivo "onipotente" do regime militar. Já Carlos Fico (2001, p.75) aponta que a criação do SNI imediatamente após o golpe deixa explícita a necessidade da existência de um órgão deste tipo para o regime. Segundo a arquivista Rosale Souza, outro fator que aponta nessa direção é que outras instâncias ditatoriais tardaram a surgir ou ganhar corpo, como a polícia política e a propaganda política. O gesto denotava, portanto, que "O controle e a vigilância de arquivos, documentos, informações passaram a ser uma política de Estado." (Souza, 2019, p.59).

Souza³⁸ (2019, p.66) aponta ainda que o SNI foi criado como um órgão centralizador estruturando-se em todas as empresas, repartições e órgãos públicos através de divisões que ocupavam os ministérios e células (que poderiam assumir a forma de Assessorias) destinadas às demais instituições federais. Há ainda o estabelecimento da equivalência entre os ministérios e as divisões do SNI³⁹ em dois decretos-lei distintos de 1967 e 1970. O de 1967 é também o ano em que as assessorias do SNI (ASI's) são organizadas via decreto, o mesmo instrumento criaria ministérios e órgãos vinculados às Divisões de Segurança e Informações (DSI's) (Souza, 2019, p.67). Sobre a estrutura do SNI Cabral explica:

Sua estrutura altamente capilarizada estava distribuída através de agências regionais, das Divisões de Segurança e Informações (DSI) alojadas nos ministérios civis, e das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) instaladas nas autarquias federais e em cada órgão público. Isso assegurava a eficiência do sistema no cumprimento de suas funções primordiais: a formulação de diretrizes para a elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e a atuação como centro de uma rede de informações atuando em todos os níveis da administração pública e na sociedade em geral. (Cabral, 2019, p.83)

Para tratar desse contexto, retomo novamente Fico (2001, p.93). O autor entende que o SNI era parte da chamada "comunidade de informações". Essa comunidade define-se como o conjunto dos sistemas e órgãos de inteligência e espionagem que se formaram para fins políticos durante a Ditadura Militar. O termo "[...] comunidades da informação" foi dotado de caráter oficial e designava "um modo de atuação que supunha a colaboração e lealdade entre os pares

³⁸ Aqui é importante ressaltar que nesta obra a base sociológica de reflexão da autora remonta ao pensamento de Pierre Bourdieu e sua teoria dos campos. O autor possui grande influência sobre alguns dos grandes nomes da arquivologia nacional, como é possível notar em Sérgio de Albite Silva (2008, p.3) ao trabalhar o Estado como "campo informacional". Mesmo que aqui a orientação deste trabalho seja marxista não se pode desconsiderar a relevância e qualidade dessa obra.

³⁹ DSI - Divisão de Segurança em Informação.

através de forte sentimento corporativo" (Fico, 2001, p.94). Ainda para o autor, esse "espírito" corporativo/colaboracionista estava calcado não somente na base do servidorismo público, mas sim no compromisso com a causa, o que possibilitava que qualquer pessoa pudesse integrar "comunidades complementares de informação" atuando com empenho em suprir as necessidades de informação do regime. Isto é, a colaboração apresentava caráter de grande abrangência.

Outra autora que debate com grande originalidade a temática do colaboracionismo na seara do controle da circulação de informações é Beatriz Kushnir em sua tese de doutorado. A autora debate as diferentes formas de atuação dos jornalistas frente à censura imposta pela ditadura brasileira. Em sua pesquisa desvendam-se relações estreitas entre jornalistas e censores bem como esquemas de parceria das empresas da grande mídia com os órgãos responsáveis pela censura para que a autocensura fosse aceita. É nesse contexto que os jornalistas colaboracionistas são classificados pela autora como "Cães de guarda" (Kushnir, 2001, p.365). Ou seja, mesmo entre os grupos mais afetados pela repressão houve quem tomasse parte em favor do regime. Vale ressaltar que os atos dos que tomavam parte em favor da repressão e da censura eram em grande medida rotineiros tamanha a complexidade dos esquemas:

Fieis aos seus "donos", esses cães de guarda farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o castelo, nos venderam uma imagem errônea. Quando o tabuleiro do poder mudou, muitos desses servidores foram aposentados, outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heróica, distanciando-se do que haviam feito. Outros tantos se readaptaram e estão na mídia como sempre. (Kushnir, 2001, p.366)

Retomando o pensamento de Fico, destaco entre as plurais necessidades de informação do regime a necessidade de controle, em especial o controle através da impossibilidade de acesso, ou seja, o sigilo. O sigilo se apresenta como ferramenta de garantia de ação do SISNI. Valorizado como uma das atividades essenciais para a contra-informação, o uso do sigilo garante o desconhecimento e, sobretudo, o controle informacional profundo exercido pelos órgãos motores da repressão. Essa relação esteve exposta na forma de um apontamento sobre a necessidade do sigilo no "Manual de Informações do SNI" de 1976 conforme citado por Souza (2019, p.68). A autora expõe ainda que o sigilo é usado durante o regime para fins de garantia do controle das comunicações. O SISNI buscou estabelecer o controle da propaganda de maneira sistemática e sigilosa. A prática de inteligência que visava a garantia da "segurança nacional", ou seja, a manutenção da ditadura estava embasada, como é em qualquer caso de espionagem, no segredo sobre suas ações e agentes. Vale reforçar que os alvos dessas medidas eram, mais que qualquer outro grupo, os subversivos, isto é, estudantes, intelectuais, artistas,

trabalhadores organizados ou qualquer outra sorte de indivíduos que pudessem ser vistos como inimigos pelos militares. Nota-se, portanto, que uma das práticas repressivas mais nucleares do regime tinha como pilar de sustentação o sigilo.

Controle da Propaganda Adversa. Devemos entender por Propaganda Adversa a propaganda de qualquer procedência, cujo efeito agrida os valores espirituais, morais e sociais da nação, ou conteste os fundamentos da organização do Estado. [...] Ao SISNI, através de seus diversos órgãos, cabe detectar, promover a coleta e a busca e analisar este tipo de propaganda. A detecção é feita pelo controle e fiscalização sistemática e sigilosa dos meios de comunicação social, meios de divulgação e de todos os tipos de atividades apropriadas à difusão de ideias contrárias ao interesse nacional. [...] (SNI, 1976, p. 41-42 apud Souza, 2019, p.69).

Ainda nesta seara, Souza (2013, p.74) ressalta que houve uma normalização complexa de procedimentos destinada aos documentos sigilosos. Esses procedimentos influenciaram a modernização da administração pública brasileira e repercutiram em características próprias da gênese dos documentos bem como na classificação, na destinação e na divulgação. Souza (2019, p.74) aponta que o Regulamento de Assuntos Sigilosos do SISNI apresenta uma terminologia relacionada ao sigilo que vigora, via de regra, até os dias atuais. Termos como Acesso, Área Sigilosa, Assunto Sigiloso, Comprometimento, Custódia, Classificar, Credencial de Segurança, Grau de Sigilo e Documento podem ser identificados, com maior ou menor incidência, em todo o desenrolar legislativo em torno de sigilo e acesso que se deu após o fim da ditadura. A autora aponta ainda uma tentativa primitiva de classificação decimal da documentação sigilosa e afirma que:

[...] Percebemos diversas atividades de padronização da redação de documentos, classificatórias, de expedição, de transferência de documentos, de destruição de documentos que (re)produziram determinado regime de informação, com a violência física e simbólica num determinado campo informacional de órgãos de repressão da ditadura civil- militar no Brasil. (Souza, 2019, p.76).

Por fim, Souza (2019, p.77) defende a existência de uma cultura do sigilo, um regime de informação e uma cadeia de informação em torno do SISNI. Com base nos produtores de documentos sigilosos se estabeleceu um campo informacional de controle e vigilância no executivo federal centrado no SNI sendo o sigilo uma base fundamental da existência desse sistema.

Houve uma cultura do sigilo, um regime de informação e uma cadeia de informação com o SISNI, envolvendo órgãos produtores de documentos sigilosos e atores, um campo informacional de controle e vigilância nos órgãos do executivo federal, tendo o SNI como órgão central do sistema, as DSIs, e ASIs, no período da Ditadura Civil-Militar, em particular nos anos 1970 e 1980, com um determinado domínio de conhecimento e informação. [...] (Souza, 2019, p.77)

Outro bom exemplo da incidência do sigilo nas atividades do SNI é a classificação dos documentos de imprensa censurados ou enviados aos censores. Um caso destacado por Cabral (2019, p.94) é o dos documentos do jornal "Opinião" enviados à censura e compilados em um volume de 254 folhas. A autora aponta que o seminário do jornal Opinião era tratado como veículo de oposição ao regime e a documentação foi classificada como confidencial.

Essa complexidade burocrática não se desenvolveu e aprimorou espontaneamente. O imperialismo foi basilar para o avanço repressivo e, conseqüentemente, debruçou seus recursos sobre as agências de inteligência para garantir seus interesses, especialmente na forma do aprimoramento de agentes e tecnologias repressivas:

Foi criada a Escola Nacional de Informação – ESNI em 1971, que mantinha uma base de dados biográfica num computador da IBM, relativa aos suspeitos contra o regime, com alunos recrutados das mais diversas origens da sociedade, considerando que os melhores alunos eram encaminhados para a CIA e para o Panamá, a fim de se aprimorarem em suas tarefas de vigilância ideológica. (Souza, 2019, p.70)

Vale ressaltar ainda que, como mencionado na sessão em que trato do caso chileno, a influência do SNI superou as fronteiras do Cone Sul. Fico (2001, p.81) resalta a relevância do SNI no contexto da posição brasileira de redistribuidor e base de apoio local do imperialismo norte-americano no período. Essa relevância multinacional dotou o cargo de diretor de mais importância e os dirigentes de mais influência. Para fins de exemplificação tomo o caso em que o cargo de diretor do SNI foi ocupado pelo General Emílio Garrastazu Médici antes de tornar-se comandante da ditadura (1969-1974).

O SNI era o órgão central do SISNI. Seu chefe tinha status de ministro de Estado e assessorava diretamente o presidente da República. Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina. Em 1984, ele enviou várias missões de estudos aos países vizinhos. (Fico, 2001, p.81)

A preocupação com a tríade informação, vigilância e controle do Estado brasileiro é tamanha que, mesmo após o fim do período militar, a ABIN (Criada durante o governo FHC, em 1996) se apresenta como um órgão criado com fins de dar continuidades às práticas de espionagem e vigilância interna, uma extensão do SNI:

Não por acaso, o jornal carioca O Globo, em 4-8-1996, anunciou o envio ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, do projeto de lei para a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo esse militar, a Abin teria a seu dispor todos os instrumentos do Poder Judiciário para manter bem informado o presidente. Desfrutaria, portanto, de liberdade para “[...] plantar escuta telefônica, quebra de sigilo de correspondência e a infiltração de agentes em movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra”, além de centralizar um sistema de inteligência espalhado pelos ministérios e organismos federais, estaduais e municipais. Ainda segundo o general Cardoso, muito embora dirigida por um militar,

a Abin seria um órgão com características civis, não querendo ser herdeiro ou descendente do Serviço Nacional de Informações (SNI). (Kushnir, 2006, p.45)

A ABIN ocupou lugar de destaque nos noticiários recentes em escândalos envolvendo a espionagem clandestina à serviço do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse caso, conhecido como “Abin paralela”, será abordado novamente com mais atenção neste texto.

Seguindo a abordagem sobre a questão da repressão nos países em que me debrucei, Padrós (2008, p.5) aponta que os casos chileno e argentino possuem certas similaridades em um ponto fundamental: a assimilação de grupos tidos como terroristas (de extrema direita) pelo aparato do Estado. Isto é, grupos de viés, como expus anteriormente, fascista foram absorvidos pelo aparato repressivo com fins de continuar suas atividades dotados, no entanto, de uma “legalidade legitimadora”. O autor ressalta ainda que a Argentina, no entanto, conta com uma particularidade oriunda da coexistência de uma estrutura repressiva legal e outra clandestina, o chamado paralelismo global defendido pelo *Centro de Estudios Legales Y Sociales* (CELS).

Para o CELS, na figura do presidente e jurista Emilio Mignone e do co-fundador e também jurista Augusto Conte (1981, “*La acción represiva en la República Argentina. Los dos niveles de normatividad*”), a forma “legalizada” era representada pelo caráter público sendo delimitada pelo conjunto de normas anteriores ou posteriores ao golpe de 1976 que regulavam a ação repressiva. Neste campo se encontra a *Secretaria de Inteligencia del Estado* (SIDE), órgão de inteligência e informação da Guerra-Suja. A segunda forma é a clandestina, de caráter secreto, composta por ordens, pautas de organização e ação (algumas escritas) propostas pelos serviços de inteligência bem como pelos estados maiores das Forças Armadas e aprovadas pelos comandantes. O segredo é inerente às atividades dessa segunda forma, cujos principais representantes eram os “grupos de tarefa” responsáveis por sequestros, desaparecimentos, assassinatos e torturas. Vale ressaltar que mesmo veladas em um segredo não oficial, estão “susceptíveis de ser reconstruídas com os dados, testemunhos, exame das características operacionais e textos disponíveis.” (Conte; Mignone, 1981, “*La acción represiva en la República Argentina. Los dos niveles de normatividad*”), tradução nossa).

Quanto à documentação da face legalizada existiram grandes esforços da sociedade civil para que houvesse o acesso e a divulgação em massa à uma série de documentos relacionados especialmente às ações da SIDE. Novamente a organização de direitos humanos CELS nos serve dessa vez como exemplo. Em seu site a organização disponibiliza a publicação “*SIDE y Dictadura*” com uma ampla gama de documentos desclassificados do órgão buscando reconstruir suas atividades e trajetória histórica (1976-1983). Essa ação se dá em resposta à medida do governo de Javier Milei de extinguir a *Agencia Federal de Inteligencia* (AFI) - órgão

que substituiu a SIDE após o fim da ditadura - seguida da restauração da SIDE sob o mesmo nome, mas com mudanças estruturais em virtude dos limites do novo sistema político.

No que diz respeito à esfera pública, o Estado argentino, como mencionado, se notabilizou pelo processo transicional e muitos documentos foram desclassificados e disponibilizados, entre os quais estão os documentos da SIDE. No entanto, no momento desta escrita (31/03/2026), o catálogo de documentos indexados na coleção da SIDE que deveria estar disponível no site do *Archivo Nacional de la Memoria* (ANM), instituição vinculada ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação Argentina, encontrava-se fora do ar⁴⁰. Os documentos relacionados à repressão na Argentina tiveram como marco a determinação da desclassificação e recolhimento ao *Archivo General de la Nación* por meio de decreto (sobre o qual me aprofundarei mais à frente) durante o governo Cristina Kirchner, em 2010. O governo Milei retomou a pauta em 2025 alegando o não cumprimento do previsto no decreto e determinando sua efetivação imediata.

Além disso, sobre o caso do aparato repressivo na Argentina, vale mencionar os apontamentos de Ribeiro (2021, p.105). Segundo a autora, a burocracia que se construiu para operacionalizar a repressão produzia a compreensão de que os agentes representavam apenas pequenas partes do funcionamento do aparato. Se a repressão contava com tarefas que atravessavam todo aparato repressivo desde o mais alto escalão, entendia-se que muitos agentes estavam apenas "cumprindo ordens". Com base nesse fenômeno oriundo da burocratização constrói-se um grande debate que invade a academia, a sociedade civil e os tribunais durante o período transicional argentino.

O caso chileno apresenta um grande grau de complexidade em relação à repressão tanto pela dimensão e brutalidade desta quanto pela função que o aparato repressivo (especialmente seu principal órgão, a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) desempenhava em um projeto político-econômico e social que almejava perdurar mesmo após o fim da ditadura.

A DINA foi pioneira na integração repressiva das ditaduras latino-americanas. A já mencionada I Reunião de Inteligência Internacional ocorrida em Santiago em 1975 foi coordenada por Pinochet e Contreras (Chefe da DINA). O Coronel Manuel Contreras foi convidado por Pinochet para criar e gerir a DINA logo após o golpe de 11 de setembro de 1973. “*El mamo*”, como era conhecido Contreras, recebe atenção especial de Clécio Mendes em sua tese de doutorado sobre a DINA. Segundo o autor, o primeiro fator que leva à escolha por

⁴⁰ Refiro-me aqui ao site <https://catalogo.jus.gob.ar/> cujas tentativas de acesso ocorreram pelos navegadores de Internet *Microsoft Edge* e *Google Chrome*.

Contreras é a relação de amizade de longa data que tinha com Pinochet, ambos se tornaram próximos ainda enquanto soldados em 1944 (Mendes, 2016, p.175).

Além da confiança, Contreras apresentava ainda uma extensa carreira militar, se tornando secretário de Estado Maior em 1970, posteriormente diretor do regimento de engenheiros e, em 1972, diretor da escola de engenharia de *Tejas Verdes*. É a partir de 1972 que Contreras passa a se destacar pelas atividades conspiratórias e pela capacidade de apreender, centralizar e gerir uma grande quantidade de informações a serem utilizadas contra as forças de esquerda no país. O coronel contava já neste momento com uma extensa rede de informantes civis além de assessoria da CIA em suas atividades. “*El mamo*” contava ainda com uma rede de contatos com agências de inteligência e polícias políticas ao redor do mundo como KCIA (Coreia do Sul), Savak (Iran) e SNI (Brasil). (Mendes, 2016, p.175 apud Salazar, 2011, p.84).

“Portanto, desde 1972, Contreras já buscava o que era necessário para iniciar um aparato de inteligência e repressão que pudesse atuar desde os primeiros meses da ditadura contra os partidos e movimentos de esquerda, devidamente mapeados.” (Mendes, 2016, p.176). Contreras sitiou a região de *Tejas Verdes* sob seu comando antes mesmo do 11 de setembro e, com base em informações privilegiadas recebidas de outros parceiros da alta cúpula militar, ajudou a articular o golpe contra Allende. *Tejas Verdes* foi preparada desde o primeiro momento de sitio para se tornar um centro de tortura e detenção de presos políticos. Contreras estabeleceu a tortura como ferramenta de combate às esquerdas, em especial, ao marxismo. Assim foi feito durante quatro anos por todo Chile e, especificamente em *Tejas Verdes*, pelo menos até 1974, quando o aparato repressivo se consolidou e os militares passaram a ocupar novos postos de atuação (Mendes, 2016, p. 176-178).

A DINA foi criada em 1973, no entanto, como ressalta Mendes, o documento que conforma sua criação data do quinto dia de janeiro de 1974. Este documento é “nato-sigiloso” sendo classificado através de carimbo como “secreto”. Sob este sigilo se estabelece a submissão de todas as Forças Armadas e policiais à Junta Militar de Governo e a obrigação de colaboração irrestrita com qualquer demanda e/ou investigação da DINA. Não obstante, fica definida também a obrigação de sigilo absoluto sobre as atividades relacionadas ao órgão bem como a obrigação de ocultamento da existência da DINA e de suas ações por parte de todos os funcionários públicos (Mendes, 2016, p.169).

Mendes (2016, p.171) observa que o decreto de criação da DINA apresentava algumas definições de grande pertinência, em especial quanto aos poderes da qual era dotada e sua

estrutura financeira. O artigo nº 4 previa "poder absoluto" à DINA na esfera estatal. O diretor do órgão poderia, sem qualquer necessidade de aviso ou justificativa, solicitar qualquer sorte de serviço de qualquer instituição, órgão ou empresa com participação de capital público em qualquer esfera do poder no país estando o descumprimento da solicitação passível de punição definida pelo Controlador-Geral da República. Os serviços que poderiam ser solicitados não foram definidos ou apresentados com clareza.

Quanto às empresas privadas criou-se a obrigatoriedade de que realizassem a doação de equipamentos e mesmo direcionassem aporte financeiro para a DINA mediante a solicitação do diretor estando o não cumprimento passível de sanções para as instituições e seus representantes. Sob o ideal do processo conhecido como "Refundação da República" estavam postas no artigo nº 4 não só a consolidação do poder da DINA mas de Augusto Pinochet sobre a sociedade chilena.

[...] Isso contribuiu para cumprir a função social e política imposta pela Junta Militar de Governo, porque impõe o uso ilimitado do poder do Estado sobre as relações sociais, econômicas e culturais. A partir disso, todos devem atender ao Estado, suas ordens e demandas, ou seja, toda a mobilização da sociedade chilena que vinha se constituindo como Poder Popular, ao longo do governo de Salvador Allende, passa a ser combatida dentro dessa nova lógica contrarrevolucionária. (Mendes, 2016, p.171-172)

Com base na obra de Mario Amorós, o historiador brasileiro reafirma a ideia de que a DINA foi mais do que uma agência de informação que estabeleceu controle sobre as Forças Armadas e policiais do país. A direção foi responsável pela definição de um pensamento único na condução da ditadura que deu cabo das disputas internas da Junta Militar de Governo e influenciou a já mencionada centralização de poder em Augusto Pinochet (Amorós, 2009 apud Mendes, 2016, p.168). Em janeiro de 1974 o poder do país ainda residia sob controle da Junta Militar de Governo e Pinochet não era empossado presidente. Sua ascensão e permanência como Chefe Supremo da nação foi garantida através de uma centralização na qual a DINA desempenha papel fundamental (Mendes, 2016, p.170).

Mendes (2016, p.170) ressalta que Pinochet se torna Presidente da República através do Decreto-lei nº 806 sob a promessa de alternância de poder. A promessa foi incansavelmente descumprida e a permanência de Pinochet no poder se fez possível, em grande medida, em virtude do funcionamento da DINA que combatia não só os opositores de esquerda, mas qualquer "dissidente" do governo. Não obstante pairam suspeitas e indícios sobre o envolvimento da DINA nas mortes de generais integrantes da Junta Militar de Governo que rechaçavam a centralização de poder pinochetista (Mendes, 2016, p.170).

A DINA não deve ser entendida unicamente como um aparato repressivo para conter as esquerdas chilenas, mas como um elemento essencial do golpe militar, com o apoio da direita organizada pelo gremialismo e pelo Partido Nacional, para implementar o projeto de Refundação da República, que incluía a reorganização da sociedade para a implantação do neoliberalismo como retomada e redirecionamento do capitalismo no território chileno. (Mendes, 2016, p.172)

A DINA passou por uma dissolução em 1977 após denúncias da sociedade chilena e da comunidade internacional sobre os muitos crimes cometidos. Cria-se então a *Central Nacional de Información* (CNI) que nada mais representa do que a continuidade de seu antecessor sob nova roupagem. Em outras palavras "[...] a CNI é a continuidade da DINA, ou seja, mesmo que a DINA tenha sido extinta oficialmente, a CNI dá continuidade às mesmas políticas repressivas, exercendo a mesma função nos anos seguintes da ditadura, até o seu fim, em 1990." (Mendes, 2016, p.172)

A DINA (CNI à posteriori) permeou todo o funcionamento da burocracia estatal chilena e apresentou forte influência nos direcionamentos políticos do Estado. Nas palavras de Mendes (2016, p.172) "[...] a DINA, como órgão de informação, permeia o funcionamento de toda a estrutura do Estado, assim como centraliza, orienta e define a política desse mesmo Estado."

Por fim, Mendes (2016, p.172) ressalta que um dos aspectos ideológicos fundamentais do Chile no período é a chamada "Democracia Protegida". Isto é, a conformação ideológica do projeto político de modernização pela direita no Chile em que o combate às esquerdas seria tanto quanto fosse necessário para consolidar a ideia de que a direita era a única via possível para o país mesmo após a saída dos militares do poder⁴¹.

Nota-se que DINA estava no centro do poder da ditadura, garantindo a centralização em torno de Pinochet e a continuidade das muitas reformas do Estado e no Estado chileno. Isto é, a modernização neo-liberal tocada pelo regime fascista no Chile foi viabilizada pela existência deste órgão de inteligência.

Em sua criação de funcionamento a DINA contou sempre com uma ferramenta que permitisse sua atuação: o segredo. Sob o manto do sigilo em sua criação e atuação a repressão chilena viabilizou a continuidade radicalizada do capitalismo no país.

Neste capítulo busquei trazer exposições que deixem claro ao leitor que a formação de uma grande complexidade burocrática, desenvolvida para viabilizar a repressão, culminou na

⁴¹ O *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) foi elencado pela DINA como principal inimigo a ser combatido após o golpe no Chile. Esse movimento que se propunha Marxista-Leninista apresenta também forte influência do Guevarismo e contou com a aproximação e aliança de muitos intelectuais orgânicos de grande influência entre os quais figura Ruy Mauro Marini (Mendes, 2016, p.112).

produção de um vasto acervo documental por parte das agências de informação e que a produção, acumulação e guarda desses documentos esteve cercada pelo ímpeto de controle do acesso, ou seja, pelo sigilo. Apesar de não ser a única ferramenta promotora de segredo a ser utilizada, o sigilo se destaca especialmente no que diz respeito à omissão das ações e agentes das ditaduras mesmo após o fim dos regimes. Trato, portanto, de uma ferramenta que enseja a continuidade do funcionamento da máquina repressiva e a impunidade, ainda que em certos casos por tempo limitado, dos agentes da repressão.

3. O SIGILO NAS TRANSIÇÕES DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE

Na presente seção irei debater o objeto central de nosso trabalho à luz de uma comparação cujo fio condutor é a experiência brasileira. Os marcos históricos principais deste debate são aqueles que considero os mais emblemáticos em relação à classificação e desclassificação de documentos nas transições dos países. Aqui pretendo expor que a criação, o cumprimento ou descumprimento e as mudanças na legislação sobre sigilo (vinculada à ou parte da legislação sobre acesso à informação) estiveram intrinsecamente conectadas com os desdobramentos políticos econômicos da readequação burguesa do Estado após o fim dos contextos de exceção impostos pelas ditaduras militares. Além disso as discussões contam ainda com um esforço superficial de transpor os acontecimentos selecionados para conectar nossas discussões aos acontecimentos mais atuais, em especial a ascensão da extrema-direita e seus desdobramentos para as disputas em torno da questão do acesso. Isto é, com base no já discutido caráter de continuidade e longo prazo das transformações promovidas pelas ditaduras tratarei de estender nossa análise em uma amplitude razoável, considerando as limitações deste trabalho, para que possa alcançar questões latentes da atualidade.

Como busquei expor anteriormente, parto da compreensão de que os arquivos e documentos são parte fundamental para o funcionamento de um componente (burocracia) basilar do funcionamento do aparato burocrático-repressivo burguês, bem como o são também o direito e as leis. Marini (1976, p.44) destrincha com clareza a ideia de Estado burguês enquanto aparato burocrático repressivo bem como sua composição:

Entendido como capacidade coercitiva, o poder político na sociedade capitalista é exercido pela burguesia através do Estado com o fim de submeter a sua exploração de classe aos demais grupos sociais. É por essa razão que a teoria marxista identifica o Estado como aparato burocrático-repressivo representado pelo governo, a burocracia, os tribunais, as prisões, a polícia, as forças armadas. Essa expressão material do poder burguês se completa com o direito, o corpo de normas cuja infração ativa automaticamente o aparato estatal para forçar seu cumprimento e impor sanções. (Marini, 1976, p.44)

Esta é uma das razões para que em contextos de transição os documentos se convertam em fontes basilares para promoção da justiça, memória e revelação da verdade além de serem indispensáveis para o funcionamento de comissões da verdade. As chamadas transições percorrem um trajeto acidentado quanto ao acesso a esses objetos de interesse em virtude da destruição, do ocultamento e recorrentemente do uso do sigilo para impedir a divulgação. Nesse contexto as políticas informacionais e mudanças na legislação arquivística e sobre acesso ganham uma nova camada de importância estando diretamente vinculada aos desdobramentos de investigações históricas, sociológicas e mesmo jurídicas sobre os crimes do Estado.

Para Sampaio (2022, p.38) "As bases para as políticas em informação na América Latina constituem-se no âmbito do direito internacional [...]" Sampaio (2022, p.39) aponta que a OEA foi criada em um contexto pautado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos com fins de gerar uma maior cooperação regional entre os países signatários para a defesa dos direitos humanos e da democracia. Ainda Sampaio (2022) entende que as Leis de acesso à informação se tornaram artigo legal e regulatório comum na América Latina. Segundo a autora, apesar de ferramentas importantes para a defesa dos direitos humanos, estas leis carecem de uma efetiva aplicação muito em virtude de problemas graves como a falta de metodologias, recursos e profissionais qualificados para aplicação da lei na administração pública. Sampaio (2022, p.68) analisa as LAI 's dos países latino-americanos com base em sete critérios estabelecidos pela Lei Modelo 2.0 da OEA. Os resultados apontados pela autora expõem alguns problemas fundamentais. Na lei de acesso à informação argentina (Lei nº 27.275) e na chilena (Lei nº 20.285) o acesso à informação não está previsto como direito fundamental. A legislação chilena carece ainda de definições sobre as limitações dos casos em que há exceções para o acesso. Já sobre a Argentina a autora observa que em relação à gestão de documentos o país possui previsões em sua lei localizadas no artigo 32 enquanto o Chile não possui qualquer previsão. O Brasil (Lei nº 12.527), por sua vez, conta tanto com a previsão do direito de acesso a informações como direito fundamental como também previsto no artigo 9 em relação a gestão de documentos. No entanto, como será exposto mais a frente, não necessariamente o nível de completude da lei sob determinados critérios estará ligado a criação, desenvolvimento e abrangência das políticas de acesso à informação.

Ainda para a autora (Sampaio, 2022, p.27) após o fim dos regimes militares as tentativas de estabelecimento de regimes democráticos não conseguiram avançar em relação, principalmente, à participação popular e soberania do povo o que gerou uma crescente insatisfação da população diante da persistência da opacidade administrativa, desigualdades, injustiças e governos com heranças de autoritarismo no contexto de Estado. Além disso, adicionam-se a capacidade de articulação das forças de direito ligadas às ditaduras militares, por vez mais ou menos subterrâneas, bem como as escassas mudanças estruturais que produzem forte instabilidade no cenário político destes países. O caráter de longo prazo dos regimes se desdobra sobre as transições e impacta diretamente os acontecimentos mais recentes da política latino-americana. Essa instabilidade produz uma caracterização ímpar do desenvolvimento das políticas e da legislação relacionadas ao acesso aos arquivos. Aqui será possível observar que

as particularidades de cada caso também não excluem as semelhanças e paralelos nítidos e justamente por essas semelhanças se dá importância à análise do outro.

Vale ressaltar aqui que apesar de muitas vezes serem usados como sinônimos, como na conceituação acima, há quem aponte a existência de uma diferença entre segredo e sigilo. O segredo pode ser entendido como uma informação ou um conjunto de informações de conhecimento de poucos. No contexto do Estado o segredo se apresenta de maneira dual sendo simultaneamente ferramenta de dominação e necessidade estatal. Sobre a primeira característica, ao abordar o caso brasileiro, Jardim explica:

[...] Tendendo a funcionar em circuito fechado, a administração chega a esquecer a finalidade da sua ação. Isolando sua dinâmica interna da dinâmica social a fim de preservar sua neutralidade, ela consolida sua relação quase hierárquica em relação à sociedade. O segredo administrativo torna-se assim incapaz de dissimular sua característica de aparelho de dominação (Jardim, 1999a, p.53)

A segunda forma do segredo, quando se apresenta como necessidade, seria a forma em que seu uso estratégico é indispensável para a segurança, principalmente, do Estado e da nação. Operações militares, documentação estratégica de empresas estatais e projetos tecnológicos em áreas sensíveis são bons exemplos de usos necessários do segredo.

O sigilo por sua vez é a forma oficial do segredo. Muitas vezes os instrumentos legais que regulam o segredo compõem um conjunto maior de novas leis e medidas de governo ou Estado em prol da transparência administrativa como no caso brasileiro (Jardim, 1999a, p.158). O sigilo, assim como o segredo, apresenta então um aspecto duplamente facetado uma vez que a legalidade ou regulamentação não representam necessariamente o uso devido desse instrumento. É necessário que se entendam os diferentes aspectos determinantes que definem o sentido dessa regulamentação: o contexto e o regime políticos, o momento histórico, a autoria dos instrumentos legais e os mecanismos que garantem a eficiência do funcionamento da lei bem como as necessidades particulares de cada localidade.

3.1 AS COMISSÕES DA VERDADE NO CHILE

Na presente subseção irei abordar as mais marcantes manifestações do segredismo (em especial o sigilo) no Chile com mais ênfase nos casos das comissões nacionais da verdade. As comissões tiveram suas atividades marcadas por entraves legais e disputas políticas que limitaram seu funcionamento e impactos sobre a sociedade chilena. Esses impedimentos refletem e são frutos de permanências chilenas que remontam à era pinochetista e se desdobram em uma dificuldade no trato com o passado ditatorial.

O historiador Eric Santos (2014, p.189) aponta que não há consenso academicamente no que diz respeito à delimitação cronológica precisa, especialmente sobre o fim da transição chilena. Segundo Santos, o governo Pinochet passa a enfrentar a rebordosa econômica do suposto milagre promovido pelo já mencionado programa neoliberal de desenvolvimento econômico e o descontentamento geral atrelado a esse milagre. Nesse contexto se cria um ímpeto para "promover uma abertura política paralela à continuidade do projeto político autoritário de democracia protegida em curso." (Santos, 2014, p.46). O começo dos anos 1980 é marcado pela forte crise econômica que produz um mergulho do governo em uma crise política que escancara e agrava suas mais profundas contradições:

O que teve início como uma crise econômica logo se transformou numa crise política. Isso ocorreu porque havia dois pilares de sustentação do projeto autoritário colocado em curso a partir de 1978: o primeiro de caráter econômico e materializado nas reformas do *shock* neoliberal, e o segundo de caráter político consagrado na Constituição de 1980. Assim, a íntima relação entre essas duas esferas do projeto autoritário liderado por Pinochet foram afetadas quando ocorreu a crise do modelo macroeconômico. Além da crise, a resolução encontrada pelo governo distanciou-se significativamente do modelo dos Chicago Boys, pois, teve início um dos maiores períodos de intervencionismo estatal da história econômica chilena através da intervenção a diversos bancos e instituições financeiras no intuito de evitar o colapso definitivo da economia. Pela primeira vez após o "milagre", o neoliberalismo passou a ser criticado de dentro e de fora do regime. (Santos, 2014, p.52)

Segundo o historiador Leonardo de Oliveira Souza, a partir dos anos 1980 se dão as "protestas", primeiras manifestações de oposição contra Pinochet, que posteriormente se consolidaram na forma da coalizão de oposição "*Concertación*". A mobilização segue até o plebiscito de 1988 quando as organizações se dedicam em favor do "não" para a continuidade do regime (Souza, 2017, "Nas tramas da transição"). Ainda segundo Souza (2017, "Nas tramas da transição") após a derrota em plebiscito o regime pinochetista conseguiu garantir sua continuidade por mais um ano que serviu para selamento de acordos garantidores dos privilégios e "status quo socioeconômico". Apesar do contexto adverso, da constituição autoritária imposta em 1980 e da continuidade de Pinochet como comandante do exército e senador vitalício houve avanços significativos após o fim da ditadura. Patrício Alwyn, da "*Concentración*", assumiu e estabeleceu através do decreto supremo nº 355/1990 a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* - conhecida como comissão da verdade de Rettig⁴² (1991-1996) - de caráter investigativo que buscou propor formas de reparação dado que não possuía poder para judicializar os crimes investigados (Souza, 2017, "Nas tramas da transição"). Tanto

⁴² Originado de Raúl Rettig Guissen, diplomata e político chileno que presidiu a *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*.

no Chile quanto na Argentina as políticas de memória invadem a pauta logo após o fim das ditaduras militares (Gallo, 2017, p.30). Fruto da forte mobilização popular o decreto da criação da comissão de Rettig foi o ponto de partida para um importante redimensionamento da barbárie comandada por Pinochet:

O relatório final foi entregue em 9 de fevereiro de 1991, sob forte mobilização pública, convocada por entidades de direitos humanos que clamavam por justiça. O texto identificou, naquele momento, 2.298 vítimas, mortas ou desaparecidas. Porém, esses números foram corrigidos em investigações posteriores. Quando atualizados, apontaram para um total de 3.216 vítimas (CNVR, 1996, p. 12). O relatório foi recebido pelo presidente em cerimônia oficial, e um pedido de perdão e reconciliação marcou o seu discurso em cadeia nacional de televisão (Souza, 2017, “Nas tramas da transição”).

No entanto, a cientista política Cath Collins (2015, p.12) aponta que estas primeiras ações trouxeram poucas mudanças no âmbito da justiça já que a prática predominante no poder judiciário do Chile tanto em 1991 quanto em 1996 era pró-impunidade devido à ausência de reformas profundas.

O progresso chileno em relação à uma sólida regulação do direito de acesso à informação começa a partir de forte pressão internacional com base principalmente nas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em relação ao caso de Claude Reys e outros contra o Chile⁴³. A aplicação da tardiamente desenvolvida legislação sobre acesso à informação no país enfrentou empecilhos, principalmente a existência de uma cultura marcada pela violação de direitos humanos herdada do regime militar (Gaitán, 2016 apud Sampaio, 2022, p.77). Já a arquivista Bárbara Garrido e o historiador Hellmuth Cifuentes identificam no contexto chileno, bem como ocorre em análises sobre a realidade brasileira, o fenômeno do segredismo. Para os autores, a principal forma de combate a este fenômeno seria a desclassificação massiva de documentos da repressão visando acelerar a acessibilidade dos documentos que possibilitaram avanços em litígios jurídicos de determinados coletivos, processo determinante em qualquer país em transição (Garrido; Cifuentes, 2017, p.5)

As grandes bases normativas para o desenvolvimento da legislação arquivística no Chile remontam aos anos 1920. Em 1928, o decreto nº 5.200 determinou que os documentos produzidos pela administração pública deveriam ser transferidos ao Arquivo Nacional e deu prazos para que fosse cumprido o envio. No entanto, em vias do fim da ditadura pinochetista, em 1989, cria-se a Lei nº 18.771 que estabelece uma exceção à regra dando outorga para que o

⁴³ A Corte reconheceu que negar acesso a informações públicas sem justificativa viola os artigos 13 e 25 da Convenção Americana. Ordenou entrega da informação, reformas legais e medidas de transparência, consolidando o direito de acesso à informação como parte da liberdade de expressão.

Ministério de Defesa e as Forças Armadas possam realizar a eliminação indiscriminada e sem fiscalização dos documentos que acumulam e produzem (Acevedo, 2023, p.6). Uma previsão de controle total sobre o ciclo de vida documental em que estes órgãos incumbem-se de eliminar e conservar de acordo com seus critérios e objetivos sua própria documentação e a documentação referente a “Ordem e Segurança públicas” (Garcia, 2001, p.25). Ainda nessa seara, Garrido e Cifuentes (2017, p. 21) afirmam que, no Chile, prevalecem o silêncio e a destruição em relação aos documentos da repressão. Isso decorre, em parte, das dificuldades para assegurar a efetividade da lei de acesso aos arquivos, mas também da eliminação deliberada de documentos como instrumento de controle e manipulação durante a ditadura, prática que persiste atualmente, amparada pela Lei nº 18.771. Frise-se que a lei não apenas autoriza a destruição de documentos, mas também permite restringir o acesso de civis aos arquivos militares, reforçando tanto a lógica da destruição quanto a do silêncio.

Mesmo antes da lei supracitada o controle sobre os documentos já era pauta legislada pela ditadura chilena. O Arquivo Nacional do Chile realiza desde de 2019 uma publicação anual com base em estudos sobre seu acervo. No ano de 2023 completaram-se 50 anos do golpe militar do 11 de setembro, a publicação deste ano intitula-se "*Derecho a la memoria: reflexiones sobre Archivos, represión y resistencias*" e tratou de debater questões relacionadas ao golpe militar, à ditadura, à produção de memória sobre ambos e a relação dos arquivos com esses temas (Acevedo, 2023, p.5). Iniciativas como essa são entendidas como formas de valorização significativa de acervos em grande medida desconhecidos ou inacessíveis, dedicando mais espaço e atenção para necessidade de sua preservação de disponibilização ao acesso amplo:

Em síntese, a intenção deste número foi colocar o foco, mais do que na efeméride e seus rituais, na oportunidade e urgência de recuperar, conservar, organizar, visitar, reler, difundir e relacionar arquivos que possam contribuir, em parte, para que enfrentemos as múltiplas dívidas existentes em matéria de prova, memória e história sobre o ocorrido durante a ditadura cívico-militar. As reflexões e diferentes aportes evidenciam as valorações e usos que a documentação alusiva à repressão e resistência teve e poderia ter, principalmente como evidência para a verdade e a justiça, como memória para enfrentar os negacionismos e como contribuição para garantir uma cultura de Direitos Humanos que assegure a não repetição. (Acevedo, 2023, p. 8, tradução nossa)

Neste número encontra-se estruturada a ideia de que não só os arquivos integram o funcionamento burocrático estatal como também são centrais na reconfiguração burocrática realizada durante as ditaduras que em muitos momentos dá ênfase à produção e, em especial, ao controle de acesso aos documentos. Segundo a ex-diretora do Arquivo Nacional chileno, Emma de Ramón Acevedo (2023, p.3), a ditadura chilena desenvolveu alguns mecanismos, que

se materializaram na forma de instrumentos legais, para controlar a produção e a salvaguarda das evidências dos atos e decisões de Estado. Ou seja, produzir um "manto de opacidade" sobre os crimes perpetrados através, especialmente, da omissão de documentos. Aqui se refere especificamente ao Decreto Supremo nº 291 de 1974 que define as normas para elaboração de documentos. Neste decreto regulam-se a produção e a organização dos documentos e, o que mais nos diz interesse, definem-se 3 classificações possíveis: ordinários, privados e secretos que, segundo a autora, servem ao interesse de impedir o acesso público a esses documentos.

Ainda tratando de iniciativas do Arquivo Nacional para lidar com o tema, retomo Acevedo. Com base no entendimento de que os chamados “arquivos da repressão” dizem respeito não só ao acervo documental das Forças Armadas e do aparato repressivo, mas a uma série de instituições e órgãos que compunham a burocracia estatal e que, direta ou indiretamente, balizavam a atividade repressiva, o Arquivo Nacional do Chile criou em 2023 uma equipe interdisciplinar para investigar diversos fundos de documentos "cotidianos" produzidos no período. Essa iniciativa surge na esteira do projeto “1973: *Memorias y Documentos de un País Fracturado*” voltado para o estímulo da pesquisa e do debate sobre a ditadura no país (Acevedo, 2023, p.6).

As iniciativas recentes do Arquivo Nacional do Chile são parte de um panorama histórico recente marcado em primeira instância pelos relativos avanços nos governos de esquerda liberal de Michelle Bachelet (2006-2010) e de Gabriel Boric (2022-atualidade) quando se instaurou a quarta comissão da verdade nacional (2025-atualidade) e, principalmente, se deu a criação da Lei de Acesso à Informação do país (Lei nº 20.285 de 2008)⁴⁴. Neste sentido, Carlos Gallo (2014, p.29) aponta que o Chile contou no período entre 1990 e 2009 com 31 políticas de memória empregadas no país voltadas para a preservação-recuperação da memória e da verdade que possibilitaram, entre muitos outros fatores, "potencializar a gestão de documentos e arquivos".

Segundo Garrido e Cifuentes (2017, p.20) a lei de acesso chilena causou um forte impacto no sentido de fortalecer a consciência de que os arquivos (leia-se documentos) são um bem público. Para os autores, essa lei serve ainda como marco histórico para lembrar que os arquivistas não participaram de sua elaboração, mas, principalmente que todos os documentos devem estar à disposição da sociedade. Garrido e Cifuentes (2017, p.5) defendem também que apesar dos avanços promovidos pela promulgação da lei de acesso à informação no Chile essa

⁴⁴ Além disso a lei de acesso foi promulgada no período em que se observaram os mais altos quantitativos de políticas de memória no Chile: 1994, 2006, 2007 2009 (Gallo, 2014, p.30)

lei ainda não apresenta um conjunto de regulamentações claras a seu respeito. Neste sentido esta pesquisa se deparou com um panorama pouco alterado desde a publicação dos autores supracitados. Entre as razões para tal os autores indicam a invisibilização da função de arquivista como profissional da informação que culminou na escassa participação dos arquivistas na elaboração da própria lei de acesso. Defendem, portanto, que o Estado chileno se preocupou com a disponibilização da informação sem se ocupar de gerir e conservar os documentos adequadamente, produzindo assim fatores como nula preocupação com o contexto do documento, a digitalização em massa sem solidez técnico-normativa, e nenhuma interoperabilidade dos serviços públicos para facilitar o acesso.

Postos os agravantes se escancara a principal contradição do processo: regulou-se o “fim” sem estruturar os “meios”. Em outras palavras: “O acesso dos cidadãos a esses centros (arquivos) deve ser garantido, não tanto pela redação de uma legislação adequada, mas pela capacidade de torná-la efetiva.” (Garrido; Cifuentes, 2017, p. 5, tradução nossa).

Com essas bases de análise me debrucei sobre a legislação que prevê as exceções ao acesso à informação no país. O artigo 21 da lei de acesso prevê que as únicas causas para o uso do sigilo ou reserva total ou parcial dos documentos são: quando prejudicar a prevenção, investigação ou punição de crimes, envolver dados necessários para defesa jurídica, tratar de deliberações anteriores à adoção de políticas públicas e novas regulamentações ou, em estabelecimento que se direciona de maneira semelhante à lei de acesso Argentina, quando o pedido for genérico e exigir esforço desproporcional, desviando servidores de suas funções habituais. Especialmente para a última razão mencionada não ficam estabelecidos critérios claros e objetivos que definam quais são os pedidos genéricos ou o que seria esforço desproporcional. Prevê ainda uma exceção baseada na proteção da segurança, saúde, vida privada e direitos de caráter comercial e econômico. Entretanto, é no item 5 deste artigo que surge a definição de que será possível negar quando se tratem de documentos, dados ou informações que uma lei de quórum qualificado tenha declarado reservados ou secretos como previsto no artigo 8º da Constituição. Nestes casos o sigilo de documentos classificados como secretos ou reservados (únicos previstos) duram por um prazo máximo de 5 anos podendo ocorrer a reclassificação por mais 5 anos à cargo do órgão formulador do pedido de classificação inicial. No entanto, cria-se uma exceção particular para que o grau de sigilo “reservado” possa estabelecer um prazo indefinido de restrição de acesso quando se tratando de atos e documentos no âmbito da defesa nacional que possam causar prejuízos ao planejamento militar estratégico. Frisa-se neste trecho que durante o período de classificação de 10 anos os documentos devem

encontrar-se em boas condições de preservação e segurança que não afetem o seu futuro recolhimento ao Arquivo Nacional. No entanto, a transferência dos documentos classificados indefinidamente não se encontra prevista ou muito menos os parâmetros específicos sobre acondicionamento para os fins de preservação citados. Por fim, a lei define que os órgãos da administração pública deverão publicar e atualizar constantemente um índice de documentos classificados (Chile, 2008).

Irei me ater aqui à previsão de exceção no âmbito da defesa nacional sobre os documentos que possam causar prejuízos ao planejamento militar estratégico. Como defendi, as Forças Armadas chilenas compuseram uma ditadura fascista-dependente que provocou transformações à longo prazo tanto no Estado quanto na sociedade. Nesse contexto, a garantia da segurança nacional se dava quase que exclusivamente pela luta contra os inimigos internos, isto é, as forças de esquerda, especialmente os socialistas. Após o fim do regime se deu uma abertura sem marcos de reconfiguração profunda nas instituições militares do país, tão pouco foram combatidas com amplitude as forças fascistas e aliadas nesse contexto se torna alarmante a falta de precisão na definição sobre que tipo de documentos e informações podem se enquadrar ao uso da classificação “secreto” por tempo indefinido.

Faz-se então indispensável um trabalho aprofundado e incessante de fiscalização sobre as classificações. Essa atividade é encargo do *Consejo para la Transparencia* (CPLT), principal órgão operacionalizador do acesso e promotor da transparência no país criado na lei de acesso à informação. Trata-se de um conselho diretivo composto por 4 conselheiros indicados pelo presidente em consenso com $\frac{2}{3}$ do Senado com prazo de ocupação de cargo estabelecido em 6 anos. Estão vedados de compor o conselho: Deputados e senadores, os membros do Tribunal Constitucional, os ministros da Corte Suprema, conselheiros do Banco Central, o Procurador-Geral do Ministério Público, nem as pessoas que compõem o alto comando das Forças Armadas e das Forças de Ordem e Segurança Pública (Chile, 2008). Os conselheiros podem ser retirados de seu cargo em virtude de mau exercício das funções, incapacidade ou negligência através de solicitação do presidente ou da petição de 10 deputados enviados à suprema corte. A aprovação das decisões e medidas do conselho se dão em votação simples por maioria, em caso de empate quem decide é o presidente do conselho definido também entre os conselheiros podendo ocupar o cargo por 1 ano e meio. Ainda que em uma estrutura bem particular e distinta da CGU no Brasil e da AAIP na Argentina, o CPLT é também muito suscetível ao aparelhamento, tendo em vista o poder decisório do executivo no processo de escolha e remoção dos conselheiros, o que materializa outro ponto alarmante para o país.

A Lei nº 20.285, de 2008, viria a ser regulada pelo decreto 13º de 2009 que não delimitou as questões supracitadas sobre o sigilo como apresentou questões procedimentais sobre a operacionalização do acesso. No entanto, dou ênfase aqui ao trecho 5.b. do artigo sétimo que prevê a restrição de acesso somente por pessoal autorizado a espaços em que se custodiam os documentos sigilosos. Restrições deste tipo são prática de segurança comum em muitas instituições e serviços arquivísticos, ainda assim, defendo que pese no Chile o contexto do supracitado impedimento de circulação de civis em arquivos militares estabelecido na lei nº 18.771 de 1989 e o caráter genérico dos termos utilizados no decreto. A circulação pode ser restringida em salas, arquivos ou em toda edificação ou complexo que custodie determinada instituição que custodia documentos sigilosos? Não está claro.

Além destas questões é identificada como problema no Chile a centralização da estrutura arquivística em torno do Arquivo Nacional. Ao centralizar sobre a instituição grande parte do patrimônio documental as instituições produtoras eximiram-se de adotar metodologias arquivísticas (Bravo, 2016 apud Garrido, Cifuentes, 2017, p.6).

Há um panorama "exíguo" no Chile no que diz respeito à criação de uma Lei de Arquivos. O cenário hoje é definido pela inércia em relação às discussões visando legislar em torno das questões de arquivo, em especial sobre os arquivos da repressão. Adiciona-se assim um grau de complexidade ao contexto de busca pelos arquivos da ditadura produzidos pela administração pública que se juntam às alegações de destruição ou negação de existência por parte dos militares (Garrido; Cifuentes, 2017, p.8). Alegações semelhantes são artifícios utilizados historicamente por militares de Brasil e Argentina, pontos que irei tratar adiante.

Noto uma grande convergência de perspectivas entre Garrido, Cifuentes e Patricia Canales, atual diretora do Arquivo Nacional chileno (Canales, 2021). Segundo Canales, há uma escassez de arquivistas no país e, principalmente desde o fim da ditadura, o que se deu foi uma transição inacabada com os principais marcos relacionados aos arquivos, sendo as tentativas de impedimento de acesso e restrição de divulgação e uso. Além disso, Canales defende com afinco a importância da criação de uma lei de arquivos no país como passo inicial para a criação de um sistema nacional de arquivos, para a expansão das políticas arquivísticas e dos arquivos regionais bem como para conquistar avanços concretos especialmente no que diz respeito à promoção da justiça.

Se internamente o Chile ainda enfrentava enormes dificuldades para dar cabo do segredista autoritário deixado pelo governo ditatorial de fascismo-dependente de Pinochet, a nível internacional não só houve a mencionada prisão do ex-ditador como tentativa de

juízo e, mais relevante para este trabalho, desclassificação de documentos do período. Peter Kornbluh (2023, “*Introducción: historia y responsabilidad*”) aponta que a prisão de Pinochet em 1998 desencadeou nos EUA a “exumação”, ou seja, desclassificação, dos documentos sigilosos referentes à ditadura militar chilena. Esse processo reacendeu o interesse e captou a atenção internacional novamente para os crimes cometidos durante o regime pinochetista incitando os estudos sobre o tema e a busca por justiça. A desclassificação ocorreu durante o governo Clinton sob forte pressão internacional que culminou no projeto especial “*Chile Declassification Project*” realizado entre 1999 e 2000.

Kornbluh (2023, “*Introducción: historia y responsabilidad*”) ressalta que essa medida se deu em virtude de uma forte mobilização que contou com as famílias das vítimas estadunidenses de Pinochet, com o Congresso norte-americano que recém investigara o ex-diretor da CIA Richard Helms por mentir ao Congresso sobre a repressão clandestina bem como com a pressão internacional, especialmente espanhola, na tentativa de compilar provas para julgar Pinochet sob a perspectiva do direito internacional universal. O governo Clinton se recusa a prestar o devido auxílio ao litígio judicial espanhol, mas ainda assim realiza a estruturação de equipes que viabilizam a desclassificação dos documentos. No total foram 24.000 documentos da CIA, Casa Branca, Conselho de Segurança Nacional, Pentágono e do Departamento de Estado. O autor ressalta ainda que a desclassificação de documentos também foi parte de um movimento maior que seguiu a esteira da luta pela garantia dos direitos humanos parcialmente adotada pelo governo Clinton. Nessa seara houve também a desclassificação dos documentos de outros países latino-americanos como El Salvador, Honduras e Guatemala.

Os documentos estavam classificados como: Sigiloso/Sensível, Confidencial, *NODIS* (Não distribuir à outros organismos), *NOFORN* (Não distribuir a outros países) e Roger (Prioridade máxima; difusão restringida) entre outras categorias. Frise-se que em outros momentos, em que “não mais que um punhado” de documentos foram levados à público, estes encontravam-se tão censurados e tarjados que, em muitos casos, era inútil qualquer tentativa de leitura (Kornbluh, 2023, “*Introducción: historia y responsabilidad*”). Os documentos contavam com informações novas sobre diversos assuntos que envolviam os métodos estadunidenses de desestabilizar política e econômica do governo Allende, a trama golpista, a repressão interna de Pinochet e as intervenções e ações estadunidenses no país. Estava posto um grau de transparência sem precedentes sob o governo Pinochet que viabilizou a intensificação da pesquisa histórica e reacendeu antigas questões no debate público e acadêmico (Kornbluh, 2023, “*Introducción: historia y responsabilidad*”).

O acervo mencionado permanece disponível no site do Arquivo de Segurança Nacional dos EUA (NSA) e no site do Departamento de Estado dos EUA. Da disponibilização desse acervo surgiu o ímpeto do diretor do projeto sobre a documentação chilena, o historiador Peter Kornbluh, de produzir e publicar em 2023 o livro *"Pinochet desclassificado: los archivos secretos de Estados Unidos sobre Chile"*. O trabalho tem como objetivo revisitar a complexa e controversa política dos Estados Unidos em relação à democracia e à ditadura chilena, destacando que os arquivos secretos desclassificados após a prisão de Pinochet. Embora seja impossível reconstituir toda a história, o autor apresenta uma seleção comentada de textos curtos e reproduções parciais, complementadas por citações de testemunhos decisivos (Kornbluh, 2023).

Retomando a análise sobre o panorama interno, retorno a Garrido e Cifuentes. Estes apontam que Chile é um caso paradigmático no que diz respeito ao ocultamento de arquivos do aparato repressivo durante a ditadura, especialmente se comparado com casos como Uruguai, Paraguai e Argentina. Não houve no país processo político ou jurídico que viabilizasse a desclassificação e a busca pela verdade através dos documentos. Além disso não há evidência concreta sobre a suposta destruição dos documentos da DINA e CNI, mas sim uma grande dificuldade de acessar esses documentos que fizeram com que os estudos sobre as violações de direitos humanos do regime pinochetista fossem em grande medida, mesmo nas comissões da verdade, embasados em testemunhos e relatos (González, 1999, p.374 apud Garrido; Cifuentes, 2017, p.23)

González (2007) argumenta que o Chile é um caso paradigmático no que diz respeito ao ocultamento de arquivos dos organismos repressivos durante a ditadura, em comparação com os casos de outros países sul-americanos, como Uruguai, Paraguai e Argentina. No Chile, não houve um processo, tanto político quanto judicial, que permitisse a abertura e a desclassificação dos arquivos secretos dos organismos de segurança da ditadura, neste caso a Direção Nacional de Inteligência (DINA) e, posteriormente, a Central Nacional de Informações (CNI). (González, 2007 apud Garrido; Cifuentes, 2017, p. 22)

As comissões são centrais no decorrer do caso mais emblemático de uso político do sigilo no Chile. De antemão é preciso um breve panorama. Até os dias atuais, o Chile contou com impressionantes 4 comissões da verdade voltadas para a investigações dos crimes cometidos durante a ditadura fascista-dependente de Pinochet. A já mencionada Comissão Rettig (1990-1991), sem validade jurídica, mas com grande relevância para o dimensionamento inicial dos crimes de Estado. Em 2003, durante o governo Ricardo Lagos, como parte de um pacote maior de políticas de direitos humanos, é instituída a Comissão Nacional de Prisões Políticas e Tortura, chefiada por Sergio Valech. No entanto, o decreto supremo nº 1.040 de

setembro de 2003 que previa sua criação estabeleceu previamente, em seu artigo 5º, um sigilo de 50 anos a qualquer uma das deliberações, testemunhos ou documentos dos arquivos da comissão impedindo tanto seu acesso judicial quanto público (Collins, 2015, p.7) fazendo assim com que a maior parte das contribuições imediatas da comissão fossem estatísticas. A comissão de Valech atuou, em um segundo momento, em 2011 quando não estava autorizada sequer a produzir um relatório, mas somente uma contagem de vítimas e uma listagem de nomes (Collins, 2015, p.21).

Cifuentes e Garrido (2017, p. 26) ressaltam que a combinação entre a imposição de 50 anos de sigilo aos documentos, testemunhos e declarações da Comissão Valech, incorporada no artigo 15 da Lei nº 19.992/2004, somada à possibilidade de enquadramento penal pelo descumprimento da ordem de sigilo pelos comissionados constitui um marco significativo da política de segredo no país. A lei previa ainda uma restrição total, não expressa no relatório da comissão, ao uso dos testemunhos para fins judiciais. Estava instaurado o sigilo como uma das principais barreiras na luta pela justiça das vítimas e pela revelação da verdade para a sociedade civil.

Houve tentativas de publicizar o acesso aos documentos, como o projeto de lei apresentado pelo deputado do Partido Comunista (PC) do Chile Hugo Gutiérrez em 2014. No entanto, a câmara rechaçou o projeto com votos conjuntos da direita e dos partidos de esquerda liberal e do próprio PC, a chamada "Nova maioria" criada em 2013 composta pelos partidos da "Concertación" e pelos partidos de esquerda como PC, *Izquierda Ciudadana* (IC) e *Movimiento Amplio Social* (MAS). Nesse sentido, compreende-se que o sigilo sobre a comissão de Valech se trata de um pacto de silêncio que remonta à própria formação dos partidos da *Concertación* e da direita (Becerra; Oberreuter, 2016, p.2 apud Garrido; Cifuentes, 2017, p.28).

Por fim instaurou-se a *Comisión Asesora Presidencial para el Esclarecimiento de la Verdad sobre Violaciones a los Derechos Humanos de Niños, Niñas y adolescentes bajo la custodia del Estado*, ou *Comisión Verdad y Niñez*, durante o governo de Gabriel Boric em 2024. Para esta comissão não há até o momento qualquer perspectiva de imposição de sigilo salvo para fins de proteção dos depoentes em movimento similar ao realizado na instauração da comissão Rettig. Vale ressaltar que em 2022 a proposta de criação de uma nova constituição de viés mais progressista foi rechaçada em plebiscito.

Existem outros episódios representativos apresentados pelos autores⁴⁵, como o caso da *ex-Colonia Dignidad* (atual *Villa Baviera*) - uma seita fundada por Paul Shaffer e outros que alegavam perseguição religiosa na Alemanha. Ali, toda sorte de crimes contra os direitos humanos se deu a partir 1961 e especialmente a partir dos anos 1970 com a colaboração com a ditadura Pinochetista para perseguir, torturar e assassinar opositores. Os documentos referentes aos acontecimentos da Colônia que remontam ao período 1973 a 1992 estiveram sob segredo judicial até o reaquecimento do caso no debate público quando, em 2014, o Juiz Jorge Zepeda, que investigava a colônia enquanto associação ilícita, entregou ao Instituto Nacional de Direitos Humanos e ao Conselho de Defesa do Estado 39 mil cópias de fichas digitalizadas que estavam sob cautela do Estado desde 2005 (Londres 38. Espacio de Memórias, 2014, p. 1 apud Garrido; Cifuentes, 2017, p.28). Dali em diante deu-se um processo de abertura gradual e constante dos documentos encontrados nas operações policiais de 2005 e acumulados pelas agências de inteligência e órgãos de diplomacia de Alemanha e Chile. Em 2016 o governo alemão tornou a documentação ostensiva antecipadamente e em 2024 o governo de Boric, no Chile, retomou as investigações no terreno ocupado pela colônia.

Por fim, entende-se que apesar da escassa legislação sobre acesso e do amplo uso do sigilo, tanto os episódios citados quanto o fenômeno segredista são possíveis somente pela falta de regulação sobre a produção de documentos de interesse público, seja na esfera pública ou privada, bem como pela falta de tratamento profissional sobre a documentação. Isto é, Garrido e Cifuentes (2017) compreendem que a escassa formação de profissionais da área e a nula regulamentação (leia-se inexistência de uma lei de arquivos) são os fatores mais determinantes do caso chileno.

Defendo aqui portanto que a legislação sobre acesso à informação, e principalmente sobre as exceções ao direito de acesso, no Chile, esteve condicionada por um histórico recente em que política e burocraticamente imperou um cânone de opacidade e segredismo fruto das transformações de longo prazo promovidas na era pinochetista. Esse quadro persiste em virtude do incipiente desenvolvimento arquivístico no país, das lacunas legais e da capacidade das forças ligadas ao golpe e à ditadura fascista-dependente de cercear os ímpetus em prol da revelação da verdade como no caso emblemático da comissão de Valech I. A fragilidade do contexto arquivístico, o pacto de silêncio fruto da transição inacabada e a fragilidade ou

⁴⁵ Campanha pelo livre acesso à informação e aos arquivos defende a efetivação do direito à informação para alcançar verdade e justiça, exigindo a desclassificação e abertura dos arquivos das Comissões Rettig e Valech, que contêm declarações de vítimas e documentos mantidos sob sigilo por 50 anos, apesar de sua relevância para esclarecer os fatos e responsabilizar culpados (Londres 38, 2013 apud Garrido; Cifuentes, 2017, p.30).

inexistência normativa marcam um cenário de constantes embates e significativos, mas isolados, avanços.

3.2 DESCLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUSTIÇA E MEMÓRIA NA ARGENTINA

São muitos os possíveis usos de acervos arquivísticos em períodos de transição após violações sistemáticas de direitos humanos. Essas possibilidades, tal qual no caso das comissões da verdade chilenas, são muitas vezes restringidas através da classificação de documentos e informações como sigilosos. Nesse contexto, a desclassificação de documentos se transforma em um objeto sob o qual se deposita grande interesse político e forte mobilização social durante períodos de transição, podendo ser resultado tardio de um processo extenso e/ou estopim para novos ímpetus de investigação sobre o passado. Na presente subseção tratarei brevemente da trajetória transicional argentina assumindo como objeto principal o processo que culminou na desclassificação ocorrida nos governos Kirchner.

Os governos que sucederam o fim da Guerra Suja (1976-1983) na Argentina tiveram que lidar com um panorama de disputas políticas intensas diretamente vinculadas às divergências em torno de questões como justiça, impunidade, revelação da verdade e construção da memória social, além da forte crise econômica ligada às décadas de políticas liberais e neoliberais.

Ainda em 1983, durante o governo Raúl Alfonsín (1983-1989), é criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), que tem como principal resultado o relatório “*Nunca Más*”⁴⁶. Entre as recomendações expostas neste relatório destaca-se a orientação para o julgamento de crimes desvelados pela atuação dessa mesma comissão. O filósofo Manuel Carballido e a jurista Carol Proner (2016, p.82) defendem que essa recomendação foi assimilada no seio do Estado e tornou-se uma característica marcante da transição argentina. Outras recomendações da CONADEP seguidas se materializaram nas fortes iniciativas e investimentos em políticas e projetos voltados à promoção da memória e a busca pela revelação da verdade. Entre essas iniciativas destacam-se a criação de centros de memória e de arquivos extensos sobre o tema da repressão política no período. No entanto, o processo transicional carece do cumprimento de outras recomendações da CONADEP que diziam respeito, principalmente, ao ensino sobre o passado ditatorial nas escolas e a reformas das instituições de Estado (Carballido; Proner, 2016, p.82).

⁴⁶ A CONADEP apontava no relatório “*Nunca más*” a existência de ampla documentação relacionada ao aparato repressivo acumulada e em posse dos militares que, por sua vez, negavam a existência destes documentos e alegavam sua destruição (Balé, 2021, p.24).

O Informe final da Comissão da Verdade argentina, com o título: “Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”, resultou em um documento com mais de 50.000 páginas onde se reconheceu o desaparecimento de 8.960 pessoas (processos devidamente documentados e comprovados), dando ciência da existência de 340 centros clandestinos de detenção e eliminação de pessoas, bem como a identificação de técnicas inéditas de tortura. O relatório também reconheceu o modus operandi, os planos de ação como o “Pacto de Sangre” adotado pelas Forças Armadas e Policiais, os crimes econômicos da ditadura e nomeou a lista de 1.351 repressores entre médicos, juízes, jornalistas, empresários, bispos e sacerdotes católicos que colaboraram com os militares na guerra suja. (Carballido; Proner, 2016, p.82)

Antigo aliado do general Aramburu (Revolução libertadora), Alfonsín tentaria estabelecer um viés de conciliação entre os interesses civis e militares. O historiador Rui Calado aponta que a estratégia do presidente Raúl Alfonsín a partir de 1983 consistia em “[...] sancionar as forças armadas pelos crimes cometidos e as violações dos Direitos Humanos, de preferência através de julgamentos militares ao mesmo tempo que procurava incorporá-las dentro “do jogo democrático”. (Calado, 2014, p.52).

No entanto, a pressão dos militares pela impunidade era crescente. Um dos momentos chave, se não o momento mais importante do esforço argentino para lidar com o passado ditatorial, foi o estabelecimento, após grande mobilização popular (Calado, 2014, p.54), da possibilidade de apelação para a justiça civil em casos que envolvessem violações aos direitos humanos por parte de integrantes das forças armadas. Em consequência, há uma forte reação dos militares para adiar os julgamentos, o que impôs fracasso à estratégia conciliatória do governo. Nesse contexto são iniciados os julgamentos civis das Juntas Militares.

[...] iniciaram-se na *Cámara en lo Criminal y Correccional de la Capital Federal* os julgamentos civis das três primeiras Juntas Militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982. Estes julgamentos decorreram entre 22 de abril e 9 de dezembro de 1985 do mesmo ano tendo ficado conhecidos como - *Juicio a las juntas*. (Calado, 2014, p.54)

Em dezembro de 1986, após forte pressão das forças armadas, o congresso argentino aprova a “*Ley de Punto Final*” (Lei nº 23.492 de 1986) que determinava o prazo máximo de 60 dias para novas denúncias sobre crimes do Estado argentino e seus agentes contra os direitos humanos ocorridos durante a última ditadura militar. Calado (2014, p.55) explica que a lei é fruto de uma tendência ideológica dominante na Argentina no fim da década de 1980 que se materializa em um processo de reconciliação sob três pressupostos: primeiro que a “busca da verdade e da justiça” seria contraproducente por supostamente reviver enfrentamentos do passado. O segundo pressuposto era a busca pela “reconciliação” entre dois antigos opositores (baseada na *Teoria de Los Dos Demonios*) e, por fim, pressupunha-se a existência de uma união

original entre os argentinos que teriam inevitavelmente de se entender, afastando todas as diferenças políticas.

Apesar do sustento ideológico, a *Ley de Punto Final* resulta em efeito oposto à intenção de sua criação. Se o objetivo era "acalmar os ânimos" dando fim à judicialização de novos casos, dadas as muitas ameaças de rebeliões militares, o que se sucedeu foram cerca de 300 denúncias de violações de direitos humanos em 60 dias (Calado, 2014, p.55) e uma forte mobilização da sociedade civil nas ruas do país.

O grau de animosidade foi se agravando com o passar do tempo que culminou, na Páscoa de 1987, com o primeiro levantamento militar pós ditadura, sob o comando do coronel Aldo Rico. Este movimento ficou conhecido como *Movimiento Carapintada* já que os militares revoltosos tinham as suas caras pintadas como se estivessem camuflados. Reivindicavam o fim dos julgamentos, uma anistia generalizada e o fim da “condenação injusta”. (Calado, 2014, p.55)

As negociações para o desmantelamento do “*Movimiento Carapintada*” tiveram como principal resultado aprovação de uma das reivindicações principais dos militares, em especial de baixa patente, na forma da *Ley de Obediencia Debida*. Essa lei previa pouca ou nenhuma responsabilização aos militares de baixa patente por sua participação nos crimes de Estado cometidos entre 1976 e 1983 sob a alegação de que estariam apenas cumprindo ordens.

No entanto, assim como pode-se observar na subseção dedicada ao caso argentino, os militares não compunham um conjunto de forças plenamente alinhadas ou homogêneas. Fato é que muitas fissuras se apresentaram após o fim da ditadura. Mesmo com as rupturas internas havia, após a criação da nova lei, uma satisfação majoritária. Calado (2014, p. 55) esclarece que apesar de haverem levantes após a *Ley de Obediencia Debida* e *Punto Final*, a maior parte da estrutura das forças armadas estava satisfeita com os instrumentos criados.

Entre 1989 e 1999 a Argentina passou pelo governo do peronista Carlos Menem (Partido Justicialista). O período foi marcado pela consolidação definitiva da “*Teoria de los dos demonios*” no poder público e pela anistia a 277 militares condenados pela violação de direitos humanos o que auxiliou na consolidação da ideia, ao menos institucionalmente, de que houve algo similar a uma guerra civil nos anos de ditadura (Calado, 2014, p. 56). Esses movimentos se deram na esteira da tentativa de Menem de seguir a maior constante entre os governos peronistas, isto é, estabelecer uma política de reconciliação nacional.

O governo de Menem, no entanto, mudou sua orientação, ao menos em termos de política econômica, em direção à adoção de medidas liberais e neoliberais. Como resultado, o debate sobre os crimes das forças armadas durante a Guerra Suja foi superado e suprimido pelos debates relacionados à crise econômica no começo da década de 1990 (Calado, 2014, p.57).

Este período é tratado por Calado como uma “hibernação”. No entanto, os debates sobre o passado ditatorial voltam a ganhar força, o que o autor chama de “ressurgimento”, após uma série de entrevistas concedidas por Adolfo Scilingo nas quais relatava seu envolvimento, enquanto oficial da Marinha, nos "*vuelos de la muerte*"⁴⁷.

A partir do “ressurgimento”, a sociedade civil, orientada especialmente pelas organizações de direitos humanos, retoma uma mobilização poderosa que alcança resultados nas mais diferentes instâncias e níveis do Estado. Neste sentido, Calado (2014, p.61) reforça a ideia de que na trajetória latino-americana o acesso a dados e informações sobre os regimes ditatoriais só ocorre após grande mobilização de diferentes setores da sociedade civil e que, por este motivo, essa mobilização foi fundamental para alcançar o "direito de saber" na Argentina. É através da iniciativa de grupos como as "*Madres de Plaza de Mayo*"⁴⁸ que se conquista o direito de acesso aos dados e informações reivindicados para a reconstrução dos ocorridos no período ditatorial (Calado, 2014, p.59). O país segue na esteira das transformações para o início do século XXI que se caracteriza como um ponto de inflexão na história nacional:

O início do novo século fica marcado pelas querelas judiciais que irão culminar com a inconstitucionalidade das leis do perdão. Uma sentença do juiz Gabriel Cavallo, em março de 2001, declara a inconstitucionalidade das leis da *Obediencia Debida* e *Punto Final* considerando que são incompatíveis com a Convenção Americana dos Direitos Humanos. A consequência imediata foi a possibilidade de levar de novo a julgamento os militares responsáveis por crimes contra a humanidade. A decisão marcou um ponto de inflexão na história da Argentina passando os crimes cometidos a serem considerados crimes contra a humanidade e não simplesmente de delito comum. (Calado, 2014, p. 61)

Nos anos do governo de Néstor Kirchner (2003-2007) dois movimentos, bem expostos pela cientista política e social Cinthia Balé (2021), culminam em um grande marco em relação aos documentos arquivísticos relacionados à repressão. O primeiro movimento foi a reabertura dos julgamentos de perpetradores dos crimes sistemáticos contra os direitos humanos que se deu a partir de 2005 com o decreto de inconstitucionalidade das leis de obediência devida e ponto final por parte da suprema corte. Já o segundo se deu através do programa de modernização dos arquivos do Ministério de Defesa (PMA) promovido pela Direção de Direitos

⁴⁷ Os chamados “voos da morte” eram operações realizadas pela aeronáutica argentina durante a ditadura militar. Nesses voos, prisioneiros políticos, em sua maioria após sessões de tortura, eram sedados com medicamentos e, inconscientes, lançados ao mar.

⁴⁸ As Mães e Avós da Praça de Maio são movimentos surgidos durante a ditadura militar (1976–1983), formados por familiares de desaparecidos que exigiam verdade e justiça. As Mães lutaram pelo paradeiro dos filhos sequestrados, enquanto as Avós buscaram netos nascidos em cativeiro e entregues à adoção ilegal.

Humanos deste mesmo ministério, processo que teve como objetivo normalizar os critérios e a gestão arquivística dos 6 principais arquivos militares (Balé, 2021, p.24-26). Chega-se assim, visando especialmente fornecer elementos aos julgamentos, à abertura dos arquivos das forças armadas através de uma resolução administrativa.

No entanto, a construção das bases para esses processos remonta a 2000 quando ocorre a desclassificação dos documentos da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPPBA), que é sucedida por uma série de desclassificações de outros arquivos, majoritariamente policiais, de províncias menores entre 2002 e 2007 (Balé, 2021, p.28-29). Balé (2021, p.29) expõe que, de uma perspectiva arquivística, a grande diferença do caso argentino em relação a outros, como por exemplo o brasileiro, reside no fato de que as desclassificações de documentos geralmente são a primeira parte de um movimento dual que conta ainda com a criação de instituições voltadas à promoção da memória e revelação da verdade como comissões (Em especial a nível provinciano) e o próprio Arquivo Nacional da Memória (nível nacional) que se tornam custodiadoras destes arquivos.

Ainda segundo Balé, apesar de, em alguma medida, salvaguardar a documentação de alterações ou destruição e visar garantir o direito de acesso, o recolhimento multi-institucional e a custódia descentralizada produzem contraditoriamente uma maior dificuldade de acesso cuja origem reside na ausência de um sistema nacional de arquivos no país. Isto é, a fragmentação dos acervos em múltiplas custódias não sistematizadas surte, em relevante medida, efeito contrário à intenção da desclassificação e recolhimento expondo um certo grau de incapacidade de operacionalização da promoção de acesso pelo Estado argentino. Nas palavras da autora:

Como apontam vários especialistas, essa segmentação se deve, em parte, à ausência de um sistema nacional de arquivos que considere a gestão do patrimônio documental do Estado argentino de forma integral. Consequentemente, uma das maiores dificuldades em relação ao acesso a arquivos vinculados a graves violações de direitos humanos é sua fragmentação e dispersão atuais. (Balé, 2021, p.29, tradução nossa)

Além disso, a autora sinaliza uma espécie de afastamentos dos arquivos militares de suas próprias funções visto que, salvo certas funções desempenhadas pelas equipes de relevamento (grupos de trabalho civis), estes serviços arquivísticos não possuíam ingerência sobre o processo de abertura dos acervos sendo tidos como meros depósitos relegados ao controle civil (Balé, 2021, p.29).

Não se pode excluir da análise sobre acesso a influência da sociedade civil mobilizada para as conquistas em torno do acesso à informação, como já mencionado. Assim, trinta anos após o golpe de 1976, Nestor Kirchner decretou a abertura dos arquivos da ditadura

argentina. O presidente era um representante da ala mais progressista do Partido Justicialista (peronista) e sua orientação político-ideológica ergue um governo de bases mais populares. Neste sentido, o ato da desclassificação simboliza, entre muitos outros, a materialização de uma ampla política de memória construída sob a articulação do governo com os movimentos de direitos humanos. Isto é, das reivindicações dos movimentos surge a fagulha inicial que culmina não só na abertura dos arquivos, mas, como mencionado, na reabertura de julgamentos a perpetradores (Balé, 2021, p.30). Estava posta uma verdadeira mudança paradigmática:

[...] Da mesma forma, a aproximação entre Kirchner e os organismos de direitos humanos se sustentou em um novo paradigma discursivo em torno do passado, que incluía seu próprio posicionamento como ‘militante dos anos setenta’. (Montero, 2012 apud Balé, 2021, p.30, tradução nossa)

Balé se debruça sobre uma série de questões relevantes em relação à abertura dos arquivos militares, como sua natureza, composição e as disputas políticas que os orbitam. Apesar de tratar-se do resultado de uma reivindicação histórica dos movimentos de direitos humanos, a abertura dos arquivos, em primeiro lugar, se dava não em totalidade de acesso público, mas exclusivamente para casos judicializados. Além disso, ainda que houvesse documentos vinculados à prática repressiva, a maior parte do acervo remonta a atividades administrativas de rotina. Este fator, somado ao já mencionado caráter clandestino de boa parte da repressão, criou uma desconfiança sobre o verdadeiro valor desses acervos para a judicialização, revelação da verdade e pesquisa histórica. No entanto, compreendeu-se que a repressão se estruturava em uma cadeia de comando que, em muitas instâncias, necessitava de atuação institucional e que, por este motivo, produzia documentos, dada a natureza burocrática das instituições (Balé, 2021).

[...] Ainda que as Forças Armadas não tivessem elaborado registros explícitos da repressão ilegal enquanto a cometiam (ou se tais registros não fossem preservados), era necessário levantar a totalidade dos arquivos, porque mesmo documentos produzidos muitos anos depois podiam conter informações sobre a prática de delitos e seus perpetradores. (Balé, 2021, p.32-33, tradução nossa)

No entanto, dados os atrasos na análise dos ofícios de recurso para acesso aos documentos e a reticente cooperação militar decidiu-se pela criação de equipes de relevamento e análise para operacionalizar o acesso irrestrito como estratégia política dos governos de Nestor e de, sua sucessora e esposa, Cristina Kirchner, que atuariam nos arquivos militares a partir de 2010. Logo após se estabelece a política de modernização dos arquivos militares em 2012 (Balé, 2021).

A partir de 2012 ganha forma o Programa de Modernização do Sistema de Arquivos da Área de Defesa, uma ação financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e operacionalizado pela coordenação da Diretoria Nacional de Direitos Humanos com o Arquivo Geral da Nação (especialmente o departamento de Arquivo Intermediário). A iniciativa buscou propor critérios e pautas de gestão arquivística, realizou intervenções e melhorias na infraestrutura e mobiliário dos arquivos além de:

[...] contribuir para a formação de uma equipe de digitalizadores, conservadores e arquivistas e avançou na classificação e descrição da documentação a partir dos instrumentos de descrição preexistentes e de um trabalho permanente com o pessoal destinado à cada acervo (Balé, 2018, parágr. 17, tradução nossa).

Em contraste com as equipes de relevamento, que buscavam exclusivamente a disponibilização dos documentos para fins judiciais no processo e abertura dos arquivos, no caso do PMA pautava-se o trabalho em critérios arquivísticos e apresentava uma abrangência que não se restringia somente aos documentos do período ditatorial. Essas diferenças não impediram, no entanto, que as equipes atuassem conjuntamente em projetos específicos de desclassificação de documentos⁴⁹.

Internamente, a entrada das equipes de relevamento e do PMA eram lidas como uma mudança prejudicial ao controle das forças sobre seus documentos, no entanto, não só daí surgiram atritos e obstáculos para o trabalho das equipes. Balé aponta que questões como o etarismo e mesmo o gênero foram fontes de desavença internamente entre os militares e as equipes civis em grande medida compostas e coordenadas por jovens mulheres. Assim, as equipes tiveram de enfrentar múltiplas ferramentas de invisibilização produzidas pelo corpo castrense (Balé, 2018, parágr. 22).

Como mencionado, Balé entende que em meio a este processo há a conversão dos arquivos militares em espaços de disputa especialmente por razões políticas. Sobre a relação entre os processos políticos e a configuração dos arquivos, a autora afirma:

[...] Por isso a existência de uma conexão entre o desenrolar dos processos políticos e os modos de configuração do arquivo não deveria constituir um motivo de crítica ou surpresa: como sinalizamos acima, frequentemente é o jogo político que dita a lei de "abertura" ou "aparição" dos arquivos vinculados à repressão estatal e por isso que seu tratamento, uso e difusão se encontram influenciados pelas condições políticas e pelos cenários memoriais vigentes. (Balé, 2018, parágr. 45)

⁴⁹ Como por exemplo: *Fondo Junta Militar*, *Fondo Isaac Francisco Rojas* e *Informe Rattenbach* (Balé, 2018, parágr. 18)

Outra questão é a própria posição dos serviços e instituições arquivísticas no país. De modo geral "[...] os arquivos na Argentina estão sujeitos a uma marginalização de suas funções, de tal forma que na maioria dos órgãos públicos as áreas de arquivo não se encontram reconhecidas nas estruturas orgânicas" (Balé, 2018, parágr. 23, tradução nossa). Por este motivo, reforça a autora, os arquivos militares seguiram o sentido comum sendo considerados meros depósitos tendo seu papel marginalizado reforçado pelo seu posicionamento "sócio-espacial" em sótãos, zonas subsidiárias dos edifícios públicos e/ou lugares de infraestrutura precária (Balé, 2018, parágr. 23). Ressalta-se ainda que as equipes do PMA diagnosticaram um péssimo estado e paupérrimo acondicionamento dos documentos, contando com rasgos, pragas e muita sujeira, a ponto de a designação aos arquivos serem tidas entre os militares como uma punição (Balé, 2018, parágr. 23).

Em resumo, a intervenção do PMA buscou reconfigurar os arquivos da área de defesa com base na premissa de normalização das pautas de gestão arquivística sem restringir seu escopo temporal ou tematicamente e almejando democratizar o acesso aos documentos. Isto é buscou-se o estabelecimento de uma política de gestão arquivística para o chamado "Sistema de Arquivos da Área de Defesa" em um processo "[...] tensionado tanto pelos usos ou abandonos prévios à sua intervenção, às expectativas, e às práticas que identificavam os arquivos como possíveis fontes de prova judicial e, por último, como veremos, pela concepção dos arquivos como ferramentas chave para a formação de políticas de memória." (Balé, 2018, parágr. 25, tradução nossa)

Materializou-se desta maneira uma verdadeira mudança na forma de lidar com o passado ditatorial no país que, para Balé, conformou-se como política de Estado nos governos Kirchner⁵⁰. Neste sentido, o principal aparato viabilizador dessa transformação foi a desclassificação irrestrita dos documentos através do decreto nº 4/2010. Ainda que não possuísse "mecanismos integrais de desclassificação", essa desclassificação acabava por naturalmente revelar o caráter secreto dos documentos protegidos pela corporação militar (Balé, 2021, p.34).

A desclassificação irrestrita foi um ato aliado à uma política de memória que disputou tanto simbolismos quanto espaços do Estado. Entre os principais objetos em embate estão o domínio militar histórico sobre o departamento de defesa e a própria soberania militar em seus arquivos. Isto é, neste processo, subjugam-se os militares ao domínio civil.

⁵⁰ O governo Milei que será abordado mais à frente deixa certas ressalvas quanto à essa consolidação.

Apesar de, para Balé (2021, p.43), as agências de Estado argentinas metabolizarem de maneira progressiva as demandas por acesso aos documentos do período, essa progressão não é tão constante e o processo não apresenta tanta lisura. Entre os percalços destacam-se episódios como o desaparecimento, sem deixar vestígios, de Jorge Júlio López, uma das principais testemunhas no caso da condenação do ex-chefe de polícia de Buenos Aires, Miguel Osvaldo Etchecolatz, em 2006. Caso similar ocorreu no Brasil, em 2014, quando o tenente-coronel Paulo Malhães foi assassinado por três homens encapuzados que invadiram sua casa, cerca de um mês após seu depoimento, para a Comissão Nacional da Verdade sobre sua participação em operações clandestinas durante a ditadura brasileira. Entre os eventos tratados no depoimento destaca-se a revelação de um possível destino do corpo do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado pela ditadura brasileira em 1971.

Esse contexto influenciou na mesma direção destas transformações e disputas profundas, em 2016, a criação da lei de direito de acesso à informação pública (Lei nº 12.275/2016) após 12 anos de tramitação no Congresso.⁵¹ A criação da lei se deu no primeiro ano de governo do liberal-conservador Mauricio Macri (2015-2019).

Como em outros casos de países latino-americanos, a legislação de acesso à informação na Argentina apresentou um desenvolvimento retardado pela construção autoritária e época do Estado. Antes do estabelecimento de uma própria lei de acesso à informação, contava-se apenas com a lei nº 15.930, de 1960, que regulava o *Archivo General de la Nación* (AGN). Para Garcia (2001, p.17) esta lei é marcada pela obsolescência que privilegiava a tradicional corrente historicista para tratar da organização de documentos permanentes, uma perspectiva amplamente defasada em relação à teoria arquivística atual.

Guimarães, Santos e Silva (2019) apontam que, em termos constitucionais, o direito de acesso à informação na Argentina está diretamente relacionado aos partidos políticos, uma vez que é explícito o direito destes de acessar informações públicas. Mas é a Lei nº 12.275 de 2016 o instrumento que visa garantir a efetivação do direito de acesso aos cidadãos em geral. No entanto, Sampaio (2022, p.69) aponta que a lei de acesso à informação argentina conta com um problema, a carência de clareza na definição sobre sua abrangência.

⁵¹ Macri ascende ao governo em um momento marcado pela ascensão e fortalecimento das direitas e enfraquecimento das esquerdas na América Latina em muitos casos minadas pela ação imperialista. Menciono como alguns exemplos deste processo a própria eleição de Macri, o golpe contra a presidente Dilma Rousseff no Brasil e as eleições de Iván Duque na Colômbia e Sebastián Piñera no Chile, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil e o golpe contra Evo Morales na Bolívia.

A implementação da lei de acesso à informação na Argentina enfrentou a resistência e o descumprimento de alguns princípios de transparência. Com base em levantamento realizado em 2018 nos portais de governo, os juristas Thais Gomes, Andrey Lamberthy e Rosane Silva (2020, p.180) apontam o descumprimento recorrente de requisitos previstos na LAI o que segundo os autores se assemelha ao caso brasileiro (Gomes; Lamberthy; Silva, 2020, p.180). O capítulo 2 da lei é dedicado às exceções ao acesso, estabelecido como regra no título preliminar:

Os limites ao direito de acesso à informação pública devem ser excepcionais, estabelecidos previamente conforme o estipulado nesta lei, e formulados em termos claros e precisos, ficando a responsabilidade de demonstrar a validade de qualquer restrição ao acesso à informação a cargo do sujeito ao qual se requer a informação (Argentina, 2016, tradução nossa).

A lei não contava originalmente com previsões de prazos de sigilo para as informações que poderiam ser classificadas como reservadas, secretas ou confidenciais. Em 2017 o decreto nº 206 regulamentou a questão sem apresentar mais concretude nas definições. O princípio se mantinha o mesmo: os casos deveriam ser avaliados em particular e as justificativas de classificação deveriam ser expressas pelo classificador.

A avaliação das justificativas para classificação ficam a cargo da *Agência a La Información Pública* (AAIP), órgão autárquico cuja premissa é a atuação fiscalizadora autônoma do cumprimento das previsões legais sobre acesso à informação bem como análise de recursos e solicitações de acesso. A AAIP recebe espaço dedicado com exclusividade no capítulo IV, sendo o procedimento de escolha do diretor da agência o que mais chama atenção. Sob as premissas de ser aberto, transparente, público se estabelecem as seguintes etapas: Indicação e publicação por parte do Poder Executivo de um candidato no Diário Oficial e em dois jornais nacionais por três dias, apresentação pelo candidato de declaração jurada conforme a Lei de Ética, solicitação à AFIP de relatório sobre cumprimento fiscal, realização de audiência pública para avaliar observações, prazo de quinze dias para cidadãos e entidades apresentarem observações fundamentadas, realização da audiência para análise dessas observações, decisão do Poder Executivo em até sete dias para confirmar ou retirar a candidatura, reinício do processo caso a candidatura seja retirada (Argentina, 2016, tradução nossa). Após esse processo o diretor passa a ser enquadrado como secretário de Estado em um mandato de 5 anos podendo ser reeleito por uma única vez, bem como os presidentes do país.

Ressalto, no entanto, que é possível que o poder executivo alegue irrelevância ou não fundamentação das questões levantadas contra o candidato na audiência pública, mantendo assim sua candidatura caso seja o ímpeto aquele de aparelhar a instituição. A problemática de

aparelhamento pela escolha do presidente sobre quem será seu fiscalizador é muito similar ao caso da Controladoria Geral da União no Brasil.

Não há designação de competência para classificação de informações com base em cargos existentes. De maneira distinta, a lei estabelece a categoria de “sujeitos obrigados”, isto é, um conjunto de instituições responsáveis pelo acesso à informação que incluem Todos os órgãos e entidades do setor público nacional, incluindo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas estatais, concessionárias de serviços públicos, partidos políticos, sindicatos e organizações privadas que recebam fundos públicos. Os “*sujeitos obrigados*” devem indicar sempre um “responsável pelo acesso à informação pública” cujas responsabilidades são: Receber, encaminhar e controlar a tramitação de pedidos de acesso à informação, manter registro das solicitações, promover a implementação das resoluções da AAIP, auxiliar a elaboração dos pedidos, orientá-los sobre onde encontrar a informação, incentivar práticas de transparência e publicação, elaborar relatórios mensais sobre solicitações e respostas, publicar informações desclassificadas, atualizar áreas sobre normas de guarda e arquivo, participar de reuniões convocadas pela Agência e realizar todas as ações necessárias para garantir a correta aplicação da lei (Argentina, 2016). No entanto, não há designação clara sobre os critérios a serem usados para essa escolha.

A AAIP tem por responsabilidade ainda o papel orientador de definir diretrizes, critérios e outras ferramentas que influenciam nas boas práticas em relação ao acesso à informação. Ademais ressalto que no propósito de existência da agência encontra-se mencionada a promoção da transparência ativa, que pode ser observada em cascata no escopo dos responsáveis pelo acesso à informação pública, mas também nas obrigações constantes da própria agência de publicar, geralmente em período anual, relatórios de gestão, estatísticas de pedidos de informação e planos estratégicos de transparência de forma digital, atualizada e em formatos abertos.

Outro ponto especialmente caro para o presente trabalho apresentado por Gomes, Lamberthy e Silva (2020) é que não foram encontradas informações sobre o que havia sido classificado ou desclassificado e nem mesmo sobre as classificações por níveis de classificação. Frise-se que a lei argentina não obriga tal distinção (Gomes; Lamberthy; Silva, 2020, p.180).

Macri foi substituído pelo “Kirchnerista” (que contava com Cristina Kirchner como vice-presidente da chapa) Alberto Fernandez (2019-2023). Fernandez não realizou nenhuma alteração na legislação sobre acesso em seu instável governo cujas pautas estiveram muito cerceadas pela centralidade da questão econômica mediante forte crise. Um momento

simbolizador do acirramento da luta política no continente ocorreu em setembro de 2022 quando um brasileiro (Fernando Sagab) que, como consta nas investigações, possuía grande interesse em páginas de extrema direita e colecionava símbolos e tatuagens de conteúdo nazista, tentou assassinar a então vice-presidente. Cristina defende a tese de que o ataque foi fruto do discurso de ódio propagado por seus antagonistas políticos e que houve mandantes não investigados. As autoridades argentinas, no entanto, negam essa possibilidade e a vinculação de Sagab com partidos ou organizações políticas (Taddeo, 2025)⁵².

Frente a um quadro adverso na política interna, do fracasso econômico e do crescimento das direitas a nível global, se deu a eleição do autointitulado “anarcocapitalista⁵³” (ultra neoliberal) e representante da extrema direita Javier Milei (2024-atualmente). Desde a campanha eleitoral notou-se uma forte marca de revisionismo histórico e uma postura diametralmente oposta ao Kirchnerismo no que diz respeito ao passado ditatorial por parte da Chapa Javier Milei- Victoria Villarruel. Milei defendeu durante os últimos anos o conceito de “memória completa”, uma adaptação da “*teoría de los dos demonios*” com mais ênfase nos crimes dos chamados “terroristas” e na memória das vítimas (em suma maioria militares) que estariam relegadas a um esquecimento sem qualquer sorte de justiça. A síntese dessa ideia pode ser encontrada tanto nas redes sociais de Milei quanto na manifestação de Villarruel durante um evento de campanha em Buenos Aires: “As vítimas do terrorismo desapareceram da memória, foram varridas para baixo do tapete da história. Foram negados seus direitos à verdade, à Justiça e à reparação” (Péchy, 2025)⁵⁴.

Na esteira do revisionismo, em agosto de 2024, através do decreto nº 780/2024, o governo fixou o prazo único de 10 anos para classificação das informações reservadas, confidenciais e secretas sem desclassificação automática estando a avaliação sobre a possibilidade de desclassificação após o período no encargo dos “sujeitos obrigados” sem restringir a possibilidade de reclassificação (Artigo 8º). Além disso, de maneira centralizadora definiu que o Executivo defina arbitrariamente o que é informação pública. (artigo 3º). De maneira muito vaga e ampla determinou que informações consideradas de “natureza privada”

⁵² Noticiado por Luciana Taddeo na CNN em 08/10/2025 e pelo jornal “La Nación” em 02/09/2022.

⁵³ Anarcocapitalismo (ANCAP) é uma classificação de relativa capilaridade, especialmente entre jovens, baseado na distorção dos conceitos de Anarquia e Capitalismo. Forma mais radicalizada de capitalismo baseada na abolição completa do Estado deixando a organização social à cargo de cada indivíduo que buscaria, em uma dinâmica de irrestrita liberdade de mercado, garantir seus direitos. As principais bases acadêmicas para essa residem na chamada escola austríaca de economia e especialmente em Ludwig Von Mises cuja relevância acadêmica é irrisória estando sua projeção muito atrelada à uma suposta refutação da obra de Karl Marx.

⁵⁴ Noticiado por Amanda Péchy na revista Veja em 25/03/2025.

ou “sem interesse público” não precisam ser divulgadas (artigo 3º), isto é, aquelas que contenham:

[...] dados de natureza privada que tenham sido gerados, obtidos, transformados, controlados ou custodiados por pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou pela ausência de um interesse público envolvido, alheios à gestão dos sujeitos obrigados enumerados no artigo 7º da Lei nº 27.275 e sua modificatória. (Argentina, 2024, tradução nossa).

Introduziu ainda o “princípio de boa fé” nos pedidos de acesso à informação e atribuiu à AAIP o papel de fiscalizar as solicitações considerando abusivas aquelas que sejam repetidas recorrentemente que, segundo o texto, geram um uso de recursos demasiado para o Estado. Com base nessa dinâmica e princípio vincula sua violação ao artigo 10 do Código Civil e Comercial, permitindo que pedidos considerados abusivos sejam sancionados com indenização (artigo 1º). O decreto foi recebido sob acusações de inconstitucionalidade e é tido como uma medida, um retrocesso antidemocrático⁵⁵.

Ainda sob o mesmo discurso, Milei retomou a operacionalização do recolhimento dos documentos sigilosos da ditadura para o Arquivo Geral da Nação, medida muito contestada. A decisão cumpre o Decreto nº 4/2010, assinado por Cristina Kirchner, que já previa essa transferência, mas que agora é reativada sob um viés criticado por sustentar um discurso revisionista histórico⁵⁶. A abertura dos arquivos foi anunciada no Dia Nacional da Memória, trazendo à tona críticas por questionar o número de desaparecidos e por reforçar narrativas que relativizam a violência estatal⁵⁷.

Além disso, Milei teve como promessas de campanha cumpridas as profundas mudanças e redução do orçamento e dimensão do Estado. Uma das principais foi a redução drástica na composição ministerial que diminuiu o número de ministérios pela metade (de 18 para 9). representam um ponto de preocupação no que diz respeito ao acesso à informação e transparência pública nos portais de governo, especialmente naqueles da presidência da república (Gomes; Lamberthy; Silva, 2020, p.180).

Javier Milei preencheu espaços de governo com aliados, como sua irmã, Karina Milei (secretária-geral da presidência), e Eduardo Menem (Sobrinho-neto do ex-presidente Carlos Menem, primo do atual presidente da câmara Martín Menem e Subsecretário de Gestão

⁵⁵ Segundo o portal *Derecho en Zapatillas* em setembro de 2024, mais de 70 organizações civis, incluindo Amnistía Internacional e CELS, pediram a revogação do decreto por considerá-lo inconstitucional e antidemocrático.

⁵⁶ Como noticiado por Renato Vasconcelos, com agências internacionais em 24/03/2025.

⁵⁷ Como noticiado por Manuela de Moura em 24/03/2025.

Institucional), ambos envolvidos no escândalo do caso ANDIS, um suposto esquema de cobrança de propinas pela compra de remédios⁵⁸. Além disso, sucederam-se outros escândalos, como a suposta fraude financeira envolvendo a cripto moeda \$Libra⁵⁹ e os indícios de favorecimento a empresas ligadas à família Menem em contratos marcados pela falta de transparência. Em 2025 houve uma reação das esquerdas com a expressiva vitória nas eleições legislativas de Buenos Aires reafirmando a força do Justicialismo (Peronismo) mas o panorama nacional ainda é marcado por grande incerteza. Vale ressaltar que Milei conta com o apoio imperialista centrado especialmente na figura de Donald Trump (Presidente dos EUA). Além do aporte de 20 bilhões de dólares para a Argentina, Trump teceu elogios e verbalizou apoio à reeleição de Milei⁶⁰.

Entendo que as medidas do governo Milei escancaram a fragilidade da legislação sobre acesso à informação na Argentina além de reforçar a continuidade das forças vinculadas ao regime ditatorial. A eleição e o governo Milei põe em xeque ainda a eficiência das medidas de justiça de transição no país e sua capacidade de impedir ímpetos segredistas e revisionistas. Por fim, defendo que a trajetória heterogênea dos governos argentinos em relação ao passado ditatorial provoca uma trajetória de “idas e vindas” no que diz respeito à promoção do acesso à informação e transparência ativa. Apesar dessas questões, percebo que a distinção do caso argentino na América Latina se dá justamente pelos avanços e acertos materializados em políticas de memória, desclassificação massiva de documentos e julgamento de perpetradores. Ainda que boa parte das iniciativas possam se caracterizar como políticas de governo e não de Estado, o caso argentino ainda é singular. Se comparados ao caso brasileiro, observo que mesmo com o compromisso do governo Dilma Rousseff para realizar a Comissão Nacional da Verdade e promulgar a Lei de Acesso à Informação, não houve julgamentos de perpetradores, uma peça central no desenrolar da trajetória argentina. Além disso, através da CONADEP e dos julgamentos das Juntas se viu um ímpeto para lidar com o passado materializado de maneira oficial muito anterior ao brasileiro.

Nesse contexto, o sigilo se faz notável como ferramenta das forças de direita aliadas aos militares desde a ditadura. A disputa pela memória tocada especialmente nos governos Menem e Milei esteve em grande medida atrelada a embargos ao acesso à informação como forma de

⁵⁸ Como noticiado por Juliana Maselli no g1 em 28/08/2025.

⁵⁹ Como noticiado por Erick Saucedo no Jornal “*El universal*” no dia 28/08/2025.

⁶⁰ Como noticiado no portal de notícias G1 em 14/10/2025.

cerceamento de políticas e medidas baseadas no acesso a documentação, como julgamentos e revelação da verdade. Não obstante, os períodos de avanço em relação ao acesso à informação no país estão marcados pela demanda social e pela desclassificação para fins de construção da memória e judicialização. Na transição argentina, o sigilo é em grande medida uma ferramenta política cujo enquadramento tem relação direta com os interesses políticos e econômicos dos diferentes grupos sociais do país.

3.3 OPACIDADE E SIGILO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Os entulhos autoritários se fizeram presentes no panorama da reabertura brasileira de diferentes formas, inclusive através da legislação. Para Nunes (2024), certas leis que remontavam à ditadura sobreviveram ao ordenamento jurídico pós 1988. Os principais exemplos são a Lei de imprensa (Lei nº 5.250/1967), declarada como inconstitucional apenas em 2009 e, principalmente, a Lei nº 7.170 de 1983 (Sobre a segurança nacional) que vigorou até 2021. A essa lei recorriam os apoiadores de uma nova intervenção militar, gesto oriundo de uma tradição criada por Vargas e reforçada pela ditadura militar (Nunes, 2024, p. 2).

Como visto, o golpe de 1964 representou a vitória da associação entre o capital estrangeiro e as elites nacionais. Essa associação não só impediu as reformas de base propostas por João Goulart como produziu impactos através das reformas realizadas durante o período ditatorial alinhadas aos interesses do empresariado nacional (Honorato, 2024, p.2). Para Honorato (2024, p.2) as reformas, pensadas em projetos desenvolvidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês⁶¹) às vésperas do golpe, estavam calcadas em "[...] premissas do Estado mínimo e da exploração máxima dos trabalhadores e dos recursos naturais, gerando enorme concentração de riqueza e aprofundando as desigualdades sociais no país".

O Ipês é objeto recorrente nos estudos sobre o período ditatorial no Brasil. Em comum nos trabalhos dos muitos autores⁶² estão as conclusões de que o Ipês desempenhou papel definitivo para os rumos da história recente do país (Dulci, 2022, p.41). A jornalista e

⁶¹ O Ipês se tratava de uma entidade de classe, influente representante dos interesses do empresariado nacional. Entre seus fundadores destaca-se aqui o primo de João Baptista Leopoldo Figueiredo, primo do último presidente da ditadura militar João Baptista de Oliveira Figueiredo. Outros quadros de destaque do instituto são Henrique Geisel, irmão de Ernesto Geisel, bem como o criador do SNI Golbery. O Ipês se destacava por sua sofisticação e poderio financeiro sendo capaz de "[...] influenciar decisivamente a conformação estrutural do Estado brasileiro, modificando por dentro as instituições, com influência externa, por meio de um processo de convencimento e "doutrinação", tanto da opinião pública em geral, quanto dos setores-chave para a implementação das mudanças pretendidas, tudo feito de acordo com a "doutrina" professada pelo instituto." (Honorato, 2024, p.3).

⁶² Tratam-se de nomes como Juremir Machado, Carlos Fico e, em especial, René Dreifuss que é tido por Dulci como fundamental para "dissecar" o Ipês.

especialista em comunicação social Denise Assis Dulci aponta que o Ipês se caracterizava como um instituto eficiente de propaganda política cuja atuação “[...] misturava conceitos de Joseph Goebbels e a ideologia anticomunista desenvolvida nos EUA” (Dulci, 2022, p.41). Segundo a autora, os componentes do Ipês buscavam derrubar o governo de Goulart através da desestabilização promovida pela propagação de “boatos” sobre a insustentabilidade do governo na forma de livros, filmes, panfletos e palestras. Era o principal pilar de uma ação coordenada que por um lado contava com a propagação de um ideário sobre as benesses capitalistas e do *American Way of Life* pelas agências de publicidade e, por outro, a pulverização das ideias contrárias ao governo. Isto é, peça-chave na “cruzada pela defesa do capital” (Dulci, 2022, p.42).

O Ipês, na forma de um instituto orientado pelos interesses do empresariado, consolidou na forma de livro, em 1963, 23 propostas para reformas de base no país. Essas se dividiam pela ordem política, a ordem social e a ordem econômica. As propostas abrangiam uma ampla gama de objetos desde a reformulação das relações entre os poderes da democracia liberal, passando por reforma agrária, educação e tutela intelectual da população e reformas no judiciário, reforma trabalhista e tributária, sempre apontando para redução da liberdade de pensamento e diminuição dos debates (Honorato, 2024, p.9).

A reforma eleitoral, em suas grandes linhas, pressupunha uma maior e melhor educação do povo, já que, como visto anteriormente, o Ipês não acreditava na capacidade de escolha do grosso da população, em geral, menos esclarecida, que necessitaria, portanto, de uma tutela intelectual orgânica. As reformas do Legislativo, da estrutura política, administrativa e judiciária tinham como objetivo primordial a busca da eficiência. Ora, para os tecnoempresários do Ipês, as longas discussões e os debates parlamentares eram incompatíveis com a rapidez e celeridade dos negócios e interesses que representavam. Uma visão muito particular (com o perdão do trocadilho) de democracia representativa. Assim, “de um parlamento eficaz depende a vida de uma democracia autêntica”, devendo, portanto, “ser evitadas, através de adequada legislação, as praxes atuais”, que provocavam “infindáveis protelações e delongas nas tramitações dos projetos de lei”. A reforma judiciária, por sua vez, para ser eficiente, deveria ser precedida da própria reforma do direito substantivo e do direito adjetivo, “com a revisão dos diplomas codificados – já obsoletos”.

Na proposta de reforma da estrutura política, destaca-se a preocupação do Ipês com as áreas metropolitanas, potencialmente geradoras de “crises de caráter social e político que se propaguem a todo o país”. Não por acaso, essas regiões constituem o produto da industrialização acelerada e urbanização descontrolada, reunindo uma enorme massa de trabalhadores, como é o caso da região do ABC paulista. Uma atuação “eficaz da máquina administrativa” implicava uma “reforma de mentalidade de serviço público” (grifo nosso), corrigindo o “obsoletismo, a confusão, as desproporções” geradores de “desperdício de esforços” e “morosidade” em seu funcionamento. Como se percebe, o que o Ipês pretende é a própria transformação para uma *mentalidade de serviço particular*, já que, em sua visão, o Estado não passava de um entrave para o progresso econômico do país (grifo nosso). (Honorato, 2024, p.9)

Mas são as propostas em relação à política externa que mais nos dizem interesse aqui. A posição do Ipês escancara o caráter subserviente e associado da burguesia nacional quanto ao grande capital estrangeiro assim endossando apontamentos da Teoria Marxista da Dependência. Além disso, o instituto reforça o anticomunismo e defende a tese de que a dependência do Brasil em relação especialmente aos EUA não deve ser superada ou tida como relevante, classificando como ilusório os conceitos de soberania e dependência (Honorato, 2024, p.10).

As reformas de base do Ipês são sobretudo antagônicas às reformas propostas por Goulart. Parte de um grande projeto de Estado modernizante-conservador (2024, p.23)

[...] as propostas de base formuladas pelo empresariado representado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), como projeto de Estado antagônico ao projeto nacional-reformista preconizado por João Goulart. O empresariado mobilizou o termo “reformas de base”, utilizado por Goulart para se referir à implantação de um Estado de bem-estar social, subvertendo o seu sentido para representar um projeto de Estado modernizante-conservador pretendido pelas elites. (Honorato, 2024, p.23)

O sucesso das propostas do Ipês se comprova na medida em que se manifesta na forma de leis e medidas inauguradas pela ditadura e/ou retomadas no passado mais recente. Um bom exemplo é a prerrogativa de independência do Banco Central, como bem expõe Honorato:

Tudo isso soa muito familiar ao leitor de hoje, quando as questões relacionadas à independência do Banco Central voltam à ribalta com toda a força. Não se trata de anacronismo. É que as estruturas atuais do sistema financeiro nacional foram forjadas a partir desses projetos, que efetivamente conseguiram implantar a sua revolução modernizante-conservadora com a destituição, pelo golpe empresarial-militar desfechado em 1964, do presidente João Goulart, desmantelando o projeto nacional-reformista que a ela se contrapunha. (Honorato, 2024, p.16).

Ou seja, não só as reformas propostas pelo Ipês se concretizaram como fundamentaram uma remodelação político-econômica e social do país que reverbera ainda na atualidade.

Finalmente, na reforma de política externa, o Ipês evidencia o alinhamento de interesses com os países ocidentais, particularmente os Estados Unidos, limitando as ligações com os países orientais, com exceção do Japão, especialmente aqueles pertencentes à “Cortina de Ferro, cuja filosofia política totalitária difere radicalmente da cristã e democrática que é nossa”. Com estes últimos, o comércio e a cooperação deveriam ser limitados, já que “não há porque obscurecer os perigos políticos de uma crescente dependência dos seus mercados nem os inconvenientes de acordos de pagamento, em moeda inconvertível. Em nome do anticomunismo, o Ipês chega mesmo a defender a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, já que seria “flagrantemente ilusório o conceito absoluto de soberania, como é relativo o de independência”. (Honorato, 2024, p.10).

Ainda, para além da institucionalidade se observam permanências provocadas pela ditadura. Os anos de repressão somados a propaganda e a reabertura controlada mantiveram uma extensa base de apoio ideológico que, mais do que ufanista, reivindica recorrentemente uma nova intervenção militar na política em momentos de crise. Como bem expõem Nunes e

Dias (2024, p.3) em 2013 já eram identificadas tentativas de recriar as Marchas das Famílias (malsucedidas) e a partir de 2015 ocorre um agravamento no que diz respeito a manifestações mobilizadas sob uma "narrativa" que não só minimiza a violência no período ditatorial como reivindica um novo golpe. Esses movimentos se fortalecem e intensificam suas ações a partir do golpe de 2016 compondo a base da ascensão de Jair Bolsonaro até a Presidência da República.

Em uma realidade de desigualdades e de capitalismo periférico, como o da América Latina, as medidas de exceção são aplicadas àqueles considerados inimigos internos, a exemplo do sistema de Justiça, que no contexto da operação Lava-Jato, atuou a serviço dos interesses do mercado, criminalizando lideranças de esquerda, por meio de processos penais e prisões arbitrárias, com base em meras ilações e condutas não comprovadas de supostos corruptos (Serrano; Magne, 2020, p.221-222 apud Dias; Nunes, 2024, p.10).

O governo Bolsonaro foi marcado como o momento de maior ênfase, fortalecimento e recorrências dos fenômenos políticos e das mudanças institucionais cujas raízes remontavam à ditadura. Como mencionado anteriormente, Fontes percebe uma forte centralização do poder de decisão e delegação no Executivo Federal no período. Essa centralização, que se baseia no alinhamento e dedicação exclusivos ao governo, impactou diretamente no redesenho institucional promovido trazendo de volta ares que remetiam à Ditadura Militar.

Essa centralização redesenhou o Executivo Federal brasileiro, aproximando-o do período ditatorial. Na ditadura empresarial-militar iniciada em 1964 o perfil ministerial se pretendia „técnico“ e „neutro“, e mesmo se o empresário participou de maneira direta de operações de repressão, esses “detalhes” eram ocultos pela censura. No governo Bolsonaro os cargos se perfilam de maneira imediata com o controle doutrinário-econômico- sectário e com as patas da violência. A truculência é uma exigência explícita do governo. O redesenho institucional, feito por meio de decisões administrativas, vem explicitamente eliminando a presença dos setores subalternos organizados e de seus interesses no interior do Executivo, além de incorporar ou excluir seletivamente grupos (empresariais ou de setores médios) não afinados ou alinhados com o governo. Os ministérios formatam de maneira bizarra esse corpo desproporcionado, e podem ser divididos em três grandes grupos. (Fontes, 2019, “Janus macrocéfala”)

Retomando a já exposta divisão da autoria do governo em duas faces (A econômica ultra-neoliberal e a ideológica proto-fascista) abordo aqui as mudanças realizadas por Bolsonaro na Estrutura do Estado. Segundo Fontes (2019, “Janus macrocéfala”) a primeira face condensava um grande agrupamento de ministérios cujas pastas estavam visceralmente conectadas aos rumos econômicos do país. Esse grupo seria encabeçado por Paulo Guedes e o processo de tomada de decisão estaria pautado em opacidade na forma de contatos mais ou menos diretos e acordos firmados junto ao grande capital, em especial nacional, de maneira extraoficial.

Trata-se da tradução direta de interesses empresariais, e essa “condensação” de poder econômico é o único setor que conta com maior grau de autonomia, o que se evidencia pelas diversas polêmicas que já abriram com o governo, sobretudo impondo inflexões em eventuais decisões do “capitão” que consideraram prejudicar seus interesses diretos. (Fontes, 2019, “Janus macrocéfala”).

A segunda face seria doutrinária composta pelos demais ministérios à exceção daqueles voltados para o que a autora classifica como sustentação brutal do governo. Uma retaguarda composta por "patas": a repressão (violência) e o silenciamento. Segundo a autora, essas patas consistem, portanto, nas pastas de defesa, justiça e comunicação. Sendo sua principal função:

[...] exercer o controle direto do aparato repressivo do Estado, mas também incitar e/ou autorizar o uso da violência direta para-estatal, por seus seguidores (quer sejam grandes proprietários ou aliados ideológicos), eximindo-os a priori das consequências de seus atos. Em outros termos, seu papel é reafirmar a violência estatal e para-estatal, e assegurar sua impunidade. (Fontes, 2019, “As patas - violência e silenciamento”)

Essa dinâmica de escalada da repressão e do silenciamento se dá, portanto, em diferentes frentes, incluindo a informacional (Fontes, 2019, “As patas - violência e silenciamento”). Dado o exposto nesta breve reflexão, me debruçarei sobre o sigilo enquanto objeto central de reflexão. Durante a ditadura militar (1964-1985) o sigilo apresentou-se como ferramenta de uso cotidiano basilar no funcionamento do Estado brasileiro. A classificação das informações e documentos impunha o segredo necessário para o funcionamento, principalmente, dos órgãos de repressão e agências de inteligência como Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Sistema Nacional de Informações (SNI). O véu que cobria a perseguição incessante aos “subversivos” era cancelado pela legislação dentro de um simulacro democrático e, ao longo de 21 anos, ditou ritmo ao funcionamento da burocracia estatal. A opacidade predominava absoluta no panorama dotando os agentes de Estado de uma série de poderes e possibilidades de ação em especial repressivas. Tenaglia (2019, p.54), com base na obra de Abrão (2014), compreende que o sigilo e a censura são usados conjuntamente durante regimes de exceção com fins de supressão dos direitos à informação, à memória e à verdade.

Toda essa estrutura marcada pelo constante segredo reflete a história de formação do Estado brasileiro e reverbera, após o fim da ditadura, na tentativa de criação de um Estado democrático de direito. O historiador e arquivista José Maria Jardim (2012, p.6) afirma que o "segredismo" e a opacidade são predominantes na história do Estado brasileiro. Já o jurista Emerson Moura (2016, p. 39) entende que a administração pública brasileira é marcada por resquícios do autoritarismo, patrimonialismo, nepotismo e teria encontrado na Constituição de 1988 a possibilidade de uma nova configuração. Em consonância, a historiadora Lucia Helena

Solci (2020, p.83) entende que no período republicano, o Estado brasileiro prima pela salvaguarda da informação pública em detrimento da publicidade.

Esse contexto de “segredismo” e predominância de focos de opacidade (Jardim, 1999a) explicita o fenômeno da cultura do segredo e do sigilo como cultura administrativa de Estado. Marília Alves (2012, p.124) considera a cultura do sigilo como “[...] a forma de manutenção das estruturas sociais pautada no binômio informação-poder por meio de uma relação diretamente proporcional.”. Isto é, a cultura do segredo/sigilo é uma ferramenta de manutenção de opressões, hierarquias e dinâmicas de poder desproporcionais da sociedade brasileira.

A regulamentação do segredo pode ser, portanto, feita com o objetivo de garantir a legalidade e dotar de uma falsa legitimidade os atos de governos autoritários ou com o intuito de construir governos e Estados mais transparentes. Nesta segunda forma podem haver percalços como a carência de mecanismos de fiscalização, punição ou até mesmo que viabilizem a operacionalização do previsto em lei.

Essas definições estão intrinsecamente relacionadas a outros dois conceitos centrais para esse debate e profundamente analisados por diferentes autores na arquivologia, ciência política e direito: transparência e opacidade. Brevemente tratarei dessa conceituação, pode-se definir a transparência como um conceito que transpõe a mera divulgação de informações públicas e diz respeito também a divulgação de informações “úteis, compreensíveis, que permitem a avaliação do objeto em questão, seja ele um órgão estatal, uma empresa pública, um ator político, servidores públicos, entre outros.” (Almada et.al, 2022, p.173).

Com base na obra de Jardim (1999a, p.51) afirmo que pensar em transparência é necessariamente falar sobre opacidade. Apesar de dois pólos distintos, possuem uma relação que não é excludente, mas coexistem numa mesma dimensão. Não existe transparência plena que garanta total visão sobre o objeto como não há opacidade que impossibilite que se veja toda a luz. Mas como diferem-se ambas no contexto do Estado? Falar em transparência administrativa é falar em uma característica da administração pública. A transparência, em qualquer gradação que seja, é o que torna as instituições “translúcidas”, isto é, o que as faz operar de maneira visível e define as relações entre Estado e sociedade civil. Ou seja, a transparência define o exercício do poder.

Para Andreazza e Macedo Júnior (2015, p.129) o Estado democrático de direito pressupõe transparência. O Estado brasileiro, no entanto, carrega a opacidade como característica marcante de seu funcionamento mesmo com as provisões legais favoráveis à transparência. E do que se trata a opacidade? Pólo oposto da transparência, a opacidade é aquilo

que impede que se veja e que garante a manutenção do segredo. Trata-se de uma característica institucional que quando predominante caracteriza governos e Estados autoritários e exercícios de dominação geralmente sofisticados.

Todas essas reflexões estão circunscritas em torno de um objeto que desenrola debates plurais e multidisciplinares: o acesso à informação. Fato é que o acesso é o fio condutor, ou deveria ser, das atividades dos serviços e instituições estatais e em especial as arquivísticas:

Como se percebe, um arquivo não tem sentido se não é possível acessar seus documentos e informações. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que todas as atividades, práticas, rotinas e procedimentos que envolvem a custódia, o tratamento (processamento técnico-arquivístico) e a preservação dos documentos arquivísticos têm como objetivo o acesso a eles. (Silva, 2017, p.46)

Norte do paradigma arquivístico atual, o acesso pode ser entendido de maneiras diferentes. Jardim (1999b, p.11) entende que o termo acesso diz respeito tanto a um direito quanto a um conjunto de procedimentos e condições materiais que o viabilizem permitindo o exercício pleno deste. Assim o acesso apresenta-se como um conceito de grande abrangência que engloba em sua definição legislação, políticas públicas e políticas arquivísticas entre outras medidas.

Ainda para Jardim (1999b, p.10) o direito à informação transforma o território administrativo em um espaço de comunicação e garante relações mais democráticas entre o estado e a sociedade civil. O acesso, portanto, é um vetor de transformação do Estado, o que o torna alvo de disputas políticas e conflitos de interesse. Ou seja, o acesso pode ser compreendido então como um conceito que simultaneamente diz respeito a um direito, processos, dispositivos, procedimentos, políticas públicas, condições materiais e disputas diversas. Isto é, como um conceito multifacetado que representa assim uma das categorias mais complexas e sofisticadas dos estudos sobre informação. Nessa mesma direção, acesso à informação "[...] se apresenta como campo de pesquisa na Arquivologia porque traz para o campo uma proposta de associação entre os arquivos e a cidadania" (Oliveira; Silva, 2019, p.23).

De certo que todo esse universo complexo de disputas em torno do segredo deságua em instituições e serviços do próprio Estado. Jardim (2011, p.198) aponta que, no "mundo ibero-americano", a condição precária dos arquivos públicos e o uso incipiente da informação governamental são um reflexo da correlação entre Estado e sociedade civil. Segundo o autor, os arquivos públicos ibero-americanos foram e ainda são, em muitos casos, considerados exclusivamente como "repositórios da chamada identidade nacional". Jardim entende ainda que os arquivos públicos ibero-americanos foram coadjuvantes na construção da memória nacional

no século XIX e mantiveram-se coadjuvantes em relação à sua função de apoio às instituições públicas e ao cidadão no decorrer do século XX. Para o pesquisador, "Isto implicou o desenvolvimento de instituições e serviços arquivísticos 'periferizados' na administração pública e, muitas vezes, incapazes de fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio Estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil." (Jardim, 2011, p.198).

Esses fenômenos, disputas e tradições administrativas afetam diretamente a formação e efetivação dos instrumentos legais que regulam o acesso à informação no Brasil. Para Bizello e Moraes (2022) os debates políticos que se refletem na mídia entre 1986 e 1991 apontam para uma forte discussão em torno do acesso aos arquivos da repressão, especialmente de um anteprojeto de lei de acesso à informação sendo esse debate cerceado pelos militares. Militares que, frise-se, ocupavam postos ministeriais e permaneceram atuantes no hoje extinto Sistema Nacional de Informações (SNI).

O primeiro grande marco relacionado à legislação de acesso à informação após o fim do regime militar no Brasil remete ao governo Collor, falo aqui da Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991). Apesar disso, o acesso aos arquivos e a gestão dos documentos públicos não integravam as pautas políticas principais do governo. O único ato relacionado ao acesso aos arquivos, além desse, foi a criação do decreto nº 99.347 de 1990 que apenas atualizava os agentes públicos autorizados a classificar informações com base em um decreto do período ditatorial. Jardim (1999a, p.157) entende tratar-se de uma lei que reitera o princípio constitucional de acesso à informação e oferece, pela primeira vez, uma "[...] perspectiva de regime jurídico arquivístico no qual fossem configurados atores e processos, envolvendo Estado e sociedade, relacionados às políticas e formas de gestão das informações arquivísticas governamentais [...]".

Segundo o autor, a lei teria favorecido avanços significativos como o início da ruptura com o modelo de arquivo histórico atrelado a uma perspectiva patrimonialista, a definição de autoridade arquivística dos arquivos públicos como gestores do ciclo vital dos documentos e a introdução da gestão de documentos como instrumento de racionalidade e transparência da administração pública (Jardim, 2013, "Introdução").

São comuns na literatura, críticas relacionadas a pontos específicos dessa lei, como instâncias de recursos, prazos de restrição de acesso, constitucionalidade e outros. Apesar de ser um grande marco para o desenvolvimento dos arquivos no país, a Lei nº 8.159 sofre com

certas debilidades. Solci (2020, p.83) entende que a Lei se caracteriza por ser genérica em relação à custódia legal da informação orgânica.

A promoção da transparência passa a figurar entre os compromissos do Estado brasileiro com maior ênfase a partir dos anos 2000, mais especificamente a transparência fiscal prevista na Lei nº 131/2009 e na Lei Complementar nº 101/2000 na forma de transparência ativa (Almada et.al, 2022, p.174). No entanto, no final de seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso assina o decreto nº 4.553 de 2002. O decreto trata da “salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal” (Brasil, Decreto nº 4.553, 2002). É o terceiro decreto do governo FHC para dispor sobre sigilo.

Os pontos mais importantes do decreto nº 4.553/02 dizem respeito à possibilidade do “sigilo eterno” para informações classificadas como ultrassecretas em seu artigo 7º, previsão amplamente criticada pela comunidade arquivística (Solci, 2020, p.84). Neste artigo estava previsto que “O prazo de duração da classificação ultra-secreto poderá ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado”, há uma carência de especificidade no texto. Quais seriam os documentos que poderiam representar tais riscos à segurança da sociedade ou do Estado? Como definir se representam ou não? Quais critérios usados no processo da classificação? Todas perguntas para as quais não se encontra resposta no decreto. De acordo com Rodrigues (2011, p.280), o governo FHC não só não “varreu”⁶³ o autoritarismo, como deu sequência à preferência pela salvaguarda e provocou um retrocesso com a criação do “sigilo eterno” pelo decreto nº 4.553, de 2002. Além disso, Rodrigues e Hott (2004, “A questão do acesso nas Constituições Brasileiras”) defendem que a alteração dos prazos de restrição de acesso define o decreto como inconstitucional. Esta tese foi defendida anteriormente por Célia Costa (2003, p.31) que de maneira complementar explicita uma origem segredista da medida que remonta à ditadura militar:

[...] O referido decreto, além de alterar a Lei nº 8.159, de 1991, o que o torna inconstitucional, revoga os dois decretos que, até então, regulamentavam a questão do acesso e do sigilo no país, a partir de princípios demo-cráticos e dentro de padrões vigentes na legislação internacional de arquivos. Na medida em que amplia drasticamente os prazos de restrição ao acesso, o novo decreto contraria esses padrões, nos quais predomina a tendência à diminuição de prazos relativos ao segredo de Estado, aproximando-se dos parâmetros legais que regiam o regime ditatorial no país, durante o período 1964-1984. Em outras palavras, o Decreto nº 4.553, de 2002, representa quase uma reedição do RSAS, do governo Ernesto Geisel. (Costa, 2003, p.31)

⁶³ Uma das frases que marcaram as campanhas de FHC foi a afirmação de que pretendia “Varrer o autoritarismo” do Estado brasileiro.,

Após a formulação do *habeas data*, no artigo 5º da Constituição Federal, alguns eventos marcantes impulsionaram a busca pela efetivação do direito de acesso. Um deles é a abertura, em 2001, de inquéritos em decorrência de demandas das famílias de desaparecidos durante a ditadura militar, o que culminaria na quebra do sigilo dos documentos da Guerrilha do Araguaia em 2003, durante o governo Lula, por decisão judicial, por exemplo. O governo federal reagiu recorrendo da sentença e publicando o decreto nº 4.850/2003 que instituiu uma comissão interministerial com o objetivo de encontrar os restos mortais dos participantes da guerrilha (Rodrigues, 2011, p.273).

Outro evento determinante foi a divulgação, no jornal Correio Braziliense, em 2004, de fotografias relacionadas ao assassinato de Vladimir Herzog. A publicação desencadeou uma série de outras investigações jornalísticas que davam conta de indícios sobre a existência de arquivos do período ditatorial, o que contrariava a versão defendida pelo governo (Rodrigues, 2011, p. 273).

Menos de 6 meses após o decreto é publicada pelo governo a Lei nº 11.111/2005. Essa lei foi uma resposta mais concreta do governo para as demandas sobre o acesso aos arquivos da ditadura, mas que seguia prezando pelo controle das informações pelo Estado (Rodrigues, 2011, p.275). A lei foi duramente criticada pela previsão de sigilo de até 60 anos a documentos ultrassecretos e pela manutenção da possibilidade de “sigilo eterno”. Sobre a Lei nº 11.11/2005, Kushnir (2006, p.44) expõe que foi um instrumento legal tido por especialistas como inconstitucional e defende que a “[...] manutenção do sigilo ficou, dessa forma, sob a tutela exclusiva dos representantes do poder”⁶⁴. Poucos meses depois, ainda em novembro de 2005, através do decreto nº 5.584, são recolhidos ao Arquivo Nacional os acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). Em uma contínua disputa, os grupos sociais envolvidos na luta política pela verdade, justiça, memória e reparação lograram certos avanços sendo ainda contrapostas pelas relevantes forças conservadoras e pelo segredismo predominante do Estado. No que diz respeito ao acesso à informação, esses movimentos escancaram não só que as transformações mais profundas ocorrem majoritariamente com base em extensa luta política e mobilização social, mas que mesmo em governos progressistas o segredismo permanece presente. Isto é, os interesses de determinados extratos das forças armadas e da classe dominante seguem influenciando profundamente o funcionamento da burocracia estatal.

⁶⁴ Tema retomado por Kushnir no texto: “Quando 2 + 2 nunca é igual a 4: pesquisa, arquivos e autenticidade, uma contribuição à luta por Direito e Reparação” de 2025.

Sobre a relevância dos movimentos de grupos organizados com fins de garantia de direitos humanos na busca pela efetivação do direito de acesso à informação, o arquivista Welder Silva destaca:

Algumas discussões foram promovidas ao longo desses anos sobre a necessidade de se permitir o acesso aos documentos arquivísticos produzidos, recebidos e custodiados pelos órgãos públicos e a respeito dos prazos de restrição estipulados. Muitas dessas discussões foram motivadas por grupos organizados da sociedade cujo escopo de atuação era o apoio aos direitos humanos, tendo a maioria deles como foco a luta dos familiares dos mortos, desaparecidos e torturados políticos durante o regime militar implantado no Brasil em 1964, os quais reivindicavam a abertura dos arquivos militares e a necessidade de se vencer a “cultura do sigilo” (Silva, 2017, p. 21).

Em sua tese de doutorado, Welder Silva (2017) observa, com base em extensa revisão de literatura, um conflito inerente entre os direitos e as necessidades de acesso à informação (saber/conhecer) e à privacidade (vida privada). Em cenários de transição após sistemáticas violações de direitos humanos, o acesso ganha ainda mais valor ao coletivo da sociedade e as informações pessoais tornam-se ainda mais sensíveis. O autor expõe diferentes experiências que envolvem aberturas individuais (Alemanha - Stasi⁶⁵), acesso garantido às comissões da verdade e tribunais especiais (Como se observa na América Latina). De todo modo fica evidente a necessidade de formulação de legislação específica para regular esse acesso. Essas condições instituem dilemas éticos e políticos aos arquivistas e instituições, os dotando da complexa tarefa de criarem procedimentos que sejam capazes de dar conta da conciliação entre direitos e necessidades conflitantes. Pode-se afirmar que no caso brasileiro “[...] o respeito à vida privada foi o principal argumento utilizado para restringir o acesso aos documentos da ditadura” (Joffily, 2012; Teles, 2009 apud Bizello; Moraes, 2022).

A Lei 11.111/2005 viria a ser revogada pela Lei nº 12.527 de 2011, comumente chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI). O governo Dilma Rousseff é um período chave no que diz respeito às tentativas de transformação no Estado, principalmente pela publicação da Lei 12.527 e pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Se o século XXI vinha sendo o período de maiores avanços em relação à transparência, o governo Dilma foi o momento em que as reivindicações de parcelas da sociedade civil e as necessárias atualizações do Estado em

⁶⁵ Stasi (*Ministerium für Staatssicherheit* - “Ministério para a Segurança do Estado”) era a polícia política da República Democrática Alemã (Socialista). O Stasi Records Act, foi a lei relativa aos documentos arquivísticos da Stasi aprovada pelo Parlamento alemão em 20 de dezembro de 1991 com fins de garantir o direito à verdade e à privacidade das vítimas.

relação a *accountability* se materializaram em alguma medida na forma de instrumentos legais e políticas de governo.

Sobre a questão da mediação do conflito conforme preconizado na LAI, Silva constata problemas evidentes:

Outra alternativa levantada é a possibilidade de redução do acesso direto à pesquisa, por meio da remoção, omissão, bloqueio ou supressão dos dados identificáveis; ou, ainda, agregar, limitar e reduzir os detalhes e as especificidades dos dados. Nos dois casos, manter-se-ia um formato com os dados brutos e um formato para divulgação (formato público). Porém, no primeiro caso, a remoção de informações pode representar perdas de informações e afetar a utilização de outros dados a elas relacionados. Já no segundo caso, questiona-se também a perda de informações e a redução dos graus de especificidade e, de análise do pesquisador. (Silva, 2017, p.91)

Marcus Silva (2019, p. 42) aponta que a LAI é o "[...] marco regulatório que propõe a migração da cultura de sigilo da administração pública brasileira para a cultura do acesso". Já Oliveira e Silva (2019, p.34) entendem ainda que a LAI e a CNV representaram um movimento em direção à justiça social, em busca da não repetição das violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar e que, portanto, romperam com o esquecimento e o silêncio que tem marcado a história do Brasil. Nesse sentido Tenaglia entende que:

Atualmente, quando nos referimos ao direito à informação, encontramos uma perspectiva mais ampla de um direito individual e coletivo de acesso à informação pública, que funciona como mecanismo de controle das instituições públicas, de caráter essencial para a efetivação do funcionamento de sociedades democráticas. (Tenaglia, 2019, p.54)

Apesar disso, a promulgação da lei representa também um desafio uma vez que o instrumento apresenta muitas inovações e defasagens. No que diz respeito às novidades Silva afirma que "É importante registrar que o acesso irrestrito aos arquivos correntes e intermediários é uma questão que a Lei de Acesso à Informação trouxe aos arquivistas brasileiros, que, até então, estavam acostumados a promover o acesso irrestrito e público aos arquivos permanentes." (Silva, 2017, p.92). Ainda são apontadas questões relacionadas à própria exigência de responsabilidade sobre a atuação no novo panorama:

Dando prosseguimento, convém observar que, se por um lado, no Brasil, a promulgação da Lei de Acesso à Informação representa uma conquista, por outro, é importante também observar que esse acesso deve ser responsável e de qualidade. Para tanto, todas as precauções devem ser tomadas. Os direitos dos cidadãos não se resumem apenas ao direito de acesso à informação. Como foi abordado aqui, no outro lado da balança da responsabilidade, têm-se os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem, além de outros. Como dito anteriormente, transparência não é sinônimo de negligência e imprudência. (Silva, 2017, p.506).

A mobilização social é o principal vetor para a criação da LAI. De acordo com Jardim (2012, p.2), a Lei de Acesso à Informação no Brasil é fruto de duas décadas de mobilização da sociedade civil. Essa visão é compartilhada por Malin, que entende a LAI como fruto de uma série de disputas e reivindicações da sociedade civil no Brasil (Malin apud Farranha; Gomes; Paulino, 2021, p. 122).

Outros vetores são também relevantes para o movimento, para Moura (2016, p.39), a LAI foi editada com a pretensão de formar uma cultura administrativa de transparência na administração pública. Oliveira e Silva (2019, p.24) entendem que havia um movimento mundial em favor do resgate da memória e dos direitos aos perseguidos, assim como uma busca por maior transparência do Estado. O Brasil adequou-se ao contexto para garantir seu posto de "*Locus* de investimento" e acompanhou a agenda com a criação da LAI.

Para Oliveira e Silva (2019, p.23) o contexto político e jurídico oferecia as condições necessárias para promover o acesso da sociedade brasileira às informações do período ditatorial. Para Tenaglia e Rodrigues (2020, p.278) os mais de 20 anos que separam o fim da Ditadura Militar e a criação da Comissão Nacional da Verdade deveriam ofertar, em teoria, bases jurídicas e um acervo documental que facilitasse o trabalho da comissão. As autoras referem-se aqui especialmente aos documentos dos extintos órgãos de repressão e informação recolhidos ao Arquivo Nacional especialmente a partir dos anos de 1990 como o SNI bem como a instrumentos legais como a Lei de Acesso à informação. Na mesma direção se dá a visão de Santos:

Com o fim do período de 21 anos de governos militares à frente da presidência do Brasil, um novo debate emergiu em nossa sociedade, em especial no campo da arquivística e da história: a definição da autoridade arquivística sobre a documentação sob a guarda dos órgãos de polícia política existentes em diversos estados da federação. (Santos, 2023, p.1336)

Segundo Fontanelli (2015, p.11) as diretrizes da LAI ainda não eram efetivamente implementadas por alguns órgãos do Poder Executivo Federal. Segundo a autora, a gestão das informações governamentais perpassa a gestão de documentos que vinha ficando em segundo plano apesar de ser requisito básico para o cumprimento do papel social da LAI.

Sobre a relação entre o tratamento técnico (gestão de documentos) e o acesso aos documentos da ditadura por parte das comissões da verdade instauradas no Brasil, Tenaglia e Rodrigues apontam:

Após análise dos relatórios finais, percebemos que a grande maioria das comissões da verdade relatou dificuldades de acesso aos arquivos resultantes da falta de conservação, operações técnicas de tratamento, incluindo a produção de instrumentos de pesquisa e reprodução dos documentos arquivísticos. Dos 20 relatórios finais analisados, 18 deles mencionam entraves resultantes do acesso físico e intelectual aos

documentos arquivísticos no curso de suas investigações. (Tenaglia; Rodrigues, 2020, p.291)

Em relação às restrições de acesso relacionadas às informações pessoais, pode-se afirmar que, apesar da manutenção do prazo exacerbado de 100 anos de restrição, a combinação das previsões da LAI e do decreto regulamentador nº 7.724/2012 possibilitaram o acesso aos documentos necessários para investigação de crimes contra os direitos humanos. Essa possibilidade viabiliza um desvio da principal ferramenta legal de manutenção de sigilo sobre os documentos da repressão e também amplia os horizontes de atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Juntamente à LAI foi publicada a Lei nº 12.528/2011 que instaurou a Comissão Nacional da Verdade. Entre muitas outras questões, a Lei possibilita, através de seu artigo 4º "[...] a inauguração de um fenômeno único entre as comissões da verdade internacionais, que foi a instalação de comissões da verdade nos estados e municípios, e nas universidades, e em representações profissionais e entidades" (Tenaglia, 2019, p.100). Por este motivo afirma-se que a CNV estimulou a criação de outras comissões locais a nível estadual, municipal ou mesmo institucional, como no caso de diversas universidades. Essas comissões serviam em muito para atuarem articuladas à CNV dando apoio aos Grupos de Trabalho Setoriais (Tenaglia, 2019).

A Comissão Nacional da Verdade se debruçou sobre 1.116 depoimentos, 21 laudos periciais, 75 audiências públicas e contou com 217 colaboradores ao longo de seus cerca de dois anos de duração (2012-2014) (Tenaglia, 2019). Além disso, houve extensas pesquisas documentais aos arquivos da ditadura que se encontravam recolhidos a instituições arquivísticas ou aqueles fornecidos por outras instituições especialmente via LAI. Como bem explica Tenaglia⁶⁶:

Arquivos são essenciais nos processos de justiça de transição, pois são importantes fontes de informação e de prova nas investigações sobre graves violações de direitos humanos. Eles são fundamentais para a defesa do direito individual de saber o que aconteceu com as vítimas de um determinado período repressivo, e para o direito coletivo de uma sociedade em conhecer a verdade sobre o seu passado. (Tenaglia, 2019, p. 136)

O recolhimento dos documentos da repressão iniciado nos anos 1990 foi fundamental para a atuação das comissões brasileiras, em especial da CNV. Para Kushnir (2006, p.43) o acesso aos documentos dos acervos de polícia política do regime militar (DOPS/GB e DEOPS, por exemplo) garante a liberdade de pesquisa acadêmica e possibilita a judicialização das

⁶⁶ Ainda que aqui não pratique a defesa da justiça de transição como processo suficiente para lidar com o passado repressivo, essa é a perspectiva defendida por Tenaglia bem como norteadora do Estado brasileiro neste período.

situações cujas informações estão contidas nesses documentos em virtude do caráter de prova dos documentos arquivísticos. Já para Quintana, o recolhimento dos arquivos do DOPS a partir dos anos 1990 foi “sem dúvida, a experiência mais importante da América Latina no âmbito da restituição dos arquivos da repressão” ” (Quintana, 2009, p. 92 apud Tenaglia, 2019, p.139). O debruçar sobre esses documentos se torna indispensável na medida que, como bem aponta Quintana, os arquivos da repressão como provocadores de um efeito bumerangue por serem fundamentais para as atividades dos regimes militares e posteriormente indispensáveis como prova na busca por justiça e revelação da verdade (Quintana, 1997 apud Tenaglia, 2019, p.39)

Mesmo diante dos avanços legais, a efetivação do direito de acesso não é garantida. Esse processo se reflete na atuação da CNV. Tenaglia afirma que a negação sobre a existência dos documentos bem como a defesa de que teriam sido destruídos são contestáveis e configuram uma tentativa de ocultamento sobre a documentação.

Apesar do processo de abertura dos arquivos da ditadura militar, por meio de legislação que permitiu o recolhimento dos acervos dos órgãos de repressão aos arquivos públicos, é possível constatar que, em muitos casos, esses documentos ainda não foram organizados e disponibilizados em condições adequadas para a pesquisa. Quanto ao acesso legal, apesar de a LAI determinar que arquivos que versam sobre graves violações de direitos humanos não podem ser objeto de restrição, parece que, em relação aos trabalhos das comissões da verdade analisadas, esse dispositivo tem sido ignorado. Adicionado a isso, o recorrente discurso oficial da inexistência dos arquivos, baseado na eliminação dos documentos, que nunca é provada. (Tenaglia; Rodrigues, 2020, p.296).

Tenaglia analisa em sua tese de doutorado 20 comissões da verdade e constata que todos os relatórios levantados relatam dificuldades de acesso que, segundo a autora, estão vinculadas à realidade de negação sobre a existência dos arquivos da ditadura e a falta de gestão e tratamento documental. Entre as comissões da verdade analisadas por Tenaglia, 17 reportaram problemas legais de acesso a documentos arquivísticos do período ditatorial (Tenaglia, 2019, p.154). A questão financeira/orçamentária das comissões também foi uma limitação para as possibilidades de acesso.

As dificuldades de acesso aos arquivos foram consequência da resistência e falta de colaboração do Ministério da Defesa, Forças Armadas e instituições públicas e privadas. Além disso, as comissões da verdade esbarraram nas dificuldades decorrentes da desorganização dos:

[...] documentos arquivísticos. Apesar de contar com mais de 20 milhões de páginas produzidas/acumuladas pelos órgãos repressivos recolhidos ao Arquivo Nacional, além de outros acervos transferidos aos arquivos públicos estaduais, as comissões da verdade locais relataram entraves relacionados à falta de preservação, conservação, organização, classificação e digitalização dos documentos arquivísticos, decorrentes da falta de políticas e gestão dos arquivos governamentais. (Tenaglia, 2019, p.150).

Tenaglia e Rodrigues (2020 p.286) tratam de um dos aspectos centrais do que classificam como ocultamento de documentos relacionados ao regime militar: a alegação de destruição. Segundo as autoras se trata de uma justificativa recorrente para as negativas de acesso às partidas das Forças Armadas, um empecilho que marcou a trajetória de 17 das 20 comissões da verdade analisadas pelas autoras. É apontado ainda que pairam muitas dúvidas sobre a veracidade dessas alegações uma vez que não acompanham as justificativas dos termos de destruição ou inventários atualizados.

A dúvida acerca da veracidade sobre a destruição desses arquivos é a ausência dos “termos de destruição”, previstos nos Decretos n. 60.417, de 11 de março de 1967, e n. 79.099, de 6 de janeiro de 1977, que regulamentaram a salvaguarda de assuntos sigilosos durante a ditadura militar. Os “termos de destruição” deveriam ser acompanhados de um inventário atualizado, necessários quando houvesse a eliminação dos chamados “documentos sigilosos controlados”, além dos “termos de transferência”, caso esses documentos tivessem a custódia transferida. Quando a Comissão Municipal de Guarulhos afirma que não há evidências dessa destruição, ela está se referindo a essa questão. (Tenaglia; Rodrigues, 2020, p.286). Nessa direção, a não efetivação do direito de acesso à informação escancara uma fragilidade legal dos instrumentos destinados a garantir esse direito. O aspecto legal do acesso à informação é tido por Tenaglia como aquele relacionado às principais dificuldades de acesso:

Após a análise dos relatórios finais, constatamos que a maior parte das dificuldades relacionadas ao “acesso legal” dos documentos veio das Forças Armadas, especialmente do Exército. Tais dificuldades, decorrentes da negação da existência dos arquivos da ditadura militar e o seu ocultamento, por meio da restrição de acesso ou alegação de destruição, como um *modus operandi* de resposta oficial às solicitações, ocasionam uma “falta” ou “ausência” desses arquivos. (Tenaglia, 2019, p.160)

O Brasil atravessou entre 2019-2022 um momento de ruptura no que diz respeito à postura do Governo Federal em relação à transparência pública e ao acesso à informação promovida pelo governo Bolsonaro. O governo foi marcado por episódios de intenso uso do segredo e pela relevante promoção da opacidade representando assim um período de retrocesso em relação ao acesso à informação e à transparência pública. Talvez o mais impactante dos atos de governo tenha sido a omissão de dados relacionados à pandemia de Covid-19 provocada pelo Coronavírus/SARS-CoV-2.

Em relação à legislação destacou-se o uso recorrente e, em muitos casos indevido, do chamado “sigilo de 100 anos” (Com base no artigo 31 da LAI que prevê esta possibilidade para informações que digam respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem dos

indivíduos) e o decreto nº 9.690 de 2019. Este decreto, assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão em janeiro de 2019, tem como principal marco a alteração no artigo 30 do decreto nº 7.724 de 2012 permitindo a delegação de competência para classificação de documentos como secretos e ultrassecretos. Dessa forma, o governo Bolsonaro permitiria que servidores de cargos comissionados, dirigentes de autarquias e de empresas públicas, assessores do governo entre outros servidores pudessem classificar documentos pelo prazo máximo de 50 anos. Após forte mobilização popular e pressão midiática, que podem ser observadas por exemplo em matérias jornalísticas de Leitão (2019), Matheus Gregory Michener (2019) e Carlos Brescianini (2019)⁶⁷ essas medidas seriam revogadas no mês seguinte através do decreto nº 9.716.

O decreto nº 7.724 voltaria a sofrer alterações em 2023 durante o terceiro governo Lula pelo decreto nº 11.527. O decreto acompanha uma série de medidas do governo, realizadas em seu início, que se configuram como respostas e promessas de campanha voltadas a demarcar o novo governo como antagônico ao anterior em diferentes frentes, incluindo a da transparência pública e do uso do sigilo. Se destaca nessa seara o envio para a Controladoria Geral da União, já no primeiro dia de governo, de um pedido de reavaliação de todos os usos indevidos do sigilo por parte do antigo governo com base em levantamento do gabinete de transição. Junto à revisão CGU, enviou uma série de recomendações ao governo e adotou um conjunto de medidas com o objetivo de fortalecer e aprimorar a implementação e o cumprimento da LAI (CGU, 2023). Entre estes destaco:

1. A recomendação de que os órgãos revejam seus fluxos de classificação e, principalmente, de desclassificação de informações públicas, de modo a permitir que, uma vez expirado o prazo de classificação, a informação ou documento seja prontamente publicado
2. A recomendação de que, durante a instrução de recursos de acesso à informação, sempre enviem, quando requisitados, às informações objeto de disputa à CGU, para análise.
3. A adoção de avaliação qualitativa de respostas a pedidos de acesso à informação, com uso de inteligência artificial, para reduzir recursos a instâncias superiores;
4. Emissão de orientações para harmonização da garantia do acesso à informação com outras legislações e direitos (ex. LGPD);

Além de fornecer bases para o andamento das duas primeiras recomendações, o decreto nº 11.527/2023 atualiza os caminhos possíveis para pedidos de acesso à informação e estipula um prazo de 30 dias após notificação da CGU para a divulgação de documentos com prazo de

⁶⁷ Publicações realizadas respectivamente em fevereiro, janeiro e fevereiro de 2019 nos portais G1, Folha de São Paulo e Senado notícias.

restrição expirado (Artigo 28), uma medida que aumenta a restrição e cerceia descumprimentos das previsões legais. O texto também reformula trechos que abordavam o sigilo às informações pessoais e reforça a obrigatoriedade, quando viável, da disponibilização parcial dos documentos, ocultando as informações pessoais nos casos em que haja classificações por este motivo sem fornecer, no entanto, critérios objetivos para avaliação sobre essa viabilidade.

No entanto, o governo Lula (2023-atualidade) protagonizou episódios de uso contestável do sigilo a informações pessoais. Após solicitação do veículo de notícias UOL via LAI, em julho de 2024, houve uma negativa de acesso à informação em última instância pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) corroborando uma decisão da CGU de classificar estas informações por um prazo de 100 anos. O documento em questão é a Declaração de Conflitos de Interesse de Alexandre da Silveira, Ministro de Minas e Energia, entregue pelo mesmo ao assumir o cargo.

Segundo Solci (2020, p. 88) a Controladoria Geral da União ser a última instância de recursos para pedidos de acesso à informação põe em risco a efetividade da lei uma vez que trata-se de um órgão do próprio governo federal. Vale ressaltar que a CMRI é composta por titulares de 10 ministérios, configuração que, assim como no caso da CGU, reforça a centralização das decisões sobre sigilo no alto escalão do Executivo Federal.

A criação de leis e decretos em torno do acesso à informação estabelecem limites de restrição e acesso na forma de um instrumento de difícil revogação. No entanto, grupos políticos insatisfeitos com a legislação podem valer-se de postos de poder para burlar, alterar ou sobrepor novos instrumentos. No caso brasileiro, as medidas do governo Bolsonaro escancaram não só a não efetivação do direito de acesso à informação como também a fragilidade do arcabouço legal que almeja o garantir e regular.

A mesma legislação que define sobre o acesso, aponta os limites deste mesmo acesso, respondendo aos interesses de determinadas pessoas e grupos na sociedade. Uma vez que a restrição é definida por meio de lei, torna-se mais difícil sua alteração, flexibilização ou mesmo, a sua discussão. (Bizello; Moraes, 2022)

A permanência da opacidade representa uma severa limitação aos usos de acervos arquivísticos. Potencialidades de uso dos documentos são restringidas com base no segredismo. Ao visitar a discussão acerca da conceituação dos documentos ligados às disputas políticas que remontam à ditadura, proposta por Fernanda Costa (2023, p.1330), nota-se a categorização de três conjuntos de documentos relacionados ao período: repressão, resistência e reparação. A novidade conceitual trazida pela autora reside no último grupo, segundo Costa esse seria "[...] associada à documentação produzida por órgãos/entidades do Estado que têm como

competência a prestação de contas à sociedade em relação aos atos arbitrários do período ditatorial." (Costa, 2023, p.1327). Com base no conceito de “ativação” trabalhado por Ketelaar e Caswell a autora aponta para esses documentos como dotados de uma gama de possibilidades que serão escancaradas a depender das formas de ativação, essas ativações por sua vez estariam intrinsecamente conectadas com o contexto político e a legislação vigente. Ou seja, o prevalecimento do segredismo e do autoritarismo restringem as possibilidades de ativação dos documentos tanto da repressão e da resistência quanto da reparação limitando, especialmente, os horizontes desta última.

Bolsonaro perdeu as eleições de 2022 e, frente à derrota, buscou materializar um golpe de Estado. Carente de apoios do governo Biden (EUA) e dos Militares (fracionados), a trama golpista⁶⁸ fracassou, dando início ao terceiro governo Lula (2023-atualmente). A tentativa de tomada do poder à força contava com amplo apoio nas bases da extrema direita, mesmo por isso observou-se em 8 de janeiro de 2023 a invasão das instalações do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal em Brasília por cerca de 4 mil bolsonaristas em movimento similar ao dos apoiadores de Donald Trump nos EUA em 6 de janeiro de 2021⁶⁹.

A pressão por investigações contra Bolsonaro e seus aliados já era pauta constante no panorama político, mas a intentona golpista do 8 de janeiro desencadeou uma série de investigações e a judicialização dos casos envolvendo toda rede que ativamente mobilizou a trama golpista, desde os responsáveis pelas tentativas de impedir eleitores de chegarem ao seu local de votação por parte da Polícia Rodoviária Federal, passando pelos próprios invasores do 8 de janeiro e chegando até os aliados do ex-presidente, suas operações clandestinas entre as quais destaco a chamada “ABIN paralela”. Não somente pelo passado como militar, pelo conteúdo fascista, pela ideologia subserviente ao imperialismo e neoliberal ou pela intentona golpista, os atos de Bolsonaro remontavam à ditadura. Neste momento, com base principalmente em publicações jornalísticas, consolido algumas informações sobre aquilo que a Polícia Federal classificou como “uma organização criminosa voltada ao monitoramento ilegal de autoridades públicas e à produção de notícias falsas, utilizando-se de sistemas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)”⁷⁰.

⁶⁸ Termo amplamente difundido entre os veículos de mídia a atores políticos do período. A categorização como tentativa de golpe esteve presente até mesmo em falas de ministros do Supremo Tribunal Federal.

⁶⁹ Apoiadores de Donald Trump invadiram o Capitólio em Washington visando impedir a certificação da vitória de Joe Biden nas eleições motivados por alegações infundadas de fraude eleitoral. Houveram mortos e feridos além da interrupção temporária do Congresso. O processo culminou impeachment de Trump por incitação à insurreição após investigações que apontaram sua responsabilidade direta na tentativa de golpe contra a democracia dos EUA.

⁷⁰ Como comunicado pela PF via canais oficiais em 17/06/2025

O ex-presidente contava ainda com o uso clandestino dos recursos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para fins de monitoramento de adversários e blindagem de aliados através da interferência em investigações em curso. O caso de espionagem ilegal contou com 30 indiciados, inclusos Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro (seu filho) e o ex-diretor da ABIN, Alexandre Ramagen, assim como Luís Fernando Correa, atual diretor da Agência. Eram utilizados *softwares* de espionagem, como o *First Mile* (capaz de monitorar a localização de celulares sem autorização judicial)⁷¹. Mais de 60 mil consultas ilegais foram registradas entre 2019 e 2021⁷². Os principais alvos eram os ministros do STF Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, bem como o presidente da Câmara, Arthur Lira. Alexandre de Moraes foi também quem decidiu por quebrar o sigilo sobre o relatório da PF tornando públicas essas informações⁷³.

A ABIN Paralela serviu ao governo ainda como base de sustentação para estruturação de argumentos e criação de evidências, algumas documentais, em favor de seus posicionamentos públicos que pavimentavam o caminho para o golpe. Parte dessa pavimentação se dava através da descridibilização do sistema eleitoral. Em transmissão ao vivo no dia 4 de agosto de 2021, o ex-presidente atacava novamente o sistema eleitoral com base em um documento que expunha como sendo um indício definitivo de fraude nas urnas eletrônicas e defendendo o voto impresso. Segundo a PF este documento teria sido produzido pela estrutura da chamada ABIN paralela a pedido de Bolsonaro para que fosse apurado pela espionagem clandestina um incidente cibernético ocorrido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁷⁴. Essa e outras provas documentais produzidas no seio da clandestinidade serviram ao inquérito da PF que levou ao julgamento de Jair Bolsonaro pelo STF e sua condenação a 27 anos de prisão por organização criminosa e tentativa de golpe de Estado⁷⁵. Pela primeira vez uma ameaça ao proposto Estado Democrático de Direito foi severamente punida e golpistas militares presos e condenados.

O processo de judicialização do caso, no entanto, contou com uma forte tensão política. Internamente, os apoiadores de Bolsonaro alegavam perseguição política e realizaram frequentes atos em favor do ex-presidente. Na política externa se deu um agravamento das tensões quando Donald Trump retornou à presidência dos EUA em 2024 e intensificou as pressões e conflitos econômicos, políticos e militares em todo mundo. Em especial no caso

⁷¹ Conforme noticiado por Paloma Rodrigues e Márcio Falcão no G1 em 18/06/2025

⁷² Conforme noticiado por Márcio Falcão no G1 em 18/06/2025

⁷³ Conforme Noticiado por Maria Clara Matos pela CNN em 18/06/2025

⁷⁴ Conforme noticiado por Gabriel Andrade na Carta Capital em 18/06/2025

⁷⁵ Conforme noticiado por Vinícius Nunes na Carta Capital em 11/09/2025

brasileiro, Trump manteve por muito tempo uma postura chantagista utilizando o aumento das tarifas para produtos importados pelos EUA com o objetivo de enfraquecer os países cuja economia é centrada na exportação. No caso brasileiro, Trump condicionou a continuidade do chamado “Tarifaço”⁷⁶ ao resultado do julgamento de Bolsonaro.

A estratégia de Washington, no entanto, fracassou parcialmente. Com o fortalecimento de novos blocos econômicos, como os BRICS, e o crescimento econômico da China, o efeito imediato da medida foi apenas uma significativa alta nos preços de diversos insumos básicos para a população dos EUA. Outra questão importante nesse contexto foi a inserção dos minerais chamados de “terras raras” nas negociações para redução das tarifas por iniciativa do governo federal, em especial do ministro da economia Fernando Haddad. Segundo o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) “Edinho” Silva, o fortalecimento dos EUA nesse mercado minerador é um dos principais fatores motivadores do que classificou como “a maior violência diplomática” recente⁷⁷. A extração destes minerais é de grande interesse dos EUA uma vez que o mercado de “terras raras” é majoritariamente controlado por empresas chinesas. Toda disputa foi marcada pelo governo Brasileiro reafirmando seu direito a soberania nacional, o que levou a muitos apoios entre a população e a nível internacional e, principalmente, postergou o acordo para exploração mineral uma vez que o governo insiste que o investimento dos EUA em mineração seja acompanhado de forte industrialização e da produção local de componentes com base nesses minérios. No entanto, em paralelo, o governo dos EUA chegou a um acordo para o investimento de cerca de 500 milhões de dólares na mineradora de terras raras vinculada a um fundo de capital inglês “Serra Verde” que atua principalmente em Goiás⁷⁸.

Dada a estreita relação de Bolsonaro com o imperialismo e com as forças de direita, criou-se a expectativa de que durante o chamado governo Lula III, o panorama em relação à gestão dos arquivos e promoção do acesso fosse profundamente alterado. No entanto, foi observado até o presente momento uma coleção de casos envolvendo mudanças legislativas, uso do sigilo e, especialmente o Arquivo Nacional (AN). Em meio a gestão econômica pautada pela austeridade fiscal do governo Lula III, o AN passou a estar vinculado ao Ministério de

⁷⁶ Uma política comercial extremamente agressiva que se vale da força do mercado consumidor estadunidense para impor taxas a importações de diversos países. A justificativa econômica mais plausível seria a tentativa de estímulo à produção interna, no entanto a motivação política por trás das taxações se tornou evidente na medida em que o aumento das taxas correspondia as tensões e embates de políticas externa dos EUA. O exemplo mais notável provavelmente é o aumento de 60% de taxas à importações oriundas da China.

⁷⁷ Como noticiado na BBC News Brasil por Camilla Veras Mota, Rute Pina e Paula Adamo Idoeta em 05/08/2025.

⁷⁸ Como noticiado por Isabella Luciano em 05/02/2026 ao portal Poder 360.

Gestão e Inovação (MGI). A nova posição no organograma foi acompanhada de uma profunda transformação financeira: o AN deixou de possuir orçamento próprio⁷⁹.

A falta de transparência nas projeções e repasses orçamentários ocupa espaço em uma ampla lista de eventos de grande repercussão envolvendo a gestão do AN como os escândalos relacionados aos problemas de acondicionamento e impedimentos de acesso por falta de adoção de medidas de conservação preventiva e preservação. Em abril de 2024 veio a público a denúncia de que o Bloco F da sede no Rio de Janeiro do AN estava tomado por goteiras e infiltrações e não contava com qualquer previsão de reparo ou reforma. Este mesmo bloco havia sido apontado como potencial fonte de problemas em laudo pericial de 2004, como noticiado na Giro da Arquivo 09/09/2025. Em 2023 uma empresa de engenharia especializada foi contratada para realizar um estudo visando a realização de obras que nunca foram realizadas. No mesmo ano, após fortes chuvas desencadearam um agravamento do problema levando a danos e a proliferação de fungos em 30 caixas de documentos. A direção então esvaziou a área constantemente afetada e solicitou, no ano seguinte, uma suplementação orçamentária ao Ministério do Planejamento e Orçamento para realizar os reparos⁸⁰. Em protocolos posteriores a direção do AN demonstrou interesse em realocar os acervos do último andar do Bloco F em outros edifícios de controle do poder público no Rio de Janeiro, ambos com histórico recente de denúncias e laudos que apontavam problemas estruturais envolvendo vazamentos e riscos de desabamento⁸¹.

Os problemas envolvendo a questão orçamentária, danos ao acervo e inacessibilidade a documentos por falta de medidas de reparos estruturais, de conservação e preservação seguem recorrentes. Em setembro 2024, a Associação Nacional de História (ANPUH – RJ, PR, SP e nacional), Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), PROPRIETAS, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo (ARQ-SP), Associação dos Arquivistas do Estado da Paraíba (AAPB) publicaram em conjunto um nota tratando da preocupação quanto ao projeto de Lei que definia o orçamento para 2025 e a questões relativas à transparência institucional. O cenário tem apresentado riscos não só à documentação, mas à saúde dos servidores. Vale ressaltar que em meio a esse quadro se dá a

⁷⁹ Conforme noticiado na *News Letter* “Giro da Arquivo” coordenada pelo Professor Doutor Chico Cougo da Universidade Federal de Santa Maria em 09/09/2025.

⁸⁰ Conforme noticiado na *News Letter* “Giro da Arquivo” em 30/04/2024.

⁸¹ Conforme noticiado na *News Letter* “Giro da Arquivo” em 11/06/2024.

aprovação, com a presença da ex-diretora Ana Flávia Pinto e da Ministra responsável pelo MGI, Esther Dweck, da Lei nº 5009/2019 que garante medidas especiais de proteção aos trabalhos realizados em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Em 2025 a ANPUH e a AAERJ publicaram em conjunto uma nota em tom de denúncia e consternação quanto à integridade física dos servidores e ao acondicionamento dos documentos do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (Cerca de 10 mil livros) produzidos entre 1594 e 1972 bem como em relação à obsolescência de sistemas e equipamentos, a falta de diálogo institucional entre o AN e o MGI.

A nota menciona ainda outras questões fundamentais: as denúncias de perseguição e assédio moral contra a direção da instituição então chefiada por Ana Flávia Magalhães Pinto e o abandono de alguns dos principais programas da instituição, como o Memórias Reveladas. Segundo denúncias realizadas através de boletim da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN) a ex-diretora-geral Gecilda Esteves teria agido de forma agressiva e refratária taxando reclamações de servidores como “palhaçadinha” e o trabalho cotidiano como “vagabundagem”. Em nota posterior o incidente foi classificado pela direção do AN como “episódio de tensão” e a ex-diretora reafirmou seu compromisso com o bem estar no ambiente de trabalho⁸². Posteriormente, em outro episódio denunciado como falta de transparência, A ASSAN demonstrou desconhecimento e contestou muitas falas de Ana Flávia Pinto em entrevista concedida à “Giro da arquivo” em setembro de 2024⁸³. Além desses fatores a alta rotatividade na ocupação de cargos estratégicos da instituição e a insistência na temática dos “Arquivos Comunitários” sob a bandeira do opaco acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁸⁴ contribuíram para instabilidade da gestão findada por Ana Flávia Pinto em dezembro de 2024 após cerca de 2 anos⁸⁵.

No dia 24 de janeiro de 2025 toma posse Monica Lima e Souza, anteriormente coordenadora-geral de Articulação de Projetos e Internacionalização do órgão, sob a prerrogativa de exercitar a transparência, o diálogo e o reconhecimento com fins de

⁸² Conforme noticiado em primeira mão por Mônica Bergamo na Folha de S. Paulo em 14/08/2023 e repercutido na *News Letter* “Giro da Arquivo” em 15/08/2023.

⁸³ Conforme publicado na “Giro da arquivo” em 08/10/2024.

⁸⁴ Apesar de ter solicitado suplementação orçamentária ao parceiro, a relação AN-PNUD é nebulosa e, até o fim de 2025, quase dois anos após a assinatura do acordo de cooperação, o desconhecimento paira sobre os resultados do projeto (Giro da arquivo em 04/11/2025).

⁸⁵ Conforme publicado na “Giro da arquivo” em 07/01/2025.

fortalecimento institucional. No entanto, o que se observou foi um viés de continuidade, isto é, a manutenção de um panorama similar em relação aos pontos mais críticos da última gestão⁸⁶.

Outros episódios marcantes apontados são: a falta de posicionamento do AN após os incidentes de segurança envolvendo o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)⁸⁷, o gesto do MGI de ignorar a decisão do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) ao realizar uma alteração na comissão organizadora da 2ª CNArq⁸⁸ bem como os atritos da gestão de Ana Flávia Pinto com o CONARQ e a defasagem imposta ao conselho⁸⁹. Destaca-se ainda que o sumiço orçamentário e a instabilidade interna acompanham ainda mudanças na legislação que retiram poder de ação e relevância da instituição como a Portaria nº 2.178/2024 do MGI que instaurou o SubSiga (Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos) do ColaboraGov como mecanismo intermediário entre o Arquivo Nacional e os órgãos setoriais no que diz respeito à gestão de documentos, medida que, para os servidores do AN⁹⁰, enfraquece a posição do Arquivo como órgão central do Sistema Integrado de gestão de Arquivos (Siga) além de enfraquecer a própria coordenação do Siga). Houve ainda a criação do Serviço de Gestão de documentos dos Correios e o crescimento do investimento de 800 milhões do Estado brasileiro na terceirização da guarda dos documentos do Poder executivo federal entre 2019-2024⁹¹.

Para além da inacessibilidade por conta da precariedade das instalações que deságua (com o perdão da ironia) em danos à documentação e riscos à saúde dos servidores, há também uma verdadeira crise instaurada sob o recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional. Função arquivística básica, o recolhimento não se materializa como política ou mesmo prática consolidada no AN. Em 2024 a sede do AN no Rio de Janeiro não recolheu documentos e, conforme apuração da “Giro da Arquivo” via Lei de Acesso à Informação junto ao MGI não foram recolhidos documentos oriundos do Poder Executivo Federal para a sede do Rio de Janeiro, sendo apenas 662 caixas do Ministério da Saúde enviadas à sede de Brasília (estimam-se 92,68 metros lineares). Em levantamento similar realizado no ano anterior constatou-se o não recolhimento na sede do Rio de Janeiro e o recolhimento de 209,75 metros lineares ao arquivo do DF. Um diagnóstico simples aponta um forte declínio. A chamada “Crise do recolhimento do Arquivo Nacional” denota o descumprimento de premissas básicas das boas

⁸⁶ Conforme publicado na “Giro da Arquivo” em 03/06/2025.

⁸⁷ Conforme publicado pela *News Letter* “Giro da arquivo” em 06/08/2024.

⁸⁸ Conforme publicado pela *News Letter* “Giro da arquivo” em 21/10/2025.

⁸⁹ “um de seus piores momentos” defendia a “Giro da arquivo” após um ano de gestão de Ana Flávia Pinto.

⁹⁰ Conforme publicado pela *News Letter* “Giro da arquivo” em 23/04/2024.

⁹¹ Conforme publicado pela *News Letter* “Giro da arquivo” em 04/04/2024.

práticas arquivísticas e principalmente a falta de gestão adequada e controle dos documentos produzidos no Poder Executivo Federal. Em última instância, o não recolhimento pode significar o impedimento de acesso ou um acesso dificultado aos documentos denotando assim uma forte guinada em direção oposta ao previsto na Lei de Acesso à informação.

Nesta seara, menciono o caso do recolhimento para o AN dos documentos remanescentes dos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Escola Nacional de Informações (ESNI) e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) em posse da ABIN ocorrido em janeiro de 2026. Segundo as informações oficiais divulgadas pelo AN tratam-se de 388 caixas-arquivo produzidas entre 1960 e 2000. Este processo de recolhimento tardio ocorrido em meio ao contexto brevemente delineado acima possibilita alguns questionamentos quanto ao caráter do recolhimento: O AN foi capaz de fazer valer as previsões legais e sua função enquanto principal instituição arquivística do país e recolheu de maneira excepcional e pontual estes documentos? Em meio ao contexto da crise de recolhimento os documentos teriam sido recolhidos ou cedidos pela ABIN após anos de custódia e tratamento em parâmetros próprios? Estas questões não serão respondidas neste trabalho, mas certamente merecem atenção da comunidade arquivística para análise da gestão do AN.

Outro ponto de inflexão que é muito caro a esta análise é o veto de Lula aos ministérios de promoverem atos e eventos sobre os 60 anos do golpe militar no Brasil (2024). O presidente defende então a tese de que não se deveria “remoer” o passado⁹². À Carta Capital Roberto Amaral⁹³ atribuiu ao presidente e seu gabinete o que chamou de erro tático, estratégico e pedagógico. Institucionalmente, os efeitos dessa decisão do governo cascadearam-se em soma as medidas iniciadas pelos gestores do governo Bolsonaro. No Arquivo Nacional esse processo atingiu seu ápice no caso envolvendo o desmonte do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas. O Memórias Reveladas foi criado em 2009 com objetivo de reunir, preservar e disponibilizar para acesso os documentos referentes ao período 1964-1985 em custódia do Arquivo Nacional. O programa conta com um banco de dados que funciona de forma apartada do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) além de um vasto acervo descrito sob normas arquivísticas e ocerizado⁹⁴ bem como com um prêmio para

⁹² Como noticiado no portal de notícias G1 em 31/03/2024.

⁹³ Cientista Político, ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-presidente do PSB em publicação realizada no dia 22.03.2024.

⁹⁴ Processo de identificação de caracteres em documento digitalizados que permite a busca por palavras-chave em um ou mais documentos por vez.

pesquisas realizadas no banco, além da promoção de publicações em meio digital (Que se encontram com acesso restrito na página do AN).

Em publicação sobre o tema *O Giro da Arquivo*⁹⁵ expôs que após a guinada conservadora iniciada no panorama político a partir do Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e intensificada pela eleição de Bolsonaro em 2018 o *Memórias Reveladas* tem sofrido um gradativo desmonte financeiro e do quadro de servidores dedicados. A partir de 2019 notou-se uma constante queda de aportes financeiros ao programa, em 2022, durante a reforma institucional promovida pelo ex-diretor-geral bolsonarista Ricardo Borba D'Água, e mantida durante o governo Lula III, o *Memórias Reveladas* foi deslocado do seio da Direção-Geral do Arquivo Nacional. Ainda neste mesmo ano O conselho Consultivo e a Comissão de Altos Estudos foram desmantelados e, principalmente, o quadro do Programa foi reduzido de 12 para 3 servidores.

O caso, que já apresentava grande relevo entre arquivistas e historiadores, ganhou maior projeção quando Inês Stampa, chefe do programa decidiu pela aposentadoria alegando adoecimento em virtude do desmonte em movimento publicado pelo jornal *The Intercept Brasil*⁹⁶. Na altura, com a saída de Stampa e dos outros dois servidores remanescentes por licença médica, o programa encontrava-se sem nenhum profissional dedicado. Segundo a apuração, os funcionários do arquivo nacional relatam ainda que além do esvaziamento do quadro de funcionários e da perda de relevância institucional e orçamentária, o programa corria ainda o risco do avanço da privatização. O projeto encontrava-se estagnado desde 2023 e após os meses de denúncia e pressão foram retomadas as atividades em maio de 2024 através de portarias do MGI como a que instituiu o prêmio supracitado. Para o *Giro da Arquivo*⁹⁷ trata-se de um movimento de “quase refundação” que ofereceu em seu marco zero o pseudoeufemismo “regime político” para tratar da Ditadura Militar e nenhuma menção ao banco de dados do projeto. A publicação do *Giro da Arquivo* ressalta ainda um ponto fundamental: a retomada da Comissão de Altos Estudos. Apesar do movimento positivo, a composição da comissão se destaca por não contar com nenhum pesquisador da arquivologia bem como por estar composta por 70% de historiadores (21 dos 30 integrantes). Apesar de todas as alterações de imagem, como a de logotipo, e da promoção institucional da retomada digna dos grandes “*rebrandings*”

⁹⁵ Publicação intitulada “O Golpe de 64, 60 anos depois: abandono do *Memórias Reveladas* mostra que luta por memória, verdade e justiça ainda precisa avançar no Brasil” de 02/04/2024.

⁹⁶ Matéria publicada por Carlos Tautz em 27/05/2024.

⁹⁷ Publicação intitulada “Após meses de pressão, Governo Federal reativa *Memórias Reveladas*, mas destino de banco de dados é incerto” do dia 21/05/2024.

do setor privado o Memórias reveladas segue encaminhado para sua completa descaracterização e, conseqüentemente, para seu fim em virtude de um desmonte que perpassa ao menos três governos.

Enquanto no maravilhoso mundo do Diário Oficial da União e da propaganda oficial tudo parece avançar às mil maravilhas, servidores do Arquivo Nacional ouvidos pelo Giro afirmam que, por ora, nada de objetivo aconteceu com o Memórias Reveladas. O Centro permanece acéfalo, os dois únicos servidores designados para a divisão encontram-se em licença médica e a sala onde funciona o Memórias Reveladas está fechada desde março. O conhecido logotipo do centro foi alterado, mas o sítio do MR não é atualizado desde outubro de 2022. (Giro da Arquivo, 2024)

Em outros dois movimentos emblemáticos o governo Lula seguiu com os investimentos na consolidação da categoria de “Arquivos comunitários”, através do decreto nº 12.599 que alterou a lei de arquivos, sem que houvesse qualquer diferenciação explícita em relação à categoria de “arquivos privados”. Ainda no mesmo decreto estipulou-se a expansão e reformulação do CONARQ. Mesmo com o aumento no número de cadeiras alguns pontos, ressaltados também pela Giro da Arquivo, chamam atenção como a retirada das cadeiras exclusivas das entidades mantenedoras de cursos de Arquivologia⁹⁸, a reserva de três cadeiras para representantes de associações de profissionais que atuem em arquivos que não sejam necessariamente arquivistas e outros três assentos a serem ocupados com base na vaga definição de critérios desconhecidos de “personalidades de notório saber sobre arquivos, gestão de documentos e acesso à informação e à memória”⁹⁹.

Em outro momento o Ministério das Relações Exteriores (MRE) publicou a portaria nº 631/2025 para tratar dos procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de documentos e informações no âmbito da pasta. Apesar de ter tido poucos holofotes entre a comunidade arquivística, a portaria representa para a comunidade internacionalista e dos historiadores um retrocesso por ampliar as possibilidades de justificativas para negativas de acesso à informação ao estabelecer justificativas não previstas na LAI. Processo que amplia a cultura do segredo no Itamaraty¹⁰⁰. O Itamaraty esteve ainda no centro de outra polêmica envolvendo o uso do sigilo em telegramas sobre os negócios dos irmãos Batista (Josely e Wesley) donos das multinacionais brasileiras J&F Investimentos e JBS S.A. nos EUA¹⁰¹. Classificados como reservados pelo

⁹⁸ O Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ) em nota expressou sua oposição afirmando que a medida “aprofunda a dissolução da representatividade das instituições mantenedoras de cursos de Arquivologia junto ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)”.

⁹⁹ Conforme publicado pelo Giro da Arquivo em 02/09/2025.

¹⁰⁰ Como noticiado pelo Giro da Arquivo em 02/12/2025.

¹⁰¹ Como noticiado por Guilherme Grandi em 24/10/2025.

governo atendendo à pedido do MRE os telegramas estão restritos por um prazo de 5 anos o que produziu acusações de ocultamento uma vez que as empresas e os irmãos estiveram ao longo dos últimos anos no centro de episódios como Operação Lava Jato, Operação Carne Fraca, delações premiadas ao MPF e pagamento de propina à políticos. No entanto, a restrição de acesso segue o previsto na LAI que permite o uso de sigilo para esses casos, o que costuma ocorrer de maneira recorrente.

As medidas e casos que compõem o quadro que de maneira breve tentei expor aqui, denota o viés de continuidade e aprofundamento da descaracterização e deterioração institucional do Arquivo Nacional e de esvaziamento e dissolução da representação arquivística junto à principal instituição do país. Souza (2019, p.78) aponta que o Estado brasileiro durante a Ditadura Civil-militar, através de diferentes formas de violências simbólicas em campos objetivos e subjetivos, estabeleceu uma "modernização" na administração pública federal. Alguns dos procedimentos e percepções construídas no período para tratar de arquivos e de sigilo são seguidas até os dias atuais, o que demonstra o alto nível de influência das violências simbólicas produzidas pelo Estado não só nas formas de pensamento, mas nas estruturas sociais e instituições. Mais uma vez evidencia-se o caráter de longo prazo do projeto ditatorial apontado pelos autores da teoria marxista da dependência, a transformação do Estado consolidou-se no Brasil.

O quadro de sucateamento institucional, opacidade de gestões e as próprias medidas do governo para o enfraquecimento, esvaziamento do AN minam a capacidade da instituição de cumprir seu propósito abrindo espaço para as investidas do mercado. Na esteira do que a “Giro da arquivo” buscou discutir na matéria intitulada “O Estado mínimo e os arquivos públicos” defendendo que da austeridade econômica e da marginalização institucional surge a entrada para os investimentos capitalistas que rentabilizam a defasagem do Estado. O quadro de deterioração do AN é mais uma manifestação da vitória política e econômica da associação burguesia nacional com o grande capital estrangeiro. Consequência das reformas de longo prazo que fortalecem justamente o viés orçamentário de equalização das contas de instituições que não visam lucro e invasão do privado sobre o que é público. O neoliberalismo fincou suas garras durante a ditadura e se fortaleceu profundamente com Temer e Bolsonaro. O governo Lula III parece seguir a mesma perspectiva para fins de conciliação em uma gestão que termina em instituições deterioradas como projeto.

Nesse sentido, a deterioração institucional somada ao desmonte do Memórias Reveladas e a postura do governo quanto ao passado ditatorial denotam primeiro a força política dos

quadros e grupos alinhados política e ideologicamente aos golpistas de 1964 e segundo a inaptidão de um governo progressista, sem perspectiva de ruptura, de manejar os anseios políticos e econômicos das classes dominantes. Os Arquivos como instituições públicas, e especialmente dados os potenciais usos de seus acervos, são afetados diretamente pelo domínio político-econômico garantido pela ação do fascismo dependente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conteúdo apresentado neste trabalho foi possível observar que o sigilo se configura através de seu uso e regulação como ferramenta legalizada indispensável ao funcionamento do aparato burocrático-repressivo dos Estados analisados. Por este motivo, as principais transformações no que diz respeito ao acesso à informação e suas exceções após o fim das Ditaduras Militares se deram em um extenso plano marcado por ferrenhas disputas políticas. Outro ponto de ancoragem fundamental desse esforço é a compreensão de que o debate sobre o sigilo não deve ser desvinculado do horizonte de apreensão do Estado como instituição burguesa, bem como das ditaduras militares como parte de um movimento contrarrevolucionário com fins de defesa do capitalismo. Neste sentido, considero que as disputas sobre o sigilo são desdobramentos vinculados as reformas autoritárias do Estado ocorridas durante as ditaduras militares no século XX. Neste contexto, o sigilo, enquanto peça-chave para o funcionamento do aparato burocrático-repressivo, se torna, em última instância, central para a continuidade de poder e influência de forças, especialmente direitistas, após o fim das ditaduras, isto é, se trata de uma ferramenta de considerável importância para a manutenção do capitalismo dependente latino-americano.

Através deste esforço propus um debate sobre o sigilo não somente enquanto objeto estático e/ou forma de segredo regulada na Lei, mas a partir das nuances políticas e econômicas que determinam seu uso e regulação. Trata-se da compreensão deste objeto enquanto uma ferramenta pertencente à burocracia e ao conjunto de normas do Estado burguês cujos usos estão vinculados, portanto, aos direcionamentos dos Estado e pautados pelos interesses da classe dominante. Neste contexto, o que de fato define as tendências de enfrentamento ou fortalecimento do segredismo são, por um lado, as relações das forças políticas ocupantes do Estado com as ditaduras e, de maneira associada, o grau de conteúdo e a orientação burguesa dos governos.

Portanto, o que proponho aqui é a percepção de que, em grande medida, o sigilo, seu uso e os fenômenos a ele atrelados (como o segredismo) são parte indispensável do funcionamento de um aparato estatal cujo domínio pela classe dominante define, como principais objetivos, a manutenção do sistema econômico. Isto é: um Estado que, apesar das mudanças de estrutura organizacional e de sistema político, segue funcionando de maneira mais ou menos intensa em direção à defesa do grande capital, definindo, consequentemente, um caráter de classe à sua estrutura burocrática.

Em relação à comparação, optei por um trajeto que se ateve à análise dos principais aspectos que conformam e/ou são oriundos das disputas políticas em torno do acesso à informação e, conseqüentemente, da legislação sobre acesso à informação nos países selecionados. Isto é, centrei os esforços comparativos na busca por compreender os fenômenos segredistas, suas raízes na história recente bem como seus principais desdobramentos e fatores agravantes a fim de identificar as principais semelhanças e diferenças dos casos. Desta forma esquematizarei a seguir os resultados primeiro na forma de curtas sínteses acerca dos países e suas principais características e à *posteriori* busco expor os paralelos possíveis entre as particularidades de cada uma das experiências de transição.

O caso argentino pode ser tomado como um demonstrativo da raiz político-econômica dos fenômenos segredistas. Para tal é necessário levar em consideração um certo grau de ineficiência das medidas de justiça de transição em dar cabo das forças políticas vinculadas a ditadura da “Guerra Suja”. Ainda que sejam notáveis na história recente do país o fortalecimento dos movimentos populares e de direitos humanos, especialmente através do uso dos documentos desclassificados como pedra de toque para julgamento e condenação de perpetradores e estímulo à memória social, os avanços conquistados em relação ao acesso à informação e à revelação da verdade, após o fim da ditadura, têm contrastado com os retrocessos promovidos pelo governo de Milei.

O caso chileno por sua vez é ilustrativo da relação direta entre a fragilidade da legislação e das instituições arquivísticas e o agravamento da deterioração do direito de acesso à informação. Trata-se de uma correlação entre a fragilidade do *Archivo Nacional de Chile* (ANC), a inconsistência legislativa em relação ao acesso à informação e aos arquivos e o quadro de expansão da opacidade e do segredismo através dos impedimentos de acesso aos arquivos, documentos. Além disso, nos serve também como demonstrativo do caráter castrador de potências políticas que apresenta o uso do sigilo quando voltado à garantia da impunidade pelo cerceamento, como no caso da comissão de Valech.

Por fim, assim como o caso brasileiro, o caso chileno torna explícita a íntima relação entre a continuidade política e econômica do domínio de classes burguês e das forças fascistas e a refundação autoritária e segredista do Estado após o fim da ditadura. Isto é, a ausência de reformas políticas e administrativas profundas no Estado e na sociedade garantem a permanência por vez mais ou menos subterrânea de um aparato Estatal de atuação contrarrevolucionária que demanda para seu pleno funcionamento a opacidade e o segredismo por muitas vezes manifestado de forma oficial como sigilo.

Portanto, a partir da comparação das três experiências extrai-se primeiro a seguinte síntese: há uma relação direta entre a longa duração das reformas políticas, burocráticas e sociais promovidas pelas ditaduras militares e a conformação dos fenômenos segredistas.

Ainda que constatadas essas semelhanças, os casos chileno e brasileiro apresenta forte contraste com o argentino em termos de usos políticos dos documentos desclassificados. Isto é, os arquivos, em virtude da inacessibilidade, representam um fator de impulsionamento dos movimentos sociais com alcance mais limitado nas experiências brasileira e chilena. Por outro lado, quando comparada ao Chile, a realidade brasileira conta com um conjunto de instrumentos legais e instituições arquivísticas muito mais consolidados e relevantes no cenário das disputas políticas em torno do acesso. Já quando comparados os casos chileno e argentino, notam-se fortes contrastes no que diz respeito às possibilidades de uso dos documentos e sigilo em virtude também da discrepância legislativa e institucional entre os contextos. Por fim, uma observação válida sobre o caso brasileiro diz respeito ao “governo Lula 3” que apresenta um viés segredista e gradações de opacidade que encontram paralelos somente em governos de direita no Chile e na Argentina um indício de um possível caráter estrutural do segredismo brasileiro.

Evidentemente este estudo não esgota o debate sobre o tema. Trata-se de um objeto volátil e de usos e regulações tão mutáveis e dinâmicos quanto o próprio panorama político-econômico. As ideias aqui expostas podem apresentar maior valor caso associado à uma expansão dos horizontes em estudos semelhantes sobre outros países latino-americanos, da periferia capitalista e mesmo do centro do capitalismo global. Principalmente, creio haver um grande valor potencial em esforços que busquem aprofundar-se nas questões que envolvem o sigilo em países socialistas, especialmente Cuba, China, Vietnã, Coreia Popular (do Norte) etc.

No entanto, este trabalho apresenta uma carência inata de atualizações uma vez que as dinâmicas de dependência e os avanços imperialistas vêm se acirrando provocando assim consideráveis transformações e impactos para a América Latina. No Brasil, o acordo de comércio com a União Europeia parece intensificar o processo de enfoque econômico na exportação agropecuária (dominada por latifundiários conservadores) e de desindustrialização acelerada, bem como precarização do trabalho. Além disso, ainda não há no horizonte qualquer sorte de desdobramentos positivos em termos de gestão das instituições arquivísticas e conta-se ainda com a incerteza sobre a capacidade de reorganização das forças de extrema-direita após a prisão de Jair Bolsonaro visando às próximas eleições.

No Chile pela primeira vez desde o fim da ditadura elegeu-se um presidente assumidamente pinochetista, que fez uso da imagem do ditador como bandeira em campanha

(Jose Antonio Kast). O país vem vivenciando um quadro de ebulição social intenso desde 2019 e o governo de esquerda liberal de Gabriel Boric não demonstrou aptidão em estancar a crise.

Outro exemplo, talvez o mais emblemático, foi o sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro por parte de forças militares estadunidenses visando, publicamente, a tomada do petróleo na Venezuela. Houve ainda a ascensão econômica e militar chinesa e o agravamento quadro de degeneração interna dos EUA assolado por crescentes índices de miséria, problemas de habitação, distribuição de renda desigual, deportação em massa e assassinatos de cidadãos pela nova força militar trumpista (ICE). Existem ainda as contradições internas no seio do país como a perseguição política do presidente à governantes locais lidos como opositores e a eleição de um prefeito declaradamente socialista em Nova York (Zohran Kwame Mamdani).

Estes fatores tem provocado uma escalada de tensões e conflitos ao redor do globo como o genocídio praticado por Israel contra os palestinos bem como os conflitos militares entre Israel e Irã e a guerra entre Rússia e Ucrânia. Além disso, a ameaça atômica voltou a ter espaço em discursos e no noticiário. As forças de direita que lograram vitória em 1964, 1973 e 1976 permanecem ativas e fortes. O desenrolar dos acontecimentos de certo trará novos desdobramentos aos Arquivos.

Por fim resta esclarecer que este esforço carece ainda de maior detalhamento acerca dos processos de elaboração das leis e decretos nos países citados, bem como de análises mais aprofundadas sobre as gestões dos arquivos nacionais de Chile e Argentina. Se faz pertinente ainda mencionar que, pela natureza deste trabalho, não foi possível elaborar uma reflexão quantitativa sobre acesso à informação e (des)classificação de documentos nos países analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Emma de Ramón. *50 Años del Golpe de Estado en Chile*. In: *ARCHIVO NACIONAL DE CHILE. Derecho a la memoria: reflexiones sobre Archivos, represión y resistencias*. 1a. ed. Santiago: Archivo Nacional de Chile, 2023.

ALBUQUERQUE, Katya Yokoyama de Mello Kramer; DORNELES, Sânderson Lopes. Análise comparativa das leis de acesso à informação da China, Japão, Índia e Indonésia. *Racin: Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 8, ed. 2, p. 41-55, 2020. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18481>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ALMADA, Maria Paula; AMORIM, Paula Karini; PINHO, Maria Dominguez Costa; SILVA, Claudia Regina de Souza. A transparência do executivo federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. *Revista Opinião Pública*, v.28, n.1, p.169–199, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/vyRJCLtvB4Y5qmmPdKjNJZx/>. Acesso em: 28 jun.2023.

ALMEIDA, Mariana Zampier de.; ASSIS, João Marcus Figueiredo. Filmografia sobre Frei Tito: O audiovisual como documento memorialístico. *Informação Arquivística*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 122–141, 2017. Disponível em: <http://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/121>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ALTINO, Lucas. Violência contra população LGBT cresceu mais de 1.000% na última década, mostra Atlas da Violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/05/13/violencia-contrapopulacao-lgbt-cresceu-mais-de-1000percent-na-ultima-decada-mostra-atlas-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2026.

ALVES, Marília Souza Diniz. Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura. *Revista TCEMG*, Belo horizonte, p. 120-134, 2012. Disponível em: <https://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1683.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

AMARAL, Roberto. *Os 60 anos do golpe e o recuo de Lula*. CartaCapital, São Paulo, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/os-60-anos-do-golpe-e-o-recuo-de-lula/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ANDRADE, Gabriel. *Bolsonaro usou documento da 'Abin paralela' em live para atacar o sistema eleitoral, diz PF*. CartaCapital, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-usou-documento-da-abin-paralela-em-live-para-atacar-o-sistema-eleitoral-diz-pf/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ANDREAZZA, Luís Paulo Petersen; MACEDO JÚNIOR, Sergio Gonçalves. Transparência administrativa e o acesso à informação. *Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública*, Minas Gerais, v. 1, ed. 2, p. 120-151, 2015. DOI 10.21902/. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/181>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BALÉ, Cinthia. Ativismo, produção de saberes e disputas por el control: la apertura de los archivos de las Fuerzas Armadas en Argentina. **Hallazgos**, Bogotá, v. 18, n. 36, p. 21-51, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15332/2422409X.6127>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BALÉ, Cinthia. Usos del archivo y políticas de la memoria: un análisis del proceso de “apertura” de los archivos militares en Argentina (2003-2015). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Questions du temps présent**, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/73994>. Acesso en: 27 nov. 2025.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular - IELA, 2013. 244 p.

BASUALDO, Victoria. The Argentine Dictatorship and Labor (1976–1983): A Historiographical Essay. **International Labor and Working-Class History**, Nova York, p. 8-26, 2018. DOI 10.1017/S0147547917000242. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26868592>. Acesso em: 3 jul. 2025.

BERGAMO, Mônica. **Diretora do Arquivo Nacional questiona 'vagabundagem'**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/08/diretora-do-arquivo-nacional-questiona-vagabundagem.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BIZELLO, Maria Leandra; MORAES, Maria Blassioli. Debates sobre a restrição ao acesso às informações pessoais na legislação brasileira (1986-1991). **Revista EDICIC**, San Jose, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2022. Disponível em: [https://www.bing.com/ck/a?!&&p=7fdefc44dd223b7c07bb383e39882c0c4cbdcc5297fc83875aa6ea1448d9662fJmldtHM9MTczMjY2NTYwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=03062b90-a06c-653b-199a-3fc4a1a26465&psq=Debates+sobre+a+restri%c3%a7%a3o+ao+acesso+%c3%a0s+informa%c3%a7%b5es+pessoais+na+legisla%a7%a3o+brasileira+\(1986-1991\)&u=a1aHR0cHM6Ly9vanMuZWRpY2ljLm9yZy9yZXZpc3RhZWRpY2ljL2FydGljbGUvZG93bmVvYQVMTc5LzExNQ&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=7fdefc44dd223b7c07bb383e39882c0c4cbdcc5297fc83875aa6ea1448d9662fJmldtHM9MTczMjY2NTYwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=03062b90-a06c-653b-199a-3fc4a1a26465&psq=Debates+sobre+a+restri%c3%a7%a3o+ao+acesso+%c3%a0s+informa%c3%a7%b5es+pessoais+na+legisla%a7%a3o+brasileira+(1986-1991)&u=a1aHR0cHM6Ly9vanMuZWRpY2ljLm9yZy9yZXZpc3RhZWRpY2ljL2FydGljbGUvZG93bmVvYQVMTc5LzExNQ&ntb=1). Acesso em: 27 nov. 2024.

BOITO JUNIOR, Armando. Lulism, Populism, and Bonapartism. **Latin American Perspectives**, v. 47, p. 134-151, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0094582X19887910>. Aceso em: 06 mar. 2025.

BOITO JUNIOR, Armando. O CAMINHO BRASILEIRO PARA O FASCISMO. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BOITO JUNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? **Crítica Marxista** (São Paulo) , v. 50, p. 111-119, 2020a. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19004>. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.527, de 16 de maio de 2023. Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Decreto/D11527.htm. Acesso em: 3 jul. 2023

BRASIL. Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm. Acesso em: 3 jul. 2023. decreto nº 9.716

BRASIL. Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disponível no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11111.htm. Acesso em: 3 jul. 2023. Silva 2020

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 3 jul. 2023. Solci 2020

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. [planalto.gov.br]

ARGENTINA. Ley nº 27.275, de 14 de setembro de 2016. Derecho de acceso a la información pública. Boletín Oficial de la República Argentina, 29 set. 2016. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27275-265949>. [argentina.gob.ar]

CHILE. Ley nº 20.285, de 11 de agosto de 2008. Sobre acceso a la información pública. Diario Oficial de la República de Chile, Santiago, 20 ago. 2008. Disponível em: <https://nuevo.leychile.cl/navegar?idNorma=276363>. [nuevo.leychile.cl]

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Com revogação de decreto, senadores arquivam o texto que anularia mudança na Lei de Acesso à Informação. Brasília: Agência Senado, 27 fev. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/27/com-revogacao-de-decreto-senadores-arquivam-o-texto-que-anularia-mudanca-na-lei-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Polícia Federal conclui inquérito sobre caso conhecido como “gabinete paralelo”. Brasília, DF: Polícia Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/06/pf-conclui-inquerito-sobre-caso-conhecido-como201cabin-paralela201d>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. O Serviço Nacional de Informações e a censura a LGBTI+ na ditadura militar brasileira. In: FERREIRA, Ramon Maciel; RANGEL, Thayron Rodrigues

(org.). **Memórias da Ditadura**: a Arquivologia e o direito ao acesso. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2019. cap. Eixo III, p. 82-106. ISBN 978-85-65797-18-4.

CANALES, Patricia Huenqueo. *Los Archivos de la represión y las carencias de la inconclusa transición chilena: entrevista a Patricia Huenqueo Canales*. **Hilos Documentales**, La Plata, v. 3, n. 6, e049, p. 1-12, dez. 2021. ISSN 2618-4486. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/HilosDocumentales>. Acesso em: 8 dez. 2025. [revistas.unlp.edu.ar]

CANOSA, Mora González. Políticas de construcción del peronismo. El discurso de las FAR en los albores de la década del setenta en Argentina. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 180 - 216, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307142015180%20>. Acesso em: 4 set. 2025.

CARRERA, Marta (org.). *Revolución y contrarrevolución en Chile*. 1. ed. Alemanha: Sammlung Luchterhand, 1974. 194 p.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. *SIDE Y Dictadura*. In: **Centro de Estudios Legales y Sociales**: CELS. Buenos Aires, 2025. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/sideydictadura/>. Acesso em: 15 out. 2025.

CHILE. Decreto Supremo nº 13, de 2 de março de 2009. Aprueba el Reglamento de la Ley nº 20.285, sobre acceso a la información pública. *Diario Oficial de la República de Chile*, Santiago, 13 abr. 2009. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1001095>. [leychile.cl], [nuevo.leychile.cl]

CLARÍN. Escândalo por la criptomoneda \$Libra: denuncian estafa y vinculan a allegados al gobierno. *Clarín*, 22 ago. 2025.

CNN Brasil. Brasileiro que tentou assassinar Kirchner é condenado a 10 anos de prisão. *CNN Brasil*, 06 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/luciana-taddeo/internacional/brasileiro-que-tentou-assassinar-kirchner-e-condenado-a-10-anos-de-prisao/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

COLLINS, Cath. Truth-justice-reparations interaction effects in transitional justice practice: The case of the ‘Valech Commission’ in Chile. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 48, n. 3, p. 513-539, 2016. DOI: 10.1017/S0022216X16000943. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022216X16000943>. Acesso em: 9 dez. 2025.

CONADEP. **Nunca Más**. Argentina: Ed. Eudeba, 1984.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Parecer sobre Acesso à Informação para atender ao Despacho Presidencial de 1º de janeiro de 2023. Brasília: CGU, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/cgu-concluiu-o-parecer-sobre-acesso-a-informacao-para-atender-ao-despacho-presidencial-de-1o-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 10 abr. 2026.

COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 178-188, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/2192/1331/0>. Acesso em: 19 fev. 2026.

COSTA, Fernanda de Moraes. Arquivando a repressão: categorização e uso dos arquivos sobre a Ditadura Militar no Brasil. In: LOUSADA, Mariana; PAZIN, Marcia; ELIAN, Paulo (org.). **Arquivos, Democracia e Justiça Social**. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2023. p. 1323-1332. ISBN 978-65-991726-6-3. Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/vii-reuniao-brasileira-de-ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-arquivos-democracia-e-justica-social/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DERECHO EN ZAPATILLAS. Decreto 780/24: **La polémica sobre el acceso a la información pública y la reacción de las organizaciones civiles**. *Derecho en Zapatillas*, 05 set. 2024. Disponível em: <https://www.derechoenzapatillas.com/2024/decreto-780-24-la-polemica-sobre-el-acceso-a-la-informacion-publica-y-la-reaccion-de-las-organizaciones-civiles/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

DULCI, Denise Assis. **A construção midiática na deslegitimação de governo constitucionais**: enquadramentos noticiosos da Folha de S. Paulo e de O Globo (2016) e estratégias comunicacionais do complexo Ipês/IBAD. Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal. 2022. 219 p. Dissertação (Mestre Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora) - Faculdade de Comunicação Social, Juiz de Fora, 2022. DOI <https://doi.org/10.34019/ufjf/di/2022/00333>. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14299>. Acesso em: 8 set. 2025.

EIDELMAN, Omar Acha y Ariel. NACIONALISMO Y SOCIALISMO: JORGE ABELARDO RAMOS Y LA "IZQUIERDA NACIONAL". **Taller**: Revista de Sociedad, Cultura y Política, Buenos Aires, ed. 13, p. 100-122, 2000. Disponível em: https://www.cedinpe.unsam.edu.ar/sites/default/files/pdfs/acha-eidelman_nacionalismo_y_socialismo_jorge_abelardo.pdf. Acesso em: 4 set. 2025.

EVELIN, Guilherme. Daniel Aarão Reis: "A tal consolidação da democracia é história da carochinha". Revista Época, [S. l.], 30 mar. 2014. Ideias, p. s.p. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/bdaniel-aarao-reisb-tal-consolidacao-da-democracia-e-historia-da-carochinha.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FALCÃO, Márcio. **PF identificou mais de 60 mil consultas ilegais feita pela 'Abin paralela' entre 2019 e 2021**. G1, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/18/pf-identificou-mais-de-60-mil-consultas-ilegais-feita-pela-abin-paralela-entre-2019-e-2021.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2026.

FERNANDES, Florestan. — **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

FERNANDES, Florestan. O Estado sobo capitalismo recente. In: FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São paulo: Editora HUCITEC, 1979. cap. 2, p. 19-58.

FERNANDES, Florestan. **Poder e Contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 152 p. ISBN 978-85-7743-263-9.

FERNANDES, José Antonio. Peronismo: um conceito (quase) inexplicável. **Revista Catarinense de História**, Santa Catarina, n. 02, ed. 36, 2020. DOI <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2020n36.11277>. Disponível em: <https://l1nq.com/aM7Wi>. Acesso em: 3 set. 2025.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. v. 1. 269p.

FOLHA DE S.PAULO. Decreto sobre sigilo de dados coloca em risco promessas de Bolsonaro. São Paulo: Folha de S.Paulo, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/decreto-sobre-sigilo-de-dados-coloca-em-risco-promessas-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2026.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **É possível romper a cultura do sigilo?** Desafios do Poder Executivo Federal para efetivar a Lei de Acesso à Informação. Orientador: Marcela Bauer. 2015. 18 p. Trabalho de conclusão de curso (Especialização Latu sensu em Gestão Pública do Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP) - UNIFESP, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Silvana-Fontanelli/publication/309607718_E_Possivel_Romper_a_Cultura_do_Sigilo_Desafios_do_Poder_Executivo_Federal_para_Efetivar_a_Lei_de_Acesso_a_Informacao/links/5d8370de299bf1996f777605/E-Possivel-Romper-a-Cultura-do-Sigilo-Desafios-do-Poder-ExecutivoFederal-para-Efetivar-a-Lei-de-Acesso-a-Informacao.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 388 p.

FONTES, Virgínia. O protofascismo: arranjo institucional e policialização da existência. **Marxismo 21**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-existencia-1.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. Educação & Sociedade, n. 72, Agosto/00. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xGMSnNdj7LYCdPrgFNp7C5Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2026

G1. PGR deve questionar no STF decreto que altera regra sobre sigilo de documentos públicos. São Paulo: G1, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/02/13/pgr-deve-questionar-no-stf-decreto-que-altera-regra-sobre-sigilo-de-documentos-publicos.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2026.

G1. Trump recebe Milei na Casa Branca e anuncia apoio dos EUA à Argentina. G1, 14 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/10/14/trump-recebe-milei-casa-branca-apoio-eua-argentina.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

GALLO, Carlos Artur. Comissões da Verdade em perspectiva comparada: notas sobre a experiência uruguaia, chilena e argentina. **Albuquerque: revista de história**, v. 6, n. 11, p. 93-112, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/download/4059/3242>. Acesso em: 30 nov. 2025. [periodicos.ufms.br]

GARRIDO, Bárbara Barahona; HERLITZ, Hellmuth Cifuentes. Archivos de la represión en Chile: entre el acceso y la desclasificación. **Serie Bibliotecología y Gestión de Información**, n. 99, p. 1-15, jun. 2017. ISSN 0718-1701. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6138436>. Acesso em: 30 nov. 2025. [dialnet.unirioja.es]

Gazeta do Povo. **Governo Lula coloca sigilo de 5 anos em documentos dos negócios da JBS nos EUA.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-lula-sigilo-5-anos-documentos-negocios-jbs-eua/>. Acesso em: 28 out. 2025.

Giro da Arquivo. **A crise de recolhimentos no Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/a-crise-de-recolhimentos-no-arquivo>. Acesso em: 9 jan. 2025.

Giro da Arquivo. **Ana Flávia Magalhães Pinto anuncia saída da direção-geral do Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/ana-flavia-magalhaes-pinto-anuncia>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Giro da Arquivo. **Após meses de pressão, Governo Federal reativa Memórias Reveladas, mas destino de banco de dados é incerto.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/apos-meses-de-pressao-governo-federal>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Giro da Arquivo. **Direção do Arquivo Nacional foi alertada sobre contaminação em acervo há mais de dois anos.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/direcao-do-arquivo-nacional-foi-alertada>. Acesso em: 19 dez. 2025.

Giro da Arquivo. EDITORIAL: **O Estado mínimo e os arquivos públicos.** Disponível em: https://girodaarquivo.substack.com/p/editorial-o-estado-minimo-e-os-arquivos?r=2dzul&utm_campaign=post&utm_medium=web&triedRedirect=true. Acesso em: 4 jun. 2024.

Giro da Arquivo. **Em mais um episódio de esvaziamento do Arquivo Nacional, governo Lula lança serviço de gestão de documentos operado pelos Correios.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/em-mais-um-episodio-de-esvaziamento>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Giro da Arquivo. **Em nota, Assan contesta respostas dadas por diretora do Arquivo Nacional em entrevista.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/em-nota-assan-contesta-respostas>. Acesso em: 8 out. 2024.

Giro da Arquivo. **Governo Federal reduz ainda mais o poder do Arquivo Nacional sobre a gestão de documentos.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/governo-federal-reduz-ainda-mais>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Giro da Arquivo. **Há um ano sob nova presidência, Conarq enfrenta um de seus piores momentos.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/ha-um-ano-sob-nova-presidencia-conarq>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Giro da Arquivo. **Lula modifica decreto que regula Lei de Arquivos, mas mantém estrutura bolsonarista que enfraquece Arquivologia.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/lula-modifica-decreto-que-regula>. Acesso em: 2 set. 2025.

Giro da Arquivo. **MGI despreza decisão do Conarq e altera Comissão Organizadora da 2ª CNArq.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/mgi-despreza-decisao-do-conarq-e>. Acesso em: 21 out. 2025.

Giro da Arquivo. **O Golpe de 64, 60 anos depois: abandono do Memórias Reveladas mostra que luta por memória, verdade e justiça ainda precisa avançar no Brasil.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/o-golpe-de-64-60-anos-depois-abandono>. Acesso em: 2 abr. 2024.

Giro da Arquivo. **O Golpe de 64, 60 anos depois: abandono do Memórias Reveladas mostra que luta por memória, verdade e justiça ainda precisa avançar no Brasil.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/o-golpe-de-64-60-anos-depois-abandono>. Acesso em: 17 jan. 2026.

Giro da Arquivo. **Os ataques ao SEI e silêncio do Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/os-ataques-ao-sei-e-silencio-do-arquivo>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Giro da Arquivo. **Os desafios da nova diretora do Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/os-desafios-da-nova-diretora-do-arquivo>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Giro da Arquivo. **Os primeiros 90 dias da nova direção do Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/os-primeiros-90-dias-da-nova-direcao>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Giro da Arquivo. **Portaria do Ministério das Relações Exteriores extrapola LAI e gera críticas de especialistas.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/portaria-do-ministerio-das-relacoes>. Acesso em: 2 dez. 2025.

Giro da Arquivo. **Protocolos indicam que Arquivo Nacional pode guardar documentos em prédios com vazamentos e risco de desabamento.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/protocolos-indicam-que-arquivo-nacional>. Acesso em: 11 jun. 2024.

Giro da Arquivo. **Quase dois anos depois, resultados do Acordo entre Arquivo Nacional e PNUD ainda são praticamente desconhecidos.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/quase-dois-anos-depois-resultados>. Acesso em: 4 nov. 2025.

Giro da Arquivo. **Servidores do Arquivo Nacional acusam diretora de Gestão Interna de assédio moral.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/servidores-do-arquivo-nacional-acusam>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Giro da Arquivo. **Sumiço continua e Arquivo Nacional terá mais um ano sem orçamento próprio.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/sumico-continua-e-arquivo-nacional>. Acesso em: 9 set. 2025.

Giro da Arquivo. **Tomado por goteiras e infiltração, Bloco F do Arquivo Nacional segue sem previsão de reforma.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/tomado-por-goteiras-e-infiltracao>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Giro da Arquivo. **Após meses de pressão, governo federal anuncia a reestruturação do Arquivo Nacional.** Disponível em: <https://girodaarquivo.substack.com/p/apos-meses-de-pressao-governo-federal>. Acesso em: 17 jan. 2026.

GOMES, Renata de Oliveira Miranda; PAULINO, Fernando Oliveira; FARRANHA, Ana Claudia. Leis de acesso à informação na América Latina: uma análise comparativa entre o Brasil e a Argentina. **Confluências**, Niterói, v. 22, n. 3, p. 115-136, dez. 2020/mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/47120>. Acesso em: 16 jan. 2026.

GONZÁLEZ CANOSA, Mora. “Libres o muertos, jamás esclavos”. Marxismo, peronismo y lucha armada: las Fuerzas Armadas Revolucionarias en la Argentina de los primeros 1970. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 364 - 395, set./dez. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SANTOS, João Carlos Gardini; SILVA, Andrieli Pachú da. Os Arquivos e o direito de acesso à informação pública no Mercosul. **XX ENANCIB: A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados**, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/122957>. Acesso em: 11 jan. 2024.

HOEVELER, Rejane Carolina. A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972-1973). In: **XV Encontro regional de História (ANPUH-Rio). Ofício do historiador: ensino e pesquisa**, 2012, Rio de Janeiro/RJ. Anais do XV Encontro regional de História (ANPUH-Rio). Ofício do historiador: ensino e pesquisa, 2022.

HONORATO, Fernando Henrique Lopes. Impactos do golpe e da ditadura no Brasil: as reformas de base do empresariado como passado-presente. **Acervo**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2259>. Acesso em: 30 jan. 2025.

JARDIM, José Maria Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2011. DOI: 10.18617/liinc.v7i1.409. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3295>. Acesso em: 6 fev. 2024.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, p. 102-117, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 21 nov. 2024.

JARDIM, José Maria. A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119450>. Acesso em: 12 jan. 2023

JARDIM, José Maria. Implementação da Lei de Acesso à Informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **XIV ENANCIB Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495>. Acesso em: 12 jun. 2023.

JARDIM, José Maria. Informação governamental: acesso e sigilo no brasil. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), n. 3, p. 7-18, 1999b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70112>. Acesso em: 27 jun. 2023.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999a. 239 p.

JAURETCHE, Arturo. **Ejército y Política**. Buenos Aires: Corregidor, 1958. 223 p. v. 9.

JAURETCHE, Arturo. **Política nacional y Revisionismo histórico**. 1a. ed. Buenos Aires: Corregidor, 2006. 144 p. v. 7. ISBN 950-05-1659-4.

KORNBLUH, Peter. **Pinochet desclasificado: los archivos secretos de Estados Unidos sobre Chile**. Santiago de Chile: Catalonia, 2023. 532 p. ISBN 978-956-415-039-0.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte/MG, v. XLII, n.I, p. 40-51, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Quando 2 + 2 nunca é igual a 4: pesquisa, arquivos e autenticidade, uma contribuição à luta por Direito e Reparação. In: SILVA, Marcio Antônio Both da (Org.). **Conversas de Arquivo na oficina da História**. Passo Fundo: Acervus, 2025. Disponível em: https://www.acervuseditora.com.br/files/ugd/4fa498_c91625e1d8414e609dd91a7e34e67ff.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

LA NACIÓN. Máxima tensión en Recoleta: quién es el acusado que amenazó a Cristina Kirchner con un arma. *La Nación*, 02 set. 2022. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/maxima-tension-en-recoleta-quien-es-el-acusado-que-amenazo-a-cristina-kirchner-con-un-arma-nid01092022/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

LAMBERTY, Andrey Oliveira; GOMES, Thais Bonato; SILVA, Rosane Leal da. Direito de acesso à informação pública e governo eletrônico: a transparência nos portais do Poder Executivo da Argentina e do Brasil. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, PR, Brasil, v. 65, n. 1, p. 157-184, jan./abr. 2020. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/67912>. Acesso em: 30 http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v65i1.67912.

LEITE, Jonathan. O governo Figueiredo ao revés da abertura - entre uma democracia minada e uma sociedade castigada. In: **III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA**, 2019, Campina Grande (SP).

LUCIANO, Isabella. EUA vão investir US\$ 565 mi em mineradora de terras raras em Goiás. **Poder360**, Brasília, 6 fev. 2026. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/eua-vao-investir-us-565-mi-em-mineradora-brasileira-de-terras-raras/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 277 p.

MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución: Estudios sobre Chile**. 1. ed. Cidade do México: Ediciones Era S.A., 1976. 114 p.

MARINI, Ruy Mauro. SEPÚLVEDA, Cristián. La política económica de la "Via Chilena". In: CARRERA, Marta (org.). **Revolución y contrarrevolución en Chile**. 1. ed. Alemanha: Sammlung Luchterhand, 1974. 194 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular - IELA, 2013. 272 p. ISBN 978-85-7474-598-5.

MATOS, Maria Clara. **STF retira sigilo e cita Jair e Carlos como articuladores da 'Abin paralela'**. CNN Brasil, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-retira-sigilo-e-cita-jair-e-carlos-como-articuladores-da-abin-paralela/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

MENDES, Clécio Ferreira. **O Papel da Direção de Inteligência Nacional (DINA) na Ditadura Chilena**: para além da repressão (1974-1977). Orientador: Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira. 2016. 211 p. Tese (Doutorado em História) - Doutorado em História Social, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/19002/2/CI%C3%A9cio%20Ferreira%20Mendes.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

METRÓPOLES. Governo Milei remove sigilo de arquivos da ditadura na Argentina. *Metrópoles*, Brasília, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/governo-milei-remove-sigilo-de-arquivos-da-ditadura-na-argentina>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MIGNONE, Emilio Fermín; CONTE, Augusto. El caso argentino: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones. In: **COLOQUIO: La política de desapariciones forzadas de personas**, 1981, París. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2006.

MONTES, Rocío. O laço de Paulo Guedes com os ‘Chicago boys’ do Chile de Pinochet: Cérebro econômico de Bolsonaro viveu no Chile na década de oitenta, quando conheceu de perto as reformas implementadas pela ditadura. **El País**, Santiago, 31 out. 2018. Brasil, p. s.p. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 19 ago. 2025.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. (2016). Transparência administrativa, Lei Federal nº 12.527/2011 e sigilo dos documentos públicos: a inconstitucionalidade das restrições ao acesso à informação. **Revista Do Direito Público**, 11(2), 289–324. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2016v11n2p289>.

MÜNSTER, Arno. Estrategia de la contrarrevolución en Chile. In: CARRERA, Marta (org.). **Revolución y contrarrevolución en Chile**. 1. ed. Alemanha: Sammlung Luchterhand, 1974. 194 p.

MÜNSTER, Arno. Estrategia de la contrarrevolución en Chile. In: CARRERA, Marta (org.). **Revolución y contrarrevolución en Chile**. 1. ed. Alemanha: Sammlung Luchterhand, 1974. 194 p.

NFOBAE. Caso ANDIS: audios comprometem a funcionarios cercanos a Karina Milei en presunto cobro de coimas. *Infobae*, 15 set. 2025.

NUNES, D. O último “entulho autoritário”? O advento da lei n. 7.170, de 1983, a última Lei de Segurança Nacional. **Acervo**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–29, 2024. Disponível em:

<https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2261>. Acesso em: 6 fev. 2025.

NUNES, Vinicius. **STF condena Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão**. CartaCapital, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/stf-condena-jair-bolsonaro-a-27-anos-e-3-meses-de-prisao/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 17 jan. 2026.

O GLOBO. Governo argentino ordena retirar o sigilo dos documentos sobre a ditadura militar no país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/03/24/governo-argentino-desclassifica-documentos-sobre-a-ditadura-militar-no-pais.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2025.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Isabela Costa da. A democratização do acesso à informação pós-ditadura militar: uma abordagem sob a perspectiva do arquivo. In: FERREIRA, Ramon Maciel; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Memórias da Ditadura: a Arquivologia e o direito ao acesso**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2019. cap. Eixo II, p. 22-37. ISBN 978-85-65797-18-4.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Isabela Costa da. A democratização do acesso à informação pós-ditadura militar: uma abordagem sob a perspectiva do arquivo. In: FERREIRA, Ramon Maciel; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Memórias da Ditadura: a Arquivologia e o direito ao acesso**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2019. cap. Eixo II, p. 22-37. ISBN 978-85-65797-18-4.

OSUNA, Florencia Maria. Política social e ditaduras na Argentina — O Ministério do Bem-Estar Social entre a autodenominada “Revolução Argentina” (1966-1973) e a última ditadura (1976-1983) MOTTA, R. P. S., eds. **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. Humanitas series. ISBN: 978-65-5858-081-2. <https://doi.org/10.7476/9786558580812>.

PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon** (UFRGS), v. 47, p. 15-38, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29506>. Aceso em: 08 mai. 2024.

PERFIL. *Empresas favorecidas en contratos públicos: vínculos con familia Menem bajo la lupa*. Perfil, 28 jun. 2025.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **Historia crítica de los partidos políticos argentinos** (III). 1a. ed. Buenos Aires: Lectulandia, 2019.

QUINTANA, Antonio González. *Archivos: Memoria y Defencia de los Derechos Humanos*. In: LOUSADA, Mariana; PAZIN, Marcia; ELIAN, Paulo (org.). **Arquivos, Democracia e Justiça Social**. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2023. p. 66-75. ISBN 978-65-991726-6-3. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/vii-reuniao-brasileira-de-ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-arquivos-democracia-e-justica-social/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Revolución y Contrarevolución en la Argentina: La Era del Peronismo** 1943-1976. 2. ed. Buenos Aires: Senado de La nación, 2006. 315 p. v. 5. ISBN 10:950-9660-32-9. Disponível em:

https://upcndigital.org/~ciper/biblioteca/Nacionalismo%20popular%20Latinoamericano/ramos_jorge_abelardo_la_era_del_peronismo.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 23, n. 45, p. 171–186, jan. 2010.

RIBADERO, Martín. *Tiempo de profetas: Ideas, debates y labor cultural de la izquierda nacional de Jorge Abelardo Ramos (1945-1962)*. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, Buenos Aires, ano VI, ed. 12, p. 165-189, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Vipo/Downloads/205-Texto%20del%20art%C3%ADculo-817-1-10-20200122.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

RIBEIRO, Heloísa Cristina. A Ditadura Militar na Argentina (1976-1983): o aparato repressivo e a Justiça de Transição. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, Brasil, v. 10, p. 100–115, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159255. Disponível em: <https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/159255>. Acesso em: 13 out. 2025.

RIBEIRO, Heloisa Cristina. O discurso do terrorismo no pós Segunda Guerra Mundial e suas consequências na Ditadura Militar da Argentina (1976 – 1983). **ÂNDÉ : Ciências e Humanidades**, São Bernardo do Campo (SP), v. 2, n. 3, p. 31–44, 2019. DOI: 10.36942/iande.v2i3.113. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/113>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ROCHA JUNIOR, Geovani. O projeto de distensão social do governo Geisel. In: **XIX Encontro Estadual de História (ANPUH-SC)**. Usos do passado, ética e negacionismos, 2022, Florianópolis/SC. Anais do XIX Encontro Estadual de História: Usos do passado, ética e negacionismos, 2022. p. 1-10.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo** (Rio de Janeiro), 2011.

RODRIGUES, Georgete Medleg; HOTT, Daniela Francescutti Martins. As Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos Sigilosos: uma abordagem preliminar. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, 1., 2004, Brasília. Anais. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), 2004. p. 1-12. Disponível em: <https://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/823035/As-Comissoes-Permanentes-de-Avaliacao-de-Documentos-Sigilosos-Uma-abordagem-preliminar.pdf>. Acesso em 19 fev. 2026

RODRIGUES, Paloma; FALCÃO, Márcio. 'Abin paralela': esquema de espionagem utilizou assessores e recursos estatais para ataques contra instituições e adversários, diz PF. G1, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/06/18/abin-paralela-esquema-de-espionagem-utilizou-assessores-e-recursos-estatais-para-ataques-contra-instituicoes-e-adversarios-diz-pf.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SAMPAIO, Leticia Souza da Costa. **Acesso à Informação, gestão de documentos e arquivos na América Latina**: reflexões sobre as políticas informacionais dos países redemocratizados. 2022. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. Arquivos da repressão: o debate sobre a autoridade arquivística e o acesso à informação. In: LOUSADA, Mariana; PAZIN, Marcia; ELIAN, Paulo (org.). **Arquivos, Democracia e Justiça Social**. 1. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2023. p. 1333-1340. ISBN 978-65-991726-6-3. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/vii-reuniao-brasileira-de-ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-arquivos-democracia-e-justica-social/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SANTOS, Eric Assis dos. **A transição à democracia no Chile: rupturas e continuidades do projeto ditatorial 1980-1990**. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1781.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025. [historia.uff.br]

SANTOS, Ronaldo; CAVALCANTI, Paulo; FORMENTI, Livia; MAIA, Thaísa; LOPES, Nathalia; BARIFOUSE, Rafael. **Com veto de Lula a cerimônias, sete dos 38 ministros se manifestam sobre os 60 anos do golpe militar de 1964**. G1, Brasília, 31 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/31/com-veto-de-lula-a-cerimonias-sete-dos-38-ministros-se-manifestam-sobre-os-60-anos-do-golpe-militar-de-1964.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da Dependência: Balanço e perspectivas**. Niterói: [s. n.], 1998.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo e Fascismo na América Latina hoje. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15977>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. (Coleção Pátria Grande, v.7). E-Book (MOBI, ePub, 1,40 Mb). ISBN 978-65-86428-02-5.

SCHETTINI, Andrea. O que resta da Comissão Nacional da Verdade? A política do tempo nas comissões da verdade. **Revista Direito e Praxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1424-1456, 2022. DOI 10.1590/2179-8966/2021/57506. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/K3tDKmkmzVkJTWfc5vgVrJZx/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina. **Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Pernambuco, v. 4, n. 1, p. 45-68, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/248566>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Marcus Vinicius Olimpio Monteiro da. **Graus de sigilo das informações e democracia**. Orientador: Brenda Couto de Brito Rocco. 2019. 50 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/monografias/SILVA-%20Marcus%20Vinicius%20Olimpio%20Monteiro%20da.%20Graus%20de%20sigilo%20as%20informacoes%20e%20democracia.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023

SILVA, Welder Antônio. **Exceções legais ao direito de acesso à informação: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos**. Orientador: Renato Pinto Venâncio. 2017. 541 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOLCI, Lúcia Helena Correa. Acesso à informação pública no Brasil: do império à república. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 30, ed. 60, p. 75-100, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129422>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, Leonardo de Oliveira. História e reminiscência: o Chile nas tramas da justiça de transição. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH)**, 36., 2017, [local desconhecido]. *Anais*. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1513705073_ARQUIVO_leoliveira.pdf. Acesso em: 09 dez. 2025. [[snh2017.anpuh.org](https://www.snh2017.anpuh.org)]

SOUZA, Rosale de Mattos. Controle e vigilância na ditadura civil-militar nos anos 1970 e 1980: os arquivos e os documentos no Sistema Nacional de Informação – SISNI. In: FERREIRA, Ramon Maciel; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Memórias da Ditadura: a Arquivologia e o direito ao acesso**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2019. cap. Eixo II, p. 58-81. ISBN 978-85-65797-18-4.

STRASSEN, Carmen Zur. La dialéctica de la lucha de clases en Chile. In: CARRERA, Marta. **Revolución y contrarrevolución en Chile**. 1. ed. Alemanha: Sammlung Luchterhand, 1974. p. 39-59.

TAUTZ, Carlos. '**O desmonte me adoeceu**': chefe de projeto da ditadura no Arquivo Nacional se aposenta e denuncia abandono. The Intercept Brasil, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/27/o-desmonte-me-adoeceu-chefe-de-projeto-da-ditadura-no-arquivo-nacional-se-aposenta-e-denuncia-abandono/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Negativas a pedidos via Lei de Acesso dispararam com Bolsonaro, que deixou para Lula 60 mil solicitações sem resposta. **UOL**, Brasília, 3 fev. 2023. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/03/sigilos-bolsonaro-cgu-lula.htm>. Acesso em: 3 jul. 2023.

TENAGLIA, Mônica. **As Comissões da Verdade no Brasil: contexto histórico-legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos**. Orientador: Georgete Medleg Rodrigues. 2019. 249 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. Negação, ocultamento e (falta de) gestão documental: o acesso aos arquivos nos relatórios finais das comissões da verdade no Brasil. **Informação & Informação** (Online), v. 25, p. 276-301, 2020.

VEJA. **Por que Milei derrubou sigilo de documentos militares da ditadura na Argentina?** **VEJA**, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-milei-derrubou-sigilo-de-documentos-militares-da-ditadura-na-argentina/>. Acesso em: 29 nov. 2025.

VERAS MOTA, Camilla; PINA, Rute; ADAMO IDOETA, Paula. Por que terras raras podem ser trunfo do Brasil para conter tarifaço de Trump. **BBC News Brasil**, São Paulo, 5 ago. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce3jvn8q45lo>. Acesso em: 19 fev. 2026.

VILARINO, Ramos Casas. Imperialismo e subimperialismo na América do Sul: os casos Malvinas e Roboré. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 24, p. 140–151, 2010. DOI: 10.23925/ls.v0i24.18839. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18839>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). MOTTA, Rodrigo Patto Sá, eds. **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. Humanitas series. ISBN: 978-65-5858-081-2. <https://doi.org/10.7476/9786558580812>.